



**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A
TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA
AGRÁRIA NO ESPAÇO URBANO A PARTIR
DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS**

Martha Esthela dos Santos Silva

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro – SP
Setembro de 2013

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA
AGRÁRIA NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS**

Martha Esthela dos Santos Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas IGCE da Faculdade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, vinculado a linha de concentração *Organização do Espaço* para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro – SP
Setembro de 2013

910h Silva, Martha Esthela Santos Silva
S586r A representação social e a territorialização da reforma
agrária no espaço urbano a partir do Programa Aquisição de
Alimentos / Martha Esthela Santos Silva. - Rio Claro, 2013
202 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geografia humana. 2. Espacialização. 3. Agricultura
camponesa. 4. Movimentos sociais de luta pela terra. 5.
Segurança Alimentar. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"CAMPUS DE RIO CLARO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Seção Técnica de Pós-Graduação



396ª Defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Organização do Espaço

Data: 12/11/2013

Candidato(a): Martha Estela dos Santos Silva

Título: "A Representação Social e a Territorialização da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos"

Membros da Comissão Examinadora

01. Prof(a). Dr(a). José Gilberto de Souza - Orientador(a)
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

02. Prof(a). Dr(a). Larissa Mies Bombardi
FFLCH/USP/São Paulo (SP)

03. Prof(a). Dr(a). Luís Antonio Barone
FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que lutam pela Reforma Agrária e pela
mudança de um mundo mais justo.

Aos negros e negras que não chegaram até aqui e à juventude negra
que foi tombada no caminho.

A Pedro dos Santos (in memória).

À Sabrina Melo (in memória).

"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo".

Florestan Fernandes

“É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem as cercas e a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome.”

Pedro Tierra

AGRADECIMENTOS

Perguntas de um Operário Letrado

Bertold Brecht

*"Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilónia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?
[...]*

Assim como tantas outras coisas essa dissertação também não foi feita sozinha. Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho. Agradeço aos familiares, aos amigos, aos colegas, aos conhecidos e desconhecidos, as pessoas que contribuem com a minha formação humana e que juntos, tentamos não perder a humanidade e a crença na vida e na mudança.

Agradeço imensamente a duas pessoas incríveis que tive a sorte de ter em minha vida e que, infelizmente, no fim dessa trajetória, não estão comigo, mas sempre estiveram. Agradeço ao meu querido avô “Pedrão” (Nhonho), pelos seus ensinamentos e valores que foram e estão sendo passados de geração em geração na luta pelo não esquecimento de nossas raízes. Agradeço à querida amiga Sabrina, que assim como na terra, no céu também virou estrela. Uma linda pessoa, imensa guerreira, que por onde passou, deixou sua marca de solidariedade, ética, amizade e companheirismo.

Aos meus queridos pais pela força e apoio incondicional. Sem o carinho e a compreensão em que sou presenteada cotidianamente, seria impossível concluir mais essa trajetória. Aos meus irmãos Lizardo, Carla e Márcia.

Ao professor Gilberto por me receber em Rio Claro e orientar este trabalho, em que me colocou desafios que nem eu mesma sabia que poderia tentar e juntos construímos este

trabalho. Um grande geógrafo, mas antes uma pessoa humana. Agradeço a todos os colegas do TRAMAS pelas discussões e pelas contribuições que deram ao meu trabalho, em especial Thiago, Dorival, Iara, Bruna, Júlio.

Ao professor Barone, pessoa que estimo muito, e fico feliz por me acompanhar em mais este trabalho. Uma importante pessoa na minha trajetória acadêmica. Juntos vivemos muitas “Tramas e Tensões”, mas sempre “Acomodando” as forças.

À toda galera de Rio Claro que me recebeu e acolheu. Em especial, a duas amigas, Ízide e Bruna. Juntas construímos um pedacinho de Presidente Prudente em Rio Claro. À Ízide por toda força que me deu em Rio Claro, pelo companheirismo e amizade que foi aos poucos se consolidando ainda mais.

A todas as meninas da “Morada”, essa república (*Casa e Jardim, Forno e Fogão*), que me recebeu e me recebe calorosamente até hoje, meu muito obrigada! (Carol, Debi, Jhen, Salms, Telma, Marina). Foi um importante aprendizado conviver com todas vocês. À Carol (Lora) por toda força dada companheirismo e parceria, uma pessoal linda. Um agradecimento muito especial à Thaís, pelo apoio, pela revisão, pelas contribuições neste trabalho e pela amizade.

Meu muito obrigado aos meus amigos que estiveram junto comigo e acompanharam as diversas partes deste trabalho, contribuindo intelectualmente e emocionalmente, ajudando com as dúvidas e consolando o choro: Sobreira, Gabriel, Gisele, Elenira, Cintia, Ju, Marcos. Meu agradecimento especial à Beth e a Dona Nair, que tão bem me acolheram em Presidente Venceslau. Aos meus queridos amigos de Presidente Prudente, Edivânia, Regina, Priscila, Gérson, Nati, Tauana, Lais e o pequeno Noé.

Agradeço imensamente aos assentados, às famílias e às instituições de Presidente Venceslau, que me receberam e contribuíram para a realização deste trabalho, em especial à Família de Seu Roque Paulino e Dona Catarina, que sempre me recebem de braços abertos no assentamento.

Obrigada ao Programa de Pós Graduação, ao Departamento de Geografia, a Capes e à equipe da biblioteca da Unesp de Rio Claro.

E assim termino mais essa trajetória, feliz pelos laços construídos e outros fortalecidos. A todos, meu Muito Obrigada!!!!

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar os processos de construção de representações sociais, particularmente aqueles elaborados pelos moradores da cidade de Presidente Venceslau acerca da Reforma Agrária, identificando a espacialização e a territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra no espaço urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA, por meio da modalidade de compra direta, tem estreitado as relações campo-cidade à medida que os produtos agropecuários oriundos dos assentamentos de Reforma Agrária são destinados às instituições de caráter social e a pessoas em situações de insegurança alimentar. Parte-se do pressuposto de que a Reforma Agrária espacializa-se no ambiente urbano a partir das manifestações políticas, e das ocupações de ambientes públicos nas diversas formas de luta e organização dos movimentos. Por sua vez, em caráter muito particular, este processo também se estabelece por meio do PAA, materializando a produção do campo na cidade, possibilitando reflexões acerca de sua territorialidade e o rompimento de estigmas e preconceitos sobre os “sem-terra”, sobre os ideais da Reforma Agrária e de defesa de outro projeto político de sociedade. Procura-se entender se o Programa rompe com representações sociais impostas pelos setores dominantes e que produzem a criminalização dos movimentos sociais, os conceitos de “invasão” e a “doação” de terras, descaracterizando a resistência e a luta dos movimentos sociais. Ao considerar que a representação social consolida-se nos processos de vida cotidiana, na mediação de conflitos e nas relações interpessoais, o Programa de Aquisição de Alimentos reúne desdobramentos favoráveis às classes populares urbanas na medida em que objetiva superar quadros de insegurança alimentar e coloca-se como elemento dialógico (movimento social – classes populares) e que atua na materialidade e na subjetividade destes sujeitos sociais.

Palavras Chaves: Programa de Aquisição de Alimentos, Reforma Agrária, Territorialização, Representações Sociais e Segurança Alimentar

ABSTRACT

This research aims to analyze the processes of construction of social representations , particularly those produced by city residents on land reform , the identification of social movements , spatial and territorial struggle for land in urban space program Food Acquisition (PAA .) the Food Acquisition program through direct purchase mode has narrowed the urban-rural relations , such as agricultural products from land reform are addressed to the institutions of social life and of people in food insecure . This is on the assumption that land reform is spatialized in the urban environment, from political demonstrations, occupations of public spaces in the various forms of struggle and organization of movements. In turn, on a very particular also establishes the process by PAA, materializing the production of the field in the city, offering reflections on territoriality and disruption of the stigmas and prejudices about the "landless" in the ideals of agrarian reform and the defense of another political project of society. It is about understanding the program jumps to the social representation imposed by the dominant sectors and produce the criminalization of social movements, the concepts of "invasion" and "donation" of the earth, descaracterizando resistance and struggle of social movements. Considering that social representation is consolidated on processes of everyday life, in conflict mediation and interpersonal relationships, the Food Acquisition Programme brings together the favorable evolution of the urban poor, as it aims to overcome the frames of food insecurity and the place as a dialog element (social movement - classes) and which operates in the materiality and subjectivity of these social subjects.

Keywords: Food Acquisition Reform Program, Territorial, Representations and Social Food Safety

LISTA DE ABREVIATURAS

- AVCC** – Associação Venceslauense de Combate ao Câncer
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CDAF** – Compra Direta da Agricultura Familiar
- CAAF** – Compra Antecipada da Agricultura Familiar
- CAEAF** – Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
- CDLAF** – Compra Direta Local da Agricultura Familiar
- CONSEA** – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITESP** – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MAPA** – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROUNI** – Programa Universidade Para Todos
- PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária
- SASAD** – Serviço de Assistência Social e Cultura da Igreja Assembleia de Deus
- SEAAMA** – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UNESP** – Universidade Estadual Paulista

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Renda anual e mensal do PAA por produtor e Correção Inflacionária (2003-2013)	90
Tabela 02. População Total do Município de Presidente Venceslau	94
Tabela 03. Assentamentos Rurais de Presidente Venceslau, N°. De lotes e Ano de Implementação	94
Tabela 04. Evolução em R\$ do PAA (2010-2012)	95
Tabela 05. Participação dos Assentamentos do Município de Presidente	96

LISTA DE QUADRO

Quadro 01. Fluxograma PAA no Município do Presidente Venceslau	12
Quadro 02. Questionários do Círculo de Cooperação do PAA	13
Quadro 03. Preço dos produtos praticados pela CONAB ano de referência 2012	104
Quadro 04. Entidades Consumidoras Beneficiadas com o PAA no município de Presidente Venceslau	105
Quadro 05. Entidades Entrevistadas Consumidoras Beneficiadas com os produtos do PAA	108
Quadro 06. Entidades de Doação Entrevistadas os Produtos do PAA	110
Quadro 07. Análise dos Alimentos doados no dia 11/06/2012 e comparação com os preços locais (Beneficiário Direto)	133
Quadro 08. Análise dos Alimentos doados no dia 11/06/2012 e comparação com os preços do Ceasa de Presidente Prudente (Entidade Consumidora)	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Distribuição da População dos Beneficiários Diretos do Programa de Aquisição de Alimentos	15
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Evolução do montante de crédito do PRONAF (bilhões de reais) de 2000-20012 – Brasil	75
Gráfico 02. Evolução do montante de crédito do PRONAF (em reais), por região entre os anos 2004-2012	76
Gráfico 03. Distribuição do montante total do crédito do PRONAF por grupo de agricultores. Brasil, ano safras 2000, 2001 e 2009, 2010.	77
Gráfico 04. Percentual de domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio e as Grandes Regiões 2004/2009	81
Gráfico 05. Distribuição dos domicílios particulares em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar moderada ou grave, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> – Brasil – 2000	82
Gráfico 06. Evolução do Círculo de Cooperação do PAA (2010-2012)	97
Gráfico 07. Evolução de Produtores Rurais – PAA (2010-2012)	98
Gráfico 08. Entidades consumidoras do PAA (2010-2012)	99
Gráfico 09. Sexo dos Chefes de Família em (%)	120
Gráfico 10. Escolaridade dos Chefes de Família	121
Gráfico 11. Profissão do Chefe de Família	121
Gráfico 12. Ocupação dos Chefes de Família	123
Gráfico 13. Renda Mensal dos Chefes de Família	124
Gráfico 14. Benefício Social em nome do Chefe de Família	125
Gráfico 15. Sexo por membros da Família	126
Gráfico 16. Escolaridade dos Membros da Família que Pararam os Estudos	127
Gráfico 17. Escolaridade dos Membros da Família que frequentam a escola	128
Gráfico 18. Ocupação dos Membros da Família	129
Gráfico 19. Profissão dos Membros das Famílias Beneficiadas pelo PAA	130

Gráfico 20. Renda Total em R\$ e Per Capita das Famílias (Benefícios Salários)	131
Gráfico 21. Frequência de Compras de Verduras, Frutas e Legumes	132
Gráfico 22. Conhecimento das famílias sobre a origem dos Alimentos do PAA – Igreja Brasil Para Cristo	173
Gráfico 23. Conhecimento das famílias sobre a origem dos Alimentos do PAA – Resgate Para Vida	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização de Presidente Venceslau	92
Figura 02. Chegada dos Alimentos na SEAAMA	100
Figura 03. Distribuição entre As Entidades de Consumo e Entidades Doadoras	101
Figura 04. Distribuição dos Alimentos na Igreja Assembleia de Deus (Entidade de Repasse)	102
Figura 05. Fila para entrega de Alimentos na Igreja Resgate Para Vida	112
Figura 06. Entrega dos Alimentos na Igreja Resgate Para Vida	113
Figura 07. “Culto da Feirinha”	115
Figura 08. Fila para a feirinha. Pastor junto às beneficiárias do PAA, após culto	116
Figura 09. Pastor auxiliar entregando as verduras do PAA	116
Figura 10. Assentamento Tupanciretan. Entrevistada (à esquerda) e Entrevistadora (à direita)	181
Figura 11. Assentamento Primavera. Assentada e presidente da Associação Campos Verde no seu lote.	182
Figura 12. Assentamento São Camilo. Assentada e Vice Presidenta da Associação São Camilo em seu lote	183

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Objetivos	06
Referencial teórico-metodológico	07
CAPÍTULO 1 - REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO TERRITORIALIDADE	18
1.1 Teoria das Representações Sociais	19
1.2 A Compreensão de Espaço e Território na Formação da Espacialidade e da Territorialidade	28
1.2.1 Espaço – Espacialidade	28
1.2.2 Território e Territorialidade	33
1.3 Representação social na construção da territorialidade	37
1.3.1 Espacialização e Territorialização da Reforma Agrária	44
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS NA REFORMA AGRÁRIA	48
2.1 Fome de Reforma Agrária	48
2.2 Segurança Alimentar	55
2.3 Soberania Alimentar	59
2.4 Políticas Públicas na Reforma Agrária e no Governo Lula-PT (Continuidade ou Ruptura)	61
2.5 Agricultura Familiar	71
2.6 Brasil: não há Segurança Alimentar sem Agricultura Camponesa	78
CAPÍTULO 03 - CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	84
3.1 Concepção e Implementação do PAA	85
3.2 Funcionamento do PAA	87

3.3 O PAA em Presidente Venceslau	92
3.4 Caracterização das Entidades Consumidoras do PAA	107
3.5 Caracterização das Entidades de Doação do PAA	108
3.6 Beneficiados Diretos pelo PAA	117
3.7 Perfil Socioeconômico dos Chefes de Famílias beneficiadas pelo PAA	119
3.7.1 Perfil Socioeconômico das Famílias beneficiadas pelo PAA	125
CAPÍTULO 04 – FRAGMENTAÇÃO E IMEDIATIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DA VIDA COTIDIANA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA REFORMA AGRÁRIA	136
4.1 Representações Sociais das Entidades Consumidoras	139
4.2 Representações Sociais das Entidades Doadoras	159
4.3 Representações Sociais dos Beneficiários Diretos	172
4.4 Representação Social dos Assentados	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	202
Anexo 1 – Questionário Entidade Consumidora	203
Anexo 2 – Questionário Entidade Doadora	205
Anexo 3 – Questionário Beneficiário Direto	209
Anexo 4 – Questionário Escolas	213
Anexo 5 – Questionário Assentado	216
Anexo 6 – Base de dados das famílias beneficiadas pelo PAA	218
Anexo 7 - Ofício encaminhado ao prefeito de Presidente Venceslau	225
Anexo 8 - Mapa Assentamento Primavera	228
Anexo 9 - Mapa Assentamento Tupanciretan	229

INTRODUÇÃO

A luta pela Reforma Agrária é latente na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que sonham em ter um pedaço de terra e uma vida digna. O processo de luta, isto é, as ocupações de terras, os acampamentos, as manifestações públicas e as marchas, forjam sujeitos sociais conscientes da necessidade do embate direto e da formação de uma consciência crítica e coletiva. As contradições sociais emanam diante do enfrentamento direto entre as classes sociais. A disputa que se coloca na materialidade se estende para a ideologia e projetos opostos de sociedade são rebatidos.

A estrutura social tem como base a divisão da sociedade em classes sociais, que expressa interesses antagônicos. Toda mudança social que a humanidade produziu foi por meio de lutas. Como já pontuou Marx e Engels (1848, p. 107), “até os nossos dias, a história de toda a sociedade não tem sido senão a história das lutas de classes”.

A concretização dos assentamentos rurais é fruto da luta dos movimentos sociais que ousam construir uma sociedade mais justa. Dentro das novas condições de opressão, surgem novas formas de lutas e toda luta de classes é uma luta política (MARX; ENGELS, 1848).

A vida na terra é uma luta cotidiana, uma revolução permanente, porém é uma luta imbricada de esperança e desejo por um viver melhor. O trabalho no campo e a produção de alimentos para quem precisa traz novos sentidos, contribuindo para humanizar o homem, libertá-lo do trabalho alienado no campo e para mostrar a necessidade da realização da Reforma Agrária.

A luta pela Reforma Agrária é uma luta com dimensão política, social e econômica, que confronta a estrutura social do país. Essa luta vem sendo travada pelos movimentos sociais do campo, tendo como um dos principais protagonistas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que constrói sua proposta de Reforma Agrária:

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária humanista e ecologicamente sustentável. Dessa forma as

propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser com a natureza, de modo que o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza (MST, 2012, p. 34).

Os movimentos sociais, por sua vez, defendem um modelo de Reforma Agrária que está na contramão do que tem sido realizado pelo Estado. Os movimentos sociais defendem a mudança da estrutura da organização de produção, tocando no seio do atual modelo econômico vigente: a propriedade privada dos meios de produção.

A Reforma Agrária no conjunto de seus elementos representa uma série de conquistas tais como: os assentamentos, a produção de alimentos, a geração de emprego no campo e a preservação do meio ambiente. Infelizmente, a visão fragmentada dos processos de luta pela terra, que geram os elementos acima pontuados, tende a criminalizar a atuação dos Movimentos Sociais, impedindo assim, a construção de novas representações sociais da Reforma Agrária junto ao conjunto maior da sociedade, as populações urbanas.

Neste sentido, a discussão central desta dissertação de Mestrado, intitulada *A Representação Social e a Territorialização da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos*, objetiva analisar os processos de construção de representações sociais da Reforma Agrária; verificar como a dimensão de luta, de direitos e o sentido da Reforma Agrária espacializam-se e territorializam-se na cidade, particularmente junto aos sujeitos sociais que são beneficiados pelo Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA).

O PAA é um programa do governo federal que surgiu em 2002 com objetivo de fortalecer a agricultura familiar e combater à fome. O programa objetiva garantir a compra de produtos da pequena agricultura e o repasse dos mesmos a entidades sociais e a famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas ou não nos programas de renda mínima, bem como o conjunto de agentes sociais que se integram ao círculo de cooperação do programa. (SANTOS, 2007)

O campo empírico da pesquisa é o município de Presidente Venceslau, localizado em uma região de intensos conflitos fundiários, o Pontal do Paranapanema. O município

tem cinco assentamentos rurais que foram conquistados a partir 1996, a partir da intensa luta pela terra realizada pelos movimentos sociais. Os assentamentos rurais instalados são: Primavera, Tupanciretan, Radar, São Camilo e Santa Maria. Todos os assentamentos participam do PAA.

Com a participação dos assentamentos nas políticas de segurança alimentar, a reforma agrária passa a ter maior importância, e desta forma, novos sentidos e outras representações sociais são construídos no cotidiano dos sujeitos que estão fora do campo, e que também estão sendo beneficiados pela Reforma Agrária via distribuição de alimentos.

Pretendemos, assim, abordar quais representações sociais são construídas acerca da Reforma Agrária. A partir da Teoria das Representações Sociais, que consiste em analisar a formação do conhecimento a partir dos indivíduos, concebendo-os como sujeitos na construção de sua concepção de mundo, ou seja, de suas representações sociais, procuramos identificar como se consolidam as representações sociais no espaço urbano (MOSCOVICI, 2003).

Neste caso, as formulações dos sujeitos sociais beneficiados pelo PAA (escolas, creches, abrigos, asilos, casa do menor, igrejas e famílias em situação de vulnerabilidade social), bem como as representações dos agentes (prefeitura, secretaria de abastecimento e meio ambiente) que operam políticas públicas voltadas ao campo, e desta forma, analisar o desdobramento da luta pela terra que atinge o espaço urbano por meio da territorialização de uma política pública que realiza a distribuição de alimentos produzidos, mas cuja centralidade se realiza na reprodução social, no trabalho dos assentados da reforma agrária. Parte-se do princípio de que esta concretude histórica (produção e distribuição de alimentos) atua e interfere diretamente no cotidiano destes sujeitos, mas implica reconhecer quais mediações se estabelecem e são portadoras de quais sentidos de Reforma Agrária junto aos mesmos.

Marx e Engels (1845) enfatizam que o ponto de partida para compreender a história deve ser o concreto, o real e o objetivo. As representações sociais formam-se a partir da materialidade, sendo que, a prática humana e a formulação das representações sociais são as ações do sujeito no mundo. Sendo assim,

A produção de ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material (MARX; ENGELS, 1845, p. 31).

A formação do conhecimento desenvolvido na vida social dos indivíduos, emergido no seio das relações sociais, é mediada pelo cotidiano, embora não seja isento das relações de dominação e de produção.

O indivíduo não é um ser isolado, ele vive em sociedade. O mesmo deve ser analisado tendo em consideração seu processo sócio-histórico e as relações sociais acopladas à reprodução da vida, pois

As representações aceitas por estes indivíduos são ideias quer sobre as suas relações com a natureza, quer sobre as relações que estabelece entre si ou quer sobre a sua própria natureza. [...] Se a expressão consciente das condições de vida real destes indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, este fenômeno é ainda uma consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações sociais deficientes que dele resultam (MARX; ENGELS, 1845, p. 64-65).

A essência humana para Marx e Engels (1845) é a prática social. Essa prática que o sociabiliza com os outros homens, que transforma a natureza por meio do trabalho, que cria espaço e território. O ser humano formula suas concepções do mundo, isto é, é participante na formação das representações, embora encontre nas dimensões sociais, impedimentos para a formação de uma consciência em si e para si.

As representações sociais emergem no saber prático da vida cotidiana: são as interpretações do sujeito sobre o mundo, intercedidas pela práxis humana e que podem também manifestar ideias dominantes.

Nesta perspectiva, Moscovici (2003) desenvolve o conceito de Representações Sociais, que está no campo da Psicossociologia e que se estabelece no cotidiano dos

sujeitos sociais. As práticas comuns desenvolvidas cotidianamente são mediadas por uma concretude de existência e relações com o entorno mais imediato, consolidando as representações sociais. Neste sentido, a formação do conhecimento é realizada na perspectiva do indivíduo em sua espacialidade próxima. Essa perspectiva de construção dos elementos constitutivos das formas de compreensão e representação do real consolida a base teórica desta pesquisa.

O processo de construção de análise das representações sociais busca reconhecer todos os elementos sociopolíticos que mediam a dimensão prática do entorno dos sujeitos sociais e, neste caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) acaba constituindo-se como uma política pública que interage diretamente na dinâmica de reprodução social dos mesmos (assentados e beneficiários). Ao focar questões de segurança alimentar, desdobram-se processos de alimentação, “renda”, interação social (por meio de entidades e novos sujeitos, os assentados e os beneficiários, por exemplo), entre outros e que perfazem o cotidiano dos sujeitos, restando saber: quais mediações práticas são estabelecidas e quais relações cognitivas são constituídas frente a esta política pública?

O PAA consolida-se como uma política pública que integra a dimensão de segurança alimentar à reprodução social camponesa, realizada no âmbito de governança federal, estadual e municipal. O programa tem rebatimentos concretos sobre o campo e a cidade.

A pesquisa procurou verificar se a partir da materialidade da reforma agrária no espaço urbano, ou seja, a partir da execução do PAA, como se estabelece a construção de representações sociais sobre a Reforma Agrária; em que medida o PAA legitima a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra; e como se espacializa e/ou se territorializa a reforma agrária para além de seu território gênese: o assentamento rural.

A presente dissertação está estruturada em três partes. Assim temos: a primeira parte é constituída pela *Introdução* e pelos *Fundamentos Teóricos e Metodológicos*; a segunda parte é formada por quatro capítulos e a terceira é composta pelas *Considerações Finais* do trabalho.

No primeiro capítulo, trazemos a discussão do referencial teórico utilizado para a pesquisa. Trabalhamos com a Teoria das Representações Sociais e com os conceitos geográficos de Espaço, Espacialidade, Território e Territorialidade. Esses conceitos foram

utilizados na perspectiva de entender os processos de consolidação das representações sociais, que refletem no espaço e no território.

O segundo capítulo retrata as políticas públicas da Reforma Agrária durante o período do governo federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e do governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT). Neste capítulo, discutimos também o conceito de segurança alimentar, soberania alimentar e agricultura familiar.

No terceiro capítulo, tratamos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), discutindo sobre a formação e consolidação do PAA e sua implementação no município de Presidente Venceslau, caracterizando o círculo de cooperação. No quarto capítulo, analisamos as representações sociais junto aos sujeitos beneficiários e agentes que atuam no processo de governança, ou que compõem o círculo de cooperação do programa segundo o referencial teórico adotado.

Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é elucidar quais são as Representações Sociais que as entidades consumidoras, que as entidades de repasse e que os moradores da cidade que são beneficiados diretamente com alimentos provindos de assentamentos rurais têm da Reforma Agrária mediada pelas ações do PAA. Além disso, verificar-se-á como se correlacionam às representações sociais e a territorialidade que os movimentos sociais de luta pela terra têm no espaço urbano.

Objetivos Específicos

1- Verificar a construção da territorialidade da Reforma Agrária e dos Movimentos Sociais de luta pela terra no espaço urbano, a partir da implementação do PAA;

2- Analisar e levantar dados sobre implementação do PAA no município de Presidente Venceslau – SP;

3- Analisar o impacto socioeconômico para as entidades sociais e para os sujeitos receptores dos alimentos do PAA;

4- Compreender qual a representação social que a Reforma Agrária tem para os moradores da cidade e para as instituições sociais que estão sendo beneficiados com alimentos do PAA.

Referencial teórico-metodológico

Neste estudo, arriscamo-nos a fazer o inverso de trabalhos anteriores (SILVA, 2010): procuramos entender o particular para entender o todo, partimos das relações sociais para entender a superestrutura. Objetivamos compreender em que medida as representações sociais mediam a construção do espaço e do território.

O sujeito é produtor de suas representações, que nascem a partir de uma materialidade acerca do ambiente *sensível e mais imediato*. Essas representações atuam sobre a realidade em um processo dialético. A observação empírica do cotidiano tende a mostrar a conexão da estrutura social e política com a produção (MARX; ENGELS, 1845).

Estudos na perspectiva do cotidiano têm sido realizados por alguns intelectuais, como Henri Lefebvre (2006) e Agnes Heller (1992). No Brasil, reflexões sob essa perspectiva de estudo do cotidiano foram desenvolvidas por José de Souza Martins (1992), Marisa Feffermann (2006), entre outros.

A compreensão da realidade parte de uma perspectiva crítica e histórica, por meio do método científico e do saber do senso comum, buscando desvendar a realidade. Para isso, parte-se do entendimento de que teoria e prática são inerentes na explicação dos fatos.

O método é um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetivada pelo investigador quando esse pretende fazer uma leitura da realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação (SPOSITO, 2003). O método científico é um conjunto de regras para observação e análise dos fenômenos que possibilite sua compreensão.

A utilização do saber do senso comum, presente neste trabalho, não se relaciona com uma ruptura epistemológica. Fizemos o uso de metodologias que se unem para melhor compreender a realidade estudada, que se utiliza da ciência e do saber do senso comum, formando assim, uma nova racionalidade. Segundo Boaventura de Souza Santos (2006, p. 89), “o conhecimento do senso comum tende a ser mistificado e mistificador, mas apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico”.

A ciência é o meio pelo qual compreendemos o universo reificado e as representações sociais lidam com o universo consensual, que emerge o saber do senso comum. O universo reificado instala uma consciência dominante, na qual devemos agir de modo imparcial e submisso, em que a valorização do saber é dada somente pela intelectualidade científica. No universo consensual, as representações trazem a consciência coletiva, explicam-se os fatos de modo que sejam acessíveis por todos que se interessam. (MOSCOVICI, 2003).

A pesquisa reúne diversas estratégias e atividades de investigação, objetivando perscrutar as relações concretas dos sujeitos e como as mesmas podem ser mediadas com o conhecimento científico, sem com isso, estabelecer planos hierárquicos acerca de suas construções. Para isso, foram realizadas entrevistas, trabalhos de campo, visitas, diário de campo, conversas informais, participação em eventos acadêmicos acerca do tema e ações que visaram o reconhecimento teórico e conceitual de teóricas e metodológicas, mas tendo o sentido histórico e a materialidade como pressupostos centrais para a compreensão do realidade pesquisada.

Desta forma, ao voltarmos-nos para o campo empírico, a captura das representações sociais estabeleceu-se a partir de entrevistas realizadas com as entidades beneficiadas (abrigos, asilos, escolas creches) e os beneficiários diretos (famílias beneficiadas). As

entrevistas foram gravadas em áudio e em algumas ocasiões, quando não autorizadas, as falas foram fielmente anotadas.

Nos trabalhos de campo, foram realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas a instituições sociais e a famílias beneficiadas pelo PAA. Visitamos as instituições que distribuem alimentos às famílias, os órgãos municipais gestores do programa, os representantes dos movimentos sociais e os assentados produtores.

Asseveramos que a pesquisa foi realizada no município de Presidente Venceslau, região oeste do estado de São Paulo, onde existem cinco assentamentos rurais que produzem alimentos destinados ao PAA: Assentamento Primavera, Tupanciretan, Radar, São Camilo e Santa Maria, que direcionam sua produção para as entidades consumidoras (escolas, abrigos, hospitais, orfanatos, casa do menor) e entidades doadoras (igrejas e associações), que transferem os alimentos para os beneficiários diretos (famílias beneficiadas).

Todas as entidades que recebem as doações do PAA são cadastradas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) como entidade consumidora. Para melhor análise de nossa pesquisa, criamos outra categoria de entidade. As entidades que fazem uso próprio dos alimentos, como escolas, creches, asilos e hospitais, classificamos como “Entidade Consumidora”. As entidades que recebem os produtos e repassam, como as igrejas e associações, classificamos como “Entidade Doadora”.

As associações de produtores dos assentamentos rurais do município de Presidente Venceslau atendem a 24 instituições (escolas creches, hospitais, abrigos, asilos, casa do menor e igrejas) beneficiadas nos projetos do PAA referentes ao período de 2011-2012. Das 24 instituições cadastradas 20 são do município de Presidente Venceslau, 1 de Presidente Epitácio e 3 de Santo Anastácio. Por ser um programa de caráter federal, o PAA permite a transferência de alimentos de um município para outro.

Embora o município tenha 24 entidades cadastradas no site da CONAB, em nossos trabalhos de campo, averiguamos que há um número superior de entidades que recebem os produtos e não são cadastradas no site da CONAB. Três entidades doadoras (igrejas), não possuíam cadastro no site da CONAB, porém recebiam os produtos do PAA e repassavam

para famílias em situação de vulnerabilidade social, entretanto, essas entidades doadoras possuíam cadastro na Secretária de Agricultura do município. Essas três entidades doadoras constam já cadastradas nos projetos 2012-2013 do PAA e já possuem cadastro no site da CONAB.

Das 20 entidades cadastradas no município sede dos assentamentos, realizamos entrevistas com 11 entidades sociais. Além dessas, entrevistamos as 3 entidades que estão cadastradas apenas na Secretária de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (SEAAMA) do município de Presidente Venceslau. Na SEAAMA, obtivemos informações sobre o PAA referente à assistência técnica, à produção dos lotes e à distribuição dos alimentos com os gestores municipais do programa (Diretor, Agrônomo e o Técnico Agrícola), responsáveis pela execução do PAA.

Visitamos a Prefeitura de Presidente Venceslau. Enviamos um ofício ao prefeito, no intento de ter acesso aos dados da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Assistência Social. Com o parecer favorável do prefeito e dos responsáveis pelas referidas secretarias, foi possível ter acesso ao banco de dados da assistência social e aos documentos do planejamento urbano, que tiveram importante contribuição na pesquisa.

Posteriormente, fomos ao Centro de Solidariedade de Presidente Prudente, onde foi possível conversar com a diretora responsável do programa Bolsa Família, do Renda Cidadã, do Ação Jovem e outros programas sociais do município. Conseguimos dialogar com a enfermeira chefe e com a nutricionista, que representam o município na Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (REDE SANS). Discutimos sobre a questão da segurança alimentar e da vulnerabilidade social do município.

O PAA é uma política governamental que abrange diferentes agentes sociais para sua execução, formando um “círculo de cooperação”. Santos (2008) propõe a abordagem dos círculos de cooperação para compreender o funcionamento do território, sendo que, é preciso captar o movimento dos circuitos espaciais da produção. De acordo com Santos e Silveira,

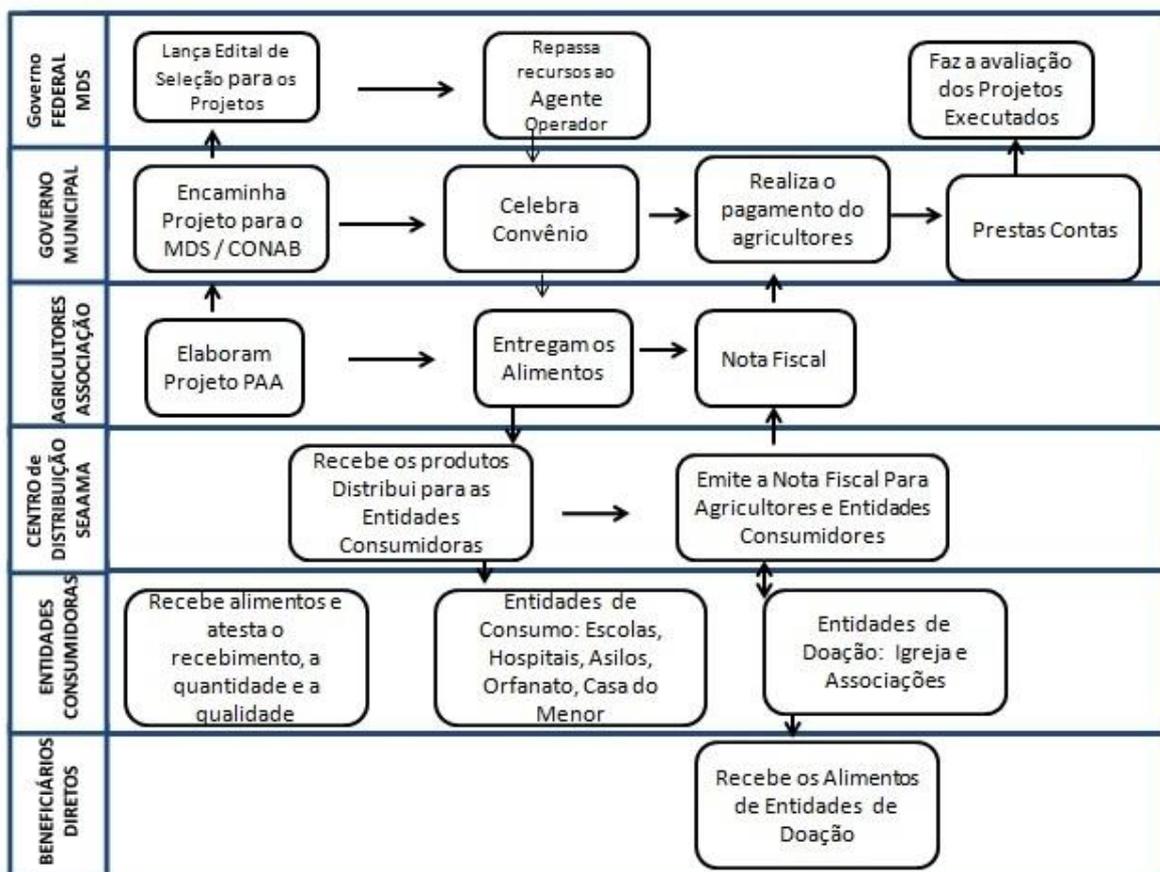
A repartição das atividades entre lugares e a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais

ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 143)

O círculo de cooperação do PAA envolve diferentes agentes sociais de diversas esferas políticas. É um círculo de produção entre o governo federal, o governo municipal e a sociedade civil organizada. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) lança editais para as prefeituras que queiram participar do programa. As prefeituras, por sua vez, encaminham os projetos já elaborados pelas Associações de Produtores. No projeto, já consta o número de produtores, a especificação da produção a ser entregue e as entidades que serão beneficiadas com a entrega dos alimentos.

Com a aprovação do projeto, os assentados passam a produzir. Esses alimentos são entregues ao poder municipal, isto é, à SEAAMA. Esta, por sua vez, faz a distribuição dos produtos para as entidades sociais. A SEAAMA também é responsável pelas notas fiscais dos produtores, que são destinadas a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para posterior pagamento com recursos do MDS.

Quadro 01. Fluxograma PAA no Município do Presidente Venceslau.



Fonte e Créditos: MDA
 Organização: Martha Esthela S. Silva (2013).

Para a realização das entrevistas, foram construídos cinco questionários específicos, um para cada agente social (Entidade Consumidora, Entidade Doadora, Beneficiário Direto, Escolas e Assentado) do círculo de cooperação. Além da construção dos questionários, foram elaborados roteiros de entrevistas para agentes (Agrônomo, Técnico Agrícola, Lideranças Locais) envolvidos com o PAA.

Quadro 02 - Questionários do Círculo de Cooperação do PAA.

Nº	Entidade	Caracterização	Nº Quest. Aplicados
01	Entidade Consumidora	Entidades que fazem uso dos alimentos na própria entidade. (Escolas, Asilos, Abrigo, Hospitais).	04
02	Entidade Doadora	Entidades que repassam os alimentos às famílias em vulnerabilidade social	07
03	Beneficiário Direto	Famílias que recebem as doações das entidades de repasse	27
04	Escolas	Escolas Municipais que recebem os produtos do PAA	03
05	Assentado	Assentados que participam do PAA	06

Elaboração: Martha Esthela S. Silva (2013)

Os questionários foram estruturados em duas partes: a primeira parte refere-se a aspectos sociais e econômicos; a segunda é composta sobre as representações sociais da Reforma Agrária.

A representação social está corporificada no discurso do sujeito. Dessa forma, os trabalhos empíricos sobre representação social procuram caracterizá-las a partir das informações obtidas por meio de entrevistas e questionários.

O trabalho de campo foi um dos mais importantes instrumentos de nossa pesquisa, em que foi possível estabelecer uma relação com os sujeitos envolvidos no PAA. Procuramos fazer um primeiro contato com os entrevistados para falar sobre a pesquisa e dialogar sobre a possível participação dessas pessoas nessa pesquisa. Foi importante essa primeira aproximação, e assim, para no segundo momento, realizarmos as entrevistas.

As entrevistas com as entidades consumidoras foram realizadas com os gestores e/ou responsáveis. Conhecemos as entidades e o trabalho realizado por elas. A primeira parte do questionário refere-se às questões socioeconômicas que foram tranquilamente respondidas por todos. A segunda parte do questionário refere-se à Reforma Agrária.

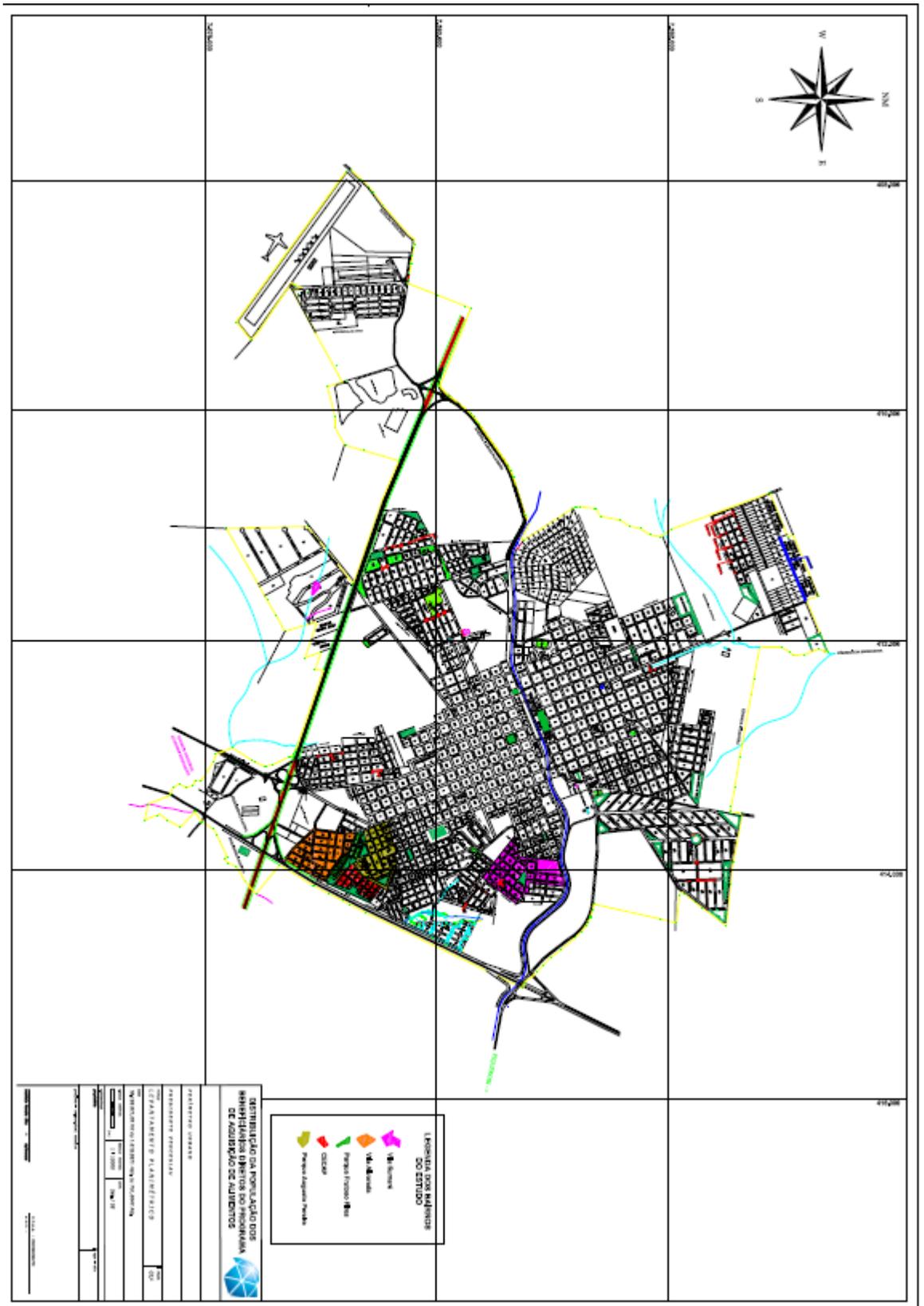
Alguns entrevistados estranharam essa parte, mas com o diálogo sobre a ligação do PAA com a Reforma Agrária, foi possível continuar a entrevista. Todas avaliaram bem o PAA e a produção dos assentamentos rurais. Neste segmento, obtivemos boas entrevistas. Os entrevistados dialogaram sobre a vida no campo e alguns trouxeram suas histórias que são ligadas ao meio rural.

Entrevistamos sete entidades doadoras, cinco igrejas e duas associações, pois as famílias em situação de vulnerabilidade social recebem os alimentos do PAA por essas entidades. Fomos recebidos pelos pastores das igrejas e essas entrevistas foram mais longas. Assuntos fora da pesquisa eram apontados pelos entrevistados, porém relevantes. Assistimos os cultos de algumas igrejas e participamos de reuniões, no intuito de estabelecer uma relação mais direta com os entrevistados.

Em particular, as entidades doadoras pareciam mais abertas à pesquisa. A maioria dos entrevistados mostraram documentos de suas atividades de caridade, do PAA e de seus futuros projetos. Observamos que os mesmos sentem-se com um papel importante no círculo de cooperação do PAA por entregarem os alimentos às famílias necessitadas ou talvez por julgarem que a pesquisa evidenciaria o caráter de “caridade” da igreja.

Os beneficiários diretos foram o único seguimento que não conseguimos estabelecer um contato anterior, mas mesmo assim, a maioria se dispôs a participar da pesquisa no intuito de ajudar alguém que precisava neste caso, nós pesquisadores.

Elencamos dois grupos de beneficiários diretos para a efetivação da pesquisa. O primeiro grupo é composto pelas famílias atendidas pela igreja “O Brasil Para Cristo”, residentes do Bairro Vila Sumaré. O segundo grupo é constituído pelas famílias atendidas pela igreja “Resgate Para a Vida”, que atende aos Bairros Vila Alvorada, Parque Frutuoso Pires, Parque Augusto Pereira e Cecap. Fizemos um mapa a seguir dos bairros das famílias pesquisadas.



Pontuamos que essas duas entidades doadoras possuem forte representatividade junto ao programa no município. Com as famílias atendidas pela Igreja “Resgate Para a Vida”, o contato foi realizado na fila de entrega dos alimentos, onde dialogamos sobre a pesquisa e solicitamos a participação. As famílias que se dispuseram a participar da pesquisa, foi solicitado o endereço, onde fomos para fazer a entrevista. Somente com três famílias que não poderiam nos atender, a entrevista foi realizada em uma sala da igreja, cedida pelo pastor. A igreja tem um grupo de 32 famílias, conseguimos entrevistar 14 famílias.

Com as famílias atendidas pela igreja “O Brasil para Cristo”, o primeiro contato foi realizado no culto da igreja, em que fizemos o mesmo procedimento anterior e pedimos o endereço e as entrevistamos em suas casas. A igreja possui 20 famílias cadastradas no Bairro Vila Sumaré, entrevistamos 13 famílias.

Ir à casa das famílias ajudou a quebrar o desconhecimento de ambas as partes (pesquisador e pesquisado). O momento de acolhida na casa, conhecer os demais membros da família, tomar o café e falar sobre coisas cotidianas, deram alicerce para iniciar formalmente a entrevista.

Neste grupo de entrevistados (beneficiários diretos), histórias de vida enriqueceram as entrevistas: histórias de luta e de uma vida sofrida na cidade faziam paralelo com as lutas pela terra no campo, em busca de melhores condições de vida. Há uma identificação de classe entre os entrevistados e os acampados e assentados. Essa identificação se dá pelo sofrimento de vida e a luta pela a reprodução social. Poucas famílias sabiam da origem dos alimentos e quando souberam, ficaram surpresas e felizes. O conceito de Reforma Agrária causou estranhamento para muitos, mas logo conseguiram identificar, falando sobre o assentamento, o assentado e a necessidade de distribuição das terras.

Nas escolas, conversamos com a diretora, com a coordenadora pedagógica e/ou com as merendeiras. Neste segmento, algumas entrevistas foram comprometidas pela recusa de algumas entrevistadas em responder a determinadas perguntas tocante à Reforma Agrária.

Uma das entrevistadas já havia sido professora no assentamento, o que nos proporcionou uma boa entrevista. Em outra entrevista, com a diretora da escola junto à coordenadora pedagógica, ao iniciarmos as perguntas sobre os assentamentos rurais, as

mesmas não quiseram seguir com a entrevista, pois julgaram serem questões políticas em que não caberia a escola responder.

No trabalho de campo realizado no assentamento rural, visitamos alguns lotes, dialogamos com os assentados sobre o assentamento e a atuação do PAA. De acordo com os entrevistados, o programa passou a estimular no campo a “roça” e a produção de alimentos. Nas entrevistas, conseguimos captar o orgulho que os assentados têm de sua produção, que está sendo destinada a ajudar quem precisa. Os mesmos apontam alguns entraves do programa, como o limite de cota e falta de assistência técnica, porém, apontam muitos pontos positivos, como a volta do roçado para o assentamento, a renda sendo complementada e o trabalho para a mulher e para o jovem nas hortas. Observamos intensa atuação das mulheres gerindo o PAA no assentamento, desde a produção até a comercialização, atuando também na diretoria das associações.

Realizamos entrevistas com as principais lideranças sociais da luta pela terra e pela permanência digna no campo. Com os líderes, foi possível um diálogo sobre o PAA. Apresentamos os resultados obtidos em nossa pesquisa, buscando a compreensão de como essa política de distribuição de alimentos tem rebatido sobre os movimentos sociais e o assentamento rural. Formulamos um roteiro e entrevistamos Rubens Germano, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Salomé, a Presidente da Associação Campos Verde do assentamento Primavera.

O diálogo com esses líderes constitui-se na socialização desse conhecimento construído sobre o PAA no município de Presidente Venceslau, em que discutimos sobre a atuação do círculo de cooperação do programa, os rebatimentos políticos que a entrega de alimentos tem no espaço urbano e quais novas representações sociais que estão sendo construídas em torno da Reforma Agrária.

CAPÍTULO 01 REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADE

No presente capítulo, pretendemos refletir de que modo as representações sociais podem atuar na formação da territorialidade. Partimos da análise das representações sociais dos sujeitos beneficiados pelo PAA sobre a Reforma Agrária, buscando assim, compreender o espaço que os movimentos sociais de luta pela terra assumem no ambiente urbano.

Este capítulo é o constructo teórico utilizado nesta pesquisa e tem como base a teoria das Representações Sociais e o processo de construção da Territorialidade dos movimentos sociais de luta pela terra.

O objetivo deste primeiro capítulo é construir a base teórica da pesquisa. Isso dará alicerce para as demais discussões que traçaremos neste estudo. Discutiremos sobre a teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (2003), os conceitos geográficos de Espaço e Espacialidade (SANTOS, 1978) e os conceitos de Território e Territorialidade (OLIVEIRA, 2006), pois estes conceitos são essenciais para o entendimento deste presente trabalho.

Na primeira parte do capítulo, temos a discussão e a análise da Teoria das Representações Sociais. Na segunda parte, trabalhamos com os conceitos de Espaço-Espacialidade e Território-Territorialidade.

A terceira parte une a teoria das representações sociais, os conceitos de “Espaço” e de “Território” a nossa pesquisa, abordando a “Espacialização” e a “Territorialização” da Reforma Agrária. Buscamos a compreensão de quais são os impedimentos e/ou impulsos que criam essas novas espacialidade e territorialidade a partir das representações sociais formuladas acerca da Reforma Agrária, tendo como mediação o PAA.

Como asseveramos, a pesquisa tem como escopo central analisar a territorialidade da Reforma Agrária no espaço urbano a partir da materialidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Objetivamos refletir em que medida a concretude da produção alimentar e os processos de distribuição dos alimentos do campo para as áreas periféricas

urbanas, consolidando-se como mediações concretas no processo cotidiano de reprodução social de diversos sujeitos sociais em situação de risco alimentar, são mediadoras nas formas de representação social destes sujeitos acerca da Reforma Agrária e de seus principais elementos conceituais (assentamento rural, assentado, movimentos sociais de luta pela terra).

Parte-se da Teoria das Representações Sociais desenvolvida no campo da Psicologia Social. Perspectivamos compreender os tipos de representações sociais que se estabelecem os conceitos e quais suas particularidades no âmbito da Reforma Agrária (assentamento rural, assentados, ocupações de terras, acampamento, produção de alimentos) no espaço urbano e como essas representações espacializam-se para além de seu território gênese: o assentamento rural.

Analizamos a realidade social de modo crítico, entendendo o espaço como fruto das relações sociais históricas (SANTOS, 1978) e o território como produto da luta de classes (OLIVEIRA, 2006). Busca-se compreender as contradições sociais e as relações de espacialidade e territorialidade que a Reforma Agrária constrói no ambiente urbano.

1.1 Teoria das Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais é desenvolvida dentro do campo da Psicologia Social. A construção do conhecimento é realizada através da interação e da comunicação entre os indivíduos no âmbito do cotidiano.

Segundo MOSCOVICI (1961: 36), “as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

O conceito de Representação Social foi desenvolvido por Serge Moscovici (2003). O autor se sustenta ao conceito anteriormente desenvolvido por Durkheim (2003) que tratava de Representações Coletivas, conceito do campo da sociologia onde se prioriza uma visão global das representações.

O sociólogo Durkheim (1898) procurou explicar fenômenos como a religião, os mitos, as categorias de espaço e tempo, etc. O autor distinguiu o conceito de Representações Individuais do conceito de Representações Coletivas, sendo que, o primeiro conceito devia ser estudado pela psicologia e o segundo, pela sociologia (DURKHEIM, 1898). O autor advertia que não temos como explicar os fatos sociais somente pela percepção do indivíduo. Para exemplificar, a religião é uma representação coletiva, pois a mesma não pode ser tida como um fenômeno individual, visto que o indivíduo não funda uma religião sozinho, mas sim, da interação com outros indivíduos.

O conceito de Representação Social foi influenciado pela vertente sociológica da psicologia moderna. Segundo Farr (1995), Moscovici formula a teoria das Representações Sociais:

O autor não desenvolveu sua teoria num vácuo cultural. Ele teve a capacidade de se apoiar nos fundadores das ciências sociais na França, especialmente em Durkheim, que foi um dos fundadores da sociologia moderna, a teoria de Moscovici é frequentemente classificada, com muita propriedade, como uma forma sociológica de Psicologia Social. (FARR, 1995, p. 44).

Moscovici (2003) desenvolve o conceito de Representações Sociais apoiando-se em elementos da Psicologia Social e da sociologia, que é formulada a partir do cotidiano dos sujeitos sociais. As práticas comuns são mediadas por uma concretude de existência e relações com o entorno mais imediato. Parte-se de uma perspectiva que se debruça sobre a questão do conhecimento como um processo e não apenas como conteúdo, sendo que, a formação do conhecimento é realizada na perspectiva do indivíduo em sua espacialidade próxima.

De acordo com a autora Jodelet (2004, p. 20),

A Representação Social é o processo de assimilação da realidade pelo indivíduo, fruto de uma interação das suas experiências, de seus valores, das informações que circulam no seu meio sobre um objeto social bem como das relações que se estabelecem com os outros homens do seu meio.

A Psicologia Social tem suas sistematizações a partir da década de 1950 e foram criadas duas vertentes predominantes: a vertente Norte Americana parte da concepção de que o indivíduo é causa e efeito de sua individualidade; a vertente Europeia parte da concepção de que o homem é um produto histórico e social.

Sob a ótica da Psicologia Social Francesa; “a psicologia social norte-americana é uma ciência ideológica, reprodutora da classe dominante” (LANE, 1984, p. 11). A psicologia americana trata o comportamento do sujeito como um processo individual, que não sofre interferência do meio social. Em contrapartida, a psicologia francesa busca compreender o sujeito na sua individualidade, atrelada ao seu meio social.

O homem é fruto de seu processo histórico e deve ser compreendido dentro das dimensões sociais, política e econômica que o rodeia. Neste sentido,

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas, desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são *realmente*, ou seja, como agem, como produzem material realmente, como atuam, portanto, em determinados limites premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade (MARX; ENGELS, 1845, p. 30)

Não podemos descartar as relações de produção que interferem na concepção de ideias do sujeito. O homem é o principal sujeito na transformação do espaço e das relações sociais, em que as representações possuem papel fundamental na compreensão da realidade (MOSCOVICI, 2003).

A Teoria das Representações Sociais busca tanto dentro da Psicologia Social como fora dela as possibilidades de reconstrução teórica epistemológica. É uma metodologia que se propõe à entender as relações sociais (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1994). Em diálogo com a geografia, procuramos entender como as representações sociais configuram o espaço e o território.

A representação social pode ser entendida como significados que o indivíduo atribui à realidade através de seu discurso. A comunicação e a linguagem são elementos-chaves para a construção das representações, sendo que, é por meio da comunicação que o sujeito estabelece sua relação com o mundo. Para os autores Marx e Engles (1845, p. 44), “[...] a linguagem é a consciência real prática que existem também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim; e a linguagem só nasce como consciência da necessidade, da necessidade orgânica do intercâmbio com outros homens”.

A interação entre os homens por meio da linguagem busca elementos para o entendimento do meio social. Moscovici (2003) criou o conceito das Representações Sociais para conseguir compreender a sociedade moderna, que é caracterizada pelo pluralismo e pela rapidez das mudanças sociais. Para o autor, o conceito de Representações Coletivas, desenvolvido por Durkheim, não conseguia explicar a complexidade da sociedade atual.

Durkheim (1894) procurou explicar as representações em uma escala menor, priorizando mais a construção do saber entre os indivíduos nas relações cotidianas. O pensamento do indivíduo é mediado por sua espacialidade próxima e pela troca de conhecimentos com seus pares. Desse modo, a construção das representações sociais tem como alicerce o saber do sujeito, que é formulado a partir de suas relações sociais, sendo que, cada sujeito é protagonista na formulação do conhecimento coletivo.

Moscovici (2003) argumenta que a utilização do conceito de representações coletivas cabia a sociedades mais antigas, criando o conceito de “representação social” para explicar elementos da sociedade atual:

As representações em que estou interessado não são a das sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornassem tradições imutáveis. (MOSCOVICI, 2003, p. 51).

Com o estudo das representações sociais, Moscovici (2003) estuda o conhecimento que é produzido na escala da vida cotidiana por meio do senso comum compartilhado. Esse

saber é construído de forma social e a comunicação se direciona a compreender e pensar a realidade. É um conhecimento prático e simbólico. A comunicação dos indivíduos tem papel fundamental, pois é através do discurso e da troca de experiências que se formam e disseminam-se as representações sociais.

Nas palavras de Moscovici (2003, p. 10),

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam e se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos.

As representações sociais são construídas socialmente. O saber do senso comum é apropriado pelos sujeitos na formação do conhecimento e o papel social do indivíduo é central na criação ou na reafirmação de ideias. O mesmo não pode ser refutado desse processo, não é apenas receptor e repassador de ideias prontas.

A comunicação exerce um papel fundamental. O compartilhamento de experiências se objetiva na construção do saber e na estruturação do processo de conhecimento que se realiza na cotidianidade.

As representações sociais são sistemas de interpretação da realidade. O sujeito busca uma compreensão do objeto e esse pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento, um fenômeno social ou natural, uma ideia, etc. O desenvolvimento do processo de conhecimento, que perpassa pela assimilação, formação de conceito e valores, concretiza-se com a materialidade próxima.

De acordo com Jodelet (1989, p. 05) “as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade”.

Segundo Moscovici (2003), o processo de formação das representações sociais serve para tornar familiar o que antes não tinha familiaridade alguma. A familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação, em que o que anteriormente não era familiar, passa a ser, ou seja, passa a ter uma representação social, sendo que,

As representações sociais emergem, não apenas de um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Moscovici (2003) aponta que, embora a sociedade seja um sistema econômico e um sistema político, ela deve ser considerada também como um sistema de pensamento. Na perspectiva da Psicossociologia, o indivíduo não é somente um receptor de ideias da classe dominante, mas é também um pensador ativo, que irá formular suas representações quando o mesmo entra em um processo de formação de sua consciência.

As representações sociais são formadas no cotidiano, no saber do senso comum. Essas são criadas a partir de ideologias, de modo que o indivíduo ou o coletivo formulam as representações de acordo com sua visão de mundo. Embora o indivíduo seja um ser pensante, as formulações de suas representações sociais não estão isentas de ideologias, mas as representações são e estão passíveis de mudanças.

De acordo com o teórico das representações sociais, a sociedade pensante distingue-se em duas classes de universo de pensamentos: o universo consensual e o universo reificado. Segundo Moscovici,

No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentidos e finalidades, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas. No universo reificado, a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. (MOSCOVICI, 2003, p. 50).

No universo consensual, a sociedade é vista como homens livres e iguais. As atividades “intelectuais amadoras¹” da interação social cotidiana dão-se nesse universo, em

¹ Formação de conhecimento fora da acadêmica.

que se produzem as representações sociais a partir da “*arte da conversão*”, do discurso, estabelecendo-se as relações sociais. As pessoas, por meio da comunicação verbal, compartilham suas ideias e as “teorias” do senso comum são elaboradas (MOSCOVICI, 2003).

No universo reificado, a sociedade é vista como uma sociedade de classe desigual e meritocrática, em que o grau de participação na construção do conhecimento é determinado exclusivamente pelo nível de qualificação acadêmico (MOSCOVICI, 2003). O poder da ideologia apoia-se neste universo e a formulação do conhecimento é apropriada de forma indevida para a manutenção do *status quo*. “A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante” (MARX; ENGELS, 1845, p. 67).

É no universo reificado que se formulam as falsas e pejorativas representações sociais da Reforma Agrária, que seguem os interesses da lógica do capital para a manutenção da concentração de terras da elite agrária. “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 1845, p. 67).

Do universo consensual emergem as representações sociais. Neste universo, todos têm direito a voz e participação na formulação do conhecimento. É aí que mora o “perigo”. Mesmo no discurso impregnado de ideologias, as práticas sociais que se espacializam contestam “verdades prontas” e desmistificam as ideologias. “A ‘imaginação’, a ‘representação’, desses homens determinados sobre a práxis real é transformada no único poder determinante e ativo que domina e determina a práxis desses homens” (MARX; ENGELS, 1845, p. 60). A prática social interfere na ideologia, pois faz o enfrentamento do que é colocado no mundo das ideias ao que é posto no mundo concreto, sendo que, a concretude age diretamente na formação das representações sociais.

Neste sentido, a práxis humana do assentamento rural, que produz um dos elementos de primeira necessidade do homem, isto é, os alimentos que são distribuídos no espaço urbano, invalidaria a ideologia de que os “sem-terras” são “baderneiros” e “vagabundos”? Neste caso, as práticas socioespaciais superam a ideologia, emergindo assim, novas representações sociais. Por sua vez, as novas representações necessitam de

uma mediação prática no cotidiano dos sujeitos para que elas possam ser consolidadas, espacializadas e/ou territorializadas.

A criminalização dos movimentos sociais realizada pela classe dominante tem a grande mídia ao seu dispor, que deslegitima a luta política, desenraizando as lutas sociais de toda e qualquer conjuntura sócio-histórica, conforme Trouni e Romão (2004, p. 266), para quem “a formação do discurso dominante que circula na grande imprensa - grandes jornais e revistas ‘conceituadas’ – sempre promovendo a satanização dos sem-terra, expulsando e negando a sua condição reivindicatória”.

A mídia brasileira é hostil com os movimentos sociais populares, pois os mesmo evidenciam a contradição de classe e o conflito entre oprimidos e opressores. As mazelas da sociedade capitalista são denunciadas por meio da ação desse sujeito coletivo - movimento social - que transforma sua miséria em protesto, pela recomposição de seus direitos, protagonizando a luta pela vida.

A luta pela Reforma Agrária expressa o enfrentamento direto de classes sociais, de modo que, a classe dominante tenta a todo o momento deslegitimar a luta dos trabalhadores sem-terra, bloqueando, assim, a formação das reais representações sociais da Reforma Agrária. A classe dominante tenta, por sua vez, desatrelar a luta política da conquista dos assentamentos rurais e da produção de alimentos.

A criminalização dos movimentos sociais recai sobre o senso comum, que reproduz, em parte, as concepções da classe dominante sobre as lutas sociais. Entretanto, as práticas sociais interpõem essa ideologia dominante e a produção de alimentos dos “sem-terra” traz possibilidades de formação de novas representações sociais.

As representações sociais são formadas por dois processos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o processo que transforma algo totalmente estranho e perturbador em algo familiar. Ancorar é denominar e classificar, pois coisas que não são classificadas ou denominadas são estranhas e ao mesmo tempo, ameaçadoras. Classificar ou denominar alguma coisa ou pessoa significa tirar ela do anonimato (MOSCOVICI, 2003). A ancoragem efetiva-se quando somos capazes de colocar o objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-la com um nome conhecido.

A classificação consiste em colocar determinado elemento em um conjunto de valores por nós estipulados. Categorizar alguém ou alguma coisa é escolher um de nossos paradigmas e compará-lo de maneira positiva ou negativa. Segundo Moscovici (2003),

Os sistemas de classificação e nomeação (classificar e dar nomes) não são, simplesmente, meio de graduar e de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades discretas. Seu objetivo principal é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade formar opiniões. (MOSCOVICI 2003, p. 70).

A ancoragem torna familiar o que antes era estranho e ameaçador. É a formação da interpretação a partir das representações que já temos. Ancorar objetos, ideias e pessoas, é procurar identificá-las com algo já armazenado em nossa memória, algo que é próximo.

A objetivação também é um mecanismo de construção de representações sociais. Esta, por sua vez, torna o que parecia abstrato em algo concreto, como no caso de teorias que, em gerações passadas eram totalmente improváveis e nas gerações presentes são teorias que são cientificamente comprovadas. De acordo com o físico Maxwell, “o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte” (MAXWELL apud MOSCOVICI, 2003, p. 71). A aceitação de novos valores e a domesticação dos mesmos é resultado da objetivação, que é mais atuante que o processo de ancoragem.

Segundo Moscovici (2003, p.71), “a objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”. Objetivar é produzir conceitos, tornar tangível o conceito abstrato, materializá-lo. A ancoragem forma representação do que está no mundo real e a objetivação, no que está no mundo das ideias.

A teoria das representações sociais toma como ponto de partida a visão do indivíduo e suas representações. A mesma coloca esse indivíduo como um ser pensante e sujeito na formação das representações sociais, sendo que, seu objetivo é identificar como os indivíduos ou grupos constroem as mesmas.

Embora em meio à ideologia dominante na estrutura social, as representações sociais na dinâmica da socialização do conhecimento cotidiano permitem a atuação do

pensamento do sujeito, que pode ou não questionar a ideologia ou reformulá-las. Anular totalmente a ação pensadora do sujeito é anular a mudança. As mudanças que ocorrem no pensamento são devidas a atuação desse sujeito, que questiona ideologias e forma sua representação social do mundo.

1.2 A compreensão de espaço e de território na formação da espacialidade e da territorialidade

1.2.1 Espaço-espacialidade

A geografia é uma ciência que estuda a sociedade e sua relação com o meio, ou seja, o espaço geográfico, sendo que, o Espaço é um dos principais conceitos dessa ciência. Trabalhamos com a perspectiva de espaço de Milton Santos (1978) e de Henri Lefebvre (2006). Os dois autores pensam o homem como protagonista na construção do espaço.

Para Milton Santos (1978), principal intelectual na conceituação do espaço, o espaço é como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas, que são resultados tanto do passado como do presente. Segundo o autor,

(...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas e de relações sociais com do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978, p. 22).

O espaço é o palco da vida material humana, em que se desenvolvem as práticas sociais, que criam e recriam o uso do espaço, sendo que, conseqüentemente, reinventam o mesmo, que está sujeito a constantes modificações, alicerçadas pela organização das relações sociais.

Santos (1985) expõe que, o espaço é acumulação desigual dos tempos. O espaço congrega diferentes tempos, que se mesclam e que o transformam, pois:

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, de uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS 1985, p. 49).

O Espaço é a superfície concreta em que se desenvolve a sociedade e as relações sociais dão “vida” ao mesmo. O ser humano, por meio de sua prática, é o principal agente na transformação do espaço e essas práticas não estão isentas das contradições de classes, que se reproduzem nas relações sociais de produção.

A realidade social reflete na organização do espaço. Se a mesma está apinhada de contradições, o espaço também se apresenta com as contradições, pois o espaço, de acordo com Santos, é a morada do homem, é o lugar de vida e de trabalho.

Santos (2007) considera que, o espaço é como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos são fixados em um lugar e a práxis humana são os fluxos. Os fluxos transformam o espaço e, portanto, “fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar.” (SANTOS, 2007, p. 38). Os fixos sofrem a interferência dos fluxos pela ação humana, sendo que, fluxos e fixos vão materializar a realidade geográfica. (SANTOS, 2007).

O espaço possui elementos físicos e simbólicos. As definições do espaço são dadas pela prática social e é no espaço que se realizam as atividades da vida humana. O homem é responsável pelas transformações espaciais.

As contradições da sociedade de classes materializam-se no espaço, sendo que, o mesmo é configurado de acordo com a correlação de forças estabelecidas. Na relação do homem com a natureza, o espaço material e o espaço simbólico formam o espaço geográfico, sendo este resultado da ação humana.

Para Souza (2009, p. 105),

O espaço geográfico é campo, materialidade e representação da ação humana (trabalho). Trabalho no sentido mais amplo, não como simples ação mecânica sobre a matéria e sua reconfiguração como objeto (uso) e em determinado estágio da existência humana como mercadoria de troca, produtor e produto.

O trabalho humano é o principal instrumento na transformação do espaço. O espaço, construído e alterado pelo homem, configura-se como palco das realizações humanas e toda modificação executada na transformação do espaço é proveniente do trabalho. O conjunto de atividades desempenhadas pela sociedade promove, de maneira contínua, a modificação do espaço geográfico. Assim, o espaço geográfico é fruto do trabalho humano e somente pode ser modificado por meio do mesmo (SOUZA, 2009).

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (2006) entende o espaço como fruto das práticas sociais, sendo que, as mesmas são fundamentais para a produção e reprodução do espaço. O ser humano tem um papel principal na dinâmica espacial. Para o autor, o espaço é um produto social que não existe em si mesmo. Ele é produzido a partir de uma realidade social, na qual o espaço representa uma ordem que acontece ao mesmo tempo da realidade social. O espaço é a representação concreta da vida material humana (LEFEBVRE, 2006).

O autor aponta que, o homem só produz espaço a partir do momento que esse sujeito pensa, atua e experimenta, ou seja, a produção do espaço é fruto das relações sociais. Utiliza-se do conceito de produção do espaço, entendendo o espaço ligado à realidade social e o mesmo não se forma de maneira espontânea, sendo produzido pelos homens.

Lefebvre (2006) apresenta o conceito de espaço-tempo: o espaço é a ordem sincrônica da realidade social e são as relações humanas, por meio de suas ações e práticas, que produzem o espaço. A produção do espaço só pode ser compreendida no contexto de uma sociedade específica. O espaço e o tempo não são apenas relacionais, mas fundamentalmente, históricos. O estudo do espaço deve levar em consideração as relações sociais de poder e de conflito, que se expressam.

O filósofo Lefebvre (2006) trabalha com a perspectiva de que o espaço é produzido pela ação humana e pelas relações sociais. O autor percebe o espaço em três momentos. No **espaço percebido**, esta percepção vai depender do sujeito, pois, vai depender da sua

prática espacial, que se baseia numa *materialidade* concreta e produzida; no **espaço concebido**, ele não pode ser percebido sem ter sido concebido previamente em pensamento; *produto do saber*; no **espaço vivido**, é a experiência vivida no espaço, experimentada na *prática* da sua vida cotidiana (LEFEBVRE, 2006) (Grifo nosso).

O autor, com sua percepção do espaço, auxilia-nos à compreensão da teoria das representações sociais, pois apresenta uma discussão sobre o cotidiano, em que as representações se constituem do que é *vivido, percebido e concebido* em um movimento dialético.

O espaço é a categoria chave na investigação das representações sociais. É no espaço que o homem vive, percebe e concebe sua visão de mundo. É no espaço percebido, isto é, na materialidade, que se direcionam as práticas sociais, contudo, é no espaço vivido que se permite as transformações. No espaço vivido, buscamos o universo individual, o espaço em que as representações sociais emergem na percepção do sujeito e nas práticas da vida cotidiana.

De acordo com Santos (2008, p. 172), “o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos”. A práxis humana atua cotidianamente sobre o espaço, e o sujeito, a partir do espaço percebido, ou seja, a partir da materialidade espacial, concebe o pensamento. Ao formular o saber atual diante de tal realidade vivida, o sujeito coloca em ação sua prática social.

Essa espacialidade do espaço rural no espaço urbano, via distribuição de alimentos (PAA), coloca a possibilidade de novos pensamentos sobre a Reforma Agrária, que podem mudar a aceitação dos Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e a legitimação da práxis dos movimentos por parte dos beneficiados com a produção de alimentos dos assentamentos rurais.

A partir do movimento da produção, promove-se o movimento das representações? A mudança de espacialidade no espaço torna possível a construção de novas representações. De acordo com Santos (1996), a espacialidade é um momento no espaço, diferente da paisagem que é permanente: “a espacialização é sempre o presente, um

presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente [...] a espacialidade é o momento das relações sociais geografizadas, em determinado arranjo espacial” (SANTOS, 1996, p. 73-74).

Segundo Soja (1983), em seus estudos sobre espacialidade,

[...] a espacialidade tornou-se ativa como uma estrutura concreta e repositório de contradições e conflitos, um campo da luta e estratégia política. As relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão deste modo interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simples gênese reflexo, causa inicial e efeito subsequente. (SOJA, 1983, p. 38).

A espacialidade está relacionada à dinâmica espacial da sociedade, que cria relações sociais no espaço. Em nosso estudo, a relação *cidade x campo* é mediatizada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que cria a espacialidade da Reforma Agrária no espaço urbano via distribuição de alimentos oriundos dos assentamentos rurais, mas perscruta-se se esse movimento territorializa-se.

A relação *campo e cidade* é mediada por uma série de elementos. A divisão socioespacial do trabalho, embutida de questões econômicas e políticas, trouxeram a esses dois espaços uma separação, em que um se sobrepõe ao outro.

De acordo com Marx e Engels (1845, p. 26), “a divisão do trabalho no interior de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola e, com ela, a separação de campo e cidade e a oposição dos interesses de ambos”. Segundo os referidos autores, a maior divisão material e espiritual é a separação do campo e da cidade, sendo que, a mesma oposição somente pode existir no quadro da propriedade privada (MARX; ENGELS, 1845).

Em suas formas modernas, a divisão e oposição entre cidade e campo e entre indústria e agricultura, representa a culminação crítica do processo de divisão e especialização do trabalho. Embora não tivesse início com o capitalismo, foi desenvolvido com o capitalismo a um grau extraordinário e transformador. Esta visão manifesta-se sob

outras formas: a separação entre trabalho mental e trabalho braçal, entre administração e execução, entre política e vida social.

Essa divisão social do trabalho rebate no espaço, o campo e a cidade, porém, ao mesmo tempo, esses dois espaços se complementam. Sposito (2010, p. 116) descreve sobre tal movimento: “não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade”.

A produção de alimentos no campo que reverbera sobre a cidade auxilia-nos a refletir sobre essa divisão do trabalho que traz a complementaridade do trabalho no campo à reprodução social de vida na cidade.

A partir da materialidade do espaço, ou seja, com a análise do PAA, que é a materialidade do rural no urbano, buscamos compreender se ocorre a territorialidade da Reforma Agrária na cidade a partir da espacialidade dessa política pública, que entrelaça diretamente esses espaços.

A PAA coloca novas possibilidades de formação de novas espacialidades da Reforma Agrária, que *a priori* se dá com as Ocupações e Manifestações de Luta pela Terra, que por sua vez, tentam resultar na conquista de assentamentos rurais. A produção dos assentamentos (Alimentos) tem sua distribuição no espaço urbano pela intervenção do Estado. Será que isso traz uma nova dimensão geográfica da Reforma Agrária no espaço urbano, criando uma espacialidade do campo na cidade?

1.2.2 Território e Territorialidade

A discussão sobre Território e Territorialidade coloca-nos na necessidade de pontuarmos tais conceitos. O território, inserido na Geografia, é compreendido em diferentes perspectivas.

Compreendemos que, o território é um conjunto de relações sociais que se estabelece no espaço. Essas relações têm como pano de fundo a disputa pelo poder do espaço. O território é o espaço do poder.

O território é um espaço de conflito e disputa pelo poder. O mesmo se (re)produz por meio da luta de classe, em que uma classe almeja o total controle do território em detrimento da outra. Para Oliveira (2003, p. 13),

[...] território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência [...] O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve.

De acordo com Souza (2009), o território é constituído de duas propriedades. Para o autor, é impossível compreender ou representar o território sem as mesmas, sendo elas:

a) o núcleo central de sua proposição repousa sobre a afirmativa de que o território é constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder; b) as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças, nas representações do poder, e esta mudança não implica num único sentido. [...] Uma ausência de compreensão de que é a práxis que consolida espacialidades e os limites de enfrentamento destas diferenças geram, portanto, os territórios. (SOUZA, 2009, p. 109).

O território é construído por meio das relações sociais imbricadas de poder. A disputa pelo território é uma disputa por espaço, por ideais, bens naturais, culturais e econômicos. Souza (2009) aponta que, o território reúne quatro elementos: as relações de poder, as representações simbólicas, as normas e a identidade subjetiva.

O território somente é concebido pelo exercício de poder, sendo inseparáveis os dois elementos. A disputa pelo território perpassa por uma disputa econômica, política e cultural. O território é fruto das relações sociais que se desenvolve pelo espaço, tendo como pano de fundo, a luta de classes.

O geógrafo Oliveira (1999, p. 74) parte da concepção,

[...] de que território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, ect) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

O autor coloca o território como elemento contraditório da luta de classe e o Estado como regulador do território. O Estado, na concepção classista, serve como instrumento para manutenção da classe dominante no poder, logo, para preservar os privilégios burgueses. O Estado faz a mediação do conflito na disputa pelo território e legitima a posse do território, favorecendo a classe que representa. De acordo com Marx e Engels (1845, p.112), “[...] o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto interna, para a garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses”.

Fabrini (2011), assim como Oliveira (1999) e Souza (2009), também trabalha com uma concepção classista de território. Para o autor, um território também pode constituir-se na inconstitucionalidade, ou seja, sem a legitimação do Estado. Para o autor, “a formação do território está sujeita às forças sociais que são protagonistas no processo de sua formação”. (FABRINI, 2011, p. 99).

O território é contraditório e deve ser interpretado como um espaço de resistência e subordinação, pois essa contradição territorial é derivada das classes sociais que disputam a hegemonia sobre o controle do território, sendo que o mesmo é uma construção social. (FABRINI, 2011).

A ocupação de terras constitui-se em um território camponês, mesmo não sendo legitimada pelo Estado. Esse território legitima-se como camponês pelas práticas que se concretizam nesse espaço, ou seja, pela territorialidade camponesa. É um território fora da constitucionalidade, mas não é um território sem territorialidade.

O território é um espaço delimitado por relação de poder e constrói-se a partir das relações sociais mediadas pela correlação de forças opostas, em que ocorre a disputa pelo

domínio do mesmo. Quando uma força se sobrepõe a outra e ganha o domínio do território, passa-se, então, a disputar a hegemonia da territorialidade.

Ao analisar a conquista da terra, o enfrentamento direto do campesinato versus agronegócio, que se dá com a ocupação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, quando este território passa a ser um assentamento, *a priori*, tem-se um “território camponês”. Neste território, pode manifestar-se opostas territorialidades: há uma disputa pela territorialidade camponesa e a territorialidade do agronegócio, porém, essa disputa, entre outras disputas que se espacializam no assentamento rural, não anulam o território camponês, e sim, a totalidade do território do campesinato. O território é camponês e a territorialidade é camponesa e do agronegócio. A disputa pela territorialidade vem junto com uma nova disputa territorial. (Fernandes, 2006).

De acordo com Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. O território constitui-se a partir do espaço e é resultado das relações sociais de disputa pelo poder numa determinada área. Sendo assim, o autor cita que: “*o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É a produção a partir do espaço*” (RAFFESTIN, 1993, p. 37). A compreensão do autor avança na distinção entre espaço e território.

Raffestin (1993) baseia-se em Lefebvre para a compreensão da mudança do espaço em território. O espaço produz-se e modifica-se como um território nacional com toda infraestrutura (rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestrada, rotas aéreas, etc.). Sendo assim, o território nacional foi realizado pelo trabalho humano e esta modificação foi marcada pelo poder. Raffestin (1993, p. 144) conclui que, “*o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si*”. O espaço é a matéria-prima das relações e por isso, as representações dadas neste espaço são o que o torna um território (RAFFESTIN, 1993).

O território não pode ser uma prisão, pois ele expressa o desejo do sujeito. Um assentamento rural é um território e para os assentados, configura-se como um espaço de esperança e de libertação da fome, da falta de moradia e de desemprego. As relações de poder expressam-se no território, pois uma classe anseia ter o domínio homogêneo do mesmo. As representações simbólicas (terra, produção familiar, direitos, luta, cooperação) atuam sobre as normas de conduta que podem ou não reafirmar a identidade de “sem-terra”.

Raffestin (1993), um dos autores que trabalha com conceito de territorialidade, aponta que,

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Raffestin (1993) trabalha com a territorialidade mais no nível material, pois para o autor, a mesma somente pode ser analisada em relações reais, colocadas no contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

A territorialização é a representação social que se configura no território. É a expressão das relações sociais que se estabelecem a partir de uma materialidade, criando uma mediação com o espaço por meio da dominação e da apropriação, que assim articula a territorialidade do território.

As práticas cotidianas dos sujeitos são essenciais para a construção e manutenção da territorialidade. Entendemos territorialidade como um conjunto de práticas que se expressam no território. A territorialidade expande-se para além de seu território e os valores de um território podem permear por outro território. A territorialidade abrange outros territórios sem necessariamente desterritorializar-se do seu território de origem.

1.3. Representação social na construção da territorialidade

Este olhar para as práticas da vida cotidiana, que para Lefebvre (2006) é permeado pelo espaço vivido, concebido e percebido, ajuda-nos na compreensão da teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003), em que este conhecimento advém do senso comum, do cotidiano e da espacialidade próxima do sujeito.

Entender as representações sociais da Luta pela Terra elaborada por sujeitos urbanos que se beneficiam com a produção de alimentos dos assentamentos rurais é o principal objetivo desse estudo. A Luta pela Terra traz consigo uma série de estigmas, porém, a materialidade dessa luta no ambiente urbano por meio da produção e distribuição de alimentos, pode gerar conflitos ideológicos e novas representações sociais sobre a Reforma Agrária.

A luta pela terra tem apresentado diferentes desdobramentos tanto no plano concreto quanto no plano abstrato. A luta pela Reforma Agrária é histórica, sendo que, para os trabalhadores protagonistas desse processo, a mesma é cotidiana. Trata-se de uma luta de classe que teve início com a escravidão no Brasil. Entre escravos e senhores de engenhos, os quilombos representaram a maior resistência contra a escravidão e pela luta pela terra. Em um espaço-tempo diferente, essa luta, mesmo que em diversos momentos da história tenha sido sufocada, ainda hoje permanece viva entre os explorados. (WHITAKER, 2009)

A luta pela terra desencadeou uma série de outras lutas, de modo que, hoje, os movimentos sociais não mais reivindicam somente terra, mas também reivindicam outro projeto de sociedade, contrário ao que está (im)posto. Esse projeto propõe uma sociedade justa e igualitária, de modo que o dinheiro não valha mais que o ser humano.

Os movimentos sociais são os protagonistas dessa luta que se propõe a corrigir os erros históricos. A terra deve cumprir sua função social e não uma função de negócio. No palco de conflito fundiário, a disputa dá-se entre *Camponeses versus Agronegócio*. A luta de classe expressa-se na disputa pelo território e os meios de produção.

Uma das estratégias que os Movimentos Sociais utilizam é a ocupação de terras, isto é, um enfretamento direto com o Agronegócio em um conflito que é mediado pelo Estado. O Estado, por sua vez, propõe uma Reforma Agrária de mercado, totalmente contrária a ensejada pelos movimentos sociais.

A efetivação dos assentamentos rurais de Reforma Agrária é precedida de diversas ocupações, sendo que, as ocupações são expressões concretas da espacialização da luta pela terra e os assentamentos, a territorialização da luta (FERNANDES, 1996).

No Brasil há uma forte criminalização da luta pela terra. A mídia hegemônica contribui para a depreciação da Reforma Agrária, formulando ideologias para a não legitimação social da reforma agrária e para a criminalização dos sujeitos da luta pela terra.

O MST é constantemente estereotipado pelos meios de comunicação. No intuito de deslegitimar a luta dos excluídos, esses meios tentam vincular o movimento a ilegalidade e a criminalidade. De acordo com Tfouni e Romão (2004, p. 255), “através de suas narrativas e explicações sobre os fatos do mundo, elas criam lógica e coerência onde não existe lógica e coerência alguma”. A mídia desvincula a luta por justiça que os Movimentos Populares reivindicam, vinculando a luta com baderna. A mesma camufla propositalmente as injustiças sociais para invalidar a ação coletiva desse sujeito que é fruto do processo histórico de acúmulo de desigualdade social.

Segundo Sauer e Souza (2008, p. 53),

Fortemente influenciados pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma estreita ligação entre conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores dessa violência. Completamente influenciado por um “discurso modernizador” do grande agronegócio, a violência é associada a nichos não-modernos ou atrasados no campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário.

A criminalização dos Movimentos Sociais é uma estratégia da elite agrária, que se vale de todo aparato midiático e governamental para impedir a territorialização dos sem-terra por meio das ocupações (FERNANDES, 2003).

De acordo com Oliveira (2003, p. 31),

A luta e a própria reforma agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses processados e condenados. Instaura-se em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar os presos políticos em réus comuns. [...] Por isso, camponeses e trabalhadores rurais tem sido presos por lutarem para ter seu pedaço de chão, ou para fugir das formas degradantes de trabalho.

A ideologia urbano-industrial e seus preconceitos contra o rural obstaculizam a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, porém, a pequena propriedade rural produtora de alimentos e recuperadora do meio ambiente é o que permite combater este preconceito (WHITAKER, 2009). A sobreposição que a cidade tem sobre o campo reforça o preconceito com o rural, sendo que, o campo é identificado como o lugar do atraso e a cidade como lugar do progresso.

Criam-se estigmas para o campo e desvaloriza-se o papel da Reforma Agrária, simbolizada como atraso para o campo. Além disso, procura-se ocultar a importância do camponês na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

Essa ideologia perversa disseminou que os assentamentos são “favelas rurais”, associando propositalmente os assentamentos a um lugar de vagabundos, baderneiros e bandidos. A denominação de favela parte da ideologia de criminalizar a pobreza, tanto no meio urbano quanto no meio rural. (WHITAKER, 2009)

De acordo com a socióloga Dulce Whitaker (2009, p. 35),

A pequena produção resiste e graças à nossa incipiente Reforma Agrária, se amplia, de quebra prestando serviços ao meio ambiente. Os preconceitos contra o rural tradicional também resistem e estão aí para serem utilizados pela ideologia do agronegócio. Mas preconceitos não acontecem por acaso. Eles brotam da dominação e compõem as cirandas perversas no gigantesco caleidoscópio das ideologias, com suas descontinuidades, ilusionistas e inversões.

A Reforma Agrária é colocada pela mídia hegemônica, que é representante do agronegócio, como sinônimo de baderna e atraso, descaracterizando, assim, totalmente os Movimentos Sociais de Luta pela Terra. A mesma deslegitima a luta ao inferi-la como algo ilegal e imoral. O agronegócio é colocado como sinônimo de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento. A luta pela terra constitui também uma luta política e ideológica.

Scherman (2010) discorre sobre essa disputa ideológica:

Discursos distintos em defesa em defesa de valores também distintos circulam entre as diversas classes sociais contemporâneas. A força que cada um tem também depende dos recursos disponíveis para cada uma dessas classes nessa luta. O discurso dominante, hegemônico, que propaga uma ideologia dominante constitui-se mais forte, uma vez que dá voz aqueles sujeitos sociais que detêm o controle dos governos, dos recursos financeiros, da grande mídia, na defesa de seus interesses. (SCHERMAN, 2010, p. 80).

A ideologia dominante mistifica o agronegócio. Enfatiza-se que o agronegócio modernizou o campo com suas tão aclamadas tecnologias, porém, a serviço do que e para quem se destina essa tecnologia? Trata-se de um modelo que não tem função nenhuma na produção de alimentos para o consumo humano e sua produção *plantation* é para atender as demandas do mercado externo e diminui assim, as áreas de cultivo alimentares e contamina os solos e as águas com o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Marcuse (1998) faz importantes reflexões sobre a revolução científica-tecnológica. O autor pontua que, no sistema capitalista, a tecnologia é mais um instrumento de dominação social e ideológica, em que as técnicas são monopolizadas para os interesses particulares de determinada classe social e os processos produtivos estão ligados a uma lógica lucrativa.

O agronegócio destina-se à produção *commodities*. No Brasil, isso se expressa por meio da produção de cana-de-açúcar para fabricação de combustíveis, no entanto, o combustível está cada vez mais caro ao consumidor brasileiro. A soja é produzida para alimentar o gado europeu e brasileiro e a laranja para a exportação de suco. Segundo Whitaker (2009, p. 37), essa “produtividade” “não mata a fome, muito pelo contrário”.

Souza e Diegues (2012) analisam o processo de *commoditização* da agricultura, que cada vez mais elimina a diversidade produtiva do campo. Os autores propõem a “desglobalização” da produção de alimentos, apontando a necessidade de desfazer o monopólio da produção de alimentos, pois a *commoditização*:

[...] revela a necessidade de “des-globalizar” a produção e o consumo de alimentos como estratégia de preservação ambiental e sócio-produtiva, de manutenção da produção regional e banco genético de alimentos,

considerando a commoditização como lógica de subsunção do trabalho e a mercantilização da natureza. (SOUZA E DIEGUES, 2012, p. 79-80).

Oliveira (2003) também discute sobre o avanço da *commoditização* dos alimentos que controlam a produção alimentar e as sementes que sempre foram patrimônio da humanidade, discutindo os dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial:

Dois processos monopolistas comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, o exemplo é o setor sucroalcooleiro e o setor de produção de celulose. Neste caso de fato a produção comanda a circulação das mercadorias. De outro lado, está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. (OLIVEIRA, 2003 p. 07).

A Reforma Agrária, por meio do discurso ideológico do agronegócio, é desatrelada da preservação e da reconstituição da natureza. É omitido que a agricultura camponesa é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil. De acordo com Fabrini (2011, p.145),

A eficiência produtiva camponesa, necessária para o desenvolvimento do Brasil, é verificada a partir do cotejamento de dados da área cultivada, financiamentos de investimento e custeio às lavouras e produção dos pequenos agricultores (aqueles detentores de menos de quatro módulos fiscais). Esses pequenos agricultores, dispendo de apenas 24,3% da área total de terras do país (IBGE, 2006) e poucos recursos financeiros (16 bilhões, de acordo com o plano safra 2010-2011), são responsáveis por 100% da produção de verduras, 87% da de mandioca; 70% do feijão; 59% dos suínos, 58% de leite; 50% das aves, 46% do milho; 38% do café etc. Acrescenta-se ainda que, enquanto as pequenas propriedades empregam 74,4% dos trabalhadores e ocupam 15 pessoas a cada 100 hectares, a agricultura de negócio (agronegócio) emprega apenas 25,6% do trabalhadores e ocupa somente 1,7 pessoa. Essa diferença ocorre porque o agronegócio utiliza muita tecnologia poupadora de mão-de-obra, dentre outros motivos.

A Reforma Agrária cumpre sua função social que rebate positivamente em toda sociedade com a oferta de alimentos e a geração de empregos no campo. Embora os pequenos agricultores fiquem com a menor parcela de crédito agrícola governamental, são os que mais geram emprego no campo e alimentam a população rural e urbana. Essa face da Reforma Agrária é omitida e os preconceitos com o campo são arbitrariamente disseminados.

Dulce Whitaker (2009) discorre sobre os preconceitos com o campo e sobre os sujeitos da Reforma Agrária:

Tais preconceitos atuam no imaginário social de forma atingir os pobres do campo, especialmente aqueles que lutam pela Reforma Agrária, apresentados constantemente pela mídia como atrasados, incompetentes, engraçados, pitorescos, quando não perigosos baderneiros – um processo que visa exatamente desqualificar suas lutas e afastar a atenção do público sobre seus direitos. (WHITAKER, 2009, p. 38).

O preconceito com o campo acentua-se ainda mais, quando neste territorializa-se a Reforma Agrária. Ou seja, quando os assentamentos rurais são conquistados pela ação dos movimentos sociais, sendo que todos os estágios da luta pela terra são criminalizados, embora as práticas sociais produtivas dos assentamentos rurais invalidam parte dos preconceitos.

A luta pela terra e a permanência no campo exige a criação de políticas de produção e comercialização da produção camponesa. O PAA consolidou-se como um instrumento de manutenção do homem no campo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade de compra direta, tem estreitado as relações campo-cidade. A dicotomia estabelecida entre o rural e o urbano e entre o campo e a cidade, surge com a divisão territorial do trabalho. Nesses dois espaços, estabelecem-se diferentes relações sociais. Para Oliveira (2003, p. 31), “campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade dialética”. O campo e a cidade são espaços

que se articulam e que devem ser compreendidos em uma relação de mutua dependência e contradições.

De acordo com Sposito (2010, p. 115), “a oposição entre cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético”.

Os teóricos Marx e Engels (1845) também pontuam a relação entre a cidade e o campo:

A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho [...] A separação cidade e campo pode ser tomada como a divisão do capital e propriedade fundiária, como o começo de uma existência e desenvolvimento do capital independente da propriedade fundiária, do capital, ou seja, uma propriedade que tem sua base meramente no trabalho e na troca (MARX; ENGELS, 1845, p. 75-76).

A separação entre campo e cidade e a divisão entre urbano e rural deve ser compreendida como uma relação dialética. Esses dois espaços se distinguem pelas suas relações sociais. A diferenciação entre o campo e a cidade é produzida em função da divisão do trabalho. As concepções de que a cidade é o lugar do “progresso” e do “novo” e o campo é o lugar de “atraso” e do “velho”, causou uma sobreposição da cidade sobre o campo. Essa sobreposição se realiza na vida material, pois temos visto a relação de dependência e complementaridade desses espaços. A cidade e o campo passam por transformações que, cada vez mais, evidencia a impossibilidade da separação e sim, a necessidade de articulação.

1.3.1 Espacialização e Territorialização da Reforma Agrária

A reforma agrária espacializa-se no ambiente urbano com as manifestações políticas, com as marchas, com as manifestações e com a ocupação de espaços públicos e

com o PAA. Essas diferentes formas de luta tornam presente a Reforma Agrária no espaço urbano.

A territorialização da Reforma Agrária ocorre quando os sujeitos da cidade passam a entender e enxergar a luta pela terra como uma causa social e justa, e assim, não criminalizam o processo de luta e os protagonistas dessa luta pela realização da Reforma Agrária. Quando isso ocorre, há a ruptura com os estigmas perversos da luta pela terra e a compreensão de que a Reforma Agrária é algo muito além da distribuição de terra. Segundo Fabrini (2011, p. 107),

A luta pela reforma agrária possui um sentido mais amplo porque está inserida, sobretudo, num projeto de nação, ou seja, a reforma agrária é necessária não somente para os camponeses, mas para o desenvolvimento da nação brasileira: para todos. O MST inclusive defende que a ‘reforma agrária deve ser uma luta de todos’, pois toda a sociedade, e não somente os sem-terras, se beneficiaria dela.

O PAA traz um novo cenário para a descriminalização da Reforma Agrária, possibilitando a formação de novas representações sociais a partir de uma materialidade concreta que se coloca no cotidiano de diferentes autores sociais, isto é, a distribuição de alimentos oriundo dos assentamentos rurais.

O programa coloca, de modo direto, a ideologia do agronegócio em confronto com a ideologia camponesa, pois o agronegócio, com seu discurso de “modernização” e “progresso” no campo, vincula a agricultura camponesa como sinônimo de uma agricultura atrasada e improdutiva. Porém, os assentamentos rurais, com a produção alimentar, desvalida a improdutividade da pequena agricultura no campo, possibilitando assim, a desconstrução de alguns preconceitos. Isso ficou explícito na fala do camponês:

o pessoal da cidade agora respeita a gente, pois estão vendo que a gente trabalha mesmo, nossa produção está indo ajudar a quem precisa, o nosso trabalho está chegando à cidade e matando a fome de muita gente. É o trabalho dos sem-terra. (Informação Verbal) ²

² Assentado, assentamento Tupanciretan, Presidente Venceslau, Out/2010.

A produção dos alimentos destinada ao espaço urbano coloca a possibilidade de outras concepções do assentamento rural. A reestruturação produtiva do campo com o PAA traz elementos concretos para a resignificação deste espaço rural, que passa a ter a representação social de um “espaço de produção de alimentos”, para alguns sujeitos que compõem o círculo de cooperação do PAA.

As representações sociais são conhecimentos formulados na vida cotidiana e no saber do senso comum. Isso é permeado de ideologias, contudo, não é descartada a autonomia do sujeito na construção dessas representações (MOSCOVICI, 2003). O olhar para o cotidiano nos ajuda a entender o conjunto maior das relações sociais, e a práxis no espaço “vivido” e “percebido” permite entender a construção da realidade imediata. (LEFEBVRE, 2006).

Elementos da cotidianidade do assentamento rural (produção de alimentos) estão diretamente ligados a atividade básica (alimentação) da vida de sujeitos do espaço urbano. O círculo de cooperação de PAA reúne uma série de representações sociais sobre o universo da reforma agrária (assentamento rural, assentado, luta pela terra, ect), que com a mediação da entrega da produção agrícola, são repensadas.

Entender o cotidiano e suas relações mais simples possibilita entender o conjunto da sociedade e suas particularidades que tem rebatimento significativo na formação do pensamento social. De acordo com Heller,

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 1992, p. 17).

Moscovici (2003) procura, com a formação das representações sociais para explicar o cotidiano, a formação do conhecimento se que constrói nessa esfera social. A observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos

discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais (JODELET, 2001).

De acordo com a autora;

A representação social está com seu objeto numa relação de "simbolização", ela toma seu lugar, e de "interpretação", ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma "construção" e uma "expressão" do sujeito. (JODELET, 2001, p. 09).

O movimento de espacialização e territorialidade da reforma agrária no espaço urbano é mediado pelas práticas sociais dos sujeitos da reforma agrária (assentados e movimentos social). Neste estudo analisamos o Programa de Aquisição dos Alimentos buscando compreender como se coloca essa espacialização e territorialização mediada por essa política pública, por meio das representações sociais que se expressam através dos sujeitos beneficiados com a doação dos alimentos.

CAPÍTULO 02. POLÍTICAS PÚBLICAS NA REFORMA AGRÁRIA

O presente capítulo traz a discussão sobre as Políticas Públicas no âmbito da Reforma Agrária, da segurança alimentar e da soberania alimentar. Tem por objetivo discorrer sobre as políticas destinadas ao meio rural e seu rebatimento nas políticas de segurança alimentar e nutricional.

O capítulo é constituído por três partes: na primeira parte, ponderamos a importância da reforma agrária para a promoção da segurança alimentar e a criação da soberania alimentar; na segunda parte, tratamos sobre a implementação das políticas públicas na Reforma Agrária realizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e no governo de Luis Inácio Lula da Silva e na última parte sobre a agricultura familiar³.

Quando entendemos a fome como um “*produto das relações sociais*” (CASTRO, 1951), a necessidade de democratização da terra, de desconcentração da renda e dos meios de produção é a única solução para a total supressão da fome.

A expulsão de milhares de camponeses do campo para as cidades tem sido um processo desenfreado e desorganizado de urbanização, aumentando ainda mais a miséria e as desigualdades sociais. Porém, esses camponeses expropriados lutam pelo retorno ao campo, negando assim, sua exploração pelo capital e lutando com a esperança de conquistar uma vida digna.

2.1 Fome de Reforma Agrária

No Brasil, a problemática da terra tem tido desdobramentos desfavoráveis à população que é desprovida dos meios de produção. A intensa concentração de terras contribui para o aumento da pobreza e da fome no país (SOUZA, 2008). A expulsão dos

³ Embora existam conflitos teóricos entre os conceitos de Agricultura Familiar e Campesinato, no plano prático político, as instâncias governamentais tratam este conjunto social como Agricultores Familiares, o que no plano teórico se remete a uma reflexão sobre os efeitos desta política nos processos de recriação e estratégias de permanência do campesinato no campo brasileiro. (PAULINO, 2006)

camponeses do campo para a cidade teve como consequência o aumento da população que vive em condições precárias e sub-humanas, sendo este um segmento da população com difícil acesso aos alimentos. Tudo isso é fruto das relações econômicas que são pautadas prioritariamente no capital.

Embora a capacidade de produção de alimentos tenha apresentado um número significativo, é preciso considerar que essa capacidade de produção é monopolizada. Dessa forma, ocorre uma distribuição desigual dos alimentos. De acordo com Mizuzaki (2007, p. 143), “as técnicas de produção são mediadas, portanto, pelas relações de classe, e é sob as relações desiguais de trabalho e produção, que a técnica contribui para aumentar a produção da riqueza social, sendo, por conseguinte, a sua apropriação também é desigual”.

De acordo com o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010), o Brasil tem diminuído a produção de alimentos devido à expansão da produção de agrocombustíveis. Com a diminuição da oferta, o preço dos alimentos segue em alta, elevando-se assim, o número de famintos. De acordo com o autor,

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelavam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Para Gonçalves e Alentejano (2009), o aumento do preço dos alimentos segue a mesma lógica apresentada por Oliveira (2010):

A substituição de plantios de arroz, feijão e milho por plantios de cana está ocorrendo em várias regiões, como o oeste paulista, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás. Isto, de um lado, provoca a pura e simples redução da oferta destes alimentos, mas de outro provoca também o deslocamento destas culturas para terras de pior qualidade e mais

distantes dos principais mercados consumidores, o que significa aumento dos preços, dados os maiores custos de produção e frete. Além disso, a corrida por terras no Brasil, motivada pela febre dos agrocombustíveis e pelo avanço da agricultura para alimento do gado, produz aumento do preço das terras, o que também impacta o preço dos alimentos, uma vez que o aumento da renda da terra rebate no preço dos alimentos. (GONÇALVES; ALENTEJANO, 2009, p. 06).

A “fome de Reforma Agrária” permanece latente nos trabalhadores sem-terra, que lutam para conquistar um pedaço de chão e saciar a fome em todos os sentidos. Objetivamente, são dois lados da mesma moeda: ao mesmo tempo em que temos capacidade tecnológica para o aumento exponencial da produção de alimentos no mundo, não conseguimos sanar o problema da fome, pois o mesmo perpassa por questões políticas.

A realização da Reforma Agrária proporcionaria o retorno de milhares de trabalhadores ao campo, retirando-os da miséria. Isso garantiria a oferta de alimentos saudáveis a preços acessíveis para a toda sociedade.

Lutar para acabar com a fome, no seu grau mais latente, significa lutar pela recomposição mínima das necessidades mais básicas de reprodução social. É isso que faz com que muitos trabalhadores sem-terra compreendam a importância de sua inserção nos movimentos sociais do meio rural.

Os assentamentos rurais são expressões contundentes de que é possível minorar a fome. Esta possibilidade de supressão denomina-se Reforma Agrária. Nas palavras de Ferrante e Barone (1996, p. 274), os “assentamentos rurais são uma alternativa para a geografia da fome”.

Os assentamentos, embora apresentem dificuldades a serem enfrentadas, são alternativas possíveis à fome e à miséria crescente na sociedade. (FERRANTE; BARONE, 1996). As lutas sociais forjam sujeitos conscientes da necessidade do enfrentamento direto de classes.

De acordo com Fabrini (2011, p. 108),

A participação nos movimentos sociais permite ao sujeito enxergar a sua condição de oprimido e “excluído” da apropriação dos meios de

produção, principalmente a terra. A partir da consciência política, se mobilizam e lutam, não somente para garantir o seu direito e cidadania, mas também por transformações sociais advindas da igualdade na distribuição da terra. Enfim, a partir dos movimentos sociais os sujeitos do campo se emancipam social, política e economicamente.

A luta pela terra é uma luta contra a fome, pois a “geografia da fome” está presente na sociedade em que vivemos. Isso fica evidente quando se cartografa as terras destinadas ao cultivo de alimentos, às destinadas para produção de agrocombustíveis e às destinadas para a exportação de soja. Verifica-se a diminuição de terras para a produção alimentar e consequentemente, o aumento do preço dos alimentos (SOUZA, 2008).

Em nosso país, a concentração de terras produtivas e a não desapropriação de terras improdutivas, tem sido um dos motivos para que não se acabe com a fome e a miséria.

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção têm possibilitado o monopólio da produção de grãos, cereais e outros alimentos. O acesso a esses é realizado prioritariamente mediante a compra, deixando parcela da população que é desprovida ou mal provida de renda, excluída desse mercado e consequentemente, com uma alimentação com déficit nutricional.

Com o destino de grande parte das terras para a produção de monoculturas tais como a soja, gado e a cana-de-açúcar, houve uma drástica diminuição da produção de alimentos. As terras e as políticas de crédito se concentram nas mãos do agronegócio, aumentando cada vez mais sua capacidade de monopolização.

A monopolização do território pelo agronegócio tem contribuído para o agravamento da insegurança alimentar. O agronegócio invade o campo, destitui milhares de camponeses de suas terras, diminui a oferta de alimentos e aumenta a fome. Além disso, é voraz a disputa pela terra gerada pelo agronegócio que causa a destruição da natureza.

Oliveira (2001) traz importantes contribuições para a compreensão das transformações territoriais no campo articulada pelo capital. Ele cria os conceitos de “Monopolização do Território pelo Capital Monopolista” e “Territorialização do Capital Monopolista”. Esses conceitos permitem melhor elucubrar as relações sociais e econômicas que o agronegócio impõe ao campo brasileiro.

O conceito de “Monopolização do Território pelo Capital Monopolista” consiste em monopolizar o território sem territorializar-se, ou seja, o capital (empresa) é o agente industrial nessa relação de produção. A utilização do trabalho ou do arrendamento da terra camponesa contribui contraditoriamente para a reprodução social do camponês.

O autor apresenta o exemplo dos produtores de fumo do Sul, que produzem fumo para uma empresa multinacional de cigarros, em que o proprietário da terra é o camponês. Nas palavras do autor, “[...] quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe Social” (OLIVEIRA 2001, p. 106).

Avançando em suas análises, Oliveira (2001) trabalha com o conceito de “Territorialização do Capital Monopolista” na agricultura, em que a indústria e a agricultura são partes integrantes de um mesmo processo produtivo, e temos assim, a reprodução ampliada do capital por meio da produção monocultora. O autor apresentação como exemplo as Usinas de Cana-De-Açúcar que se utilizam do trabalho dos boias-frias que moram na cidade. Neste processo os trabalhadores são varridos do campo para as cidades, quer para serem trabalhadores urbanos ou trabalhadores rurais (boias-frais) (OLIVEIRA, 2001).

Neste sentido, Souza; Diegues (2012) reflete sobre a diferenciação de homogeneização do território e a homogeneização da paisagem, efetivada pela monopolização do território pelo agronegócio:

Em primeiro momento é necessário estabelecer uma diferenciação entre homogeneização territorial e homogeneização da paisagem. A homogeneização territorial se consolida efetivamente nas relações de poder que são impostas dentro do sistema de produção na lógica de apropriação da terra e nos elementos centrais desse processo e que se coadunam às relações sociais de produção. Por sua vez, a homogeneização da paisagem se inscreve em uma espacialidade superior, elas adquirem dimensões materiais e imateriais mais profundas no âmbito das relações de poder estabelecidas no território. A homogeneização da paisagem extrapola, tem sua gênese e está imbricada ao território (SOUZA, DIEGUES 2012, p. 27).

A territorialização do agronegócio é marcada pela produção monocultora, ou seja, pela homogeneização da paisagem. Essa é imbricada não somente de elementos materiais, como vastas áreas com plantio de cana ou soja, mas tem também de elementos imateriais, como as relações sociais de exploração e expropriação, que desterritorializa a paisagem heterogênea da agricultura camponesa, as relações de cooperação e a “vida” no campo (SOUZA, 2012).

A luta pela terra objetiva territorializar a reforma agrária, desterritorializando o latifúndio improdutivo e sua paisagem homogênea, substituindo por uma paisagem heterogênea. Essa luta vai além da distribuição de terras. Ela questiona o modelo social, cultural e econômico vigente, propondo novas relações sociais de trabalho, produção e sociabilidade. Ela potencialmente propõe uma sociedade justa e com equidade social, objetivando a emancipação social dos homens.

Os movimentos sociais são protagonistas dessa luta. Ousam lutar e ousam vencer. Oliveira (2003) argumenta sobre essa ação e a resistência desses trabalhadores, que se tornam sujeitos históricos para a mudança da história:

[...] por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Com esperança e com o desejo de um amanhã melhor, trabalhadores sem-terras se lançam a luta por seus direitos e pela reforma agrária. Isso é uma ameaça aos interesses da classe dominante, pois a essência da reforma agrária questiona o modelo de desenvolvimento econômico que está (im)posto e coloca-se contrária a lógica de ordenamento territorial controlada pelo capital, que privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e da preservação ambiental.

De acordo com Martins (1986, p. 16),

Enorme equívoco político é supor que a reforma agrária se resume à desapropriação local e ao assentamento do trabalhador rural em um pedaço de terra. Para isso, não é necessário reforma agrária: basta um empréstimo a juros baixos, para a compra de terra, e o problema está resolvido. Eis um novo proprietário de terras, talvez um futuro latifundiário. O problema da reforma agrária é social e só tem sentido proposto em escala social e política.

As lutas no campo são lutas políticas, objetivando, por partes dos trabalhadores, uma mudança radical na estrutura social, que toca diretamente nas relações de dominação e de poder. Os camponeses lutam pela sua emancipação e por uma sociedade isenta de opressões.

Com a intensificação da luta pela terra, o Estado, com sua política fundiária - que para o agronegócio garante apoio irrestrito e para os trabalhadores sem-terra garante a militarização da questão agrária - aumenta a violência no campo e a morte de milhares de camponeses (MARTINS, 1985). O que era a militarização passou a ser criminalização. A criminalização da questão agrária tem como objetivo suprimir, também de maneira violenta, a luta dos camponeses (FERNANDES, 2003).

Criminalizam-se os movimentos sociais com a condenação, prisão e mortes de seus militantes. O que no período da ditadura militar configurou-se como a *militarização da questão agrária*, agora na democracia, tem a *Judicialização* luta pela terra, em que cabe ao Poder Judiciário reprimir os movimentos sociais e os processos de luta (FERNANDES, 2003).

A luta pela terra no Brasil é mantida na pauta da política nacional por pressão dos Movimentos Sociais, que não mais reivindicam somente o acesso ao assentamento, mas querem o direito à permanência no campo, o direito ao trabalho, à educação e à saúde. Assim, pressionam o poder público pela (re)formulação e efetivação de políticas públicas que garantam uma vida digna no campo. Lutam pela cidadania que é usurpada, pois para muitos, essa “cidadania” somente se encontra no plano simbólico, já que os princípios básicos de sobrevivência são negados e/ou retirados.

O acesso a terra é uma luta infundável, pois quando conquistada, a luta permanece cotidianamente. A permanência no campo torna-se uma resistência dos trabalhadores e

trabalhadoras que, de uma forma ou de outra, negam-se a obedecer à ordem do sistema capitalista, que conspira para que o viver e trabalhar no campo sejam apenas uma utopia.

O viver no campo é imbricado de diversas concepções de vida, de trajetórias e de experiências. Porém, tem-se o desejo comum de continuar na terra, provendo seu sustento por meio do trabalho na mesma.

Desfrutar dos resultados da luta consolida-se na esfera subjetiva de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras que ousaram sonhar e que mais ainda, ousam tornar o sonho realidade, quando assumem sua condição de sem-terra e se lançam às beiras das estradas com suas lonas pretas, sem saber se durará um ano ou vinte anos a condição de acampado. Entretanto, essa é uma condição assumida por eles mesmos.

Os camponeses têm enfrentado muitas dificuldades pela falta de políticas públicas que contemplem suas demandas, enquanto que o agronegócio tem um tratamento prioritário, produzindo um contexto historicamente desfavorável aos trabalhadores do campo. Ainda assim, a pequena agricultura se vale de diversas estratégias e alternativas para garantir sua reprodução social e contribuir com a construção da segurança e da soberania alimentar.

2.2 Segurança Alimentar

A Segurança Alimentar passa a ser discutida e definida no período do Pós-Segunda Guerra, em que se formularam políticas que garantissem o acesso à alimentação em qualquer situação, até mesmo em períodos conflituosos. É nesse momento que a discussão de segurança alimentar entra no cenário global: “com a traumática experiência da guerra, vivenciada, sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando o fornecimento de alimentos” (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 01).

A alimentação de um país é uma arma poderosa, principalmente tratando-se de países que não tem capacidade suficiente para garantir a segurança alimentar a sua população. A segurança alimentar torna-se uma questão de segurança nacional e aponta para a necessidade de fortalecer a produção de alimentos e formação de estoques.

Em 1974, no período pós-guerra, na Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o termo Segurança Alimentar foi vinculado à produção agrícola, fortalecendo a indústria química (fertilizantes e agrotóxicos) na Revolução Verde. Acreditava-se que o problema da fome estava restritamente ligado à produção de alimentos.

O fato é que a capacidade de produção aumentou, no entanto, a fome não diminuiu. O problema não era somente a oferta de alimentos disponíveis, e sim o acesso aos alimentos. Como o acesso ocorre mediante compra, uma significativa parcela da população fica sem acesso por falta de renda.

De acordo com Galeazzi (1996, p. 156) “a segurança alimentar poderá, então, ser definida como direito inalienável de todos os cidadãos de terem acesso permanente aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, a uma vida digna e saudável”. Dessa forma, a Segurança Alimentar passa pelo princípio da cidadania, em que o direito a uma vida digna é diretamente ligado ao direito a uma alimentação saudável e diária.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, é assegurado a todos o direito a alimentação como um direito humano fundamental, embora não temos mecanismo que efetive este direito. A alimentação está estritamente correlacionada à distribuição de renda, portanto, a brutal desigualdade de renda apresenta quadros de insegurança alimentar.

De acordo com os autores,

Para alterar as referidas formas sociais e condições de acesso é preciso promover profunda reorientação nas estratégias de desenvolvimento em vigor na maioria dos países do Terceiro Mundo, que estão em visível contradição com os objetivos da segurança alimentar e da equidade social. Mesmo naqueles países onde há crescimento econômico, este tende a ter um forte componente de exclusão social (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2006, p. 06).

Promover políticas de Segurança Alimentar implica em políticas de promoção social que tenham por objetivo a construção de uma sociedade mais justa, que busque um equilíbrio econômico, social e ambiental. Isso perpassa pelo direito ao trabalho, à educação e à saúde, ou seja, a uma vida digna.

A falta de poder aquisitivo faz com que um número considerável da população mundial não tenha acesso a uma alimentação diária. No entanto, não podemos centrar o problema da insegurança alimentar exclusivamente ao poder de compra, pois o mesmo é mais amplo. A Segurança Alimentar deve garantir também a qualidade dos alimentos. Não é somente dispor dos alimentos, mas ter alimentos de qualidade, isto é, livre de insumos que podem risco à saúde humana. Um dos princípios da segurança alimentar é a garantia de alimentos de qualidade e seguros.

Atualmente, o pacote tecnológico da produção de alimentos com o uso de transgênicos, hormônios, agrotóxicos, fertilizantes, etc., não elucida os verdadeiros riscos que estes podem causar a saúde humana. O monopólio da produção, da agroindustrialização, da distribuição e da comercialização de grãos fica nas mãos de não mais que cinco empresas multinacionais: Bunge, Cargill, Archer, Midland (ADM), Syngenta e Louis Dreyfuss (THOMAZ JR, 2006).

Alguns Movimentos Sociais, como o MST, a Via Campesina, entre outros, têm desempenhado um importante papel ao fazer campanhas contra os Organismos Geneticamente Modificados (OGM's.) e os agrotóxicos. Assim, lutam pelo direito a uma alimentação saudável e segura, que respeite os hábitos e a cultura alimentar, construindo assim, o debate da Soberania Alimentar.

De acordo com Maluf, Menezes e Marques (2006, p. 35),

No debate sobre a segurança alimentar, é preciso que se enfrente o argumento propagado pelos grupos interessados na produção dos transgênicos de que estes produtos se constituem na solução do problema da fome no mundo. Trata-se da mesma falácia utilizada no período da “Revolução Verde”, quando também se afirmava que esta acabaria com a fome no mundo. Não deve ser subestimada a força deste recurso publicitário empregado pelas transnacionais, de que os OGMs podem

acabar com a fome, sobretudo nos países não desenvolvidos, onde esse problema assume proporções de calamidade.

Alguns movimentos sociais vêm trazendo e construindo o debate sobre os OGM's. Estes alimentos possuem inquietações cientificamente desconhecida, ou seja, não se sabe se esses alimentos trazem prejuízos à saúde. Os alimentos transgênicos ameaçam a biodiversidade e não asseguram a qualidade dos alimentos. Além disso, ocorre um monopólio sobre a produção para controlar o mercado de sementes e todo o pacote tecnológico da produção de alimentos.

O MST trava o embate político-ideológico sobre essa questão e afirma que:

O atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumo. E é completamente predatório aos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora. E, sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais (Caderno de Formação, 2005, p 13).

O embate entre o agronegócio e a agricultura camponesa torna-se efetivo em todas as escalas. A defesa de projetos sociais diferentes e conflitantes resulta também em uma disputa ideológica da produção de alimentos: o Agronegócio segue na defesa dos transgênicos e os movimentos sociais defendem a democratização do acesso a terra e o incentivo à agricultura familiar, propondo o modelo agroecológico de produção como principal sustentação para as políticas de combate a fome.

A Agroecologia é tanto uma ciência como um conjunto de práticas. Ela foi criada pela convergência entre a Agronomia e a Ecologia. Como um conjunto de práticas agrícolas, a Agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas agrícolas. Ela faz uso do conhecimento baseado em técnicas que não são transmitidas a partir dos níveis superiores, mas desenvolvidas com base no conhecimento e experimentação dos agricultores.

A produção de alimentos pautadas no modelo agroecológico fortalece a discussão da segurança e da soberania alimentar, que se contrapõem ao pacote tecnológico do agronegócio.

2.3 Soberania Alimentar

O conceito de Soberania Alimentar surge na década de 1990. É um conceito político que reivindica mais do que segurança alimentar, reivindica o direito dos povos a manterem seus hábitos culturais alimentares e decidirem sobre sua política agrícola. É um conceito que nasce como contraponto das políticas agrícolas neoliberais, que são impostas com o propósito de padronizar e monopolizar a produção de alimentos.

Os movimentos sociais atrelados à Via Campesina, órgão mundial de organização dos trabalhadores rurais, amplia o conceito de Segurança Alimentar, definindo-o como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a *mulher* desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2011). (Grifo nosso).

De acordo com a Declaração do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2011), a produção de alimentos deve ser vinculada a autonomia de quem produz, procurando atender a cultura alimentar local e nacional. O papel da mulher é destacado na produção de

alimentos, isso é evidenciado em nossas pesquisas, em que identificamos a maior presença de mulheres na plantação e nas associações vinculadas ao PAA.

Os camponeses organizados apropriam-se do conceito de Soberania Alimentar, que é acoplado à Reforma Agrária. As reivindicações são pelo direito a produção de alimentos saudáveis e livres de riscos, e que os alimentos produzidos atendam primeiramente a demanda interna. Desse modo, as reivindicações são contrárias a padronização alimentar, reivindicando outro modelo de produção de alimentos, contrário ao modelo vigente, que privilegia o mercado externo em detrimento da demanda do mercado interno.

O resultado do monopólio da produção de alimentos é a padronização da alimentação, produzindo uma menor diversidade de produtos. A mudança de embalagens tenta driblar o consumidor, fazendo com que o mesmo conclua que tem mais opções quando somente temos embalagens de rótulos diferentes, porém, com os mesmos produtos. Desconsidera-se totalmente a cultura alimentar, pois sua produção visa à formatação homogênea de consumidores, impondo alteração dos hábitos de consumo.

A alimentação para grande parte da humanidade tem sido uma mercadoria de luxo. Grupos que tem determinado poder aquisitivo comem, quem não tem, passa fome. A concentração da riqueza e dos meios de produção são as principais causas da fome. (CASTRO, 1951).

É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso também que a massa dessa população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos. É preciso, pois, que as suas necessidades biológicas venham a ser todas atendidas. Entretanto forçar o potencial alimentar do mundo a conceber um plano racional de distribuição dos alimentos nas áreas deficitárias constitui sem dúvida alguma um passo em frente na luta contra a fome. (CASTRO, 1951, p. 38).

O Agronegócio tem se apropriado das terras camponesas de produção de alimentos para a produção de *commodities*, ocasionando escassez de alimentos e conseqüentemente, alta nos preços, o que por sua vez, exclui determinados seguimentos sociais da compra de

alimentos. O Estado dá suporte ao agronegócio por meio de crédito e de políticas públicas destinadas para a expansão da agricultura *plantation*.

O avanço voraz do agronegócio não ocorre de maneira harmônica. O desenvolvimento de suas forças produtivas é marcado por muitos paradoxos, entre os quais o aumento da insegurança alimentar e da desigualdade social, dos conflitos no campo e da destruição ambiental.

Ao mesmo tempo em que o agronegócio conclama o “desenvolvimento” no espaço rural, batendo recordes as safras das *commodities*, contraditoriamente, os empregos no campo diminuem, a agressão ao meio ambiente aumenta e a fome torna-se cada vez mais presente no cotidiano de milhares de trabalhadores.

Um mundo justo e sem fome é um desejo permanente de muitos que lutam cotidianamente contra este modelo de sociedade que agoniza as relações sociais, pregando o individualismo e propagando a miséria.

A construção da soberania alimentar implica na construção de um novo projeto de sociedade, que almeja acabar com a fome de saúde, com a fome de educação, com a fome de cultura, com a fome de alimentos.

2.4 Políticas Públicas na Reforma Agrária e Governo Lula-PT (Continuidade ou Ruptura)

A Reforma Agrária, sem dúvida, vem para cobrar uma dívida histórica. Ela faz parte de tantas outras lutas pela terra, que temos incrustadas em nossa história, em que sempre tivemos usurpados os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Podemos observar que a questão agrária, ou especificamente, a luta pela terra no Brasil, desde o período colonial, sempre foi algo problemático e que ainda hoje não foi solucionado, pois como aponta a socióloga e estudiosa do tema,

Revolta de escravos, Quilombolas, Cabanagens, Canudos e Contestado despontam nos interstícios das grandes estruturas e tornam fascinante nossa história. Regimes autoritários impuseram controles que sufocam a maioria das reivindicações populares. A luta pela reforma agrária é, de certo modo, a continuação de muitos movimentos sufocados através da história. (WHITAKER, 2006, p. 237).

A Reforma Agrária que está colocada hoje para a nossa sociedade, questiona a estrutura na qual a sociedade se materializa, mas não a muda. De antemão, colocamos que, de acordo com os movimentos sociais de luta pela terra, temos uma política falida de assentamentos rurais, ideia que compartilhamos com os movimentos sociais. Foi conferido aos camponeses uma “Reforma Agrária de mercado⁴” que não atende aos anseios dos trabalhadores do campo.

Na década de 1990, intensificaram-se os conflitos no campo. Isso evidencia para toda a sociedade a necessidade da realização da Reforma Agrária no Brasil. A cobrança da sociedade por atitudes do poder público, a partir dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, torna-se maior e não tem como as autoridades continuarem a fingir que nada está acontecendo (MEDEIROS, 2010).

De acordo com Medeiros (2010, p. 27),

A questão da reforma agrária ressurgiu então com força total no debate nacional em agosto de 1995, imediatamente após a terrível e desumana chacina ocorrida em Corumbiara, em Rondônia, durante mais uma ocupação de latifúndio promovida por trabalhadores sem-terra. Em seguida, mais precisamente em abril de 1996 o massacre cometido em Eldorado dos Carajás, no Pará, configurou uma tragédia ainda maior.

⁴ Conceito de Sergio Sauer, 2006.

A violência contra os manifestantes que lutavam por um “pedaço de terra” revoltou parte da sociedade, gerando protestos contra a impunidade e a violência no campo. Em favor da luta social, exige-se uma ação governamental dos órgãos competentes.

Martins (1986, p. 50) comenta que, “a luta pela terra tem-nos deixado cego para outros aspectos muito importantes da violência no campo. Por isso é fundamental compreender que essa violência vem de longe e envolve as relações de trabalho e de dominação no meio rural”.

Os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás deram visibilidade nacional e internacional a luta pela terra no Brasil. Porém, ainda passamos longe de medidas que configurassem uma verdadeira Reforma Agrária ou medidas de transformação da estrutura fundiária brasileira.

Fernandes (2000) pontua que:

A luta pela terra avança alheia à existência, ou não, de um plano de reforma agrária. A luta pela terra é uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado. A luta pela terra é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação de terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso a terra no Brasil, e as marchas de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo, políticas de créditos, de educação e moradia, que acontecem periodicamente. (2000, p. 45).

Os movimentos sociais são os maiores impulsionadores da divisão de terras. Por meio de pressão social, exige-se do governo a realização da Reforma Agrária. O poder público implementa políticas públicas que vão na contra mão das reivindicações dos movimentos sociais.

O modelo de Reforma Agrária de mercado, que foi instalado no Brasil, nos dois mandatos do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FCH), financiado pelo Banco Mundial, são programas de uma “Reforma Agrária de mercado⁵” para dar resposta à

⁵ Aspas do autor.

miséria e à violência no campo brasileiro. A Reforma Agrária era tida como uma política apenas de caráter compensatório (SAUER, 2010).

De acordo com Sauer (2010), que analisa este processo de mercantilização da Reforma Agrária, “essa dita “reforma agrária de mercado”, apesar de toda a oposição dos movimentos sociais e entidades agrárias e do processo crescente de endividamento das famílias envolvidas, continuou sendo implantada no Brasil” (SAUER, 2010, p. 99).

Esse projeto de Reforma Agrária atende aos anseios da classe dominante, pois foi somente um reordenamento do território, que não alterava a estrutura fundiária e tão pouco, a econômica. O governo trouxe para a sociedade a ideologia de que ele era o protagonista da Reforma Agrária que ocorria no momento, ofuscando a luta dos trabalhadores rurais e os conflitos no campo.

Com o financiamento do Banco Mundial, Fernando Henrique Cardoso cria o projeto-piloto Cédula da Terra (1996-1997). O projeto viabiliza o direito a terra mediante compra e venda. O Banco Mundial dinamizou o mercado de terras, diminuindo a pressão social dos trabalhadores rurais do campo.

Outros projetos foram criados para compor o pacote de Reforma Agrária de Mercado, sendo eles: Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário (SAUER, 2010). Esses quatro projetos validam o processo de mercantilização da Reforma Agrária e foram duramente criticados pelos trabalhadores sem-terra que resistiam a essa Reforma Agrária (FHC-BIRD).

Os projetos do Banco Mundial contrapõem-se à Reforma Agrária baseada na função social da propriedade, como determina a Constituição Brasileira. As políticas indicadas pelo mesmo promovem compra e venda da terra, ou seja, a contra-reforma agrária.

No Brasil, a ideologia do Banco Mundial teve impacto significativo no governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu a Política Agrária “Novo Mundo Rural”, centrada basicamente em três princípios:

(1) o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento,

repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”, o que significa a compra e venda negociadas da terra. (RESENDE; MENDONÇA, 2005, p. 02).

A reforma agrária é tratada como uma medida compensatória invés de ser tratada como uma causa de justiça social. A “estadualização” dos projetos de assentamento retira a responsabilidade do governo federal, sendo que os assentamentos devem de responsabilidade dos dois poderes.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o “Novo Mundo Rural” propõe Políticas de Desenvolvimento Rural, que buscam criar o “Agricultor Familiar”. Esse é totalmente competitivo e inserido no mercado, transformando o pequeno agricultor em um pequeno empresário. Com isso, a promoção da agricultura familiar é acoplada ao senso empresarial no campo, em que o lema é “mais mercado, menos estado” (MONTENEGRO, 2006).

Segundo GOMES (2006, p. 68),

A agricultura familiar que o Banco Mundial incentiva, através de suas políticas de desenvolvimento e que o governo de Fernando Henrique Cardoso decide incorporar, é uma agricultura familiar apropriada aos fins de desenvolvimento capitalista que tanto um como o outro pretendem.

As políticas públicas para o campo brasileiro, formuladas pelo Banco Mundial e executadas por Fernando Henrique Cardoso, tinham como principal intuito, fomentar as relações capitalistas no campo, deixando os trabalhadores rurais sem-terra a mercê de si próprios, isto é, fica sob total responsabilidade do trabalhador os mecanismos para se manterem no campo e adquirirem a terra. Neste sentido, Montenegro (2006, p. 69) pontua que,

Para resolver os problemas de uma desigual estrutura fundiária, de uma injusta distribuição da renda e da riqueza, de uma organização do

trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores, enfim, para solucionar a questão agrária brasileira pelas vias do mercado.

O processo de aquisição de terras, mediante compra, no Governo FHC, fez com que muitos trabalhadores sem-terras abandonassem a luta direta pela terra. A criação de linhas de crédito desmobilizou uma parcela significativa dos sujeitos sociais que lutavam pela volta ao campo. Assim, Sauer (2010), citando Steil e Soares (2000), coloca que:

O modelo de mercado “introduz uma disputa política e ideológica com os movimentos sociais e seus mediadores” (STEIL; SOARES, 2000, p.12), e a reprodução do discurso oficial do acesso à terra sem conflito, por parte das famílias envolvidas, é a explicitação de que o programa “acaba não apenas se apresentando como uma alternativa às ocupações, mas como um instrumento de desmobilização dos movimentos sociais no campo” (STEIL; SOARES, 2000, p.31). Obviamente, essa disputa nunca foi admitida pelo BIRD que assume um discurso de isenção político-ideológico de seus técnicos na definição de apoio financeiro e técnico a programas e projetos. (SAUER, 2010, p. 47).

Os Movimentos Sociais do campo lutavam contra a implantação desse modelo de Reforma Agrária e foram duramente reprimidos. O governo tentou a todo custo impedir as ocupações: proibia as vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando sua desapropriação; suspendia a negociação em caso de ocupação de órgãos públicos; penalizava funcionários do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) que negociassem com ocupantes; vetou o acesso a recursos públicos em qualquer esfera governamental, de entidades que fossem consideradas suspeitas de serem participantes ou incentivadoras de ocupações de terras. Apesar dessas repressões, os movimentos sociais não se intimidaram e continuaram com a luta contra a Reforma Agrária de mercado, utilizando-se de um dos seus principais instrumentos de luta: a ocupação. (PEREIRA, 2013).

Em dezembro de 2002, o Banco Mundial aprovou um novo empréstimo, o Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural. O mesmo substituiu o programa Cédula da Terra e passou a ser executado a partir de 2004, já no primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva - Partido dos Trabalhadores (PT) (SAUER, 2010).

Esses programas beneficiaram o latifúndio improdutivo com o pagamento à vista das terras e com a aquisição de terras devolutas, sendo que, muitas de má qualidade e com preço inflacionado. É importante ressaltar que, diversas das terras adquiridas poderiam ser passíveis de desapropriação.

As políticas de Reforma Agrária no Governo Luis Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010) seguem a mesma ordem econômica de Fernando Henrique Cardoso. O Banco da Terra passou a denominar-se “Consolidação da Agricultura Familiar”.

Embora mude a nomenclatura, as políticas de financiamento continuam praticamente as mesmas. Em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) cria o Crédito Fundiário, que substitui o programa Nossa 1ª Terra⁶.

No II Plano Nacional de Reforma Agrária, explicita-se a continuidade dos dois programas da gestão anterior:

No caso da linha de financiamento “Combate à Pobreza Rural” e “Nossa Primeira Terra” os recursos para os projetos comunitários são oriundos do Banco Mundial e não são reembolsáveis. Já para a linha “Consolidação da Agricultura Familiar” os recursos são reembolsáveis e oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (II PNRA, 2003, p. 26).

Em 2004, tem-se a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em que a terra continua a ser adquirida mediante o financiamento pelas famílias sem-terras. No governo de Lula, os pequenos produtores que já estavam endividados com o financiamento de terras no governo de FHC, tiveram suas dívidas negociadas, embora os movimentos sociais reivindicassem a anistia das dívidas.

O II PNRA indica o caráter da reforma agrária no governo petista:

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar à desapropriação. É um mecanismo de acesso à terra por meio do financiamento da aquisição de

⁶ Programa de financiamento da terra aos jovens de até 28 anos.

imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir o aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria das suas condições de vida e à dinamização das economias locais (II PNRA, 2003, p. 25).

O II PNRA, publicado em novembro de 2003, apresenta as metas do Governo. Promete-se o assentamento a 400 mil novas famílias, sendo que, 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário, ou seja, 32,5% das famílias que serão assentadas, de acordo com o plano, terão que financiar a terra, enquanto que 77,5% terão acesso a terra por meio de políticas de Reforma Agrária. Isso muda o viés mercadológico da reforma agrária que vinha com o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pois é mais de duas vezes maior o número de famílias que serão assentadas por meio de políticas de reforma agrária no governo do PT, contudo essa proposta do governo federal teve cortes no número das metas que estão bem distante de se tornarem realidade até p presente momento.

O Brasil é um dos países com maior concentração de terra. A divisão de terras é urgente e isso é evidenciado no plano:

Um dos elementos centrais desta ordem injusta é a desigualdade no acesso à terra no Brasil, que é ainda maior do que a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8. (II PRNA, 2003, p.11).

Diante desse cenário de desigualdade social histórica, que tem suas raízes na concentração de terras, o Estado exime-me de parte da Reforma Agrária, terceirizando para o trabalhador sem terra a divisão de terras, que por meio das lutas, obriga o Estado a cumprir seu papel.

Os assentamentos rurais são frutos da conquista de trabalhadores do campo. Por meio dos movimentos sociais, eles organizam-se para terem direito à terra, ao trabalho, à saúde e à educação, ou seja, por uma vida cidadã no campo.

A Reforma Agrária sempre foi uma das principais bandeiras do PT, embora houve um rebaixamento do projeto político da Reforma Agrária atual, especialmente quando comparado ao projeto defendido nas eleições de 1989 por Luis Inácio Lula da Silva.

Oliveira (2007), ao analisar esse processo histórico, argumenta que:

O Século XXI começou com o final do governo FHC, a vitória de Lula e a chegada do PT Partido dos Trabalhadores ao governo da República. Muitas foram as composições e concessões para que fosse garantida a tal da “governabilidade”. Mas a expectativa entre os movimentos sociais era que finalmente a reforma agrária começaria a ser implementada pelo governo federal. Simultaneamente, a agricultura mundial entrava em um novo patamar de acumulação. (OLIVEIRA, 2007, p. 146).

Os movimentos sociais apostaram que o governo de Luis Inácio Lula da Silva faria, de fato, a Reforma Agrária. No entanto, foi o mesmo grupo (agronegócio) que continuou com a maioria dos privilégios.

Para exemplificar, o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, embora Lula tenha colocado o boné do MST, nomeou os usineiros como *Heróis* do Brasil. Aos camponeses foi conferida a continuação à divisão de terras a passos lentos, ou seja, uma “conciliação agrária” da qual o Estado pressionado pelos movimentos sociais, desapropria terras mediante a compra dos latifúndios improdutivos.

Norder (2004, p. 10) aponta que, “a grande maioria dos assentamentos rurais tem em sua origem a ocorrência de conflitos que, em muitos casos, chegam a incluir enfrentamentos armados e variadas formas de violência física e simbólica”.

De acordo com o intelectual Thomaz Jr (2003), há uma contra Reforma Agrária no governo Lula. Segundo o autor,

Poderíamos dizer que a perseverança aos instintos e referenciais da contra-Reforma Agrária, neste início de governo Lula, além de se distanciar de qualquer estratégia capaz de desencadear mudanças na estrutura fundiária, está presente de forma nítida na dubiedade subentendida no fato de que o objetivo da Reforma Agrária seria a inclusão social e a geração de emprego e renda (assemelhada à concepção de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial), sem a devida

clareza sobre o seu conteúdo e caráter, tampouco o modelo tecnológico adotado, hoje inteiramente submisso aos interesses da agroexportação, portanto distante do projeto de autonomia da produção familiar e camponesa. (THOMAZ JR, 2003, p. 134).

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, a Reforma Agrária foi tratada como uma medida compensatória. Em nenhum momento, o Estado ousou mudar a estrutura fundiária para criar novas configurações socioespaciais no campo. Pode-se dizer que, o máximo que foi realizado, foram políticas de assentamento rural, impelidas pelos movimentos sociais.

De acordo com Carvalho (2004, p. 116),

A luta popular no campo pelo acesso à terra insere-se, ainda que de maneira limitada, na dinâmica da luta de classes pela apropriação do espaço e dos territórios rurais. Há, sim, luta popular pelo acesso à terra e propostas de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais sem terra. Mas, de parte do governo o que se constata é o exercício de uma política compensatória e populista de assentamentos rurais e, portanto, uma negação explícita de qualquer tipo de reforma agrária que altere a estrutura fundiária do país.

A luta pela Reforma Agrária é constantemente barrada pela classe dominante, que tem um projeto de sociedade antagônico ao dos movimentos sociais. As dificuldades para o Brasil vivenciar uma verdadeira Reforma Agrária transborda ao campesinato, pois a reforma agrária faz parte de um projeto para a construção de uma sociedade igualitária e justa em todas as suas escalas.

O autor Martins (1986), em suas análises sobre a questão agrária no Brasil, reflete que,

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriação de terra em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade. O que prejudica radicalmente a possibilidade de uma democracia no Brasil. (MARTINS, 1986, p. 52).

No primeiro mandato do Governo Lula, os movimentos sociais acreditaram que seria realizada a Reforma Agrária. De acordo com Fernandes (2006, p. 80), “a primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da Reforma Agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil”.

A implantação dos assentamentos não seguiu o mesmo ritmo que as ocupações. Lula, diferente do governo de FHC, procurou dialogar com os Movimentos Sociais, no entanto, continuou o diálogo efetivo com o Agronegócio, que continua abocanhando cada vez mais investimentos do poder público.

Como pudemos observar no decorrer do texto, as políticas impulsionadas no Governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT) configuraram, em parte, uma continuação das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e não uma total ruptura. A expectativa dos movimentos sociais do campo, de que a Reforma Agrária estaria no centro da Agenda Política do PT como uma forma importante de geração de empregos, de garantia de soberania alimentar e como bases de um novo modelo de desenvolvimento, foram abortadas logo no início do governo.

A luta pela terra não para. A bandeira da Reforma Agrária é erguida cotidianamente pelos trabalhadores e trabalhadoras que lutam por uma sociedade justa e livre de miséria. A luta vem ganhando novos valores e novos temas, não se compondo somente pelo direito a terra, mas pela emancipação social.

2.5 Agricultura Familiar

A agricultura familiar ocupa lugar de destaque em assentamentos rurais de Reforma Agrária. Ela retoma seu papel na vida do camponês e agrega o trabalho familiar. A terra

retorna ao seu valor de uso e é dela e nela que se reproduzem relações sociais, que estavam sendo extintas pelo agronegócio.

Como cita Souza (2009),

A terra como natureza, é valorizada na relação estabelecida pela sociedade em seu processo de produção do espaço. Essa natureza incorporada à vida humana, no âmbito de suas necessidades, tem a denominação em Marx: valor de uso. Uma categoria não cronológica, de dimensão histórica-teórica intrínseca à trajetória humana na terra, como a riqueza material. A terra apropriada no sentido mais geral de satisfação. (SOUZA, 2009, p. 98).

Quando a terra é reconquistada pelo camponês, o direito de extrair o alimento e a moradia, por meio do trabalho, torna o camponês inerente ao campo. A terra retorna ao seu valor de uso e o homem ao seu lugar no campo. Este conceito, ou esta dimensão prática da vida campesina, pode ser reportada aos Assentamentos Primavera, Tupanciretan, São Camilo e Radar, onde a produção é diversificada e o trabalho na terra (re)torna possível o viver no campo real.

De acordo com Ferrante (2003),

Nas duas últimas décadas, a monotonia da paisagem rural de algumas regiões do Estado de São Paulo, como é o caso do Pontal do Paranapanema, foi quebrada drasticamente pela expansão dos assentamentos rurais. No lugar de pastagens extensivas, onde antes se avistavam apenas algumas cabeças de gado, agora florescem pequenas propriedades rurais, sítios, nos quais a presença do homem é marcante, onde começam a fazer sentido estas duas palavras: agricultura familiar. (FERRANTE, 2003, p. 21).

As dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores devem-se muito mais aos fatores externos, como a ausência de políticas públicas por ocorrência de um contexto que é historicamente desfavorável a agricultura camponesa, do que necessariamente fatores internos ao lote. Apesar das adversidades, os camponeses lutam pela permanência no campo, produzindo e resistindo, garantindo, assim, sua reprodução social.

De acordo com o II PRNA,

A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão de obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. (II PRNA, 2003).

A agricultura camponesa vale-se de diversas estratégias para sua reprodução. Mesmo diante da falta de políticas públicas que atendam todas as suas demandas para o seu desenvolvimento, a pequena agricultura tem tido um desdobramento maior na sua produção quando comparada aos investimentos que o agronegócio recebe do governo.

De acordo com alguns autores,

A agricultura familiar gera mais ocupações que a agricultura patronal, utiliza-se de forma mais eficiente os recursos escassos da terra, trabalho e capital, e irradia mais o desenvolvimento local. A pequena agricultura une eficiência econômica e social. (GUANZIROLI, ROMEIRO, BUAINAIN, SABBATO, BITTENCOURT, 2001, p. 06).

Este seguimento do mundo rural é um dos pilares da alimentação, sendo responsável pela maioria dos produtos da mesa do brasileiro. A promoção da agricultura familiar torna-se um elemento estratégico para a formulação de políticas para a segurança alimentar. As políticas de segurança alimentar devem ser articuladas entre o governo e a sociedade civil, por meio da proteção da agricultura familiar.

Mesmo a pequena propriedade rural sendo a principal produtora de alimentos e o seguimento gerador de emprego e renda, as políticas públicas destinadas ao meio rural, em sua maioria, contemplam as demandas do agronegócio. Esse setor é privilegiado no processo de modernização da agricultura brasileira e os pequenos produtores ficam marginalizados na política de crédito e investimentos (SILVA, 2010).

Depois de um longo período de marginalização nas políticas públicas, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa tem o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no Brasil. Este programa já era uma reivindicação das organizações sociais do campo, que demandam pela formulação e execução de políticas específicas para a pequena agricultura (MATTEI, 2005).

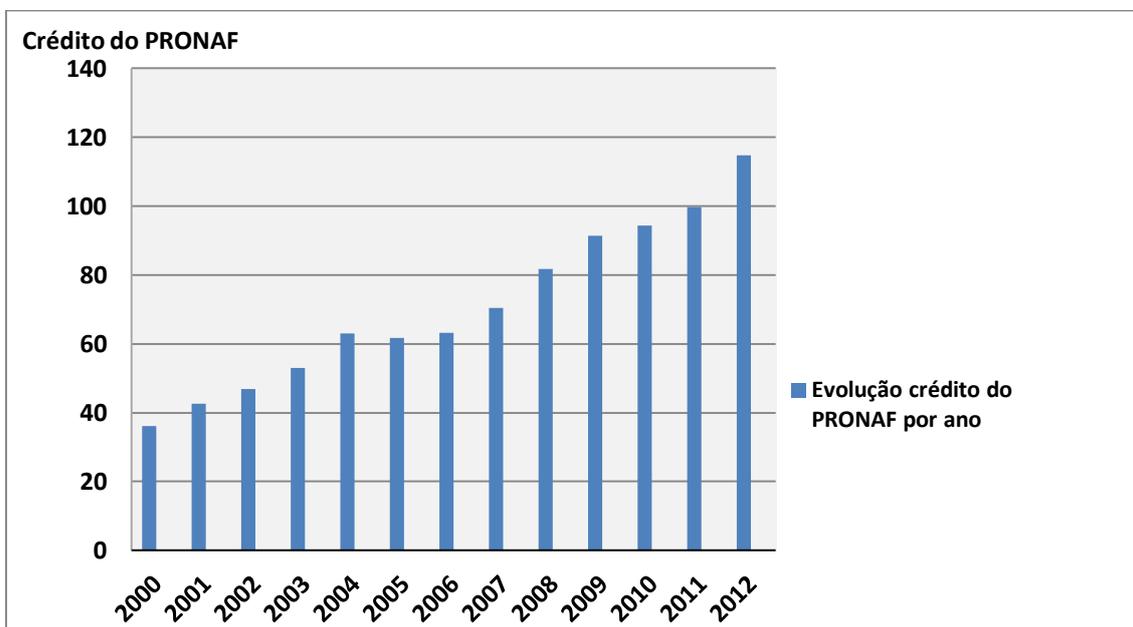
De acordo com o autor supracitado,

Ao mesmo tempo, a criação do PRONAF representou a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (MATTEI, 2005, p. 12).

O PRONAF é uma política pública que visa atender o seguimento da agricultura familiar com linhas de crédito que possam dinamizar a produção deste segmento rural. Tornou-se uma possibilidade e uma alternativa para a permanência no campo, embora ainda se tenha limitações para o acesso às políticas de crédito agrícolas destinadas a pequena agricultura.

As políticas de crédito agrícola precisam massificar-se, atingindo a todos os agricultores familiares. O gráfico abaixo traz a evolução do montante de crédito.

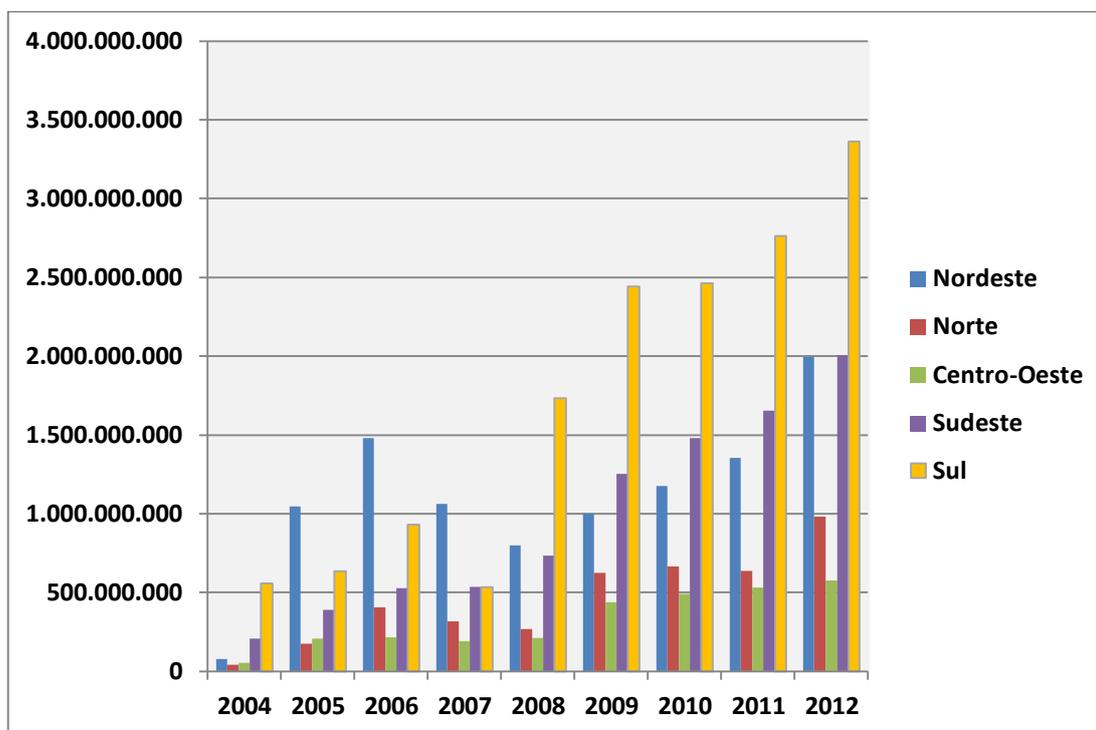
Gráfico 01. Evolução do montante de crédito do PRONAF (bilhões de reais) de 2000-2012 – Brasil



Fonte: MDA; Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Como podemos analisar no gráfico 01, tem-se a evolução do montante de crédito do período de 2000 a 2012. Na maioria dos anos, o montante anual apresenta aumento dos valores, exceto em 2005, que o valor foi menor que o de 2004. O PRONAF financia projetos individuais e coletivos para melhorar a geração de renda dos pequenos produtores. A maior parte dos investimentos do PRONAF tem concentração na região Sul, como podemos verificar no gráfico que segue:

Gráfico 02. Evolução do montante de crédito do PRONAF (em reais), por região, entre os anos 2004-2012.



Fonte: MDA; **Organização:** Martha Esthela Silva (2013).

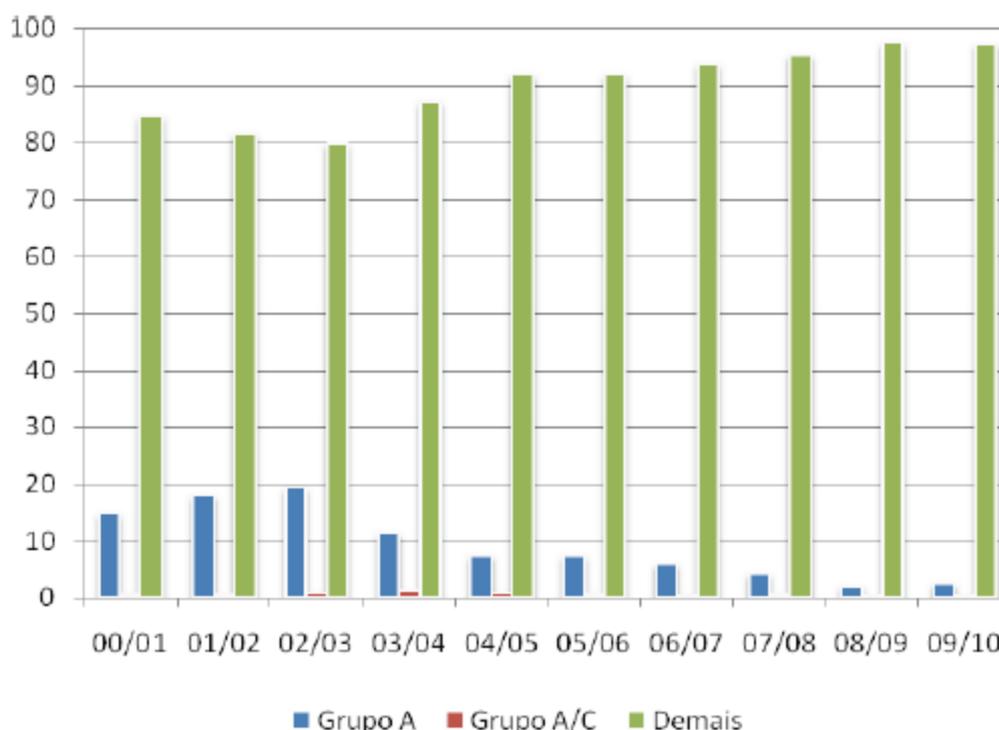
Ao compararmos os dados com as demais regiões, o Sul é a região que mais acessa os créditos do PRONAF. Isso ocorre porque nessa região temos uma agricultura familiar mais consolidada. Se analisarmos os investimentos do eixo Sul-Sudeste, fica mais evidente a desigualdade regional em relação ao acesso ao crédito, sendo que, as demais regiões ficam com um volume de crédito bem menor. Sendo assim, temos a necessidade de equiparar as desigualdades históricas regionais que se expressam nos diferentes aspectos sociais.

Torna-se necessário que as políticas de crédito e financiamento consigam massificar-se e atingir a todos os produtores de todas as regiões do país. Somente assim, teremos uma consolidação maior da agricultura familiar e, conseqüentemente, da segurança alimentar.

Como observamos grande parte dos recursos concentraram-se na região sul, a medida que temos uma evolução do Sul temos um decréscimo da região Nordeste. Mattei

também discorre sobre a distribuição do PRONAF entre as categorias apontando sérias debilidades do programa.

Gráfico 03. Distribuição do montante total do crédito do PRONAF por grupo de agricultores. Brasil, ano safras 2000, 2001 e 2009, 2010.



Fonte: MATTEI, 2011, p.04. MDA/SAF

O Grupo A corresponde aos Agricultores Assentados de Reforma Agrária, o Grupo A/C para agricultores assentados que já acionaram a linha de crédito do grupo A, essas são uma das categorias que mais precisam de acesso a crédito devido a total descapitalização, De acordo com MATTEI;

Neste sentido, é possível afirmar que a política de crédito do Pronaf, especialmente após a trajetória adotada nos últimos anos, não é um instrumento adequado para a estruturação e consolidação dos projetos de assentamentos rurais. Portanto, é necessário um novo sistema de financiamento público para este setor específico da agricultura familiar articulado com demais políticas de infraestrutura básica capaz de promover a estruturação produtiva das comunidades que se formam, ao invés de conduzi-las ao abismo monetário explicitado pelos altos índices

de endividamento das famílias e pelo elevado percentual de abandono dos lotes (MATTEI, 2011, p. 03).

A política de financiamento para os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária deve atender as particularidades deste seguimento, de modo que viabilize a produção de maneira segura e condizente com a realidade, possibilitando a efetiva fixação do homem no campo.

A Reforma Agrária é a possibilidade de garantir a segurança alimentar com a oferta de alimentos saudáveis e livres de riscos à saúde humana. A produção agroecológica é um contraponto a produção agrotóxica. Por isso é necessário uma política de crédito que consiga atingir a todos os camponeses.

As políticas de Segurança Alimentar tiveram rebatimentos positivos para a agricultura camponesa, pois não somente colocam a necessidade do aumento da produção alimentar, mas pede a mudança do modelo de produção de alimentos e priorizam a produção agroecológica.

2.6 Brasil: não há Segurança Alimentar sem Agricultura Camponesa

No Brasil, o debate sobre a segurança alimentar fica evidente na década 1990. Ampliou-se, então, o conceito de segurança alimentar como referência para as políticas nos vários níveis da administração pública, isto é, nos organismos federais, estaduais e municipais de agricultura e abastecimento.

O combate à fome no Brasil tem se materializado pela promoção de políticas públicas para a agricultura camponesa, que está produzindo mais para atender ao mercado interno e principalmente, para atender as pessoas em situação de insegurança alimentar.

A partir de 2003, o tema sobre a segurança alimentar ganha destaque. O principal carro-chefe da campanha de candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (PT) foi o Programa

Fome Zero, que se concretizou nos dois mandatos de governo do mesmo (2002/2006 e 2007/2010) e que continua presente na política da atual presidenta Dilma Roussef (PT).

A primeira necessidade básica do ser humano é a alimentação. Para muitos brasileiros, é uma necessidade que não é sanada diariamente, embora seja garantido pela Constituição Brasileira, conforme o 2º artigo do capítulo 1 da Lei Magna:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Lei 11.349/2006).

Embora a segurança alimentar seja garantida na Constituição (assim como a uma educação de qualidade, a função social da terra, o direito de liberdade de expressão etc.), o direito a uma alimentação adequada também é usurpado.

O fenômeno da fome não é natural. A fome é produzida pelo homem por meio das relações sociais. O assunto sobre a fome é quase um tema proibido. Na maioria das vezes, a palavra “fome” é substituída por “má alimentação” ou “desnutrição”, conceitos que tentam mitigar o impacto da palavra. A fome é fabricada pela classe dominante, é fruto das desigualdades sociais que assolam os dominados. (CASTRO, 1951).

A desigualdade de distribuição de renda e a concentração da riqueza e dos meios de produção limitam o poder de compra para a grande maioria da população, que não possui determinado poder aquisitivo. Assim, tem-se um acesso extremamente limitado aos alimentos que lhes garantem uma alimentação saudável e diária. Como aponta Maria Moraes e Silva (1996, p. 27), “exclusão, marginalização, fome produzida são marcas que definem o processo de expropriação e proletarização deste país. Processo concreto, histórico, caracterizado pela relação entre famintos e produtores da fome”. Ao analisarmos a questão da segurança alimentar, temos que evidenciar quais são as raízes da fome para não cairmos na armadilha de descaracterizá-la. É necessário apontar quem são os produtores da fome, ou seja, a classe dominante.

A Segurança Alimentar consiste na disponibilidade de alimentos suficientes, gerando uma oferta de alimentos capazes de atender às necessidades de consumo alimentar de todas as pessoas. O direito à alimentação é o direito à vida. É a primeira condição de cidadania. Ter acesso a uma alimentação saudável, independente da condição econômica, é um dever do Estado.

No Brasil, a concentração da terra é um dos principais motivos para que não se acabe com a fome. A não realização da reforma agrária acarretou uma série de problemas sociais, como o desemprego, a miséria e a pobreza. A insegurança alimentar está relacionada com a situação de conflito e exclusão no campo.

Segundo Maluf, Menezes e Marques (2006, p. 16),

Em muitos países tem sido registrada uma direta correlação entre o acesso a terra e aos alimentos no meio rural. Ou seja, aonde se realizou um processo de reforma agrária e esta se manteve com razoável grau de consolidação, a situação alimentar e nutricional dessas populações mostram-se adequadas. Em sentido inverso, aonde permanece a terra concentrada e com contingentes elevados de trabalhadores rurais e suas famílias sem-terra, é grave a situação de insegurança alimentar.

A superação da fome, da miséria e a promoção da segurança alimentar perpassam pela realização da reforma agrária e pela consolidação da agricultura familiar.

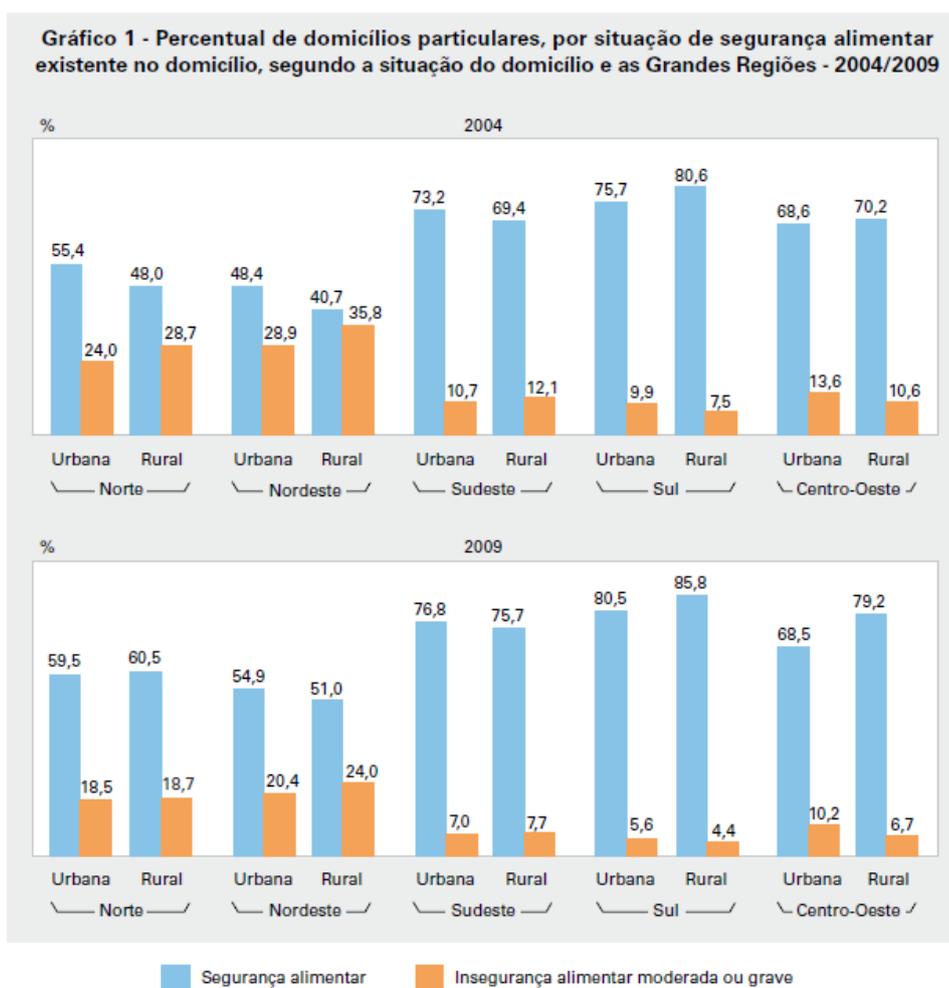
A agricultura camponesa é a principal produtora dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A criação de assentamentos rurais resulta na desconcentração de terra, na oferta de alimentos saudáveis, na desconcentração populacional dos centros urbanos, no aumento da segurança alimentar e na diminuição da miséria.

Ao analisar a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) sobre Segurança Alimentar (2004/2009) no Brasil, a pesquisa registrou 58,6 milhões de domicílios particulares no Brasil em 2009. Desses domicílios particulares, 69,8% (40,9 milhões) estavam em situação de Segurança Alimentar (SA). Nos mesmos moravam 126,2 milhões de pessoas, equivalente a 65,8% dos moradores em domicílios particulares do país. Os 17,7 milhões de domicílios particulares restantes (30,2%) encontravam-se em algum grau de Insegurança Alimentar (IA) e viviam cerca de 65,6 milhões de pessoas.

Em 2004, esta prevalência era maior: 34,9% dos domicílios particulares registraram alguma restrição alimentar ou, pelo menos, alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer alguma restrição devido à falta de recursos para adquirir mais alimentos (PNAD, 2009).

Verificando as figuras abaixo, extraído do relatório do PNAD (2009), temos a situação da segurança alimentar na zona urbana e na zona rural das grandes regiões brasileiras entre os anos de 2004 e 2009.

Gráfico 04. Percentual de domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar existente no domicílio e as Grandes Regiões- 2004/2009.



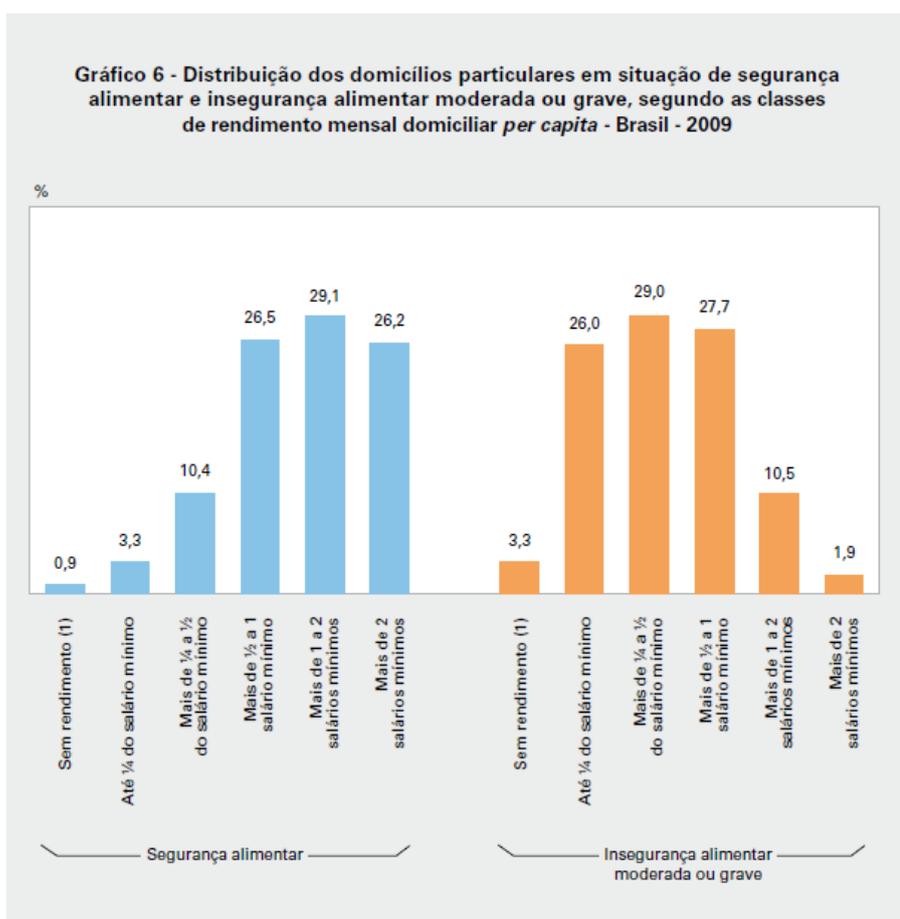
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Fonte: Relatório PNAD – Segurança Alimentar (2004/2009).

Ao analisar o gráfico, a maior incidência de insegurança alimentar, moderada ou grave, ocorre nas regiões Norte e Nordeste. Na região Sul tem uma menor incidência. No período analisado, em todas as regiões, houve um aumento da segurança alimentar.

Nas regiões Centro-Oeste e Sul, ao compararmos o espaço rural com o espaço urbano, temos uma menor ocorrência de insegurança alimentar moderada ou leve no espaço rural. Nas demais regiões, a ocorrência de insegurança alimentar moderada ou leve é maior no espaço rural. Isso evidencia a necessidade de formulação de projetos de alimentar no meio rural.

Gráfico 05. Distribuição dos domicílios particulares em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar moderada ou grave, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil – 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusiva os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Fonte: Relatório PNAD – Segurança Alimentar (2004/2009).

A figura evidencia a correlação da baixa renda com a situação de insegurança alimentar, o que já discorremos neste trabalho. Quanto menor a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior é a situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

Ainda convivemos com a miséria e com a fome, que são frutos da desigualdade social em várias partes do país, de norte a sul. Somente haverá segurança alimentar no Brasil no momento em que todos os brasileiros tiverem acesso em quantidade e qualidade aos alimentos necessários para uma alimentação saudável. A criação de programas ou políticas públicas, como o Programa de Aquisição dos Alimentos, torna-se uma estratégia para minorar a fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem apoiado a agricultura camponesa à segurança alimentar, incentivando os assentados a produzir mais alimentos. Isso gera trabalho e renda no campo e, ao mesmo tempo, melhora a segurança alimentar, pois a produção de alimentos dos assentamentos é destinada a áreas urbanas de risco social.

O desenvolvimento tecnológico do agronegócio está distante de garantir uma segurança alimentar à humanidade. A sociedade precisa pensar em um modelo de produção rural que combine a qualidade de vida do agricultor e a oferta de alimentos com preços acessíveis nas cidades e a preservação do meio ambiente. Diversos movimentos sociais avançam na proposta de um modelo alternativo de produção agrícola. A Agroecologia combina a segurança dos alimentos saudáveis livres de agrotóxicos e contribui para a preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO 03 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

No presente capítulo, pretendemos discutir sobre a criação e a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua inserção no município de Presidente Venceslau. Objetivamos analisar as relações que o programa estabelece.

Na primeira parte deste capítulo, trazemos a formação e a estruturação do PAA. Na segunda parte, analisamos o programa em Presidente Venceslau e na terceira parte, sistematizamos os dados obtidos em trabalhos de campo e caracterizamos os agentes formadores do círculo de cooperação do PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é criado com o objetivo de promover a agricultura familiar e a segurança alimentar. O mesmo fomenta a agricultura familiar, fornecendo a produção de alimentos a entidades sociais e a famílias em situação de vulnerabilidade social. Iniciativas deste tipo vêm sendo empreendidas no sentido de articular gastos públicos com a alimentação e a produção local da agricultura familiar. O programa visa garantir o direito humano à alimentação e é uma alternativa de renda aos pequenos produtores.

O programa possibilita o cultivo da lavoura no lote, que antes era tomado somente pelo pasto, permite aos assentados a diversificação da produção. Essa produção agrícola atende a setores urbanos, que evidencia a relação cidade x campo através da distribuição de alimentos, tendo o assentamento rural centralidade nessa relação social. A construção de políticas públicas como essa se torna fulcral para evidenciar a importância da reforma agrária, no entanto o Estado deve garantir a plena realização do PAA atuando junto aos produtores nas diversas escala dessa produção e juntos aos agentes que operam a distribuição.

3.1 Concepção e Implementação do PAA

O Programa de Aquisição dos Alimentos é concebido no bojo das políticas estruturantes do Programa Fome Zero, iniciado em 2003 pelo Governo Federal (PT).

O PAA é uma política pública de fortalecimento da Agricultura Familiar e um programa de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SANS). O programa articula a pequena produção agrícola às políticas de combate à fome, pois proporciona o desenvolvimento no campo e o enfrentamento da insegurança alimentar.

O PAA foi criado para incentivar e dinamizar a agricultura familiar. Ele estimula a produção de alimentos com a garantia de comercialização e geração de renda para os pequenos produtores. O programa vem para interligar as políticas agrárias às políticas de segurança alimentar.

Com a finalidade de incentivar a agricultura familiar por meio da comercialização da produção de baixa escala e atendendo aos segmentos de pequenos produtores que enfrentavam dificuldades para a venda de seus produtos, a produção dos agricultores familiares passa, então, a ter garantia de venda com o PAA. De acordo com Muller (2007, p. 82), “o esboço do Programa Fome Zero já deixava clara uma linha de projetos estruturantes, onde a ideia de direitos superava a de assistencialismo”.

Se em uma ponta do programa está a agricultura familiar, na outra ponta estão os programas sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar que recebem a produção agrícola que é doada. Sendo assim, o programa gera renda para os agricultores no campo e colabora com o enfrentamento da fome e da pobreza na cidade. (ÁVILA; ROVERSI, 2010).

Uma política que garantisse a compra da produção da agricultura camponesa era uma reivindicação antiga dos Movimentos Sociais, que lutam pela manutenção do homem no campo, sendo que, essa manutenção perpassa pela implementação de projetos para este segmento rural, que possam acoplar políticas de produção do campo e de segurança alimentar.

As discussões sobre a questão de segurança alimentar iniciam-se com mais fôlego no Brasil na década de 1980. Vincula-se a questão da reforma agrária à segurança alimentar. Ambas passam a ser discutidas no Partido dos Trabalhadores (PT), nos Movimentos Sociais Rurais, nos Sindicatos, na Academia e por parte da Sociedade Civil (MULLER, 2007). NOTA TOMIASE

O PAA é resultado de um longo movimento de combate à fome e à pobreza, assim como as demais políticas do Programa Fome Zero. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os produtos são doados a entidades sociais e a famílias em situação de insegurança alimentar.

O programa foi criado pela Lei nº 10.696/2003:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988).

O Grupo gestor do PAA é constituído por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Ministério da Educação. A execução do programa é realizada em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e os governos estaduais e municipais.

O MDS é responsável pela coordenação do Grupo Gestor do PAA. O grupo decide as normas para a operacionalização do programa, a sistemática de aquisição dos produtos e a comercialização.

O programa compra os produtos agrícolas diretamente com as associações de agricultores familiares, com os assentados de Reforma Agrária e com as comunidades tradicionais, via CONAB. O programa cria um vínculo entre os produtores de alimentos e

as pessoas em situação de insegurança alimentar, colocando a possibilidade de valorização da agricultura familiar.

Os produtores do PAA são agricultores familiares enquadrados no PRONAF (categorias A e B), agricultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, membros de comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e assentados por projetos de Reforma Agrária inseridos no PRONAF e agricultores acampados. Dentre esse público, deverão ser priorizados os povos e as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e extrativistas, acampados da Reforma Agrária e atingidos por barragens.

Para participar do programa, o produtor deve possuir a identificação de agricultor familiar. Essa identificação é comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), sendo necessário ser sócio de uma associação ou de uma cooperativa de produtores. Os beneficiados com a produção de alimentos são as entidades sociais (escolas, creches, orfanatos, asilos, casa do menor, igrejas, famílias em situação de vulnerabilidade social, hospitais, cozinhas populares, pessoas atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS).

O programa cria um mercado institucionalizado para a comercialização de alimentos, dinamizando a economia do meio rural. O mesmo atende a demanda alimentar dos programas sociais locais e articula diversos setores da sociedade.

3.2 Funcionamento do PAA

A compra dos produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos se efetiva entre quatro modalidades que descreveremos a seguir. Cada modalidade cumpre sua função específica:

1- Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF): também conhecida como doação simultânea, esta modalidade visa garantia de renda ao agricultor familiar por meio da compra direta da produção ao preço de mercado;

2- Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF): esta modalidade prevê a antecipação de recursos para o plantio da safra, sendo destinada exclusivamente aos agricultores familiares do PRONAF. A operação é realizada no momento do plantio e a entrega do produto pelo agricultor ocorrerá após a referida safra;

3- Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF): esta modalidade atua no âmbito local e estadual, adquirindo produtos para formação de estoques e para fazer doação simultânea às populações em situação de risco alimentar;

4- Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF): esta modalidade é operada nacionalmente por meio de convênios entre Governo Federal e administrações municipais. Visa estimular a articulação entre a produção oriunda da agricultura familiar e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais das municipalidades, bem como de instituições locais que atuam no combate à fome;

5- Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL): esta modalidade, restrita às áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – que são os estados da região nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – visa diminuir a vulnerabilidade social, combatendo à fome e à desnutrição. Ao mesmo tempo, pretende contribuir para o fortalecimento do setor produtivo por meio da aquisição de leite do produtor familiar.

A modalidade mais comum para os assentamentos rurais de Reforma Agrária é a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), também conhecida como Doação Simultânea, que tem como objetivos, a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social; o fortalecimento da agricultura familiar; a geração de trabalho e renda no campo; e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente, na região produtora.

A licitação para a compra dos produtos é dispensada para este tipo de aquisição, porém, os preços não devem ultrapassar os valores praticados nos mercados regionais. De

acordo com Mattei (2007, p. 08), “o Programa desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, dispensando as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93”.

Ávila (2010), citando Sabourin, aponta que:

[...] o Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço garantido e, em geral, levemente superior ao do mercado de troca. Graças a esse sistema de abastecimento dos órgãos públicos (segurança alimentar, bem como merenda escolar, hospitais, etc.), é possível fazer com que, por meio da redistribuição, camponeses tenham acesso a mercados institucionais protegidos da concorrência do mercado capitalista. (SABOURIN, 2006, apud, ÁVILA, 2010, p. 260).

O programa beneficiou as camadas rurais que produzem em baixa escala e que tem dificuldade em agregar valor à produção. Agora, a partir da pequena produção, vão especializando-se e objetivando produzir em maior quantidade e qualidade, almejando entregar sua produção para outros programas governamentais. Isso resultou em um fortalecimento da agricultura camponesa, que se atrela a ações de combate à fome.

O PAA criou um mercado inexistente nas economias locais, pois sem a garantia de venda de *hortifruti*, muitos agricultores não cultivavam hortas. A matriz produtiva era somente o leite. O programa melhorou a renda dos assentados e diversificou o campo com novas cores e sabores. O pasto cede espaço à agricultura familiar, que produz os mais diferentes alimentos, melhorando o autoconsumo alimentar no campo e a alimentação na cidade. Populações que eram excluídas das feiras, quitandas e supermercados na compra de *hortifruti*, hoje têm acesso a esses alimentos.

Com o PAA, parte problema de escoamento da produção agrícola foi sanado. O Programa propõe-se a realizar a compra direta da produção dos assentados, garantindo-lhes uma renda que permite o subsídio de necessidades básicas. Porém, não foi dado nenhum reforço para a assistência técnica, que já vinha com debilidades.

Entre agosto de 2003 e julho de 2006, o teto máximo de venda dos produtos foi fixado em R\$ 2.500,00 por produtor/ano e, a partir de agosto de 2006, passou para R\$

3.500,00, em 2009 o valor era de R\$ 4.500,00. Atualmente (2012), esse valor foi aumentado para R\$ 4.800,00. Segue a divisão mensal destes valores e sua correção monetária com a inflação do período na tabela abaixo

Tabela 01. Renda anual e mensal do PAA por produtor e Correção Inflacionária (2003-2013)

Ano de Implant.	Limite Anual	Renda Mensal	Salário Mínimo	Salário Mínimo	% da renda mensal PAA sob o Salário Mínimo	Corr. IPCA-IBGE	IGP-DI(FGV)
2003	R\$ 2.500	R\$ 208	R\$ 240	R\$ 240	86%	-	-
2006	R\$ 3.500	R\$ 291	R\$ 350	R\$ 350	83%	R\$ 4.262	R\$ 4.524
2009	R\$ 4.500	R\$ 375	R\$450	R\$450	83%	R\$ 5.034	R\$ 5.339
2013	R\$ 4.800	R\$ 400	R\$ 678	R\$ 678	59%	R\$ 5.783	R\$ 5.676

Fonte: www.mda.gov.br e www.guiatrabalhista.com.br www.conab.gov.br – Atualizado com o banco de dados do BACEN. (Data-base Junho/2013)

Organização: Martha Esthela Silva (2013)

A tabela acima evidencia alguns entraves do Programa, pois o limite máximo de venda que o produtor pode repassar para a CONAB não gera mensalmente um salário mínimo. E no último ano a defasagem dos valores do PAA em comparação ao salário mínimo foi bem maior.

A produção do assentamento para o PAA é realizada pelo trabalho familiar. A produção exige força de trabalho de mais de uma pessoa. Com esses valores, dificilmente uma família consegue garantir sua reprodução social dignamente. A renda do PAA é uma complementação da renda do lote, que também é obtida através da produção animal, do leite entre outras (produção de queijos, doces, ect).

As famílias da cidade que recebem a doação de alimentos e que por nós pesquisadas, 81% tem rendimento mensal de até um salário mínimo. Nas palavras de Lima (2010, p. 28), que faz uma análise sobre o PAA, isso “significa dizer que o PAA atinge o mesmo estrato social nas duas pontas da produção-consumo”. No último ano (2013), a

defasagem da renda mensal do produtor é de 41% sob o salário mínimo. No decorrer dos anos, o produtor tem tido sua renda em crescente defasagem.

Analizamos a renda anual do PAA por produtor com os índices de correção inflacionária. Utilizamos o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – IPCA- IBGE e o Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponibilidade interna. Este índice tem a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira.

Podemos observar uma significativa perda de ganhos dos assentados produtores. O 1º ano de vigência do PAA, em 2003, o teto do programa era de R\$ 2.500, com a correção inflacionária realizada pelos índices do IPCA e o IPG- DI(FGV). O teto a ser pago em 2006 deveria ser de R\$ 4.262 – IPCA e de R\$ 4.524 pelo IPG-DI(FGV), no entanto, o governo aprovou um teto de R\$3.500, ou seja, o produtor estava com uma defasagem de aproximadamente R\$ 1.000.

Em 2009, o valor do teto era de R\$ 4.500, sendo que, com a correção, estes valores foram para R\$ 5.783 IPCA-IBGE e R\$ 5.676 IPG- DI(FGV). Neste caso, a defasagem é de mais de R\$ 1.000. Para obtenção destes dados, utilizamos a data-base de junho de 2013. Temos de atentar para este fato, para que o programa não se torne um meio de explorar os produtores. O programa deve ser pensando em toda a sua cadeia produtiva, deste a produção que necessita de assistência técnica, a renda do produtor até a entrega do produto.

As políticas de fomento à produção não foram atreladas a uma política de intensificação da assistência técnica, trazendo debilidades para a produção de alimentos. De acordo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

O PAA mostra que a reforma agrária dá certo! Para produzir temos dificuldades de assistência técnica, mas como o programa já está no quarto ano aqui no município, muita gente teve que aprender na marra e hoje temos os alimentos muito melhor, quando comparamos a produção do início do programa. Os produtores estão perdendo bem menos a produção, agora tem uma escala, isso tem dado um bom resultado a gente planta com garantia de venda. (Informação Verbal)⁷.

⁷ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista. Presidente Venceslau, junho de 2012.

Embora com o emaranhado de dificuldades, muitos assentados resistem e valem-se de diversas estratégias para garantir sua reprodução social no campo. Aos poucos, a produção ganhou qualidade e escala.

Evidenciamos novos rearranjos sociais nos assentamentos: aos poucos, a paisagem diversifica-se com a produção, bem como o trabalho da família assentada dentro do lote. Assim, configuram-se novas relações sociais na produção e nas hortas, sendo que, o trabalho da mulher e do jovem são recorrentes.

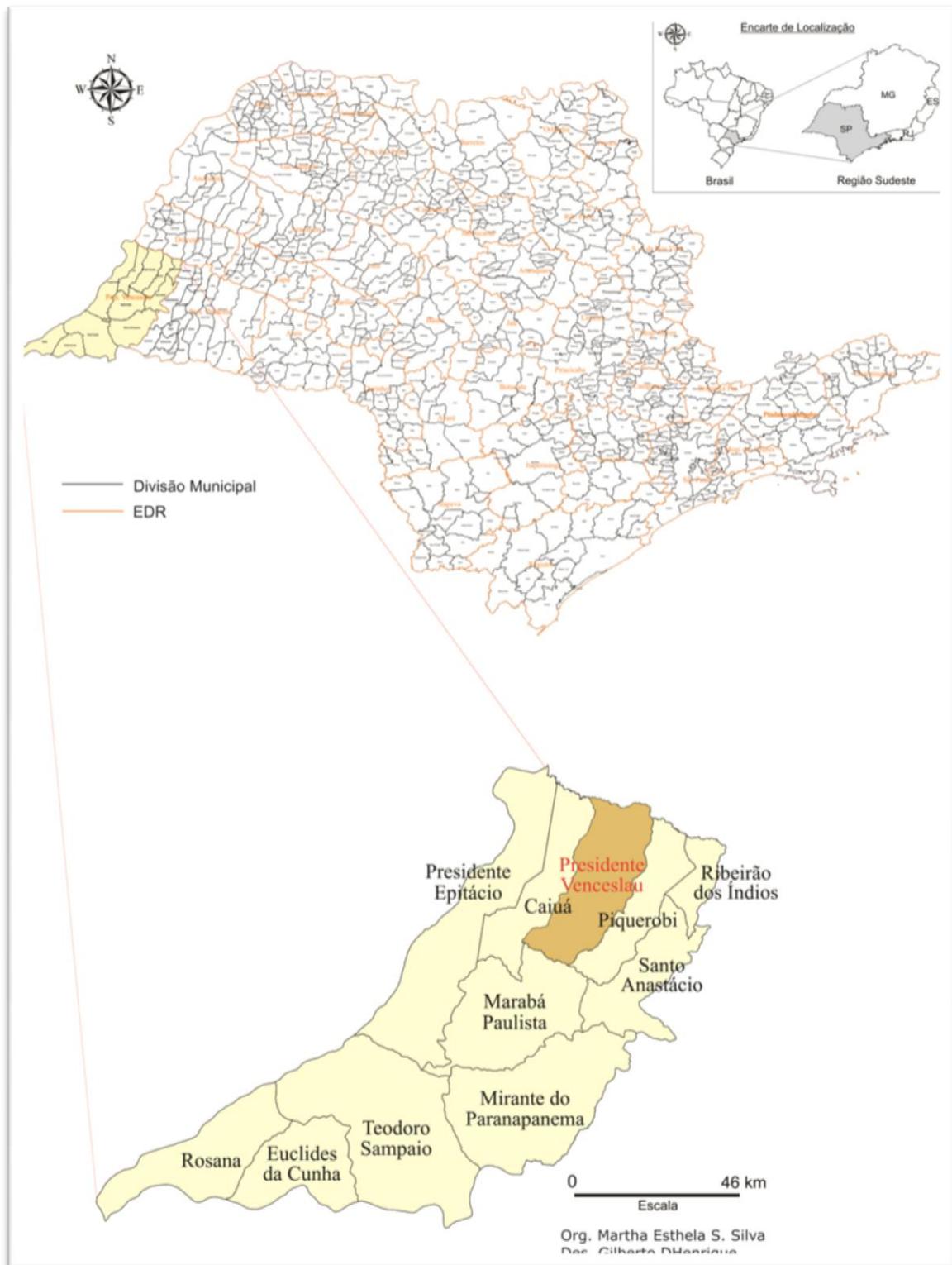
3.3 O PAA em Presidente Venceslau

O município de Presidente Venceslau localiza-se no oeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema. Essa região, que mais teve conflitos por terras no Estado por ser uma região grilada⁸, foi e é palco de inúmeros conflitos fundiários (LEITE, 1996).

A cidade de Presidente Venceslau, assim como a maioria das cidades do entorno, formaram-se a partir da construção da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1921. No ano 1926, foi fundado o município de Presidente Venceslau (LEITE, 1998). De acordo com Ferrari Leite (1998, p. 36), “Presidente Venceslau foi, por cerca de dez anos, o mais ocidental dos Municípios da Alta Sorocabana e, em seu território, realizar-se-iam os mais estranhos negócios de terras.” A ilegalidade da posse de terras no município forjou a atuação dos movimentos sociais pela reforma agrária na região

⁸ Grilagem – processo de falsificação de títulos de terras.

Figura 01. Localização do Município de Presidente Venceslau



Fonte: Escritório de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo.
Organização: Martha Esthela S. Silva e Gilberto Henrique.

O município de Presidente Venceslau, de acordo com o último censo do IBGE (2010), conta com 37.910 mil habitantes.

Tabela 02. População Total do Município de Presidente Venceslau

População Total	37.910
População Urbana	36.272
População Rural	1.638

Fonte: Censo IBGE 2010
Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Presidente Venceslau abrange, ao todo, cinco assentamentos rurais, que foram conquistados, tendo como protagonista desse processo, os movimentos sociais de luta pela terra. No processo de luta, houve ocupações nas fazendas e em órgãos públicos e passeatas no município. Esse processo de luta tinha como objetivo a criação de assentamentos nas terras devolutas que foram griladas. A luta pela terra territorializou-se com a conquista de cinco assentamentos.

Tabela 03. Assentamentos Rurais de Presidente Venceslau, Nº. De lotes e Ano de Implementação.

Assentamento	Nº. de Lotes	Ano de Implementação
Primavera	125	1996
Tupanciretan	78	1996
Radar	29	1996
Santa Maria	17	1996
São Camilo	25	2009

Fonte: ITESP. www.itesp.sp.gov.br
Organização: Martha Esthela Silva (2013).

Esses assentamentos⁹ foram conquistados no grande processo de mobilização social, ocorrido nos anos 1990, que culminou com o assentamento de milhares de famílias

⁹ Mapas dos Assentamentos nos anexos.

na região do Pontal do Paranapanema, exceto o assentamento São Camilo, que foi implantado em 2009, mas que também contou com o processo de luta, de ocupação e acampamento das famílias.

O PAA iniciou-se no município a partir de 2009. Aos poucos, os produtores foram aderindo ao programa e, pode-se dizer que, o PAA territorializou-se no município. O PAA, em todo o Brasil, vem apresentando crescimento, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 04. Evolução em R\$ do PAA (2010-2012)

PAA	2010	2011	2012
Brasil	268.591.599	361.956.818,00	383.626.307,00
São Paulo	16.082.576	46.923.450,00	57.661.811,00
Presidente Venceslau	135.560,00	575.298,00	879.830,00

Fonte: www.conab.com.br

Organização:: Martha Esthela Silva (2013)

O PAA no município iniciou em 2009-2010 com uma associação do assentamento Primavera, a associação Renascer. Em Presidente Venceslau, temos os cinco assentamentos produzindo para o PAA e uma associação (Associação dos Produtores Água da Colônia) que é formada por sítiantes que também fornecem alimentos para o programa.

A tabela a seguir traz os dados da produção do PAA nos assentamentos rurais de reforma agrária de Presidente Venceslau.

Tabela 05. Participação dos Assentamentos do Município de Presidente Venceslau no Programa de Aquisição de Alimentos (produção e valores) 2011/2012.

Assentamento	Nº. de Associações	Nº. de lotes	Nº. Produtores	Alimentos (kg)	R\$
Primavera	2	125	53	135.422	135.359,80
Tupanciretan	1	78	45	154.043	190.350,00
São Camilo	1	32	16	87.907	109.980,00
Radar	1	29	19	64.176	80.370,00
Total	5	262	143	441.548	516.059,80

Fonte: www.conab.com.br (13/07/2012)

Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Ao analisar a produção desses assentamentos, fica mais do que evidente, a importância da reforma agrária e a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, políticas que possam inserir, cada vez mais, os pequenos produtores no circuito econômico.

De acordo com nossas pesquisas anteriores, o assentamento Tupanciretan (72 lotes) já tinha uma produção significativa de hortaliças para a comercialização, porém, a produção leiteira era maior. Isso justifica o fato de, atualmente, a associação ter Assentamento Tupanciretan ter o maior volume produção de alimentos entregue ao PAA.

A maioria dos lotes do assentamento Primavera (125 lotes) tinha a produção leiteira como principal atividade. A horta era destinada para o autoconsumo: alguns plantavam cana para usina ou arrendavam a terra para pasto, pois a incerteza de venda com produtos de baixa durabilidade (frutas, verduras e legumes) inibia a produção. Com isso, a produção agrícola não era diversificada (SILVA, 2010). A participação dos assentados no PAA muda a conjuntura citada acima.

Hoje, a paisagem não somente se configura fisicamente com as mudanças, mas passa a ser cheia de sentidos e esperança. O campo, ainda que com suas limitações, oferece moradia e emprego para dezenas de pessoas que viviam na miséria, sendo que, anteriormente, estes dois princípios básicos de sobrevivência estavam distantes de suas

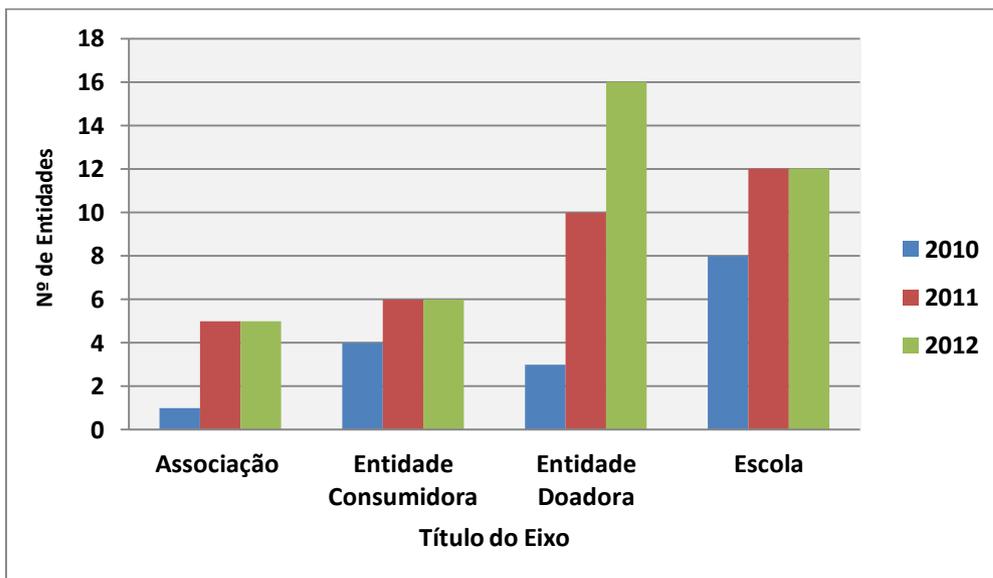
realidades. A terra traz outros significados e a concretização de sonhos e ideais que se materializam-se com os assentamentos rurais.

O PAA reativou e reforçou o associativismo dentro dos assentamentos rurais de Reforma Agrária. Agora temos os assentados trabalhando para eles mesmos. O trabalho é algo do cotidiano que os humanizam e os fazem pensar no próximo, pois eles têm consciência que aquele alimento destina-se a pessoas que necessitam.

A diversificação da produção agrícola nos espaços construídos pelas experiências de reforma agrária faz com que os sujeitos estabeleçam e também construam novas relações sociais de produção e, de modo amplo, redefinam a relação do homem com a natureza. O uso da terra, em vários dos assentamentos, traz a riqueza da biodiversidade de culturas e de uma produção agrícola verdadeiramente sustentável. Os assentados valem-se principalmente da combinação de diversas estratégias sociais e econômicas para ter condições de viver uma vida digna no campo, o papel das associações de produtores desempenham uma função fundamental na organização dos assentados.

O PAA vem crescendo no município de Presidente Venceslau. Com a análise dos dados do PAA de 2010 a 2012, observamos um aumento do número de associações, produtores e consumidores, como mostra os gráficos seguintes.

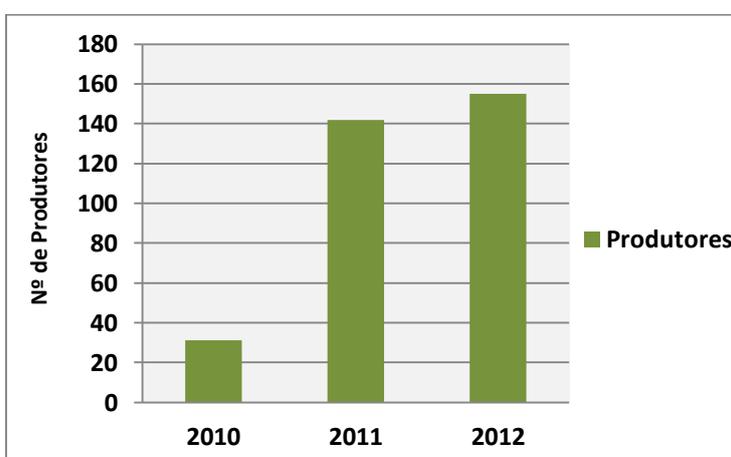
Gráfico 06. Evolução do Círculo de Cooperação do PAA (2010-2012)



Fonte: www.conab.com.br; Organização: Martha Esthela Silva (2013)

O primeiro projeto aprovado do PAA em 2010 foi da associação Renascer do assentamento Primavera. Nos projetos seguintes, de 2011 e de 2012, houve um aumento de associações (Campos Verdes, Radar, Tupanciretan e São Camilo) com um maior volume de produção e, conseqüentemente, tivemos o aumento de consumidores atendidos. O seguinte gráfico traz o aumento do número de produtores.

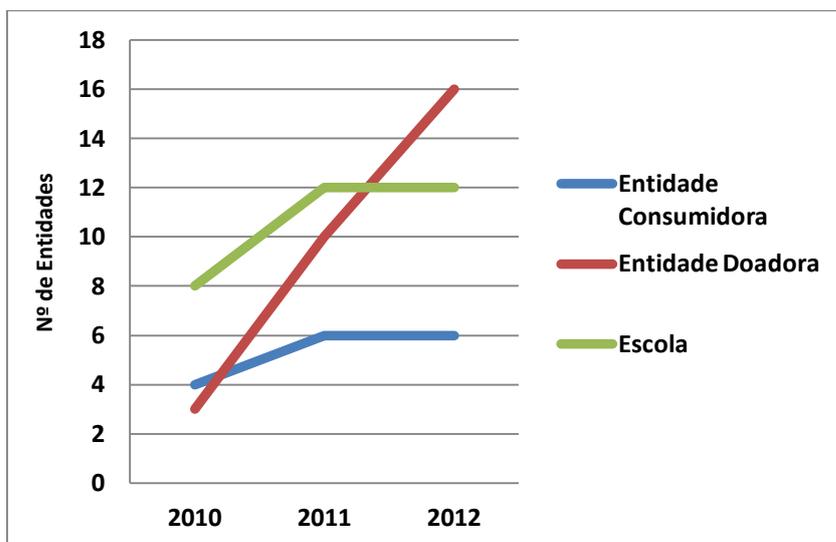
Gráfico 07. Evolução de Produtores Rurais – PAA (2010-2012)



Fonte: www.conab.com.br; **Organização:** Martha Esthela Silva (2013)

Os produtores, a cada ano que passa, vão aderindo à política do PAA, diversificando sua produção para o plantio de roça e hortas para atender as entidades sociais do meio urbano. A maior parte da produção tem sido entregue a entidades doadoras, sendo que, a maioria são entidades religiosas.

Gráfico 08. Entidades consumidoras do PAA (2010-2012)



Fonte: www.conab.com.br

Organização: Martha Esthela Silva (2013)

O PAA tem minimizado a insegurança alimentar dos moradores do meio urbano que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que são atendidos pelas entidades doadoras. Os alimentos produzidos pelos assentados são comprados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e são doados a instituições, como albergues, asilos, casas do menor, orfanatos, escolas, creches e igrejas, que distribuem para a população carente da cidade. As entidades consumidoras e as escolas mantêm com o mesmo número de entidades atendidas entre 2011 e 2012. As entidades doadoras vêm aumentando sua participação no círculo de cooperação do PAA.

Os produtores têm produzido mais de 60 tipos de alimentos, entre frutas, legumes e verduras. Esses alimentos são comprados pela CONAB e a prefeitura municipal faz o repasse para as entidades via Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (CONAB, 2012).

A pesagem dos alimentos é realizada pela diretoria da associação na sede do assentamento. A mesma providencia a nota para o assentado e verifica a qualidade dos alimentos. Os produtos são levados para a sede pelo assentado. Depois de realizada toda a pesagem, os alimentos são levados para o pátio da SEAAMA pelo caminhão refrigerado da prefeitura. Este processo ocorre todas as terças-feiras.

A divisão dos alimentos entre as entidades é realizada no pátio da SEAAMA no mesmo dia. As entidades reúnem-se e auto-organizam-se na divisão dos alimentos. O controle social é presente, como bem propõe o PAA.

As entidades que têm prioridade na escolha dos alimentos são o Hospital Santa Casa, a APAE e a Casa do Menor. Essa prioridade foi definida entre todas as entidades que recebem a doação.

Após essas três entidades citadas fazerem as escolhas dos alimentos, o restante é dividido entre as demais entidades, de maneira que cada uma leve um pouco de cada alimento. Neste momento, tenta-se prevalecer o bom senso. Cada entidade leva o tanto consome ou de acordo com o número de famílias que atendem.

A figura 02 mostra a chegada dos alimentos à Secretaria de Agricultura. Os alimentos saem dos assentamentos já pesados pelas associações de produtores. A produção é transportada do campo para a cidade pela Prefeitura.

Figura 02. Chegada dos Alimentos na SEAAMA



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2012; **Autora:** Martha Esthela S. Silva – 14/02/2012.

No pátio da secretaria, os alimentos são organizados pelos agentes das entidades sociais beneficiadas, para assim, dar início a distribuição. Isso é mostrado na foto seguinte.

Figura 03. Distribuição entre As Entidades Consumidoras e Entidades Doadoras



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2012; Autora: Martha Esthela S. Silva – 14/02/2012.

A divisão é realizada de acordo com a quantidade de produtos e o número de consumidores que as entidades atendem. O controle social da distribuição é realizado pelos agentes, que são parte integrante do círculo de cooperação do PAA. Após a distribuição, as entidades seguem com os alimentos que serão distribuídos a seus atendidos.

Figura 04. Distribuição dos Alimentos na Igreja Assembleia de Deus (Entidade de Repasse).



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2012; **Autora:** Martha Esthela S. Silva – 14/02/2012.

A figura 04 ilustra a distribuição de alimentos na Igreja Assembleia de Deus. Assim que os alimentos são retirados da Secretaria de Agricultura, são levados para a igreja e distribuídos imediatamente. A diversidade produtiva do PAA possibilita uma alimentação com diversidade de alimentos as famílias atendidas.

Essa diversidade é um dos critérios do programa, que estabelece que cada associação de produtores tem que entregar no mínimo 20 tipos de variedade de produtos, estimulando assim, a agrobiodiversidade.

Ao analisar a tabela abaixo, contamos com mais de 60 tipos de hortifruti. Porém, o modelo de alimentação colocado, que privilegia os padrões de consumo europeu (batata, cenoura, tomate, alface), estabelece a necessidade de uma reeducação alimentar, que priorize a diversidade e os produtos típicos da terra brasileira, possibilitando a diversidade de produtos à mesa, que antes não eram consumidos.

Os preços praticados pela CONAB não ultrapassam os valores dos mercados locais. Essa tabela possibilita ao produtor fixar um valor na sua produção que é destinada a

comercialização fora do PAA. De acordo com os assentados pesquisados que vendem o excedente da produção do PAA, o atravessador não decide mais o preço, pois o produtor não vende por um preço que esteja abaixo da tabela fixada pela CONAB.

Quadro 03. Preço dos produtos praticados pela CONAB ano de referência 2012.

Nº.	Produto	Valores (R\$/kg)	Nº.	Produto	Valores (R\$/kg)
01	Abacate	0,80	33	Graviola	4,20
02	Abobora Seca	1,00	34	Jabuticaba	4,80
03	Abobora Paulista	0,68	35	Jaca	0,98
04	Abobrinha	0,66	36	Jiló	1,40
05	Acerola	2,50	37	Limão Taiti	1,05
06	Alface Americana	1,50	38	Mamão	1,10
07	Alface Crespa	1,50	39	Mamão Havaí	1,40
08	Almeirão	1,60	40	Manga assim	3,00
09	Almeirão	1,10	41	Manga Keith	1,95
10	Amendoim	2,40	42	Manga Palmer	2,00
11	Banana maçã	2,10	43	Maracujá	1,65
12	Banana nanica	0,80	44	Maxixe	1,28
13	Banana ouro	1,39	45	Melancia	0,70
14	Batata doce 1	0,86	46	Milho verde	0,40
15	Batata doce 2	0,61	47	Mostarda	2,25
16	Beterraba	0,88	48	Pepino caipira	0,65
17	Berinjela 1	0,86	49	Pepino japonês	1,10
18	Berinjela 2	1,80	50	Pimentão	1,05
19	Brócolis	1,55	51	Pimenta	1,70
20	Caju	2,65	52	Pimenta verde	1,45
21	Carambola	3,85	53	Quiabo	1,80
22	Cebolinha	2,20	54	Rabanete	1,70
23	Cenoura	1,15	55	Mandioca	0,55
24	Cheiro Verde	1,00	56	Repolho	0,50
25	Chicória	1,85	57	Rúcula	3,30
26	Coco seco	1,70	58	Salsa	2,75
27	Coco verde	1,00	59	Tomate	1,60
28	Couve	1,35	60	Tomate cereja	2,70
29	Feijão	2,00	61	Tangerina	1,50
30	Fruta do conde	4,15	62	Vagem 1	2,30
31	Goiaba branca	1,70	63	Vagem 2	2,05
32	Goiaba vermelha	2,40	-	-	-

Fonte: www.conab.com.br; Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

O PAA tem atendido a 27¹⁰ instituições, que recebem as doações. No município de Presidente Venceslau, essas instituições são escolas municipais, creches, asilos, casas do menor, projetos sociais, orfanatos, associações, entidades filantrópicas e igrejas.

As igrejas e as associações repassam os alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social. O quadro 04 traz a relação das entidades assistidas pelo programa e sua categoria, sendo destacadas na tabela, as entidades entrevistadas nessa pesquisa. A triagem é feita pelas próprias entidades, algumas entidades possuem assistente social que acompanha o processo, outras não possuem este tipo de auxílio técnico.

Quadro 04. Entidades Consumidoras Beneficiadas com o PAA no município de Presidente Venceslau.

Nº.	Entidade	Categoria	Município
01	APM - EMEFEI Lúcio Mariano	Escola	Presidente Venceslau
02	APM – EMEI Joaquim Rodrigues Batata	Escola	Presidente Venceslau
03	APM - EMEF Profª Arthuzina de Oliveira D’Incal	Escola	Presidente Venceslau
04	APM – Profª Dalva Ferreira de Oliveira “Assentamento Primavera”	Escola	Presidente Venceslau
05	APM - EMEFEI Prof. “Dagoberto Rodrigues da Silva Pinto”	Escola	Presidente Venceslau
06	APM - E. M Prof. Vitalina de Almeida Prado Ribeiro	Escola	Presidente Venceslau
07	APM – EMEF Dr. Tertuliano de Área Leão	Escola	Santo Anastácio
08	APM – EMEF Prof. Alberico da Silva Cesar	Escola	Santo Anastácio
09	APM – EMEI Alice Silva Guarient	Escola	Santo Anastácio
10	Associação de Moradores de Bairro do Jardim Real	Associações Comunitárias/ Moradores	Presidente Epitácio
11	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Escola e Similares	Presidente Venceslau
12	Associação de proteção á Infância e Maternidade	Creche	Presidente Venceslau

¹⁰ 24 instituição cadastrada na CONAB e 3 instituição com cadastro somente na SEAAMA.

13	Associação de Basquetebol de Presidente Venceslau	Outros	Presidente Venceslau
14	Associação Venceslauense de Combate (A.V.C.C.)	Assistência Social	Presidente Venceslau
15	Associação Comunitária Lar e Aconchego	Associações de Moradores	Presidente Venceslau
16	Associação da Igreja Metodista	Instituições Religiosas	Presidente Venceslau
17	Abrigo Esperança	Abrigos	Presidente Venceslau
18	Casa de Apoio e Integração à Criança e ao Adolescente	Amparo à Criança	Presidente Venceslau
19	Conselho da Sociedade Vicente de Paulo	Assistência Social	Presidente Venceslau
20	Fundo Social de Solidariedade	Assistência Social	Presidente Venceslau
21	Irmandade da Santa Casa	Hospital	Presidente Venceslau
22	Oras Reunidas Social Oras	Assistência Social	Presidente Venceslau
23	SASAD – Serviço de Assistência Social	Instituição Religiosa	Presidente Venceslau
24	União Assistencial Auta de Souza	Instituição Religiosa	Presidente Venceslau

Fonte: www.conab.com.br

Organização:: Martha Esthela S. Silva

----- entidades entrevistadas

----- entidades fora do município de Pres. Venceslau

Ao todo, os assentamentos e o grupo de sítiantes de Presidente Venceslau atendem a mais de 20 instituições que fazem uso ou repassam os produtos. Os dados do quadro acima foram retirados do site da CONAB, porém, em nossos trabalhos de campo, verificamos que mais entidades religiosas (3 entidades) recebem os alimentos do PAA e repassam para famílias carentes, como a Igreja Brasil Cristo, a Igreja Resgate Para a Vida e a Igreja Presbiteriana Renovada. De acordo com a SEAAMA, há uma desatualização no site da CONAB, pois as entidades estão cadastradas. No entanto, essas entidades constam atualmente no site da Conab, nos projetos 2012/2013.

Temos 6 escolas municipais, 8 associações, 1 hospital, 1 fundo de solidariedade e 4 entidades religiosas¹¹ de Presidente Venceslau. A associação Radar entrega seus produtos a 3 escolas do município de Santo Anastácio e a associação São Camilo, para uma associação de moradores de bairro em Presidente Epitácio. O PAA é um programa do Governo Federal, permitindo a transferência dos alimentos para outros municípios.

¹¹ Número de Entidades cadastradas no site da CONAB. Porém, no trabalho de campo realizado, identificamos mais entidades que recebem a doação dos produtos do PAA.

Entre os consumidores, temos as entidades que fazem o uso dos alimentos e as entidades que repassam os alimentos. Em sua maioria, as entidades que distribuem os alimentos são entidades religiosas (igrejas).

No primeiro momento de execução do PAA no município de Presidente Venceslau, os alimentos eram doados somente para as instituições que consumiam internamente. Com o aumento da produção nos assentamentos e mais associações aderindo ao programa, houve um excedente de alimentos. Foi com o excedente de alimentos que as instituições religiosas passaram a receber os produtos e a entregar para famílias em condições de vulnerabilidade social.

3.4 Caracterização das Entidades Consumidoras do PAA

Entrevistamos sete entidades consumidoras que servem os alimentos em suas refeições diárias. Ao todo, essas sete entidades são escolas, projetos sociais, associações, asilos e orfanatos. As entrevistas tinham como objetivo traçar o perfil socioeconômico das entidades e as representações sociais, que veremos no próximo capítulo.

Quadro 05. Entidades Entrevistadas Consumidoras Beneficiadas com os produtos do PAA

Nº.	Entidade	Nº de atendidos	Perfil dos atendidos	Tempo que participa do PAA	Entrevistado
01	Associação Comunitária Lar e Aconchego	9	Crianças em situação de risco desligadas da família.	3 anos	Administradora
02	Abrigo Esperança	30	Idosos	3 anos	Administrador
03	APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)	300	Crianças, Adolescentes e Adultos Excepcionais (0 a 60 anos)	3 anos	Nutricionista e Gestoras
04	APIM (Associação de Proteção á Infância e Maternidade)	100	Crianças e Adolescente de 7 a 14 anos	3 anos	Secretária Executiva
05	EMEFI Prof ^o Dagoberto da Silva Pinto	274	Crianças do Jardim I ao 5º ano	3 anos	Coordenadora Pedagógica e Diretora
06	EMEF Prof ^a Santa Duarte D' Incal	331	Crianças do 1º ano 5º ano	3 anos	Coordenadora Pedagógica
07	EMEF Lúcio Mariano	170	Crianças do 1º ano 5º ano	3 anos	Merendeira

Fonte: Trabalho de Campo Dez/2011 - Fev/2012 – Jun/2012

Organização: Martha Esthela S. Silva

3.5 Caracterização das Entidades Doadoras do PAA

Entrevistamos as entidades que recebem os produtos do PAA e repassam para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Conseguimos entrevistar sete entidades que estão cadastradas no Programa. O critério estabelecido pela SEAAMA e pelo ITESP para o credenciamento das entidades doadoras, é que as entidades devem ter o exercício de atividades filantrópicas há dois anos. Em sua maioria, essa categoria de entidades doadoras são igrejas. As entidades doadoras atendem a 376 famílias.

Quadro 06. Entidades de Doação Entrevistadas os Produtos do PAA.

Nº.	Entidade	Anos da Entidade	Assistência Social	Nº de Atendidos	Nº de Atendidos PAA	Tempo que participa do PAA
01	Associação de Venceslau de Combate ao Câncer	19 anos	Presta Assistência Social para famílias com câncer de baixa renda.	84 famílias	84 famílias	3 anos
02	Sociedade São Vicente de Paulo	43 anos	Doação de Cesta básica para famílias carentes; cursos de capacitação profissional.	63 famílias	23 famílias	3 anos
03	Serviço Social e Cultural da Igreja Evangélica Assembleia de Deus	25 anos	Doação de cestas básicas; ajuda financeira para compra de medicamentos, pagamento de água e luz.	25 famílias	50 famílias	3 anos
04	Associação Metodista de Assistência Social	82 anos	Doação de cestas básicas; custeio de medicamentos.	20 famílias	27 famílias	2 anos
05	Serviço de Assistência Social e Cultural “O Brasil para Cristo”	52 Anos	Doação de sangue, cestas básicas, assistência jurídica, casamentos coletivos.	22 famílias	120 famílias	3 anos
06	Instituto Resgatando	12 Anos	Capacitação Profissional, doação de móveis, encaminhamento para programas sociais e Trabalho com dependentes químicos.	-	40 famílias	1 ano
07	Assistência Social da Igreja Presbiteriana Renovada	40 anos	Doação de Cesta básica, custeio de água, luz, gás passagens.	18 famílias	32 famílias	1 ano

Fonte: www.conab.br; Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Para chegarmos aos beneficiários diretos, escolhemos duas entidades doadoras que tem representatividade junto ao programa: a Igreja Regaste Para a Vida e a Igreja o Brasil Para Cristo.

A Igreja Resgate Para Vida existe há 12 anos na cidade de Presidente Venceslau. Em entrevista cedida pelo Pastor e pela Pastora, a entidade participa há um ano do PAA. As famílias atendidas pela igreja são famílias em situação de vulnerabilidade social. O questionário de beneficiário direto foi aplicado nas famílias que retiram os alimentos na igreja. Das 32 famílias, entrevistamos 14 delas, que residem nos bairros: Jardim Alvorada, Parque Frutuoso Pires, Parque Augusto Pereira e Cecap. A igreja faz a entrega dos alimentos às 14h e a distribuição é por ordem de chegada. Entre as famílias que retiram o alimento na Igreja, nenhuma é pertencente ao grupo de fiéis da mesma.

A Igreja é situada em um bairro de Alta Vulnerabilidade Social, o Jardim Alvorada. A mesma também atende alguns bairros vizinhos, como o Parque Augusto Pereira, Frutuoso Pires e Cecap. A igreja tem, em seu banco de dados, 40 famílias escritas no PAA. Tem-se a assiduidade de 32 famílias que recebem a doação.

No momento de nossa pesquisa, a entidade estava fundando a ONG “Instituto Resgatando”, que tem o objetivo de promover projetos de geração de renda e assistencialistas. De acordo com o pastor, “é utopia ficar somente entregando a família alimento e achar que a coisa vai melhorar por um fator de ordem espiritual. Religiosidade é uma coisa, mudança social é outra” (Informação verbal)¹²

¹² Pastor, Igreja Resgate. Presidente Venceslau. Jun/2012.

Figura 05. Fila para entrega de Alimentos na Igreja Resgate Para Vida



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2012; Autora: Martha Esthela S. Silva – 10/06/2012.

Acompanhamos o dia da entrega dos alimentos na Igreja Resgate Para Vida. Embora a entrega inicia-se às 14h, as pessoas começam a se concentrar na frente da Igreja por volta das 12h. No decorrer do tempo de espera, aproveitamos para conversar com as pessoas, explicando a pesquisa e pedindo a participação. Três entrevistas foram realizadas na igreja mesmo e a pastora reservou um lugar mais apropriado para a realização de tal atividade. As demais famílias foram visitadas em seus domicílios para a realização da entrevista.

A distribuição dos alimentos na igreja é realizada com a ajuda das próprias famílias beneficiada, como ilustra a figura 06.

Figura 06. Entrega dos Alimentos na Igreja Resgate Para Vida



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2012; Autora: Martha Esthela S. Silva – 10/06/2012.

A distribuição dos alimentos na Igreja Resgate para Vida é realizada de acordo com a ordem de chegada. De acordo com o Pastor, os critérios para retirada dos alimentos consistem no preenchimento de uma ficha socioeconômica e da apresentação de documentos pessoais (RG, CPF e Declaração de renda) de todos os membros da família.

O acompanhamento no dia da entrega dos alimentos permitiu entender como o PAA se realiza no cotidiano dessas famílias. Percebemos a importância e a diferença que cada alimento representa para essas famílias que não tem condições financeiras de comprá-los. Na fila, as famílias conversam entre si, comentam sobre a entrega da semana passada e apresentam as expectativas de quais alimentos levarão para casa. As mulheres na fila de espera trocam receitas culinárias dos alimentos que recebem.

A segunda entidade de doação escolhida foi a Igreja o Brasil para Cristo, existente há 52 anos no município de Presidente Venceslau. Ela desenvolve ações sociais, tais como doação de sangue em mutirão, assistência jurídica, casamento coletivo, doação de cesta básica e entrega dos produtos do PAA.

A Igreja o Brasil Para Cristo atende a 110 famílias que se encontram nos bairros: Vila Sumaré, Jardim Esperança, Vila Daraía, Vila Nova, Jardim Tropical, Vatanapi e Eldorado. Um dos bairros mais carentes e também um dos bairros atendidos pela igreja e escolhido para a nossa pesquisa foi o bairro Vila Sumaré, onde a igreja atende a 20 famílias com a entrega os alimentos do PAA. Conseguimos entrevistar 13 dessas famílias.

O critério estabelecido pela mesma é que cada família tenha a renda máxima de até um salário mínimo (R\$ 622,00¹³). De acordo com o pastor, conforme a família, o atendimento tem prioridade no caso de idosos, doentes, desempregados e pessoas com necessidades especiais.

A igreja possui 450 fiéis e possui um cadastro de 100 famílias que recebem os alimentos. Parte dessas famílias beneficiadas com o PAA compõe o grupo de fiéis da igreja e outra parte é formada por famílias dos bairros Vila Sumaré, Jardim Esperança, Vila Daraía, Vila Nova, Jardim Tropical, Vatanapi e Eldorado.

A entrega dos alimentos na Igreja o Brasil Para Cristo diferencia-se das outras igrejas que visitamos. A entrega faz parte do culto da igreja. As famílias chegam ao início do culto e retiram a senha com o Pastor auxiliar e participam da atividade religiosa. Após o culto, as pessoas são chamadas por senha para a retirada dos alimentos.

Ao indagarmos o Pastor Presidente sobre tal prática de entrega, o mesmo diz que, “temos que dar também o alimento espiritual¹⁴ e não somente o alimento, alimento!” (Informação verbal)¹⁵. Tivemos a oportunidade de assistir ao culto e à entrega dos alimentos.

Observamos que, as pessoas que vão à igreja para a retirada dos alimentos se concentram na fileira do meio da igreja. Identificamos uma separação do espaço dentro da igreja. A identificação torna-se fácil, pois as famílias trazem sacolas e carrinhos para levarem seus alimentos. O culto de terça-feira é batizado pelo pastor como o “*Culto da Feirinha*”, pois é após o culto que se realização a entrega de alimentos.

Pedimos a permissão do Pastor para tirarmos fotos. O mesmo disse que poderia repassar fotos já tiradas pela Igreja, pois assim, poderíamos aproveitar o Culto

¹³ Valor do Salário mínimo referente ao ano de 2012. Trabalho de Campo jun/2012.

¹⁴ Alimento Espiritual, conceito utilizado pelo pastor que se referia ao Culto Evangélico.

¹⁵ Pastor, Igreja o Brasil Para Cristo. Junho de 2012.

interinamente. Em entrevista com o pastor da igreja, o mesmo foi solícito e nos repassou as fotos.

Figura 07. “Culto da Feirinha”. Igreja o Brasil Para Cristo.



Fonte: Arquivo Igreja O Brasil Para Cristo; **Adaptação:** Martha Esthela S. Silva. 2012.

A foto 07 acima retrata o culto às terças feiras em que é realizado na a entrega do alimento do PAA na igreja. O Pastor auxiliar ficou na entrada, recebeu as pessoas e entregou a senha aos “fiéis” que chegavam. Após realizada a recepção, notamos que o pastor percorreu as demais fileiras. Notamos que a senha era oferecida a todos os fiéis presentes da igreja, até mesmo para os que não atendiam aos requisitos colocados para acessar a doação.

Ao final do “Culto da Feirinha”, as pessoas concentram-se na entrada do corredor, onde os alimentos ficam guardados. As pessoas são chamadas pela senha, sendo a chamada

realizada pelo pastor presidente ou pelo pastor auxiliar. Isso pode ser observado na figura 08, em que destacamos a senha na mão das pessoas.

Figura 08. Fila para a feirinha. Pastor junto às beneficiárias do PAA, após o culto.



Fonte: Arquivo Igreja O Brasil Para Cristo; **Adaptação:** Martha Esthela S. Silva

Em destaque em vermelho na foto são as senhas. A chamada para entrega dos alimentos do PAA é por senha. As pessoas dirigem-se para a entrada do corredor, onde ficam os alimentos. A distribuição é feita com a ajuda dos membros da igreja. Em todos os processos (a entrega de senha, chamada das famílias até a entrega dos alimentos), temos a presença do Pastor Presidente e/ou do Pastor Auxiliar. Como verificamos na figura abaixo, a figura dos pastores está fortemente vinculada com a entrega dos alimentos.

Figura 09. Pastor auxiliar entregando as verduras do PAA.



Fonte: Arquivo Igreja o Brasil Para Cristo

Na foto acima temos de costa o Pastor Auxiliar da Igreja o Brasil Para Cristo entregando os alimentos para as famílias. A entrega de alimentos na Igreja o Brasil para Cristo é condicionada a participação no culto da Igreja. Essa prática acaba por delimitar o grupo que será mais beneficiado, ou seja, os fiéis da Igreja que participam semanalmente do culto.

Neste caso, o PAA representa uma forte dominação, pois implica na sujeição das famílias que, para terem acesso aos alimentos, devem compartilhar de uma crença que as mesmas não escolheram. O programa tem servido para arrebatar fiéis. Algumas famílias não têm escolha e sujeitam-se em assistir o culto na troca de alimentos. Essas relações serão analisadas no quarto capítulo.

3.6 Beneficiados Diretos pelo PAA

Neste item, trabalharemos com os beneficiados diretos que recebem a doação de alimentos do PAA.

Com a sistematização dos dados, traçamos o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas. Os dados revelam as características sociais, tais como escolaridade, profissão, empregabilidade, renda, idade, sexo, benefício social, renda, renda per capital e sobre o PAA (qualidade, acesso aos alimentos antes do PAA, e origem dos Alimentos doados).

A estruturação dos dados foi realizada em conjunto com os dois grupos de beneficiados atendidos pela Igreja O Brasil Para Cristo e a Igreja Resgate Para A Vida. Com os dados obtidos na Secretária de Assistência Social de Presidente Venceslau, analisamos a vulnerabilidade social dos bairros.

A vulnerabilidade social expressa-se quando analisamos o número de Cadastro Único (CadÚnico) do bairro. O CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos (MDS, 2012).

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar: características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, armazena os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e programar políticas específicas, que contribuem para a redução da vulnerabilidade social a que essas famílias estão expostas (MDS, 2012).

No bairro Vila Sumaré, bairro atendido com a doação dos produtos do PAA pela Igreja o Brasil para Cristo, 54% da população residente tem o cadastro único, ou seja, 54% têm baixa renda de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

A igreja “Brasil Para Cristo” tem 20 famílias residentes no bairro Vila Sumaré que estão cadastradas e que retiram regularmente os alimentos do PAA. Entrevistamos 13 famílias, obtendo um percentual de 65% das famílias cadastradas do bairro.

A igreja “Resgate Para Vida” atende os seguintes bairros com a doação de alimentos do PAA: Vila Alvorada, Parque Frutuoso Pires, Parque Augusto Pereira e Cecap. Esses bairros são vizinhos e possuem alta vulnerabilidade social.

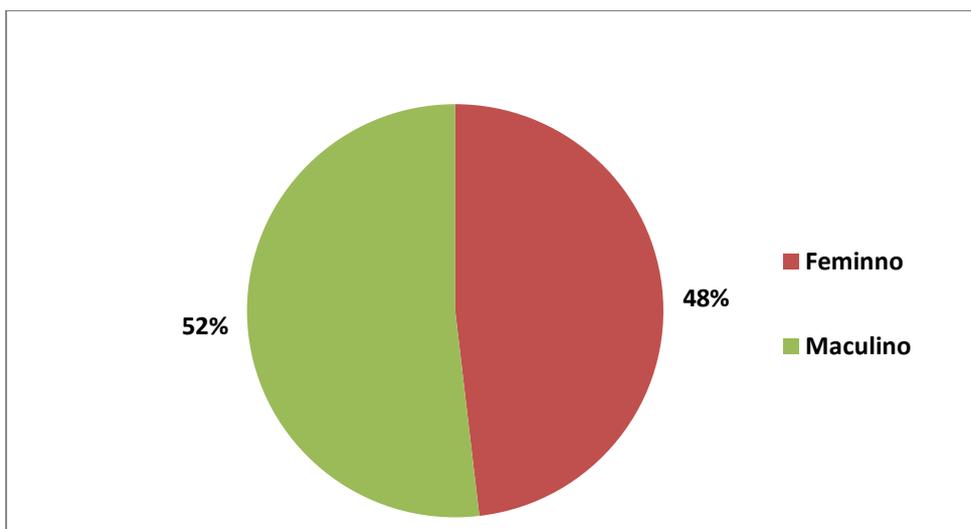
Nos bairros Vila Alvorada, Parque Frutuoso Pires, Parque Augusto Pereira e Cecap, temos um percentual de 58% pessoas com Cadastro Único. A igreja “Resgate Para Vida”, que atende os quatro bairros com os produtos do PAA, possui um cadastro com 40 famílias, das quais 32 são assíduas na retirada dos alimentos. Entrevistamos 14 famílias do grupo de 32 famílias.

3.7 Perfil Sócio Econômico das Famílias Entrevistadas

O perfil socioeconômico das famílias foi traçado a partir do questionário estruturado. Entrevistamos 27 famílias: 13 famílias que recebem os alimentos pela igreja “O Brasil Para Cristo” e 14 famílias que recebem os alimentos pela igreja “Resgate Para Vida”.

Primeiramente, trabalhamos com os dados dos chefes de família, pois sua figura é representativa, sendo o mesmo provedor da família. Em algumas entrevistas conversamos com o chefe de família, em outras com outro membro que nos cedeu informações sobre o chefe. Segue o gráfico abaixo com o sexo desta categoria.

Gráfico 09. Sexo dos Chefes de Família em (%)



Fonte: Trabalho de Campo. Junho de 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva.

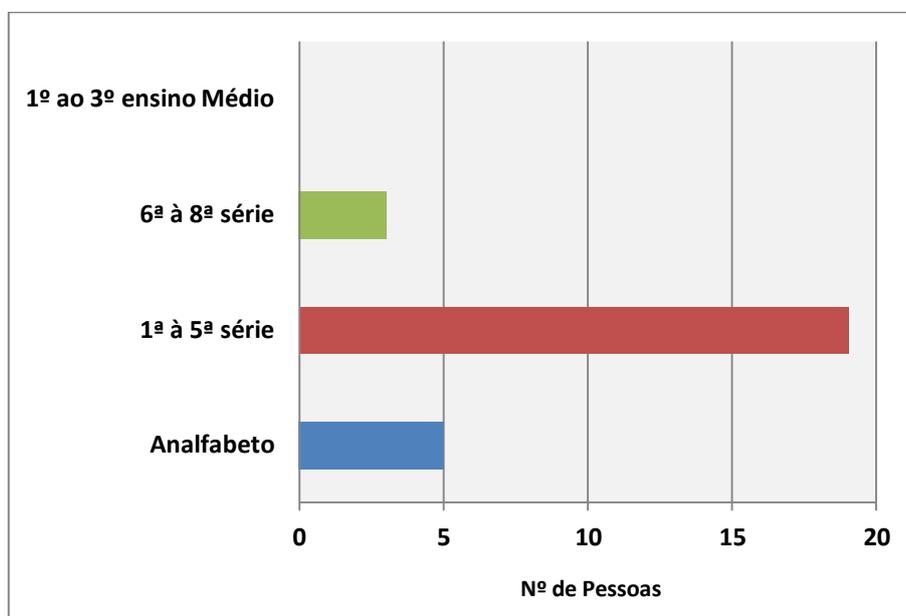
Como nos apresenta o gráfico 09, temos um percentual de 52% de pessoas do sexo masculino que são chefes de família e 48% são representados pelo sexo feminino. Observamos que, o número da categoria analisada vem com uma pequena variação (4%), sendo muito significativa a presença do sexo feminino.

Com a feminização do trabalho, vivenciamos a mudança de gênero na manutenção da família. Essa mudança também pode ser resultado dos novos arranjos que configuram outros modelos familiares presentes na sociedade atual. No entanto, essa feminização do trabalho é acompanhada de condições trabalhista precárias, mal remunerada, que atinge principalmente as mulheres da classe trabalhadora.

Em nossas entrevistas, conseguimos identificar diferentes situações que a chefia familiar é feminina: quando há a total ausência do companheiro (separação ou morte); casos que a maior parte da manutenção é feminina, mas não há ausência necessariamente do sexo masculino e um único caso em que a manutenção era masculina, porém a chefia era feminina.

O gráfico 10 traz a escolarização dos chefes de família. Isso influencia na empregabilidade, no mercado de trabalho e no sustento da família.

Gráfico 10. Escolaridade dos Chefes de Família.



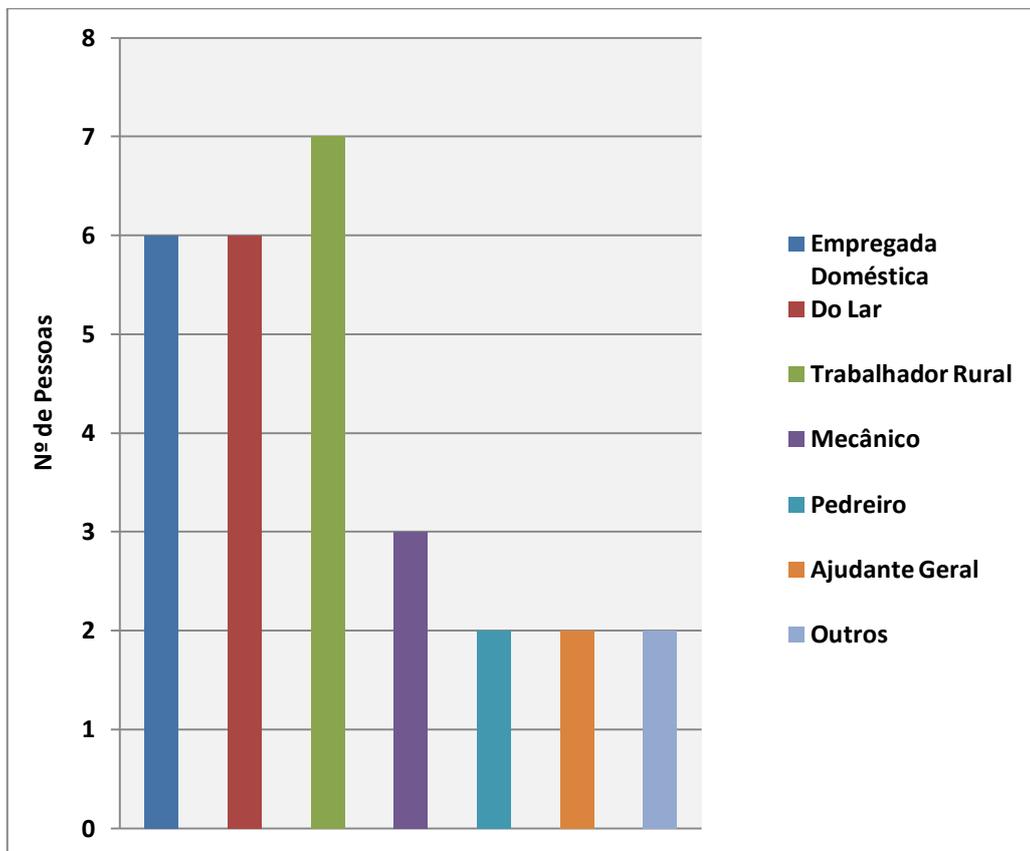
Fonte: Trabalho de Campo. Junho de 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva.

Em relação aos chefes de família, 70% estudaram da 1ª à 5ª série, 19% são analfabetos e 11% cursaram da 6ª à 8ª série. Nenhum dos chefes chegou ao Ensino Médio. Os mais velhos atribuíram a falta de estudo pela época em que viveram. Segundo eles, era mais difícil estudar e a inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal, ocorria bem cedo. A falta de renda das famílias pobres e o trabalho infantil são dois dos motivos principais pela baixa escolaridade dos brasileiros.

O grau de escolaridade acaba por medir o grau de inserção que essas pessoas têm no mercado de trabalho. Isso vai refletir no sustento da família e as profissões são de acordo com a escolaridade. O gráfico 11 traz as profissões exercidas pelos chefes de família.

Gráfico 11. Profissão do Chefe de Família

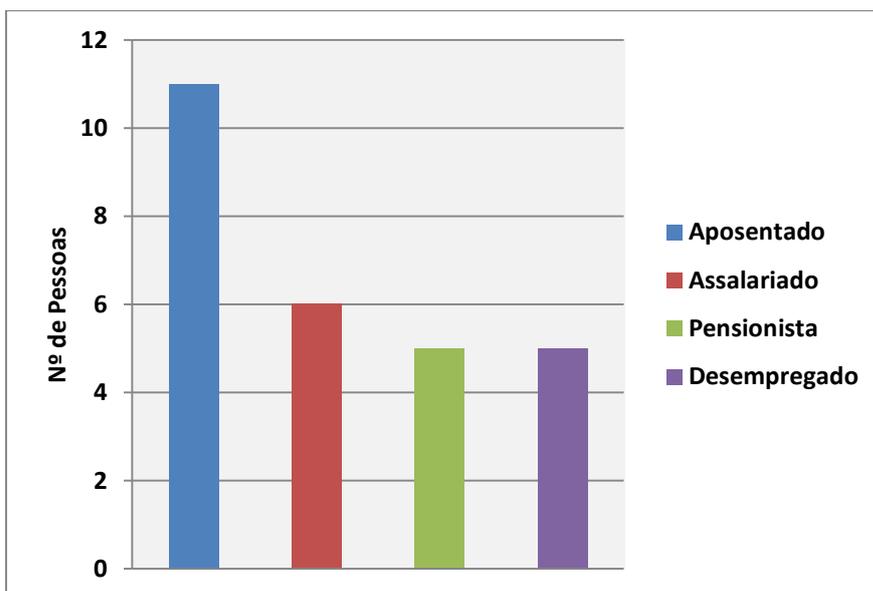


Fonte: Trabalho de Campo. Junho de 2012.
Organização: Martha Esthela S. Silva.

As profissões, em sua maioria, exigem um pequeno grau de escolarização. As mulheres, em sua maioria, são empregadas domésticas (6) e donas de casa (6). Temos um número expressivo de trabalhadores rurais (7). O restante dos trabalhadores são mecânicos, pedreiro e ajudante gerais. O grau de escolarização desses chefes permite somente a inserção nestes ramos do mercado de trabalho, ou seja, o desempenho do trabalho braçal, que por sua vez, é mal remunerado.

O gráfico 12 traz a ocupação dos chefes de família. Trabalhamos com quatro categorias, sendo elas: aposentado, assalariado, pensionista e desempregado, tendo os seguintes resultados:

Gráfico 12. Ocupação dos Chefes de família

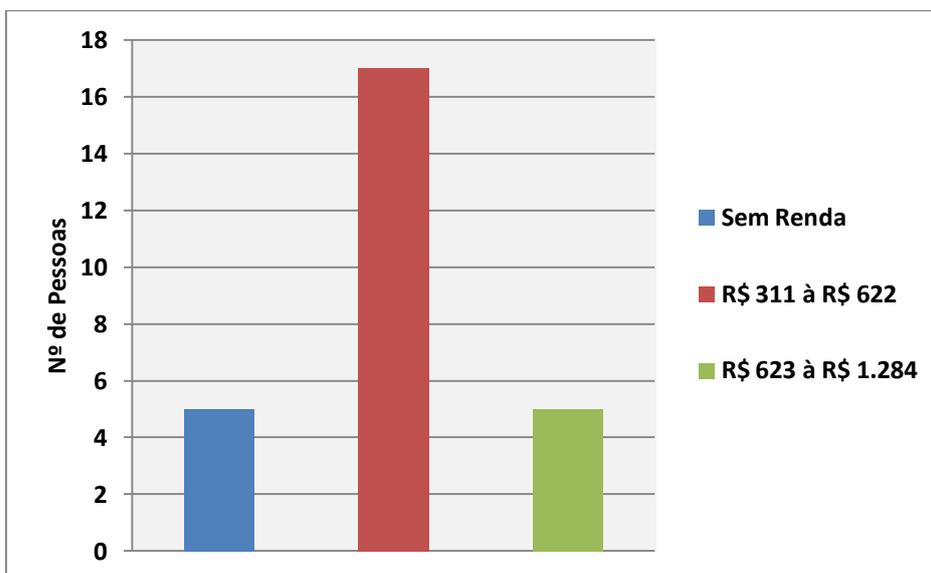


Fonte: Trabalho de Campo. Junho de 2012.
Organização: Martha Esthela S. Silva.

Obtivemos um percentual de 43% de chefes aposentados, tendo casos de aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade. Em relação aos pensionistas, obtivemos 19%, sendo que, essa categoria é formada por mulheres viúvas, que ficaram com a pensão de seus falecidos maridos, com o benefício. Os trabalhadores assalariados representam 22%, sendo que, no momento da coleta dos dados, 19% estavam em situação de desemprego.

No gráfico 13, temos dados referente à renda mensal dos chefes de família. Os valores foram elencados de acordo com o valor do salário mínimo. Formulamos três categorias, sendo elas: sem renda, de $\frac{1}{2}$ salário mínimo à 1 salário mínimo (R\$ 311 à R\$ 622) e acima de 1 salário mínimo à 2 salários mínimos (R\$ 623 à R\$ 1244).

Gráfico 13. Renda Mensal dos Chefes de Família



Fonte: Trabalho de Campo. Junho de 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva.

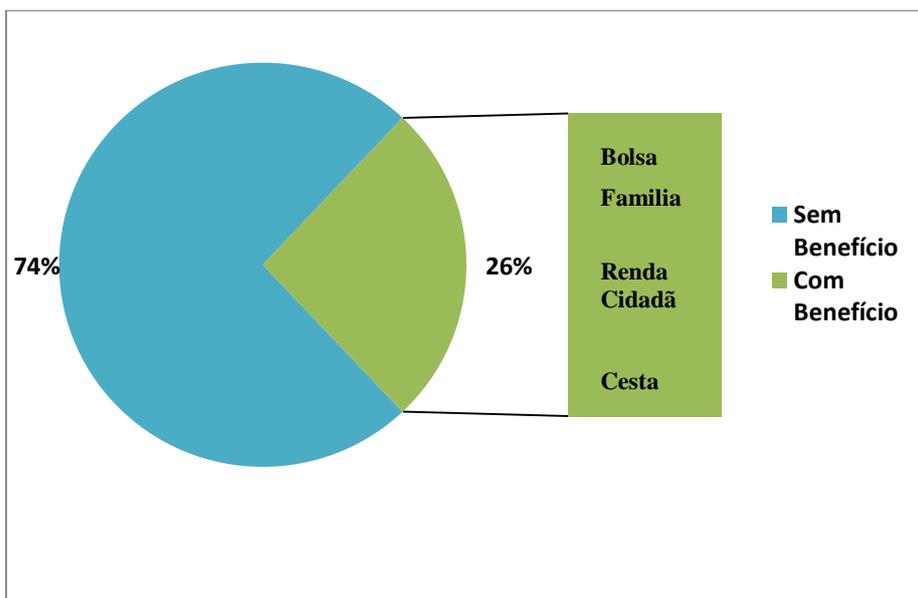
A primeira categoria constitui-se de chefes de famílias sem renda, que se caracterizavam como desempregado, ou seja, em alguns casos, embora o chefe de família não esteja mantendo financeiramente a família em um determinado momento, não perde seu papel social. A figura do mesmo não é associada somente ao valor econômico e sim, a sua função social. Nessa categoria de chefes de família sem renda, tivemos 5 chefes.

A segunda categoria abrange chefes de família que ganham de $\frac{1}{2}$ à 1 salário mínimo (R\$ 311 à R\$ 622). Tivemos 17 chefes de família enquadrados nesta categoria. Pontuamos que, somente um chefe não chegava a receber 1 salário mínimo.

A terceira categoria correspondia a chefes que ganham de um salário mínimo à dois salários mínimos (R\$ 623 à R\$ 1284). Nesta categoria, tivemos a ocorrência de 5 chefes.

No gráfico 14, analisamos os benefícios sociais que estavam em nome do chefe de família.

Gráfico 14. Benefício Social em nome do Chefe de Família.



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

A categoria “benefícios” refere-se ao programa Bolsa Família, Renda Cidadã, cestas básicas e outras¹⁶. O programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal, que beneficia famílias em situação de extrema pobreza. O programa beneficia famílias com renda per capita inferior a R\$ 70,00 e essas famílias não precisam ter crianças em idade escolar.

As cestas básicas são benefícios que, segundo nossos entrevistados, são doadas pelas Igrejas. O benefício Renda Cidadã é um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo, que beneficia famílias em situação de vulnerabilidade social com o valor de R\$ 80,00.

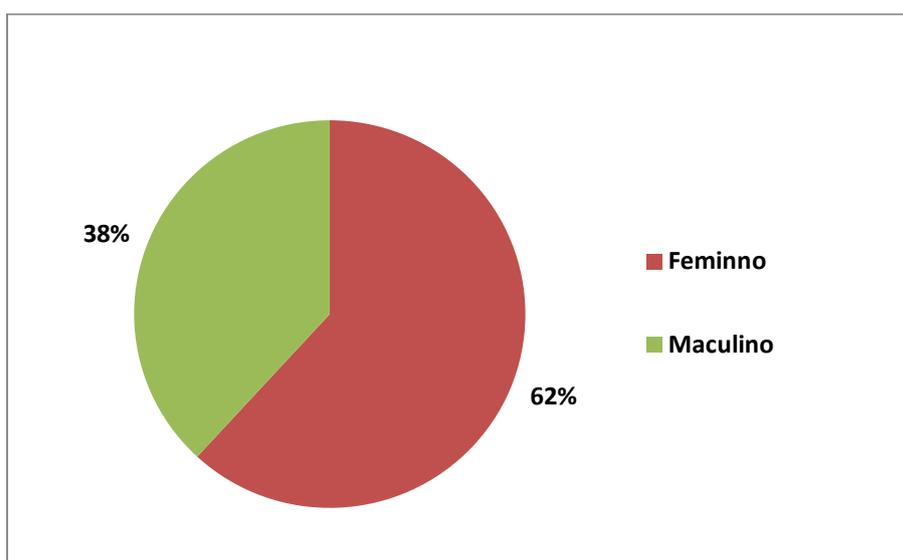
Inferimos que, 74% dos chefes de família não possui nenhum tipo de benefício em seu nome e somente 26% tem algum tipo de benefício.

3.7.1 Perfil Socioeconômico das famílias

¹⁶ Ajuda familiar ou qualquer outro tipo de benefício.

Neste tópico, analisamos o perfil socioeconômico das 27 famílias por nós entrevistadas, que compreende um universo total de 97 pessoas. Estruturamos os dados sobre a escolaridade, sexo, ocupação, renda e benefício social. A maioria dos membros familiares são adultos, pois 56 pessoas possuem de 18 a 59 anos; 12 são idosos, ou seja tem acima de 60 anos e 29 pessoas está entre 0 a 17 anos. O gráfico abaixo traz as informações sobre o sexo dos membros das famílias.

Gráfico 15. Sexo por membros da Família.



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

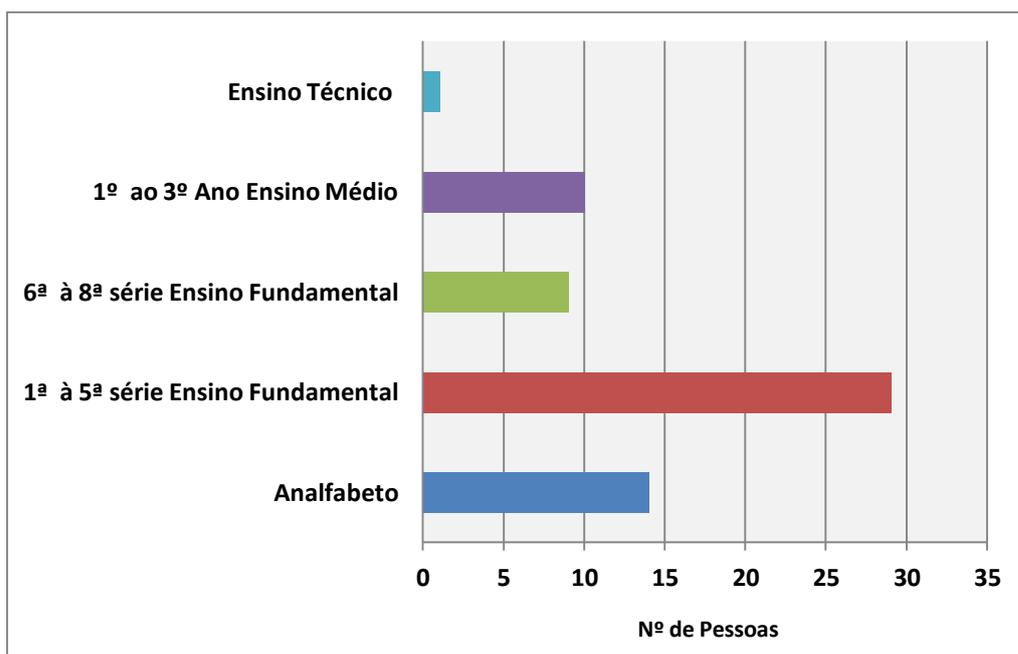
No universo pesquisado, o número de mulheres é superior ao dos homens. Temos casos de famílias compostas somente por mulheres. Isso é reflexo dos “novos” arranjos parentais da sociedade atual. A presença feminina é superior tanto na produção dos alimentos quanto no consumo. Temos a mulher nas duas pontas do programa produção-consumo. É importante nos ater para este fato que evidencia duas questões importantes: o PAA tem dado um pouco mais de independência social as mulheres que coordenam a

produção das hortas, pois a mulher passa a ter participação “direta” na produção do lote. As mulheres sempre trabalharam no lote, no entanto, esse trabalho era tido como uma “ajuda”. O trabalho doméstico é descartado como trabalho, embora o mesmo é que permite e reprodução social da família.

Outra questão é que o PAA atinge as mulheres em situação de vulnerabilidade social do meio urbano, que com a doação de alimentos, passam a ter a garantia, ainda que mínima, de sua reprodução social e de sua família.

O gráfico abaixo mostra a escolaridade dos membros da família que pararam seus estudos. Trabalhamos com com cinco categorias, sendo elas: analfabeto, 1ª à 5ª série, 6ª à 8ª série, 1º ao 3º ano Ensino Médio e Ensino Técnico.

Gráfico 16. Escolaridade dos Membros da Família que Pararam os Estudos.



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

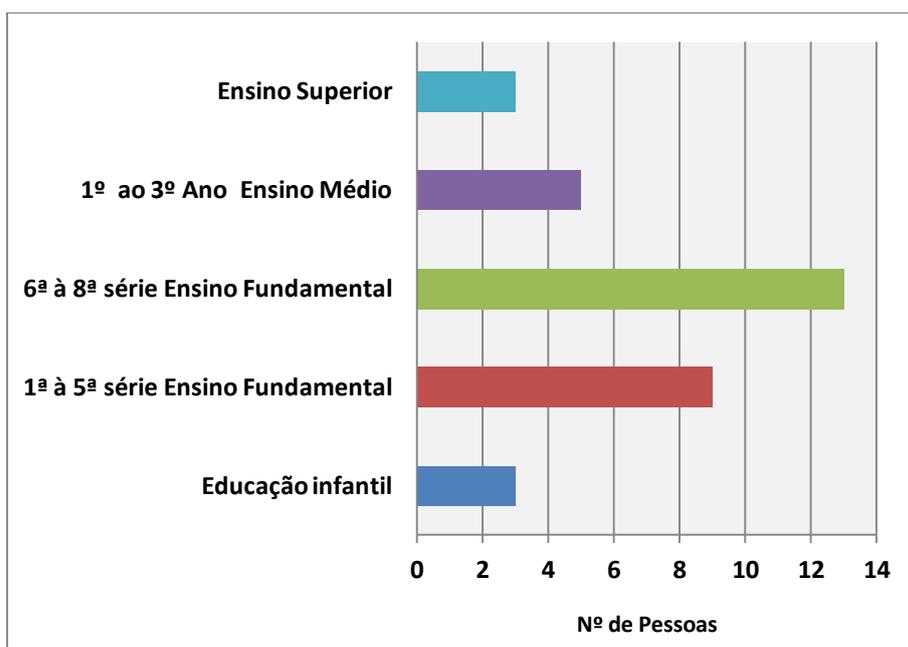
Organização: Martha Esthela S. Silva

O quadro de ensino que apresentamos é lamentável, reflexo de um país em que a educação não é prioridade e a classe trabalhadora abandona a escola para entrar no mercado de trabalho, o que por sua vez, impossibilita a continuidade dos estudos. Temos

22% de analfabetos e 46% pararam os estudos da 1ª à 5ª série do ensino fundamental I, tendo uma média de apenas 4 anos no ambiente escolar. Temos 14% que estudaram até o ensino fundamental II (6ª à 8ª série), 16% que chegaram ao ensino médio e somente 2% fizeram ensino técnico. Não tivemos nenhuma ocorrência de membros que fizeram o ensino superior.

O próximo gráfico exibe a escolaridade dos membros da família que frequentam o ambiente escolar. Contamos com cinco categorias: educação infantil, 1ª à 5ª série, 6ª à 8ª série, 1º ao 3º ano do ensino médio e ensino superior. Observamos uma escolaridade maior dos membros que estudam, comparada aos membros familiares que tiveram de parar seus estudos.

Gráfico 17. Escolaridade dos Membros da Família que frequentam a escola



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

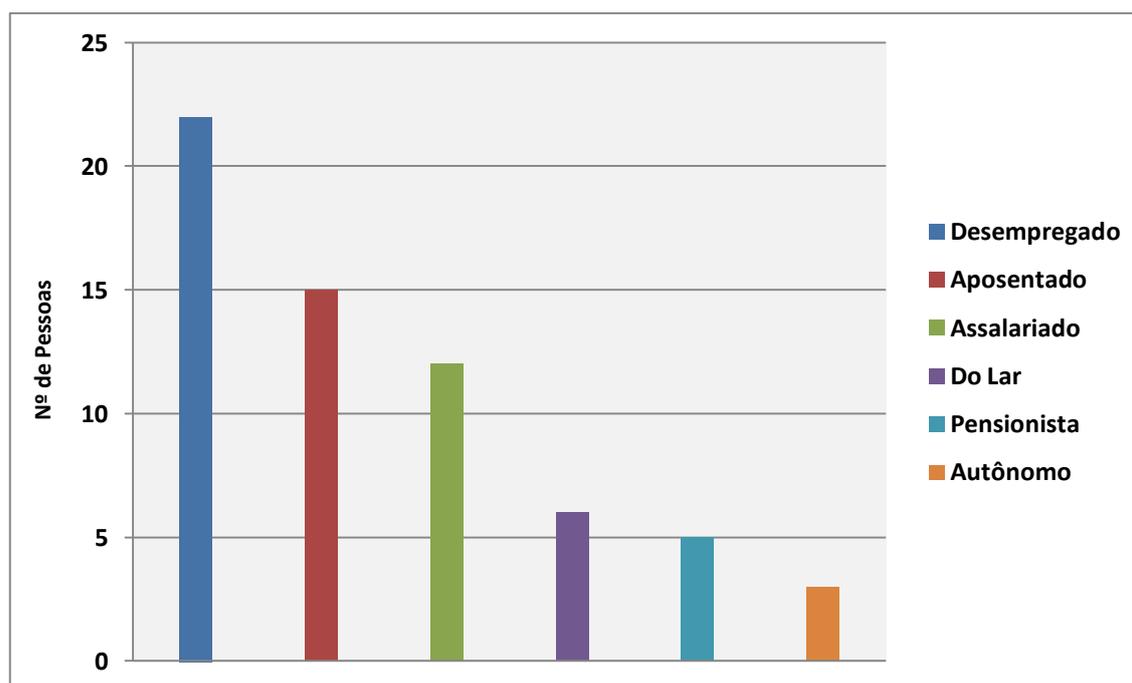
Organização: Martha Esthela S. Silva

O gráfico 17 analisa o grau de escolaridade dos membros das famílias que frequentam escola ou faculdade. Atentamos que, todos os membros encontravam-se em idade compatível a série escolar: 3 frequentam a pré-escola (Educação Infantil), 9 estão matriculados da 1ª a 5ª série do ensino fundamental I, 13 estão no segundo ciclo do ensino

fundamental (6ª a 8ª série), 5 estão no ensino médio e 3 estão cursando o ensino superior com bolsa do PROUNI (Programa Universidade Para Todos).

O próximo gráfico mostra a ocupação dos familiares. Para análise deste dado, somente foi considerado pessoas maiores de 18 anos.

Gráfico 18. Ocupação dos Membros da Família

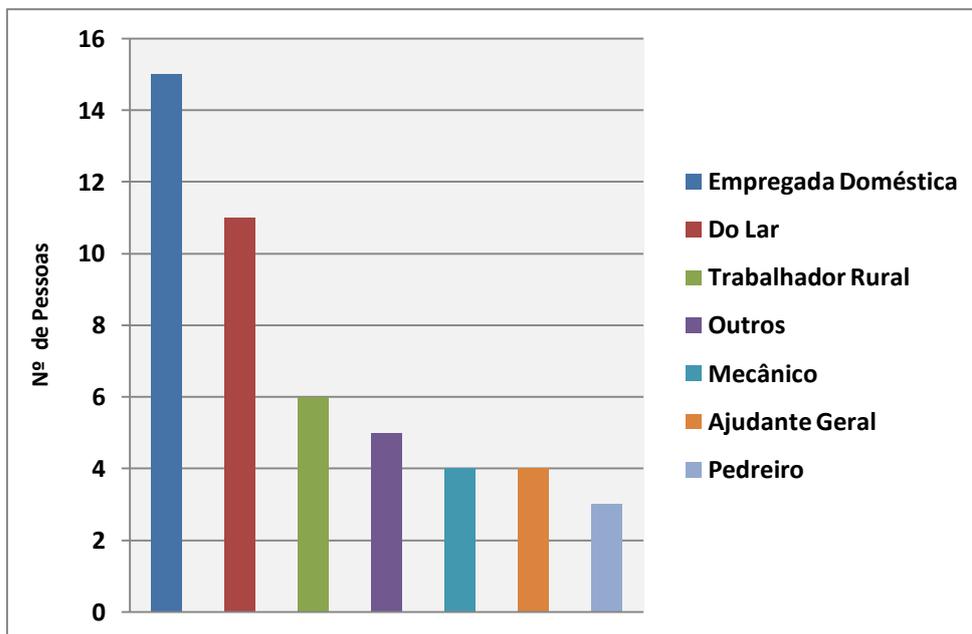


Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

Com a reestruturação do capital, o exército de mão de obra (desempregados) eleva-se cada vez mais, desapropriando o trabalho da “*classe que vive do trabalho*”. O gráfico retrata a ocupação dos membros da família. A categoria com a maior incidência é a de desempregados com 35% do universo pesquisado, seguidos dos aposentados com 24% e 19% de assalariados. Donas de casa somam 10%, pensionistas são 8% e 3% autônomos.

Gráfico 19. Profissão dos Membros das Famílias Beneficiadas pelo PAA.



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

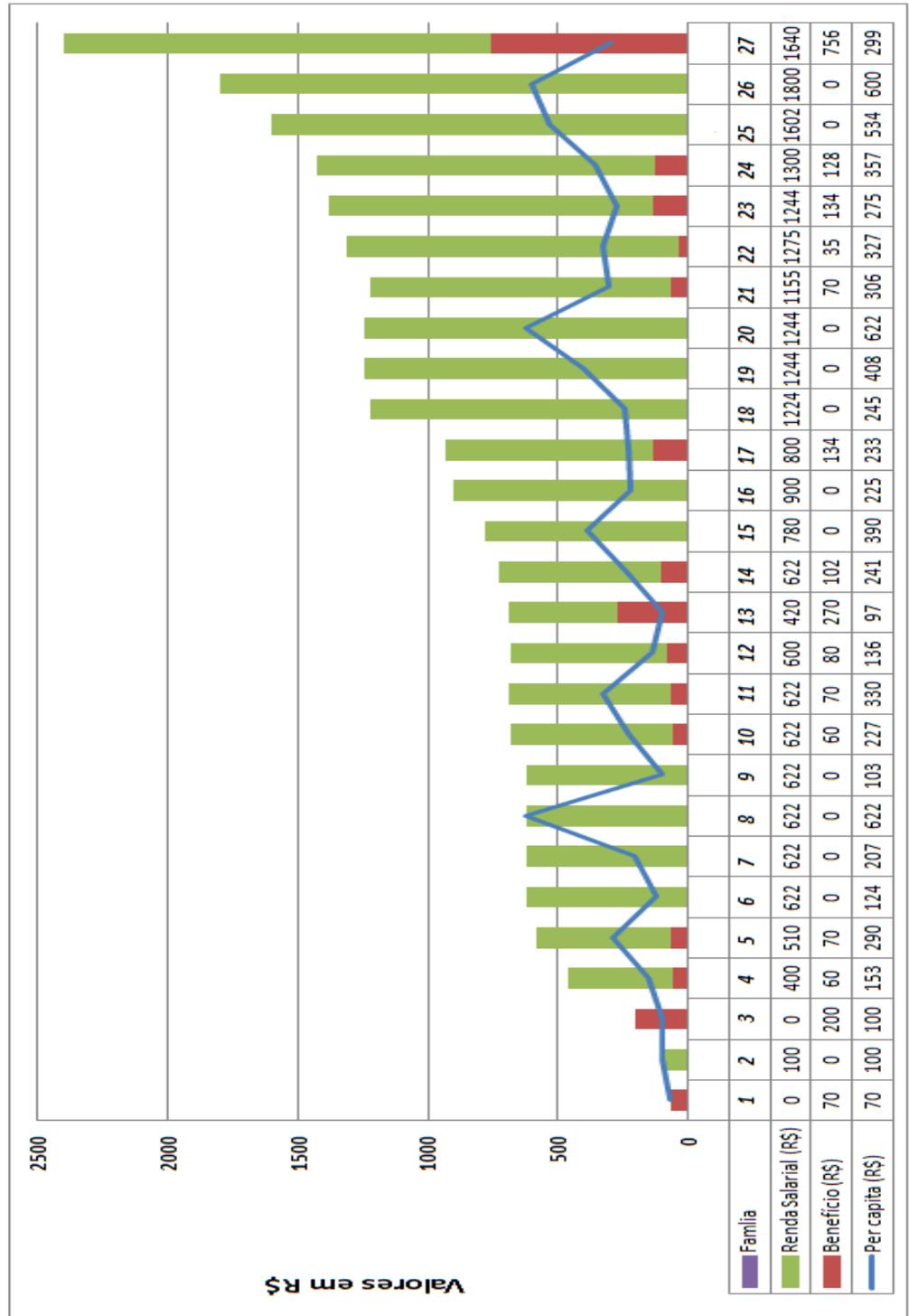
Organização: Martha Esthela S. Silva

A profissões que aparecem com os maiores números são as empregadas domésticas (31%) e as donas de casa (23%), seguidas pelos trabalhadores rurais (13%). Outras¹⁷ profissões aparecem com um percentual de 10%. As demais profissões (mecânico, pedreiro e ajudante geral) aparecem com percentual de 10% a 4%.

O próximo gráfico foi formado com os rendimentos familiares. O mesmo aponta a participação dos benefícios sociais na composição da renda e pontua a renda per capita dessas famílias.

¹⁷ Técnica de Enfermagem, Cuidadora de Idosos, Açougueiro, Serralheiro e Motorista.

Gráfico 20. Renda Total em R\$ e Per Capita das Famílias. (Benefícios + Salários)

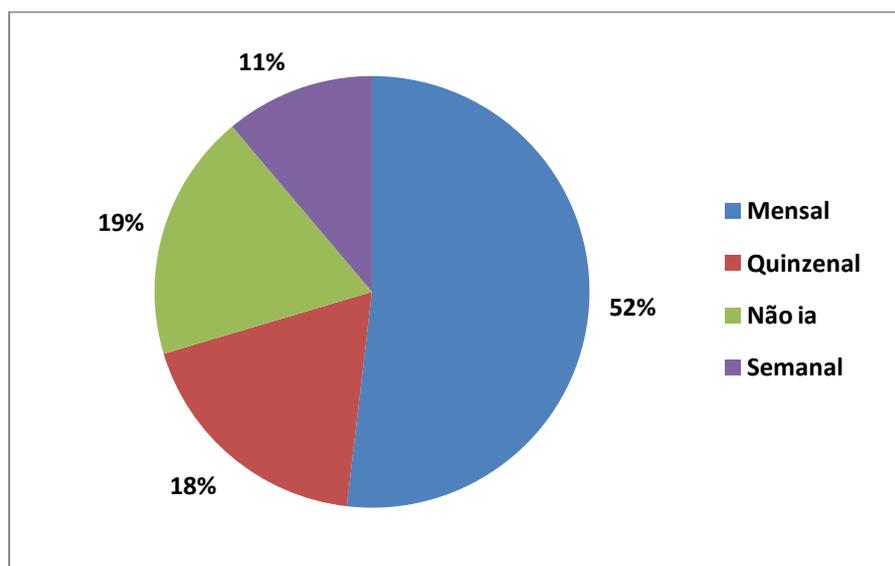


Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

Como podemos visualizar, o gráfico 20 refere-se a renda total familiar, que foi somada a provimentos salariais e a benefícios (Cidadã, Ação Jovem, Bolsa Família e pensões). O benefício social ajuda na composição de renda de 55% das famílias. A maioria das famílias vivem com um salário mínimo, evidenciando que o PAA atinge um segmento de baixa renda, que não possui recursos financeiros para a compra de frutas, legumes e verduras.

Gráfico 21. Frequência de Compras de Verduras, Frutas e Legumes



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva.

Como podemos observar no gráfico acima mostra que 52% das famílias compravam frutas e verduras uma vez no mês, 18% compravam quinzenalmente, apenas 11% conseguiam comprar *hortifrutis* semanalmente e 19% não tinham condições financeiras para a compra deste tipo de alimento.

Este é um dado importante, pois mostra que o PAA tem possibilitado uma melhora na alimentação das famílias, de modo que, seja mais diversificada e com mais nutrientes. Um número considerado de famílias tinham um acesso extremamente restrito a esses tipos de alimentos e outro grupo não tinha. O fator determinante para o não consumo dos alimentos é de ordem financeira. Não consumiam frutas, legumes e verduras devido a falta de poder aquisitivo.

Com o PAA, as famílias tem acesso a diversos tipos de alimentos. Analisamos um dia de entrega dos alimentos e comparamos a quantidade e o preço com uma feira livre e com um supermercado do município.

Quadro 07. Análise dos Alimentos doados no dia 11/06/2012 e comparação com os preços locais. (Beneficiário Direto).

Item	Alimento	Quantidade	Preço 1 ¹⁸	Preço 2 ¹⁹
01	Mamão	2unidade	1,50uni	1,30kg
02	Alface	3 pés	2,00 pé	2,00pct
03	Abóbora	3kg	1,50kg	1,90kg
04	Pepino	2kg	2,00kg	3,25kg
05	Almeirão	3pés	2,00 pé	2,00
06	Coco	3unidade	2,00 und	2,70 und
07	Cheiro Verde	2 maços	1,00 maço	1,50 maço
08	Batata doce	3 kg	2,00kg	2,30kg
09	Mandioca	5 kg	1,50kg	1,99kg
10	Abobrinha	3 kg	2,00kg	3,00kg
11	Berinjela	3kg	1,50kg	3,00kg
12	Rucúla	3 pés	2,00 pé	2,00pé
13	Acelga	1 unidade	2,00 und	3,15und
14	Carambola	2 kg	2,00kg	3,00 kg

Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

¹⁸ Preço 1: Feira Livre do Bairro CECAP, consulta em 12/06/2012. Trabalho de Campo.

¹⁹ Preço 2: Mercado Pinheirão, consulta em 13/06/2012. Trabalho de Campo.

O quadro 07 traz os alimentos e a quantidade provável doada para as famílias no dia 11/06/2012, tanto na Igreja o Brasil para Cristo como na Igreja Resgate Para Vida. Pesquisamos o preço das frutas e verduras doadas pelo PAA na feira livre do Bairro Cecap e na rede de Supermercado Pinheirão, que é próximo aos bairros pesquisados.

Se a família que recebeu a doação de alimentos fosse à feira comprar os mesmos itens na mesma quantidade, iria gastar R\$ 55,00 e se fosse ao supermercado, seu gasto seria de R\$ 77,00. As famílias que buscam a doação de alimentos do PAA recebem uma transferência média de renda no valor de R\$ 262,00 em alimentos, valor que é superior aos programas de distribuição de renda dos governos. (Bolsa-Família, Renda Cidadão e Ação Jovem).

As entidades consumidoras também têm uma significativa transferência de renda. Analisamos os produtos recebidos pela entidade e verificamos com os preços do Ceasa de Presidente Prudente. Isso foi realizado com o intuito de verificar a quantidade em valores reais que é repassada para as entidades consumidoras.

Quadro 08. Análise dos Alimentos doados no dia 11/06/2012 e comparação com os preços do Ceasa de Presidente Prudente. (Entidade Consumidora).

Item	Alimento	Quantidade	Preço Ceasa	Preço –Compra
01	Mamão	20 kg	R\$ 2.05 kg	R\$ 41.00
02	Alface	15 pés	R\$ 14.00 cx	R\$ 14.00
03	Abóbora	30 kg	R\$ 1.65 kg	R\$ 49.50
04	Pepino	12 kg	R\$ 1.35 kg	R\$ 16.20
05	Almeirão	20 pés	R\$ 11.00 cx	R\$ 11.00
06	Coco	30 und.	R\$ 1.10 und.	R\$ 33.00
07	Cheiro Verde	10 mç	R\$ 12.00 cx	R\$ 12.00
08	Batata doce	18 kg	R\$ 0.80 kg	R\$ 14.40
09	Mandioca	25 kg	R\$ 0.75 kg	R\$ 18.75
10	Abobrinha	13 kg	R\$ 1.36 kg	R\$ 21,20
11	Berinjela	20 kg	R\$ 1.56 kg	R\$ 31.20
12	Rucúla	12 pés	R\$ 18.50 cx	R\$ 18.20
13	Acelga	10 unid.	R\$ 11,50 cx	R\$ 11,50
14	Carambola	8 kg	R\$ 4.00 kg	R\$ 28.00

Fonte: www.ceasa.com.br e trabalho de campo, jun/2012.

Organização: Martha Esthela S. Silva

As entidades consumidoras assim como os beneficiários diretos têm uma significativa transferência de renda. Se a entidade fosse comprar a doação de alimentos que recebeu do PAA, a mesma teria gasto aproximadamente R\$ 320,00 semanal. Por mês este valor chegaria à R\$ 1.280,00 valor que supera que o antes era gastando pelas mesmas.

Podemos pensar o PAA como uma política que, além de criar mercado institucional para a agricultura familiar, contribui com a segurança alimentar e tem sido também um instrumento de distribuição de renda.

Em nossa entrevistas com os diferentes setores pesquisados, houve unanimidade em relação A aprovação do PAA, porém, a uma fragmentação do processo de luta pela terra que culmina no PAA, que iniciam com a ocupação de terra, conquista do assentamento e produção de alimentos. Esse processo é visto de maneira desencadeada.

As entidades consumidoras, embora tenham rebatimentos significativos (renda, nutrição), possuem fortes preconceitos sobre a luta pela terra. A apropriação da entrega do alimentos pelas igrejas transforma a doação de alimentos em um instrumento político de dominação, que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 04 FRAGMENTAÇÃO E IMEDIATICIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DA VIDA COTIDIANA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA REFORMA AGRÁRIA

O presente capítulo discute sobre as representações sociais da Reforma Agrária e encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira, temos as representações sociais das entidades consumidoras e das entidades doadoras. A segunda parte é composta pela análise das representações sociais dos beneficiários diretos e dos assentados.

A formação da representação social da Reforma Agrária tem como mediação o PAA, que coloca novas dimensões sociais, econômicas e políticas no cotidiano dos agentes que compõem o círculo de cooperação produtiva do programa (SANTOS, 2007).

O objetivo do capítulo é analisar se as representações sociais da Reforma Agrária estão na perspectiva dos movimentos sociais, ou seja, se rompem com determinados estigmas pejorativos da luta pela terra. Procuramos compreender qual a dimensão político-social que o PAA potencializa para a superação de preconceitos e descriminalização e, sobretudo, se reproduz as concepções políticas dos movimentos sociais de luta pela terra.

O PAA tem-se consolidado como uma política pública que aponta para uma nova espacialidade da Reforma Agrária no campo e na cidade. No campo, o PAA tem a capacidade de gerar demanda produtiva, consolidar mecanismos de comercialização, inserir novos saberes e fazeres na lógica produtiva e garantir a renda. No espaço urbano, caracteriza-se por sua intervenção direta na reprodução social dos sujeitos sociais que vivem abaixo da linha da miséria, compõem o cadastro único dos programas de renda mínima e constituem o público direto de programas de segurança alimentar e nutricional.

Com o PPA, essa última dimensão espacial, a urbana, que até então se constituía para os movimentos sociais somente como “palco” das manifestações, marchas, ocupações de prédios públicos, e como “campo” de ação (BORDIEU, 1989) para evidenciar as demandas, as formas de luta e as táticas organizativas (principalmente para “arregimentar” novos sujeitos sociais para os acampamentos e enfrentamento do latifúndio) “ocupando” também as manchetes de jornais, espacialidade na qual o movimento social passa também

a materializar suas práticas socio-espaciais produtivas. Trata-se de retomar a espacialidade urbana para além de uma dimensão política, construída a partir dos apontamentos citados, transformando-a, ou potencializando-a em espacialidade de economia política.

Assim, a partir das políticas públicas, os movimentos sociais de luta pela terra potencializam novas estratégias de apropriação do espaço urbano. No caso do PAA, novas relações sociais e mediações no cotidiano urbano são estabelecidas, podendo produzir representações sociais diferenciadas sobre a Reforma Agrária. Essa lógica de projeção e apropriação espacial (SOUZA, 2011) representa mecanismos de territorialização e territorialidade diferenciadas da luta? Esta talvez seja a síntese do questionamento que nos move ao longo desta análise.

Nesta perspectiva é que se perscruta as representações dos agentes sociais e econômicos que compõem o círculo de cooperação produtiva do PAA. Para tanto, nossas análises perpassam por eixos centrais que objetivam determinar as formas destas representações: social, econômica e política, e que dão conformidade a dimensão territorial da Reforma Agrária.

A perspectiva social vincula-se às práticas de atendimento às famílias e às instituições, ao arranjo de relações que se estabelecem entre a entidade e o público alvo, e no que a ação do PAA interfere diretamente na vida cotidiana destes sujeitos sociais (nutrição, organização social, formação, entre outros).

A forma econômica expressa-se nos ganhos efetivos que a materialidade dos alimentos provoca na renda, na utilização dos recursos econômicos, na quantidade e na qualidade dos alimentos, e nos serviços que passam a ser pautados pelas práticas socio-espaciais produtivas dos assentados ou por sua economia política camponesa.

A dimensão política refere-se aos comportamentos sociais dos agentes frente à luta pela terra, à fragmentação e ou articulação entre política pública, Reforma Agrária e luta. Além disso, a dimensão política refere-se à consolidação de uma representação que aproxime estes sujeitos sociais (“beneficiários”) dos projetos políticos e discursos de transformação social pela Reforma Agrária, frente a democratização do acesso à terra e o direito à cidadania.

4.1 Representações Sociais das Entidades Consumidoras

As “entidades consumidoras” compõem o círculo de cooperação produtiva do PAA. Elas recebem os alimentos do programa e os mesmos são utilizados diretamente nas atividades de nutrição (refeições) para o público com o qual atuam.

Conversamos e entrevistamos os gestores dessas entidades, procurando compreender a relação do PAA com a Reforma Agrária. Buscamos identificar as representações sociais da luta pela terra e quais formas mediam estas representações. Entrevistamos sete entidades (asilos, orfanatos, escolas, creches) e analisamos as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Na entrevista realizada na Associação Comunitária Lar e Aconchego, entidade que abriga menores de idade em situação de risco e que estão desligados da família temporariamente pelo Conselho Tutelar, dialogamos com a encarregada administrativa. No período de nossa entrevista, a associação abrigava 9 menores²⁰. De acordo com a entrevistada, o número de atendidos varia de 10 a 18 crianças e adolescentes. As crianças e os adolescentes ficam na associação até a família reestruturar-se e adquirir novamente a guarda do menor.

A entidade é mantida apenas com doações. A entrevistada afirma que, com as doações do PAA, é possível oferecer aos atendidos e aos funcionários uma alimentação diversificada e mais nutritiva. Isso não era possível antes das doações do PAA, pois a associação tem seus recursos financeiros limitados. A entidade foi convidada pela prefeitura a participar do PAA e a entrevistada aponta que:

A prefeitura chegou até nós, para perguntar se queríamos receber os alimentos [...] Agora com a Conab a gente come muito mais, pois é diferente de você comprar e você ganhar. Da Conab recebemos muita coisa, tem vezes que nem pegamos tantos alimentos, pois não damos

²⁰ De acordo com a Lei Nº 8.069/90 é considerado menor de idade adolescente com até 18 anos incompletos. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

conta de consumir em uma semana. Antes não tínhamos essa variedade de alimentos, era alface, tomate, sempre algum tipo de hortaliça (Entidade Consumidora A)²¹.

Com as doações do PAA, a entidade não tem necessidade de gastar seus recursos financeiros com a compra de frutas, de legumes e de verduras. Isso tem um rebatimento significativo nas despesas, pois a única fonte de renda para a manutenção da associação são as doações financeiras e materiais. A entrevistada fala sobre isso:

Como o Lar se mantém com doações, tudo é muito regrado, fazemos economia com tudo. No período de férias mesmo a gente parou de receber, pois os projetos estavam na fase de aprovação com o governo, em dezembro e janeiro gastamos com frutas e verduras cerca de R\$ 600,00 por mês, agora com a Conab a gente não gasta nada, os alimentos que recebemos conseguem suprir nossas necessidades. [...] A qualidade dos produtos é muito boa, no geral a qualidade é ótima (Entidade Consumidora A, 2012).

Ao indagarmos sobre os movimentos sociais de luta pela terra e os assentamentos, a encarregada administrativa pontua que:

Eu acredito assim, cada caso é um caso, tem pessoas que realmente necessitam de ter um canto para poder viver, mas tem uns que abusam. Eu acredito que quando você está lutando por uma coisa pra você, mas que seja honestamente e tá tudo certinho, tudo bem. Agora quando você parte para a agressividade para a invasão de terras essas coisas eu não concordo não! (Entidade Consumidora A, 2012)²².

Nessa fala, observamos a negação da luta pela terra e a deslegitimação das ações dos movimentos sociais, isto é, das táticas organizativas que se utilizam das ocupações como principais instrumentos de reivindicação pelo direito à terra e à vida no campo. Apesar da deslegitimação das ações, a entrevistada considera legítimo a divisão de terras.

²¹ Associação Lar e Aconchego, Fev/2012.

²² Associação Lar e Aconchego, Fev/2012.

A ocupação é um dos principais instrumentos de luta pela terra que os movimentos sociais realizam para pressionar o Estado para que se ocorra a sistemática condução da política de Reforma Agrária. Os assentamentos rurais são frutos das manifestações e, principalmente, das ocupações de terras. De acordo com Arantes,

Fruto das políticas de desrespeito à classe trabalhadora brasileira ao longo da história, as ocupações se tornaram o ato mais simbólico da rebeldia e da força da organização dos trabalhadores em busca de seus direitos roubados. (2011, p. 37)

A entrevistada considera o assentamento como um espaço importante, de moradia e produção de alimentos, porém, as representações revelam fragmentos de informações e interpretações da realidade que se colocam em movimento e contradição, determinando juízos de valor pontuais nas lógicas interpretativas. Este processo é revelador de confrontos ideológicos que, de um lado, teoricamente assumem fatos como instrumentos mediadores de lógicas gerais de direitos, e de outro, os mesmos servem como instrumentos mediadores de sua negação. Empiricamente há o reconhecimento do conflito entre o agronegócio e a agricultura camponesa, mas essa não se pauta em uma compreensão com sentido de classe. A mediação se dá por sentido de “justiça” frente a comportamentos individualizados, como podemos observar nessa fala:

Tem o fazendeiro que não paga o imposto dele certinho neste caso tudo bem o governo ir lá e tirar a terra dele para fazer o assentamento, eu concordo, mas tem o fazendeiro que tem tudo certinho aí vem o Movimento e quer tirar o que é dele o que ele levou anos pra conseguir, aí eu acho errado. Tem movimento que é complicado, mas tem muita gente que precisa de um pedaço de terra pra viver (Entidade Consumidora A, 2012)²³.

Os meios de comunicação apresentam um papel importante na ideologização das práticas sócio-espaciais e “deturpam” as ações dos Movimentos Sociais. Os meios de comunicação apontam que o Movimento ocupa terras legítimas quando o mesmo somente

²³ Associação Lar e Aconchego, 2012.

ocupa terras com pendências jurídicas (terras devolutas, terras griladas que apresentam passivos decorrentes destas questões, bem como de dívidas tributárias com o Estado e com a União, terras-propriedades que não cumprem sua função social).

Souza (2013) apresenta reflexões sobre como este conceito tem sido fundamental para ampliar a territorialização da Reforma Agrária, promovendo um ordenamento jurídico que se inicia nas questões tributárias, trabalhistas, produtivas e atinge as questões ambientais.

As ações da sociedade no âmbito da ampliação da atuação do Estado, na questão agrária, configuraram, entre vários fatores, no reconhecimento da Reforma Agrária e do ordenamento jurídico da função social da terra num embate político estabelecido desde a Constituição brasileira de 1988. Objetivamente a função social da terra deve responder como enfrentamento concreto à propriedade privada, cerne das relações capitalistas e que promove a transformação do conteúdo de valor de uso da terra em valor de troca, sua consolidação como mercadoria. Mas, em nenhum momento o constructo jurídico da função social da terra foi suficiente para esse enfrentamento, esse processo nunca se materializou sem força social consistente de ocupação territorial objetiva, demarcando amplo questionamento da propriedade privada da terra.

Este imperativo, função social da terra, fundamentou o embate político da luta, espacializando a reforma agrária sobre as terras improdutivas e aquelas em que os sistemas de exploração do trabalho eram análogos às da condição de escravo. Estes dois ordenamentos jurídicos se consubstanciaram em aberturas institucionais do Movimento Social, na relação com Estado, para constituir mecanismos de projeção espacial e determinações territoriais camponesas. Determinações que integram a ocupação do campo, a produção alimentar (diversidade produtiva), a preservação ambiental e o trabalho familiar, entre outras características do modo de produção camponês (SHANIN, 1983). Este último, trabalho familiar, como centralidade na relação com a terra e na lógica de reprodução social. Estas determinações territoriais se estabelecem e se consolidam como diferenciação objetiva, sendo contrapontos às lógicas de monopolização territorial capitalista e a ausência destas determinações implica em negação da Reforma Agrária como projeto político classista.

Decorre que, ainda no âmbito de ampliação do Estado, a luta pela terra no estado de São Paulo apresenta elementos claros de forte inflexão negativa. A aliança intraclasse estabelecida entre proprietários rurais e o capital agrário-industrial e financeiro, no sentido de ocupar as terras paulistas com base na produção citrícola e sucroenergética, tem promovido o conceito de inexistência de terras improdutivas e o marketing de responsabilidade social das empresas tem conduzido à ideia de formalização das relações de assalariamento, o que tem bloqueado as ações mais concretas de ocupação de terras no estado. Por sua vez, este

bloqueio engendrou nova perspectiva de luta, pautada no mesmo ordenamento jurídico de função social da terra: a questão agroambiental.

Um debate que dada a articulação de forças democráticas aproximou os Movimentos Sociais de um leque de alianças sociais mais heterogêneo (o ambiental), mas deve-se reconhecer que esta seara é marcada por um significativo ecletismo, com capacidade de dissolução ideológica do fenômeno central que marca a subsunção do trabalho e da natureza: a luta de classes, ou a dominação de classe.(SOUZA, 2013, p. 35)

De outra forma, cumpre considerar que a mídia busca desmoralizar a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, manipulando a opinião pública contra os movimentos. Nas discussões empreendidas por Romão (2005) sobre a criminalização midiática dos movimentos sociais, a autora afirma que, “em geral, as linhas editoriais dos grandes órgãos de imprensa são hostis aos movimentos sociais e especialmente condenatórios em relação à organização dos sem-terra.” (ROMÃO, 2005, p. 242). Segundo Gramsci (2011, p. 283),

A opinião pública é um conteúdo político da vontade política pública, que poderia se discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partido, parlamento – de modo que uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem e poeira individual e inorgânica.

Percebemos que, a ação do movimento é aceita em fazendas que tem algum tipo de pendência jurídica, porém, sem o uso de “violência”, como se os Movimentos de Luta Pela Terra pudessem optar por usar ou não a “violência”, sendo que os sujeitos dos Movimentos de Luta Pela Terra são as principais vítimas de violência no campo. Embora ocorra essa deslegitimação da luta pela terra, há a legitimação da consolidação da luta, mediada pela prática social dos assentamentos (produção de alimentos).

Esses assentamentos que trabalham, que produz alimentos, que tem um retorno bom eu apoio, mas mesmo que o próprio assentamento aja para agressividade para conseguir as coisas eu não concordo. É lógico que são bons os assentamentos [...] Com certeza os assentamentos são importantes no Brasil, até por que hoje a agricultura está bem escassa aqui, está cada vez menos. Antigamente você andava por aí, nas rodovias

tinha plantação de café, de algodão hoje em dia não tem mais isso, a única coisa que tem é cana-de-açúcar (Entidade Consumidora A, 2012)²⁴.

A ancoragem é um dos processos de formação das representações sociais, sendo que, o mesmo tem o objetivo de tornar algo estranho em algo familiar (MOSCOVICI, 2003).

Nessa entrevista, as representações sociais são ancoradas nos paradigmas da luta pela terra, que são trazidos pela elite agrária por meio da mídia, que compara a atuação dos trabalhadores sem-terra com uma apropriação indevida de uma propriedade privada. Ao mesmo tempo, o universo representativo do rural é ancorado como um lugar de produção e de vida integrada à natureza. Assim, a luta pela terra, em determinados casos, é aceita se não houver violência. Isso nos faz pensar que a violência é um conceito abstrato, mas que ganha concretude no conflito, fazendo crer que a violência institucionalizada pelo aparelho de Estado, seja por ação coercitiva física ou protocolar (não encaminhamento de decisões, por exemplo), não exista. O processo de luta carrega as representações sociais da invasão, da violência e da agressividade, ainda que o assentamento rural seja objetivado como um espaço de produção.

No Abrigo Esperança, asilo do município de Presidente Venceslau que atende a 30 idosos, obtivemos uma entrevista com o gestor. A entidade foi convidada pelo ITESP para participar do programa. O abrigo presta serviços de atendimento a idosos que estão impossibilitados de ficarem com seus familiares. A manutenção financeira da entidade é realizada com as aposentadorias dos idosos, sendo que, 70% do valor da aposentadoria é destinado a cobrir os gastos de manutenção da entidade. O abrigo é apoiado financeiramente pela maçonaria do município, além de receber doações.

Em entrevista, o gestor avalia a qualidade dos alimentos do PAA como boa. De acordo com ele, antes do PAA, a entidade já tinha uma alimentação diversificada de frutas, de legumes e de verduras, tinha um gasto mensal de R\$ 900,00 com esses produtos. Atualmente, a entidade compra somente os produtos agrícolas que não são recebidos (alho, cebola, batata), tendo em média, um gasto mensal de R\$ 60,00.

²⁴ Associação Lar e Aconchego, 2012.

O entrevistado foi trabalhador rural e sua esposa é filha de assentado. Quando indagamos sobre a luta pela terra e os movimentos sociais, o mesmo afirma que: “*o MST é um movimento baderneiro, para reivindicar terra não precisa de bagunça (...). Os assentados levam tudo na pouca importância, não têm vínculo com a terra*”(Entidade Consumidora 2)²⁵.

O discurso realizado pela imprensa e pelos setores dominantes da sociedade deslegitima e criminaliza a luta do MST, classificando qualquer tipo de ação e manifestação do movimento que luta por direitos. Esse discurso “reacionário²⁶” e conservador atinge diversas camadas da sociedade, sendo que, a classe dominante manifesta sua ideologia. Para Iasi (2011, p. 20), “a ideologia agirá sobre essa base e se servirá de duas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos suporte para que se estabeleça subjetivamente”.

Nessa entrevista, percebemos que não há um total desconhecimento do assentamento rural. Identificamos a ideologia hegemônica da classe dominante enraizada no trabalhador supracitado. Segundo Iasi “essa universalização da visão de mundo da classe dominante se explicita não apenas pela posse dos meios ideológicos e de difusão, mas também e fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes” (IASI, 2011, p. 21).

Este mesmo gestor foi trabalhador rural e filho de ex-sitiante. A família perdeu o sítio devido à dívida no banco, que foi contraída para investir na terra. Sem opção, eles tiveram de migrar para a cidade, desvinculando-se obrigatoriamente da terra. A família de origem rural, ao mudar-se para a parte urbana do município, deparou-se com o desemprego. Segundo o entrevistado, “as usinas e os frigoríficos saem da cidade devido à desvalorização das terras que foi ocasionada pela atuação do MST na cidade e região [...] Nossa cidade perdeu empregos, pois ninguém mais quis comprar terra aqui por conta do Sem-Terra”²⁷[...] (Entidade Consumidora B, 2012)²⁸.

²⁵ Abrigo Esperança, Presidente Prudente, Fev/ 2012.

²⁶ Que defende um sistema político contrário ao progresso ou à mudança social, resistindo às tendências revolucionárias;

²⁷ Neste aspecto, verifica-se a incorporação do discurso hegemônico do agronegócio na região. Souza (2008) demonstra que este discurso tem sido utilizado pelos grandes proprietários de terras para justificar a subdeclaração do valor da terra nua na apuração do Imposto Territorial Rural (ITR). O autor demonstra que, no período de 2000 a 2005, a taxa média de crescimento do valor da terra na região atinge patamares superiores a 85%. A demanda internacional de commodities agropecuárias e os avanços dos investimentos na

Neste processo, verifica-se a reprodução do discurso dominante acerca da lógica do valor da terra. O valor da terra é colocado como valor de troca e não como valor de uso pelo entrevistado. O desconhecimento sobre a real origem das terras devolutas do Pontal do Paranapanema faz com que as pessoas atribuam a estagnação econômica da cidade aos movimentos sociais e aos assentamentos.

Souza (2007), ao analisar o mercado de terras no Estado de São Paulo, explica as motivações pelas trajetórias de preços e aponta que as ações dos Movimentos Sociais são usadas para a subdeclaração de preços de terras na apuração do ITR. Além disso, ele indicava que a lógica de tendência de queda dos preços era estabelecida por lógicas macroeconômicas (crise econômica internacional e redução da demanda de produtos e commodities agrícolas) e questões locais pontuais. No caso da região do Pontal do Paranapanema, essa trajetória não era estabelecida pela ação dos movimentos sociais, mas pela estratégia de subdeclaração tributária do ITR, como citado, e pela insegurança jurídica de titularidade frente à realidade de grilagem de terras na região.

Ainda em relação à entrevista, embora o entrevistado seja beneficiado, o mesmo desconsidera a importância dos assentamentos rurais de Reforma Agrária na produção de alimentos e na recriação da “vida” no campo. A inserção nos movimentos sociais poderia ser uma chance de retorno a terra para sua família, mas essa hipótese, talvez nem tenha sido cogitada, pois as representações sociais da Reforma Agrária são ancoradas em conceitos fortemente ideologizados, isto é, na baderna e na bagunça.

Quando o entrevistado aponta que os assentados “*levam tudo na pouca importância*”, o mesmo refere-se aos lotes que não produzem, atribuindo somente ao assentado a responsabilidade sobre a produtividade do lote. Não existe uma transitoriedade entre as condições de endividamento bancário que forçaram a perda das terras de seus pais e que são decorrentes de um modelo agrícola excludente e seletivo (LEITE, 1996). Desconsideram-se fatores internos e externos à produção agrícola, sendo que, na maioria dos casos, não é uma opção, e sim, a falta de incentivo. O PAA evidencia isso. Com a

produção de etanol, que ocupa de forma significativa as terras de pastagens na região, têm forçado a tendência de alta dos preços de terras. Souza ainda revela que, os índices de elisão fiscal do ITR, na região, atingem patamares superiores a 70%. O autor ainda destaca que o valor médio do Imposto Territorial Rural arrecadado, por hectare, é de R\$ 2,37 na região de Presidente Prudente e de R\$ 1,44 na região de Presidente Venceslau, sendo este último município foco dessa pesquisa.

²⁸ Idem 20.

garantia de compra da produção agrícola, muitos assentados voltaram a plantar “roças” em seus lotes.

Nessa entrevista, os trabalhadores rurais sem-terra são classificados como bagunceiros e a luta pela terra, como uma baderna. A territorialização da luta pela terra, de acordo com o entrevistado, desvalorizou a região, que perdeu empresas e empregos. O assentamento rural tem a representação social de estagnação econômica, mesmo produzindo alimentos.

Embora o gestor indique que os alimentos são frutos da atuação dos movimentos sociais, o mesmo se coloca contrário à Reforma Agrária. Há uma alienação em relação à produção dos assentamentos, em que os alimentos somente têm valor mercadológico, sendo totalmente expurgado o valor simbólico de sua produção enquanto resultado do trabalho do assentado, isto é, da luta pela terra.

Trata-se de uma dimensão que assume a mercadoria como fetiche, como um produto que se realiza na comercialização, na monetização e não no trabalho humano. Com isso, as mercadorias possuem a “capacidade” de ocultar as relações sociais de produção, o trabalho. O que se estabelece na exploração do trabalho assalariado, mimetiza-se no produto do trabalho do campesinato. O valor de uso é apenas a utilidade ou a propriedade material que um produto possui para satisfazer as necessidades humanas: o objeto externo da mercadoria. O valor de troca, que se expressa na relação quantitativa de troca de valores de usos diferentes e que abstrai esses mesmos valores (troca e uso), ganha sua conformação monetizada. Esse processo obscurece o modo operacional das relações de produção. Segundo Marx (2006), simplifica-se as relações de produção pelo consumo das mercadorias e assume-se (de forma monetizada) a predominância do valor de troca pelo qual se opera a exploração do trabalho. Marx (2006) chama esse processo de fetichismo, aproximando-o de feitiço, que faz da mercadoria um ente de vida própria. A mercadoria apresenta vontade própria em sua circulação e realização monetária, embora seja resultado do trabalho humano.

Na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade que presta serviço a pessoas com necessidades especiais, conversamos com a Nutricionista e com as Gestoras da entidade. A Associação presta atendimento médico e socioeducativo a 180 pessoas portadoras de deficiência intelectual. Os atendidos são crianças a partir de 45 dias

de vida até idosos, com os quais são desenvolvidas atividades educacionais e tratamento médico (fisioterapia, terapia ocupacional, atendimento psicológico), buscando sua inserção social e apoio às famílias.

A APAE também desenvolve atividades educativas e, por isso, recebe alimentos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), um programa que também garante a compra de produtos da agricultura familiar. Além disso, a entidade completava a dieta alimentar com doações solicitadas na feira livre de Presidente Venceslau. Assim, somente quando a doação dos feirantes era insuficiente, a entidade recorria a compra de alimentos, pois a maioria dos recursos vem de doações. De acordo com a Nutricionista da entidade,

A gente recebe produtos da merenda escolar, que era batata, cenoura, tomate, repolho, cebola, era insuficiente a quantidade que eles mandavam, então uma vez por semana íamos à feira pedir, se com os produtos da merenda escolar e das doações, ainda fossem insuficientes, íamos ao Ceasa em Presidente Prudente. Tinha que ser assim, aqui atendemos um público que precisa de uma alimentação saudável para o desenvolvimento físico e mental (Entidade Consumidora C)²⁹.

Segundo a nutricionista, antes do atendimento do PAA, a entidade tinha dificuldade em adotar uma dieta alimentar variada e nutritiva, sendo que a entrevistada avalia como mediana a qualidade nutricional das refeições oferecidas, pois conseguiam somente um tipo de salada e alguns dias da semana, verduras e frutas. Ainda de acordo com a nutricionista, os alimentos da feira não eram de boa qualidade, pois os feirantes doavam aquilo que não conseguiam vender, o que nos faz crer que os alimentos apresentam algum estágio avançado de perecibilidade. Com as doações do PAA, a entrevistada comenta que, a alimentação teve um salto qualitativo e a entidade não tem mais o transtorno de ir à feira para esperar as doações.

Na entrevista, a nutricionista deixa evidente a importância de programas como o PNAE e o PAA, que contribuem para a superação da subnutrição no Brasil. Além disso, ela conta que mudou sua opinião sobre os assentamentos através da mediação do PAA. Quando indagamos sobre sua opinião, a mesma comenta que:

²⁹ APAE, Presidente Venceslau, Fev/2012.

Na verdade, antes de começar a ter esses projetos³⁰ pelo que a gente ouvia e via, era que os assentados plantavam pouco, não trabalhavam, muitos arrendavam o pasto. Hoje a minha opinião mudou, eles estão trabalhando mais, estão tendo ajuda do governo e isso está beneficiando as entidades e os assentados. (Entidade Consumidora C)³¹.

No caso dessa entrevista, percebemos uma mudança da representação social dos assentamentos rurais, que agora são considerados como um “*lugar de produção e trabalho*”, sendo enfatizado a necessidade do campo para o abastecimento alimentar da cidade. O programa é bem avaliado pela entrevistada:

Eu acho muito bom este programa que o governo fez, os assentados ficam mais empolgados para plantar, e para nós é uma ajuda muito grande. O que a gente ouvia era que pouca gente plantava, agora com o programa aumentou bastante o número de produtores. E o programa trouxe uma proximidade do assentamento para a gente que vive na cidade. (Entidade Consumidora C)³².

Com a relação direta que o PAA produz entre o campo e a cidade, isso traz novas possibilidades para a Reforma Agrária, pois evidencia sua importância, colocando a Reforma Agrária como protagonista na produção de alimentos. Essa “proximidade” que se materializa é um passo para que muitos compreendam a importância da distribuição de terras.

Ao indagarmos sobre a luta pela terra, a entrevistada afirma que:

A reforma agrária é importante, tem que ter distribuição de terra, mas isso deve ser feito sem o uso de violência, de uma maneira pacífica. Às vezes é muito complicado o que os Sem-terra fazem, sai cortando cerca, matando o gado e pegando a fazenda dos outros (Entidade Consumidora C)³³.

³⁰ A entrevistada se refere ao PNAE e ao PAA.

³¹ APAE, Presidente Venceslau, Fev/2012.

³² APAE, Presidente Venceslau, Fev/2012.

³³ APAE, Fev/2012.

A distribuição de terras é importante para a entrevistada. O assentamento é representado como um espaço de produção e de trabalho, entretanto, a luta pela terra é desatrelada dessa representação social. O saber do senso comum é fragmentado e não permite uma visão encadeada do processo de luta e de seus desdobramentos. A importância da distribuição de terras é evidente, contudo, o processo de luta, isto é, a conquista de assentamentos rurais, é descolado da luta. De acordo com Scherman (2010, p. 63), “o que determina a maneira como os sujeitos constroem seus discursos são os interesses que cada um tem, tais interesses são frutos da história e da classe social a que cada um desses sujeitos pertencem”.

A Associação de Proteção à Infância e à Maternidade (APIM), também entidade consumidora, é uma instituição que desenvolve projetos socioeducativos com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. As crianças e adolescentes passam um período do dia na escola regular e o outro período, na Associação, que desenvolve atividades esportivas, culturais e pedagógicas.

A APIM é um projeto socioeducativo vinculado à Secretária de Educação do município, instalada em uma antiga creche que foi transformada para atender uma faixa etária maior. A Associação atende a 100 crianças, sendo 50 crianças no período da manhã e 50 no período da tarde. Os atendidos fazem duas refeições por dia na entidade (almoço e lanche).

Segundo a gestora da associação, a entidade recebe produtos do PNAE e do PAA, sendo que os mesmos têm contribuído no atendimento das necessidades nutricionais das crianças e dos adolescentes. A variedade de alimentos coopera para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Nas duas refeições são utilizados os produtos do PAA. No almoço, sempre há verduras, legumes e frutas; no lanche, os produtos são utilizados para o preparo de sucos, bolos e doces.

A gestora é sobrinha de um assentado do assentamento Primavera. Ela ficou sabendo do programa pelos familiares e direcionou-se ao ITESP para obter informações sobre a participação no programa. Assim, a entidade foi cadastrada no projeto do PAA e passou a receber os produtos, via a associação de produtores.

A entrevistada faz uma reflexão sobre a vida na cidade e a vida no campo:

Mesmo que seja agricultura de subsistência eu acho melhor, do que se eles estivessem aqui na cidade sem tem o que fazer, porque lá a família toda consegue trabalhar, lá eles tem uma vida boa, uma casa simples, mas confortável, coisas que eles³⁴ nunca tiveram aqui na cidade. Lá no assentamento você planta um pé de chuchu, você tem o que comer, aqui na cidade se você quiser um ovo você tem que comprar” (Entidade Consumidora D)³⁵.

Nesse trecho, verifica-se uma empolgação em relação ao assentamento, em que o assentamento é um espaço de construção de vidas e de sonhos. O campo passa a ser um lugar que possibilita realizações, sendo que essas realizações eram inalcançáveis no espaço urbano. O assentamento tem uma representação social de conquista, aproximando-se muito das convicções dos movimentos sociais acerca das novas perspectivas e sociabilidades da Reforma Agrária. De acordo com o MST,

O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida. (MST, 2011).

Ao indagarmos sobre os assentamentos rurais e os movimentos sociais de luta pela terra, a entrevistada diz que: “eu sou totalmente favorável aos movimentos, porque essas pessoas que estão agora lá no assentamento antigamente moravam na área rural e por falta de subsídios para ficar no campo, vieram para a cidade engrossar a miséria” (Entidade Consumidora D)³⁶. Em seus argumentos, ela ainda destaca as dificuldades de permanência no campo:

Tem muita gente que não dá conta de ficar lá porque não tem conhecimento, apoio, assistência técnica, não sabe lidar muito bem com a terra, aí não dá certo, mas a maioria que conhece um pouco dá certo.

³⁴ A entrevistada refere-se ao casal de tios.

³⁵ APIM, Presidente Venceslau, Fev/2012.

³⁶ APIM, Presidente Venceslau, Fev/2012.

Deviam aprimorar a assistência técnica dar mais incentivos para as pessoas permanecerem lá (Entidade Consumidora D)³⁷.

Nessa entrevista, apreendemos um arraigado conhecimento do cotidiano do assentamento rural, porém, a fragmentação do saber do senso comum apresenta suas contradições. Quando indagamos sobre as manifestações de luta pela terra e a atuação do MST que ocorreram no município na década de 1990, encontramos, nas falas, a fragmentação do processo de Reforma Agrária e da construção dos assentamentos rurais, e mais uma vez, a negação da luta pela terra:

Em todos os movimentos existem as ideias, mas existe o radicalismo, aquela coisa de conseguir a qualquer preço, então tudo tem os prós e os contras, têm coisas ótimas como os assentamentos às pessoas produzindo, mas tem os radicalismos dentro dos movimentos que não é bom [...] a gente tem que manter o equilíbrio, nunca perder a razão resolver as coisas no diálogo. O movimento é bom? É. Mas eu sou contra a qualquer radicalismo e conflito. (Entidade Consumidora D)³⁸.

O “radicalismo” faz alusão à ocupação e ao movimento direto de luta. Embora o assentamento seja compreendido como um lugar importante para a reprodução social das famílias que viviam na miséria, o processo de mobilização, a luta e as ocupações são marginalizados. A ocupação de terras é radical sim, pois tange a raiz do problema de concentração fundiária que vivemos em nosso país. O processo de luta estabelece o conflito de classes, em que a agricultura camponesa luta pela sua (re)produção social contra o agronegócio, que explicita este conflito. De acordo com Fernandes (2004, p. 06),

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural.

³⁷ APIM, Presidente Venceslau, Fev/2012.

³⁸ APIM, Presidente Venceslau, Fev/2013.

A conflitualidade gerada na luta pela terra é parte do processo de transformação social, em que interesses de classe sociais antagônicas entram em conflito na busca pela territorialidade física, econômica, social e política, sendo que essa disputa se coloca em diferentes dimensões sociais.

As escolas municipais de Presidente Venceslau também são atendidas pelo PAA. Entrevistamos três escolas, pois entendemos que estes espaços são veículos fundamentais de informação e formação de opinião. Ao todo são sete escolas do município que recebem os produtos.

Na escola Prof. Dagoberto Rodrigues da Silva Pinto, localizada no Jardim Alvorada, que atende a 274 crianças do Jardim I ao 5º ano, obtivemos uma entrevista com a coordenadora pedagógica e com a diretora.

As gestoras educacionais avaliam que houve uma melhora na alimentação e diversificação do cardápio. As entrevistadas pontuam que, essa melhora reflete diretamente no desenvolvimento cognitivo dos alunos, contribuindo para o crescimento, para a aprendizagem e para o rendimento escolar dos estudantes. Além disso, promove a formação de hábitos alimentares saudáveis.

De acordo com as entrevistadas, o PAA tem contribuído para uma mudança no padrão alimentar, pois os alunos têm tido a oportunidade de experimentar verduras e legumes em suas refeições, alimentos que não conheciam e/ou não gostavam. As gestoras afirmam que isso foi um processo lento, sendo que, atualmente as crianças são mais receptivas às verduras e aos legumes.

Quando falamos sobre a origem dos alimentos e questionamos sobre a Reforma Agrária, sobre os assentamentos rurais e sobre os movimentos sociais de luta pela terra, obtivemos a seguinte resposta: “não vamos responder a estas questões, pois se referem a coisas políticas que não é da escola” (Escola 1³⁹).

Essa recusa em falar sobre a Reforma Agrária expressa a visão fragmentada das relações sociais cotidianas. Ao mesmo tempo em que a escola teve uma melhora nas refeições, as gestoras negam a origem dos alimentos e, mais ainda, negam todo o processo

³⁹ EMFE Professor Rodrigues da Silva Pinto, Presidente Venceslau, Fev/2012.

de mobilização dos trabalhadores rurais. De acordo com Paulo Freire (1996), a educação não é neutra e o ato de educar não possui neutralidade.

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista pela metade. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a bancada ruralista aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não-governamentais, para sindicatos democráticos realizar. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrógrada dos ruralistas, se esvazia de humanismo quando da confrontação entre os interesses humanos e os de mercado. (FREIRE, 1996, p. 61-62).

A escola, sendo um espaço de aprendizagem, por sua vez, isenta-se de dialogar com algumas questões que estão no cotidiano dos próprios alunos, limitando-se em manter o *status quo* da sociedade. Com isso, deflagra a possibilidade de uma educação que promova uma consciência crítica. A escola deveria ser um espaço de socialização do conhecimento e de construção da autonomia, no entanto, acaba sendo um mecanismo para reforçar os preconceitos e estigmas.

Estas representações não conferem negação apenas à Escola, enquanto instituição democrática, plural e transformadora, mas também aos sujeitos sociais históricos do assentamento. As posturas e as representações conferem invisibilidade social aos sujeitos (BAUMAN, 2001; SOUZA, 2006). As gestoras referem-se aos produtos sem os produtores, reproduzem práticas de uma sociedade que nega a existência social dos sujeitos, sua trajetória histórica e seu modo de vida.

Na escola EMEF Prof^a Santa Duarte D'Incal, entrevistamos a coordenadora pedagógica. A escola atende a 313 alunos do 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental. A coordenadora avalia que, com o PAA, a alimentação servida pela escola ficou mais saudável.

A coordenadora ressalta a importância da Reforma Agrária, porém, atenta que as políticas agrícolas precisam ser aperfeiçoadas com o aumento de assistência técnica e projetos como o PAA, que dinamizam a produção. Ao indagarmos sobre o preconceito contra os assentamentos rurais e se o PAA está proporcionando uma mudança a respeito do preconceito, a gestora aponta que:

Ocorreu uma mudança no pensamento das pessoas, em respeito ao assentamento rural, mas bem pouca. O caso do Pontal é mais complicado por conta das invasões. Aqui a questão da terra era muito complicada a briga era feia entre o pessoal do Movimento e os Fazendeiros, ninguém vai dar nada de mão beijada né? Houve muitas mortes, isso acabou deixando uma má impressão (Escola B).⁴⁰

A coordenadora pedagógica expressa algumas barreiras para a descriminalização da luta pela terra no Pontal, que é atribuída a inúmeras ocupações que ocorreram na região, sendo este um forte elemento de criminalização dos Movimentos Sociais.

A reforma agrária é importante, tem terra para todo mundo no Brasil, o que tem que ser bem feito é a divisão. Tem assentamento que vive mais de 100 famílias aqui em Venceslau, imagina que antes vivia apenas uma família. Não adianta também querer dividir a terra a força, quem tem fazer isso é o Estado e também deve dar subsídio para o povo permanecer no campo, percebemos muito largada essa questão da assistência técnica (Escola B).

A entrevistada já foi professora em assentamento rural. Quando indagamos sobre o ensino no campo e o ensino na cidade, ela comenta que:

Não é melhor nem pior é apenas diferente, devia ter escola no campo para todo o ensino tanto o fundamental e o médio e não somente o infantil. O jovem sofre em ter que estudar na cidade, uma educação plena no campo iria contribuir para a fixação do jovem no campo. (Escola B)⁴¹.

⁴⁰ EMEF Profª Santa Duarte D’Incal, Presidente Venceslau, Fev/2012.

⁴¹ Idem 19.

Durante a entrevista, a coordenadora pedagógica relata um pouco da sua experiência de trabalho docente no campo, dizendo que foi muito importante para sua formação conhecer outras realidades. A mesma comenta que, para formar uma opinião sobre algo é preciso “*viver aquilo*”, tirar as conclusões a partir de realidades concretas. Sua experiência no campo lhe proporcionou uma visão sobre a importância dos assentamentos rurais e o aperfeiçoamento das políticas de Reforma Agrária, que segundo a entrevistada, é o ponto fulcral para o desenvolvimento e fixação dos jovens no campo.

A coordenadora coloca que, o PAA tem sido importante não somente para o assentamento, mas para diversos setores da cidade. Para a mesma, um dos problemas é a violência no campo no momento da ocupação, que acaba gerando as mortes. Indagamos se é falado com os alunos sobre a origem dos alimentos e sobre a questão da terra, que é muito presente na região. A coordenadora aponta que: “o estudo sobre os assentamentos rurais e reforma agrária, fica a critério do professor”, mas segundo a coordenadora pedagógica, esse tipo de discussão é pouco abordado nas salas de aulas.

Para os entrevistados, a Reforma Agrária acaba tendo representações sociais distintas. A Reforma Agrária é necessária, pois possibilita a vida no campo e a produção de alimentos, mas os mecanismos de luta utilizados pelos movimentos sociais, que criam essa vida no campo, são estigmatizados.

Na escola EMEF Lúcio Mariano, devido à falta momentânea da diretora e da coordenadora pedagógica, fomos indicados a falar com as merendeiras, que participaram sem hesitar da nossa pesquisa. A escola possui 170 alunos entre o Jardim I e o 5º ano do ensino fundamental.

As merendeiras contaram que, no tempo em que recebiam somente os legumes e as verduras do PNAE, a variedade de alimentos era muito reduzida (batata, cenoura, alface, tomate, cebola). Em cada refeição era apenas um tipo de verdura ou leguminosa. Com o PAA, a diversificação aumentou e segundo as mesmas, houve uma melhora na qualidade das refeições.

As entrevistadas⁴² não sabiam que os alimentos eram providos dos assentamentos rurais, pois os alimentos são entregues pela prefeitura do município. Quando começamos a

⁴² EMEFEI Lucio Mariano. Presidente Venceslau. Junho, 2012.

perguntar sobre as questões de Reforma Agrária, elas pediram para que falássemos com a nutricionista da Secretaria de Educação.

Nesta entrevista, percebemos certo desconforto por parte das entrevistadas. Elas não se sentiram a vontade para responder as perguntas sobre os assentamentos rurais. As mesmas sabiam que havia um programa que melhorou a alimentação nas escolas, mas isentaram-se de dialogar sobre a Reforma Agrária.

Decidimos entrevistar as escolas pela importância que as mesmas têm na disseminação de ideias e na formação de opinião, porém, deparamo-nos com a barreira da não informação. Por meio das falas dos entrevistados, identificamos que as crianças não sabem a origem dos alimentos (hortifruti) e a importância dos assentamentos rurais, não se fazendo referência à Reforma Agrária. Quando nos deparamos com gestoras que simplesmente não falam de Reforma Agrária porque é algo “*político*”, em verdade, esta compreensão é uma justificativa para que tal tema não seja discutido com os alunos.

A segunda gestora, embora tenha uma experiência com os assentamentos rurais, colocou que a questão de se falar ou não sobre Reforma Agrária fica a critério do professor. Na terceira escola, em que conversamos com as merendeiras, acreditamos que dificilmente há diálogo sobre Reforma Agrária, pois as entrevistadas, que estão em contato direto com a manipulação dos alimentos, desconhecem a origem dos mesmos.

A partir das entrevistas com as entidades consumidoras, averiguamos uma boa aceitação do programa e sua importância para as mesmas, que agora passam a ter uma alimentação saudável, variada e com uma diminuição de custos, que rebate significativamente no orçamento mensal da entidade.

Em nossas entrevistas, as entidades consumidoras constataram que, com o PAA, as refeições das entidades passaram a ter uma maior variedade e qualidade, sendo o mesmo avaliado como um programa que tem uma importante ação governamental de geração de renda ao homem do campo e melhoria na alimentação de seus atendidos. De acordo com as entidades, antes do PAA, a dieta de frutas, de verduras e de legumes era bem limitada. Essas instituições tiveram uma “transferência de renda” a partir da “transferência de alimentos”.

Para a maioria dos entrevistados, o assentamento conquistou a representação social de um “*espaço de produção de alimento e trabalho*”. A partir do PAA, essa representação social territorializa-se, evidenciando a produção de alimentos e trazendo novas dimensões sociais e políticas do espaço rural. Entretanto, a representação social que dialoga com a Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais, é apropriada somente por reduzido número de gestores das entidades consumidoras e não rebate diretamente com os sujeitos sociais com os quais trabalham, ou seja, o grupo de atendidos. Verifica-se que uma política pública que unifica dois sujeitos sociais, ainda que na dimensão produção-consumo, estão isolados social e ideologicamente, porque distantes em suas práticas sócio-espaciais.

Os consumidores diretos das entidades de consumo, evidentemente notam uma melhora nas refeições, porém, não sabem a que se deve essa melhora no cardápio. Eles reconhecem superficialmente que se trata de um programa de governo, mas não têm conhecimento do essencial, que os alimentos vêm dos assentamentos da cidade. Nessa categoria, os consumidores diretos são crianças e idosos. O PAA, nessa escala de atendidos e assentados, não efetiva o diálogo com o assentamento rural e não se realiza a sociabilidade desses dois agentes que reúnem estreita relação com o campo.

Os idosos atendidos pelo Abrigo Esperança são pessoas com mais de 60 anos de idade, ou seja, pessoas que tiveram algum vínculo com a terra. Souza, Jorge e Gebara (2001) consideram que estes sujeitos sociais sofreram o maior impacto dos processos de modernização da agricultura, tendo em vista que o grande fluxo de migração, expropriação e violência ocorrera nos anos 1970 e 1980, quando se altera significativamente a taxa média de urbanização brasileira, sobretudo no estado de São Paulo. O desenvolvimento do capitalismo no campo ligado à burguesia agroindustrial expropriou milhares de camponeses de suas terras. Sendo assim, supostamente, grande parte desses idosos têm origem na área rural ou tinham algum vínculo com a terra.

A omissão da origem dos alimentos que os idosos consomem diariamente, trava a discussão sobre a Reforma Agrária. Em um espaço em que fosse possível um resgate da memória e da trajetória de vida dessas pessoas, seria possível criar novas formas de sociabilidade e identidade entre os atendidos e os assentados.

A memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligado à questão de identidade (BATISTA 2005, apud SANTOS, 2004, 59).

Esses idosos que tiveram parte de suas vidas ligadas ao meio rural ou tiveram algum vínculo com o campo, possuem uma identificação com a terra que poderia ser resgatada no presente, tendo como mediação a produção de alimentos do assentamento. Para Japiassu (1996), a memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado. Isso coloca a possibilidade de criar novos caminhos de sociabilidade entre os assentados e fomentar as discussões sobre a Reforma Agrária no espaço urbano.

A maior parte dos consumidores diretos das entidades consumidoras são crianças. As escolas e os espaços educativos são um dos principais agentes sociais que atuam na formação humana e intelectual do indivíduo. Educar é uma ação social e política. A educação é um campo de disputas ideológicas envolvendo diversos segmentos sociais. Criar caminhos de socialização da Reforma Agrária no espaço urbano torna-se uma tarefa política dos movimentos sociais e dos que acreditam na transformação da sociedade. O desenvolvimento de atividades ligadas aos assentamentos podem criar mecanismos de sociabilidade com as crianças especiais atendidas pela APAE. Por meio de atividades lúdicas ligadas à terra e à produção de alimentos, as escolas regulares e os projetos educativos e sociais, podem fazer a “pedagogia da terra” chegar ao asfalto, fazendo o campo e a cidade serem assumidos como espaços complementares.

A escola é um espaço de aprendizagem. O papel da escola é auxiliar a formação ética do educando, formando sujeitos conscientes e críticos de seu papel na sociedade. A prática educativa é cotidiana e todo momento estamos em formação. Nessa perspectiva, o trabalho educativo deve transcender as expectativas de mercado e vincular efetivamente a educação à emancipação humana. A escola deve ser um lugar universal de conhecimento, tornando todos os sujeitos visíveis e capazes de realizar sua trajetória histórica com autonomia e alteridade.

4.2 Representações Sociais das Entidades Doadoras

Nessa pesquisa, as entidades doadoras são aquelas que recebem os alimentos do PAA e repassam às famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando que exercem um papel social determinante no ciclo de cooperação do PAA, refletindo na espacialização e na territorialidade da Reforma Agrária no espaço urbano. Conhecemos e entrevistamos sete entidades doadoras, sendo que, seis entidades são de caráter religioso (Igrejas) e uma entidade é uma associação que ajuda portadores de câncer de baixa renda.

A Associação Venceslauense de Combate ao Câncer (AVCC) atende a portadores de câncer com baixa renda por meio de doações de cestas básicas, de remédios e de transporte hospitalar. Há 19 anos a entidade presta este tipo de serviço ao município. A Associação mantém-se por meio da mensalidade dos sócios e com doações. No momento da entrevista, eram atendidos 82 portadores de câncer. Há três anos a entidade recebe produtos do PAA e repassa às famílias destas pessoas.

Entrevistamos a Secretária Geral da Associação, que afirmou que o PAA tem ajudado muito, principalmente os doentes que precisam de uma alimentação saudável. As famílias que recebem os produtos do PAA também recebem cesta básica da entidade.

Os alimentos da *Conab* têm ajudando muito os portadores de câncer que atendemos, são pessoas que não tem condição de fazer uma feira, e precisam de frutas, verduras e legumes pelo seu quadro de saúde. Uma vez por mês fazíamos compra no sacolão para doar uma feirinha para cada um deles, agora com o PAA, não há mais necessidade, aproveitamos o dinheiro que gastávamos no sacolão e aumentamos a cesta básica (Entidade Doadora A, 2012)⁴³ (Grifo nosso).

Os alimentos do PAA têm proporcionado aos portadores de câncer de baixa renda uma melhora em toda cadeia alimentar, pois o PAA tem possibilitado a entrega semanal de frutas e de verduras, além do aumento da quantidade de alimentos da cesta básica mensal

⁴³ AVCC, Presidente Vescelau, Fev/2012

doada pela associação. Os recursos financeiros que a associação destinava à compra de *hortifruits* são destinados para a compra de outros tipos de alimentos.

A secretária avalia como boa a qualidade dos produtos e elogia a diversidade da produção dos assentamentos. Ela pontua que:

Em cada época temos alimentos diferentes, pois os assentamentos plantam de acordo com o a fruta ou a verdura da época né, sempre vem coisas diferentes e a gente até ensina algumas receitas para as famílias, pois vêm umas verduras que eles não têm o hábito de comer como berinjela, maxixe, ect [...] Tem sido muito importante e de grande ajuda os alimentos que os assentamentos têm produzido. (Entidade Doadora A, 2012).

O PAA tem contribuído também com a mudança no hábito alimentar, pois estimula a variedade nas refeições e diversifica a produção no campo. Os assentamentos são desatrelados da luta direta pela terra e atrelados à produção de alimentos e à doação:

Os assentamentos têm ajudado bastante, já devia ter há muito tempo esse programa dos assentados plantar e doar para as entidades, e isso deu emprego para eles né, muitos não plantavam nada [...] A reforma agrária é importante, desde que, não cause prejuízos à terceiros. (Entidade Consumidora A, 2012)⁴⁴.

A entrevistada aponta a efetivação de políticas públicas no campo, ressaltando que essa políticas também beneficie a cidade e crie mais empregos nos assentamentos. O PAA agrega, de maneira mais efetiva, o trabalho da mulher e do jovem, que são os principais responsáveis pela produção, formando assim, novos arranjos sócio-produtivos. A Reforma Agrária sem prejuízos a “terceiros”, que a entrevistada refere-se, faz alusão à desapropriação de terra impulsionada pelos movimentos sociais através da ocupação, sendo que, neste caso, os fazendeiros são os “terceiros”.

Quando indagamos sobre a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, a entrevistada afirma que:

⁴⁴ AVCC, Presidente Venceslau, Fev/2012.

Os Assentamentos são necessários, porém que o uso da terra seja em benefício dos que precisam. Tem muita gente que pega a terra e arrenda invés de trabalhar. Aqui teve muita violência, muita morte na região. Agora melhorou. Na cidade mesmo não tem mais manifestação. A briga era grande entre os fazendeiros e os sem-terra, ninguém quer dar nada do que é seu, aí o fazendeiro para defender o que é dele mandava bala mesmo, e os sem-terras não ficavam quietos, reagiam também (Entidade Doadora A, 2012)⁴⁵

A entrevistada narra um pouco da luta pela terra que houve na década de 1990, que culminou com a conquista dos assentamentos rurais que foram instalados na cidade. Em sua fala, notamos a defesa da propriedade privada e o desconhecimento da grilagem de terras na região.

O desconhecimento do processo histórico de formação de nossa sociedade faz parte do processo de dominação e manutenção do *status quo*, sendo que, a história é contada de modo a favorecer a elite.

Entrevistamos o Conselho Particular de Presidente Venceslau Sociedade São Vicente de Paulo, entidade ligada à igreja católica do município. A entidade presta serviços ao município há 44 anos, disponibilizando cursos de corte e costura, curso de pães e doces, de cabeleireiro, de manicure, de pedicure e de informática. Todos os cursos são gratuitos e destinados a pessoas de baixa renda. A entidade também doa cestas básicas às famílias carentes. O conselho mantém-se com doações e conta com o apoio de voluntários.

A Sociedade São Vicente de Paulo, mais conhecida popularmente como “os vicentinos”, tem como princípio, de acordo com a vice-presidenta, “promover o pobre, com o oferecimento de cursos, entrega de cestas básicas e ajuda financeira para casos extremos”. (Entidade Doadora B, 2012)⁴⁶.

De acordo com a entrevistada, que é a vice-presidente do Conselho, o PAA amparou muitas famílias com a doação de verduras e de frutas, sendo que as mesmas não têm condições financeiras de arcar com a alimentação. No momento da entrevista, a entidade assistia a 23 famílias com atendimento mensal de cestas básicas, de produtos do PAA e com ajuda financeira.

⁴⁵ AVCC, Presidente Vescelau, Fev/2012

⁴⁶ Sociedade São Vicente de Paulo. Presidente Venceslau. Jun/2012.

A vice-presidenta considerou o PAA como um bom programa. Segundo ela, o PAA “amparou muitas famílias que não tinha condições financeiras de comprar frutas e verduras, hoje graças ao PAA elas têm uma alimentação melhor” (Entidade Consumidora B, 2012)⁴⁷. A entrevista também aponta para a questão da necessidade de uma melhor organização na distribuição dos produtos, que é realizada pela secretária de agricultura.

Quando indagamos sobre a os movimentos sociais, a entrevistada conta que mudou sua visão sobre o assentamento rural e afirma que:

Eu achava esse povo um bando de desocupados, baderneiros. Saíam por aí cortando cerca, matando gado e também tinham tiros, mortes nas invasões, eu achava tudo isso um absurdo! Minha opinião mudou agora vejo o que é feito no assentamento é muita coisa que eles produzem e isso tem ajudado muita gente. As famílias que nós ajudamos, você precisa ver como elas ficam felizes com os produtos da *Conab* [...] Sou a favor sim da criação de assentamentos rurais, mas as coisas precisam ser dentro da lei (Entidade Doadora B, 2012). (Grifo nosso)

O PAA evidencia o trabalho realizado nos assentamentos rurais de Reforma Agrária, trazendo representações sociais que antes os assentamentos não tinham. No entanto, a entrevistada pontua que o assentamento rural deve ser criado dentro da “lei”, ou seja, sem as ocupações de terras que são instrumentos legítimos de luta dos movimentos sociais. Ações do cotidiano, como a entrega dos alimentos, derrubam a ideologia propagada pela mídia sobre os assentamentos rurais. O assentamento, mais uma vez, mudou sua representação através da prática social do PAA, sendo que, o mesmo passa a ser representado como um lugar de produção.

A igreja Assembleia de Deus possui um Associação denominada Serviço de Assistência Social e Cultura da Igreja Assembleia de Deus (SASAD). A entidade atua no município de Presidente Venceslau há 25 anos. A mesma faz a distribuição dos alimentos do PAA há 2 anos.

A SASAD é responsável pela promoção de eventos culturais religiosos e de ações de assistência social, tais como doação de cesta-básica, auxílio financeiro para tratamento

⁴⁷ Sociedade São Vicente de Paulo. Presidente Venceslau. Jun/ 2012.

médico e pagamento de contas (água e luz). A igreja doa de 20 a 30 cestas básicas por mês, sendo que, as cestas são montadas com doações dos fiéis. Os atendidos pela SASAD são pessoas com baixa renda do município Presidente Venceslau.

A associação tem 50 famílias cadastradas que recebem os produtos do PAA. O critério estabelecido pela associação consiste que a família tenha baixa renda ou que alguns membros estejam desempregados. A entrevista foi realizada com a presidenta da associação. A mesma avalia como boa a qualidade dos produtos do PAA e diz que:

Aqui nós atendemos 26 famílias com a entrega dos produtos da *Conab*, são praticamente as mesmas famílias que doamos as cestas básicas. Tem sido uma grande ajuda para elas a entrega de frutas e verduras, a maioria tem criança pequena e idosos em casa. A cesta básica é montada somente com produtos doados pelos fiéis, quando falta alguma coisa a igreja compra, mas é bem difícil, pois os irmãos são bem comprometidos com as doações. (Entidade Doadora C, 2012).

O programa tem conseguido atingir famílias em situação de vulnerabilidade social, que antes já recebiam algum tipo de assistência social (cesta básica, ajuda financeira, ect.). As famílias passam a ter maior qualidade no quadro alimentar, o que por sua vez, reflete na renda mensal, que pode ser redirecionada para outras necessidades.

A entrevistada fala um pouco do assentamento rural e da luta pela terra:

É perfeito os assentamentos rurais, os trabalhadores precisam de terra para trabalhar, tem amor pelo trabalho e amor pela terra, e isso tem ajudado muito as família daqui da cidade que não tem o que comer direito [...] Não sou contra o MST, mas sou contra a baderna essa arruaça toda, mas não acho certo a invasão de fazendas produtivas (Entidade Doadora C, 2012)⁴⁸.

A terra, para a entrevistada, tem um valor de uso. A produção de alimentos que chega a cidade simboliza que os assentados têm amor ao trabalho e a terra, defendendo a terra para quem precisa. Porém, a luta pela terra é ancorada na baderna. Os manifestantes

⁴⁸ Igreja Assembleia de Deus, Presidente Venceslau, Fev/2012.

são classificados como baderneiros e a luta é rotulada como arruaça. A ancoragem, como salientado, é um dos processos que forma a representação social. Ela efetiva-se quando somos capazes de colocar um objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-la com um nome conhecido. É a formação da representação social do mundo como o mesmo se apresenta concretamente para o sujeito. (MOSCOVICI, 2003).

A Igreja Metodista do Município de Presidente Venceslau é uma entidade religiosa que tem 82 anos. A Igreja criou a Associação Metodista de Assistência Social (AMAS), que é uma entidade que realiza ações filantrópicas para a comunidade, distribuindo cesta básica para as famílias carentes. Estes mantimentos são doados pelos fiéis da igreja. A mesma contribui com doação de passagens, de roupas e de remédios para as pessoas que necessitem. A igreja doa de 17 a 20 cestas básicas por mês, sendo que, com verba própria, a igreja complementa as cestas e tem um gasto de aproximadamente R\$ 200,00.

Conseguimos fazer uma entrevista com o pastor que coordena as ações sociais da Igreja. A mesma é receptora dos produtos do PAA e entrega para a comunidade. No período da entrevista⁴⁹, a igreja tinha o cadastro de 27 famílias que recebiam semanalmente os alimentos do PAA.

A igreja passou a distribuir os produtos do PAA em julho de 2010. Segundo o pastor, as famílias que recebem a doação são famílias carentes e /ou em situação de crise. De acordo com o pastor,

São famílias carentes, ou em situação de crise, por que o que eu afirmei na reunião que a gente teria liberdade para avaliar o que é a família carente. Por que assim, talvez uma pessoa que tem uma casa até bem montada, mas está enfermo, está desempregado, está passando por uma situação de crise, então essa pessoa no sentido que a gente avalia precisaria. (Entidade Doadora D, 2012)⁵⁰

A reunião que o pastor se refere é uma reunião realizada com as entidades receptoras, que ocorre uma vez por ano. As associações produtoras e os órgãos municipais gestores do PAA têm o intuito de discutir a gestão do programa no município.

⁴⁹ Fevereiro de 2012.

⁵⁰ Igreja Metodista, Presidente Venceslau. Fev/2012.

As entidades têm autonomia para escolher as famílias que recebem os produtos, porém, o principal critério é a família ter baixa renda. No entanto, o pastor entende que, em outras situações, como as afirmadas por ele acima, a família em situação de “crise” tem direito aos alimentos do PAA. Na entrevista, ele afirma que, o principal foco para a doação dos produtos são as famílias carentes.

Em sua maioria, são as mulheres que procuram a entidade e fazem o cadastro com os dados da família (endereço, renda, ocupação, nº de pessoas). Realizado o cadastrado, a família recebe uma visita de um membro da igreja para verificar a veracidade dos dados e também verificar se a família já é cadastrada em outra entidade que também faz entrega dos produtos do PAA. A distribuição dos alimentos é realizada de acordo com o número de membros de cada família. As 27 famílias cadastradas, de acordo com o pastor, vem semanalmente retirar os alimentos do PAA, sendo esporádica a falta das famílias. O Pastor aponta para a importância desse tipo de programa:

Os alimentos têm sido ótimos para as famílias que atendemos. Os alimentos no geral são de boa qualidade, têm vezes que a cenoura vem muito pequena, o feijão é bom, mas vem com muita terra” (Entidade Doadora D, 2012)⁵¹.

As famílias atendidas pela Igreja Metodista vêm de diferentes bairros do município, pois a igreja fica no centro da cidade. Os responsáveis pela entrega dos alimentos os dividem de acordo com o número de pessoas de cada família. As famílias levam semanalmente uma sacola com os alimentos e deixam uma sacola vazia para a próxima semana. De acordo com o pastor entrevistado, dessa maneira, a entrega é mais organizada e mais justa.

O entrevistado salienta que o programa tem ajudado as famílias e pontua sobre os assentamentos e os movimentos sociais:

O assentamento favoreceu muitas famílias, mas teve família que não tinha nada a ver com a terra e aí vendeu pra outro ou então não produz

⁵¹ Igreja Metodista, Presidente Venceslau, Fev/2012.

nada, tem que doar terra para quem realmente vai produzir. No meio desses movimentos tem muita gente que realmente precisa da terra pra trabalhar, que é do ramo mesmo, mas tem muita gente que está no “oba-oba”, está mais pra agitar mesmo. E tem respeitar o direito da propriedade, não se pode sair por aí tomando assim o que é dos outros [...] Os assentamentos ajudaram muita gente os alimentos do PAA têm contribuído para a melhora da alimentação de pessoas daqui da cidade que não têm como fazer uma feira [...] Eu sou a favor da reforma agrária, mas precisa conter os excessos (Entidade Doadora D, 2012)⁵².

A divisão de terras às famílias que precisam é relevante para o entrevistado, embora defenda também o direito do latifúndio. A luta pela terra carrega a representação social de usurpação. Ela é ancorada na ideologia de criminalização dos movimentos sociais, que temos cotidianamente nos meios de informação de massa.

A Igreja Presbiteriana Renovada tem 40 anos no município de Presidente Venceslau. Há 1 ano a igreja participa da doação de produtos do PAA. Ela atende a 18 famílias semanalmente com a entrega de hortifruti. As famílias que recebem os produtos do PAA passam por uma triagem por meio do serviço de assistência social da igreja. Essas 18 famílias também são atendidas com cesta básica pela igreja. O serviço social da igreja, além das cestas básicas, contribui com ajuda financeira para pagamento de água, luz, gás e passagens. Na entrevista, conversamos com a responsável pelas ações de assistência social da igreja.

A entrevistada elogiou o programa, avaliando-o muito bem. Segundo a mesma,

A maioria das famílias que são atendidas por nós não têm dinheiro para ir nem ao supermercado, muito menos a feira. O programa tem ajudado muito a essas famílias carentes melhorando a alimentação e a saúde né, pois eles passam a comer mais verduras, legumes e frutas. A qualidade e a variedade dos produtos são muito boas. (Entidade Doadora E, 2012)⁵³.

As famílias que retiram os produtos do PAA também recebem cesta básica da igreja. A entrevistada comenta sobre os benefícios que os alimentos do PAA podem trazer a saúde, já que as famílias com a doação destes alimentos conseguem ter uma alimentação

⁵² Igreja Metodista, Presidente Venceslau, Fev/2012.

⁵³ Igreja Presbiteriana Renovada, Presidente Venceslau. Jun/2012.

mais balanceada. A entrevistada avalia bem a política do PAA e elogia a produção dos assentamentos rurais: “tem sido importante esse trabalho dos assentados de produzir alimentos, pois tem ajudado a muita gente” (Entidade Doadora E, 2012)⁵⁴.

Em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, a entrevistada aponta que:

Poderia ser diferente, não precisa de invasão e violência. Não precisa ter essa luta toda para ter a terra. Já ouvi que muita gente morreu por isso. Precisa fazer algo que não coloque a vida das pessoas em risco, e às vezes os sem-terra invadem a fazenda dos outros né, o governo tinha que tomar uma atitude! Agora parou um pouco a confusão aqui, hoje já tá todo mundo plantando e trabalhando. Dava muita dó do povo nos acampamentos. (Entidade Doadora E, 2012)⁵⁵.

Para a entrevistada, a luta pela terra é representada pela violência, pela invasão e pela morte. Há uma fragmentação da luta pela terra e da consolidação da luta, que é o assentamento produzindo alimentos e, ao mesmo tempo, ocorre a sensibilização pelos acampados. Por um lado, a Reforma Agrária é legitimada, por outro, não, como é o caso do processo de luta pela terra. Embora seja válida a distribuição de terras, elementos ideológicos da elite agrária são reforçados. De acordo com Iasi (2011, p.21), “quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem a sua dominação econômica”.

A Igreja Resgate Para Vida tem 12 anos na cidade de Presidente Venceslau. A entrevista foi cedida pelo Pastor e pela Pastora. A entidade participa há um ano do PAA. As famílias atendidas são famílias em situação de vulnerabilidade social. Segundo o Pastor, com a ajuda da assistente social da igreja, a entidade tem buscado critérios técnicos para esta averiguação socioeconômica das famílias atendidas.

A Igreja é situada em um bairro de Alta Vulnerabilidade Social, no Jardim Alvorada. A mesma atende os seguintes bairros: Jardim Alvorada, Parque Augusto Pereira, Frutuoso Pires e Cecap. A igreja tem 40 famílias escritas no PAA, tendo a assiduidade de 32 famílias para a entrega dos alimentos.

⁵⁴ Igreja Presbiteriana Renovada, Presidente Venceslau. Jun/2012.

⁵⁵ Igreja Presbiteriana Renovada, Presidente Venceslau. Jun/2012.

No momento de nossa pesquisa, a entidade estava fundando uma ONG, o *Instituto Resgatando*, que tem o objetivo de promover projetos de geração de renda e assistência social. De acordo com o pastor, “é utopia ficar somente entregando a família alimento e achar que a coisa vai melhorar, por um fator de ordem espiritual. Religiosidade é uma coisa, mudança social é outra” (Entidade Consumidora F, 2012)⁵⁶ O pastor afirma que, a ONG tem o objetivo de tirar as famílias do assistencialismo e fazer com que as famílias tenham condições de suprir sozinhas suas necessidades, não ficando totalmente dependentes de ajuda social.

O pastor coloca sua opinião sobre o PAA e a relação de solidariedade que o programa estabelece:

Do ponto de vista social é fantástica, a condição de produzir e vender para governo e fazer com que esses alimentos cheguem à mesa dos desfavorecidos, isso é excelentes. As políticas do governo têm mudado seu caráter assistencialista, hoje as políticas buscam tirar as pessoas da necessidade de ter assistência. Hoje o produtor tem pra quem vender sua produção. (Entidade Doadora F, 2012)⁵⁷.

O PAA é uma política que tem um caráter de assistência, pois ele dá condições para o produtor trabalhar, garantindo a compra. Embora essa assistência ainda que limitada, uma vez que atua somente em um ponto da cadeia produtiva, que é a comercialização, tem contribuído para preparar esses trabalhadores rurais para outros projetos agrícolas de entrega de alimentos. Se por um lado, o programa tem servido para dinamizar a produção dos assentamentos, do outro lado, tem servido para estabelecer relações de dominação entre os beneficiados e as igrejas (entidade doadora). De acordo com o Pastor,

Eu falo isso com propriedade, pois eu sou presidente do conselho de pastores de Presidente Venceslau, converso com todos os pastores, eu vejo que os pastores não tem vontade de fazer com que essas pessoas não precisem de verduras e fazer um projeto maior, porque isso dá trabalho e também tira o poder da igreja de trazer essa pessoa de alguma forma para a igreja. Alguns estão preocupados em trazer fiéis a base verduras, eu chamo isso de vender o Evangelho por verdura (Entidade Doadora F)⁵⁸.

⁵⁶ Igreja Resgate Para a Vida. Presidente Venceslau. Jun/2012.

⁵⁷ Igreja Resgate Para a Vida, Presidente Venceslau, Jun/2012.

⁵⁸ Igreja Resgate Para a Vida, Presidente Venceslau, Jun/2012.

Algumas das igrejas apropriam-se do PAA para arrebatar fiéis. O programa, para as famílias beneficiadas, é uma obra de caridade da igreja e é totalmente desvinculado do assentamento rural.

Quando indagamos sobre os movimentos sociais de luta pela terra, o pastor afirma que,

Acho necessário esses movimentos. Ouvia dizer que poucos produziam, que muitos pegavam a terra, mas não tinham ligação, tirando a terra de quem realmente precisa. As invasões dos movimentos de terra causavam muitas mortes e brigas. (Entidade Doadora 6)⁵⁹.

A ligação com a terra é atrelada à produção do lote. Então, quem produzia tem ligação com a terra, quem não produz, não tem ligação. Desconsidera-se outros fatores, como a assistência técnica e a falta de incentivos para a produção do lote. O movimento de luta pela terra é necessário para o entrevistado, porém, o conflito direto é negado.

A igreja o Brasil para Cristo existente há 52 anos no município de Presidente Venceslau, desenvolve ações sociais tais como doação de sangue em mutirão, assistência jurídica, casamento coletivo, doação de cesta básica e entrega dos produtos do PAA.

Em entrevista com o pastor, verificou-se que sua igreja tem uma forte atuação junto ao PAA, pois atende mais de 100 famílias em diferentes bairros do município de Presidente Venceslau. Escolhemos um dos bairros (Vila Sumaré) atendidos para entrevistar algumas famílias atendidas pelo PAA. A igreja também desenvolve outras atividades sociais, como a doação de cestas básicas a 25 famílias. O pastor avalia muito bem o programa e a qualidade dos alimentos. A entrega dos alimentos é realizada após o culto, sendo condicionada a entrega dos alimentos as pessoas que participam da atividade religiosa.

A igreja possui um cadastro de 120 famílias. O critério da entidade para a entrega dos alimentos do PAA é que as famílias tenham a renda máxima de até um salário mínimo

⁵⁹ Igreja Resgate Para Vida, Presidente Venceslau, Jun/2012.

(R\$ 622,00). De acordo com o pastor, conforme a família, o atendimento tem prioridade, como no caso de idosos, doentes, desempregados e pessoas com necessidades especiais.

A igreja possui 450 fiéis. As famílias que recebem a doação são as famílias evangélicas da igreja e algumas famílias não evangélicas. A entrega dos alimentos na igreja *O Brasil Para Cristo* é diferente de outras igrejas. Na igreja *O Brasil Para Cristo*, a entrega dos alimentos faz parte do Culto Evangélico. As famílias chegam ao culto e retiram uma senha com o pastor auxiliar. Elas participam da atividade religiosa e após o culto, são chamadas para retirarem os alimentos.

Ao indagarmos ao Pastor Presidente sobre tal prática de entrega, ele diz que “temos que dar também o alimento espiritual⁶⁰ e não somente o alimento, alimento!” (Informação verbal)⁶¹. Tivemos a oportunidade de assistir ao culto e a entrega dos alimentos.

Em diálogo com o Pastor sobre a Reforma Agrária, temos a seguinte fala:

Eu sou a favor da reforma agrária, mas sem queima de trator, queima de sede. Eu achava aquilo um absurdo, muita baderna, roubando gado aquela coisa, eu sou contra isso, não sou contra a reforma agrária em si. Existem muitas áreas aí que não estão servindo para nada, que poderiam servir para os assentados. Eu mesmo sempre fui a favor da reforma agrária, mas não aquela quando acontece confusão. (Informação Verbal)⁶².

As falas dos entrevistados são recorrentes. Todos são favoráveis à distribuição de terras, no entanto, os instrumentos de luta dos movimentos sociais são negados. É desatrelado o assentamento rural já consolidado como um processo de luta e conquista dos lotes. Lutar é legítimo, mas desde que tudo esteja de acordo com as leis e assegure-se o direito da propriedade privada. Com isso, o senso comum tem uma visão desagregada dos fatos. Para Gramsci (2011, p.148),

⁶⁰ Alimento Espiritual, conceito utilizado pelo pastor que se referia ao Culto Evangélico.

⁶¹ Igreja o Brasil Para Cristo. Presidente Venceslau, Jun/2012.

⁶² Mauricio, Pastor da Igreja O Brasil Para Cristo. Trabalho de Campo. Junho de 2012.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é filosofia.

Neste sentido, as entidades doadoras têm os mesmos preconceitos e valores das entidades consumidoras sobre o universo da Reforma Agrária, tendo uma visão fragmentada do processo de luta pela terra. As entidades doadoras, por sua vez, bloqueiam mais diretamente a mudança na representação social da Reforma Agrária, pois não dizem para os beneficiários diretos a origem dos alimentos, permanecendo uma relação de clientelismo entre as igrejas, vereadores e a prefeitura. Deste modo, ocorre a alienação da mercadoria.

Muitos acham legítima a luta pela terra, mas são contrários aos processos de luta, sendo favoráveis à luta pacífica, mas contraditoriamente, admitem que há a necessidade da mobilização direta da luta para haver conquista, ou seja, a criação dos assentamentos rurais.

A luta pela terra é compreendida de maneira separada dos assentamentos rurais consolidados. A luta pela terra é estigmatizada e vista como invasão. Ela é desatrelada do assentamento rural que produz alimentos. Não há um entendimento do que é necessário para a luta direta, do que é necessário para a conquista do assentamento. A luta é aceita, porém, sem o uso de ocupações. Para as entidades consumidoras e para as entidades doadoras, a luta direta pela terra é ancorada na baderna e na bagunça, não havendo um encadeamento lógico do processo de luta pela terra.

A objetivação é outro mecanismo de formação da representação social. Este processo é mais efetivo que a ancoragem, pois transforma o que é abstrato em concreto, buscando a essência da realidade (MOSCOVICI, 2003). A criação das representações sociais da luta pela terra através da objetivação não ocorre nesses dois grupos de entrevistados (entidade consumidora e entidade doadora). O que temos é a distorção da luta pela terra, em que as dimensões da luta não conseguem serem atreladas ao concreto, ou seja, ao assentamento rural.

Em suma, o trabalho do assentado na lógica do mercado não lhe representa como valor social, como trajetória humana e identidade de sem-terra. Como mercadoria, a produção descola-se do assentamento, do trabalho e das lógicas de transformação social que a Reforma Agrária enseja.

4.3 Representações Sociais dos beneficiários diretos

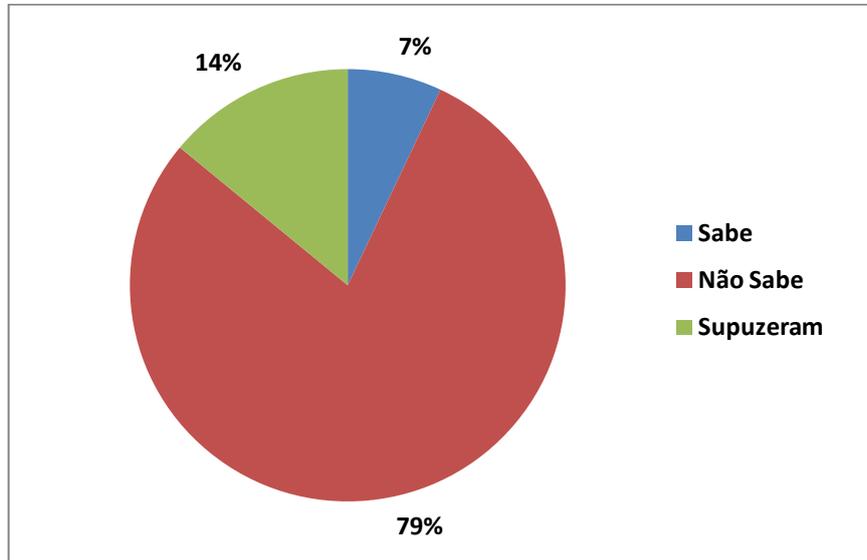
As famílias beneficiadas com o PAA recebem a doação de alimentos pelas entidades doadoras, sendo que, a maioria, são entidades religiosas (igrejas). Nessa pesquisa, escolhemos os beneficiários de duas Igrejas (*O Brasil Para Cristo* e *Resgate Para a Vida*) para as entrevistas, pois as mesmas reúnem expressiva atuação junto ao PAA, em número de atendimentos, volume e frequência de recepção dos alimentos.

Essas entidades são igrejas evangélicas. Tivemos a oportunidade de dialogar com os pastores sobre o PAA e a atuação da igreja junto a essa política pública, sendo que os mesmos avaliaram o PAA como um bom programa. Questionamos se os pastores dialogam com as famílias beneficiadas sobre a origem dos alimentos e os pastores disseram que sim, que as famílias sabiam da origem dos alimentos.

Este dado sobre a origem dos alimentos, procuramos analisar separadamente, pois percebemos que havia uma grande diferença em relação a entrega dos alimentos nas duas igrejas. Na igreja *O Brasil Para Cristo*, a entrega dos alimentos é condicionada a participação da família no culto; na igreja *Resgate Para a Vida*, os alimentos são entregues diretamente para as famílias.

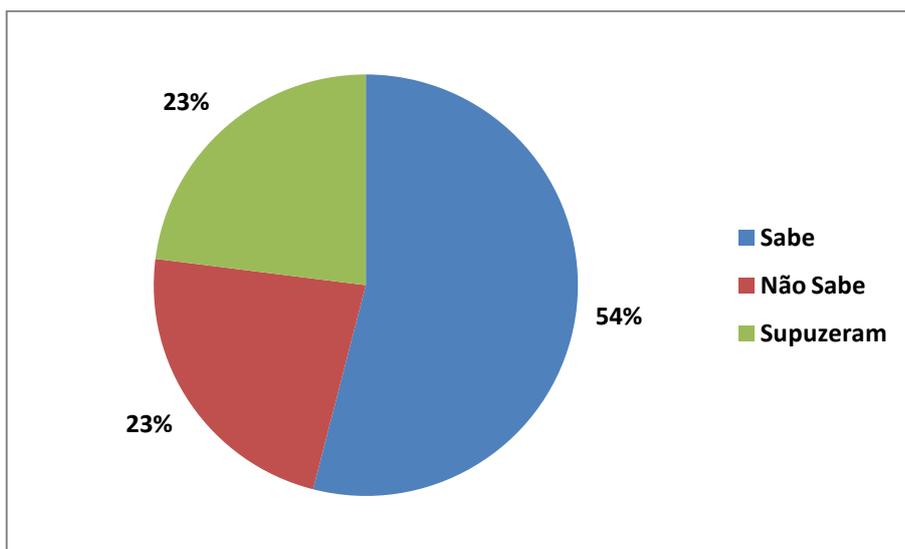
Como podemos averiguar nos gráficos abaixo, o conhecimento da origem dos alimentos do PAA entre as duas igrejas é diferenciado.

Gráfico 22. Conhecimento das famílias sobre a origem dos Alimentos do PAA - Igreja Brasil Para Cristo



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.
Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Gráfico 23. Conhecimento das famílias sobre a origem dos Alimentos do PAA - Igreja Resgate Para Vida.



Fonte: Trabalho de Campo. Junho 2012.
Organização: Martha Esthela S. Silva (2013)

Na igreja *O Brasil Para Cristo*, a entrega dos alimentos do PAA é condicionada a presença ao culto e a maioria das famílias atendidas são os fiéis da igreja. A apropriação do PAA como uma obra de caridade da igreja chega a extrapolar os limites da ética, obrigando as famílias que precisam dos alimentos a participar do culto. Ressaltamos que, neste caso, 79% dos entrevistados não sabem de onde vêm os alimentos, 14% dos entrevistados supõem que vêm dos assentamentos e apenas 7% sabiam que os alimentos vêm dos assentamentos rurais.

A lógica de obscurecer a informação atua no sentido da dominação e da subordinação dos sujeitos. O PAA é uma política pública de segurança alimentar, sendo que, qualquer sujeito social em situação de risco alimentar tem direito a receber as doações. Ao obscurecer a informação da origem, sobrepõe-se o interesse privado sobre a dimensão da política pública, da universalização dos direitos.

Não por acaso, a maioria dos atendidos, por nós entrevistados, são evangélicos, pois nem todas as famílias que realmente precisam sujeitam-se a assistir um culto do qual não compartilham dos mesmos ideais religiosos.

O PAA tem servido como um instrumento que reforça ainda mais as relações de poder e dominação. O programa vira uma “obra de caridade” da igreja, promovendo seus pastores e dando-lhes um protagonismo social.

Na igreja *Resgate Para Vida*, em que a entrega dos alimentos é realizada assim que os alimentos chegam à igreja, nenhuma das famílias entrevistadas frequenta os cultos da Igreja. Em relação à origem dos alimentos, 54% dos entrevistados não sabem a origem dos mesmos, 23% supunham que os alimentos vinham da Reforma Agrária dos assentamentos rurais e 23% tinham conhecimento da origem dos alimentos.

A igreja *Resgate Para Vida*, no momento do nosso trabalho de campo, estava no processo de abertura de uma ONG (Organização Não Governamental), que recebeu o nome de *Instituto Resgatando*. Participamos de uma de suas reuniões, em que a maioria das famílias que recebem os produtos de PAA estavam participando do processo de abertura da ONG como os possíveis atendidos da futura organização.

O desconhecimento da origem dos alimentos é um bloqueio para a mudança da representação social da Reforma Agrária. As entidades colocam barreiras para o diálogo e limites para o avanço da consciência de classe.

Para todas as famílias, a doação dos alimentos do PAA tem sido de grande ajuda para suas refeições. A maioria não tinha possibilidades financeiras para arcar com a compra de frutas, legumes e verduras. Todas as famílias avaliam positivamente o programa e a qualidade dos alimentos.

Em nossas entrevistas com as famílias, notamos menos preconceito a respeito do universo da Reforma Agrária. Embora tal terminologia tenha sido apresentada como desconhecida para muitos, logo a Reforma Agrária era identificada como a distribuição de terra, os assentamentos e os movimentos sociais.

Eu não sei da onde vem os alimentos, não. Eu até ajudo a igreja distribuir, mas não sei [...] Eu já ouvi falar, mas eu não sei o que é reforma agrária [...] Eu acho bom esses movimentos é gente que quer trabalhar e não tem terra [...] Não tinha preconceito, acho eles são corajosos [...] É bom, pensa se não tivesse “eles” como é que a gente ia comer? [...] Eu não tenho coragem de participar. Eu acho que eles querem um pedaço de terra para poder plantar e sobreviver. (Família 1)⁶³.

Eu não sei da onde vêm os alimentos sei que o pastor busca na SEAAMA [...] Reforma agrária é um negócio de plantação né? [...] Eu acho bonito os movimentos da terra o povo trabalha, tenho um cunhado que é assentado no Mato Grosso [...] Eu já me inscrevi pelo correio há muitos anos atrás para conseguir terra, hum... mas até hoje estou pagando aluguel. Tem que lutar mesmo, porque não é fácil. E o assentamento rural só sai com confusão mesmo, tem que lutar, pra sair a terra. (Família 2)⁶⁴.

Eu não sei te dizer da onde vem os alimentos [...] Reforma Agrária? Já ouvi falar, mas não sei o que é isso. [...] É bom os assentamentos rurais, pois na cidade não tem como plantar e eles tem prazer em plantar. Eu tenho dó do povo no acampamento é muito sofrido viver em lona, né. Eu tenho vontade de ir atrás de um pedaço de terra, mas tenho medo, vejo na TV aquele conflito todo, eu queria terra, mas sem atrito e confusão. (Família 3)⁶⁵.

⁶³ Beneficiada pelo programa. Trabalho de Campo, junho de 2012.

⁶⁴ Beneficiada pelo programa. Trabalho de Campo, junho de 2012.

⁶⁵ Beneficiada pelo programa. Trabalho de Campo, junho de 2012.

Nessas entrevistas, o conceito de Reforma Agrária é difícil de ser definido, mas não de ser entendido. A Reforma Agrária tem como representação social a luta por direitos, a coragem e “*um pedaço de terra para plantar e sobreviver*”. O processo de luta é atrelado à sobrevivência e a luta pela terra é parte inerente ao assentamento rural.

Em entrevista com outras famílias, percebemos a importância que a luta pela terra representa, até mesmo para as famílias que não sabiam que os alimentos que recebem semanalmente são oriundos dos assentamentos rurais. As mesmas já possuíam uma representação social da Reforma Agrária na perspectiva dos movimentos sociais, como podemos verificar na fala seguinte:

Eu não sei da onde vêm os alimentos, eu acho que é dos sem-terra [...] Eu acho que é certo os movimentos sociais tem tanta terra parada e tanta gente sem terra [...] eles vão para o campo plantar, na cidade não tem emprego [...] Não ia ter assentamento se não tivesse ocupação. (Família 4, Informação Verbal)⁶⁶.

A entrevistada tem a compreensão da luta direta pela terra e a relação com o latifúndio improdutivo. Além disso, a mesma aprova a atuação dos movimentos sociais que buscam corrigir as desigualdades e transformar a sociedade, começando pela distribuição de terra.

Em algumas entrevistas, tivemos o conhecimento da origem dos alimentos. Os entrevistados apontaram para a questão da luta pela terra, para a importância dos assentamentos rurais e para a produção de alimentos:

Os alimentos vêm de lá do assentamento, a raiz é a reforma agrária, que fez o assentamento [...] Eu sempre achei bom os movimentos. Aqui era o Movimento do Zé Rainha, eu fiquei oito meses acampado, mas não tinha como ficar mais, pois se eu continuasse acampado quem ia trazer comida

⁶⁶ Beneficiada do PAA e jaconiza da Igreja o Brasil para Cristo. Trabalho de Campo. Junho 2012.

pra casa e levar pra mim lá? Se eu tivesse um apoio financeiro eu continuava. (Família 5, informação Verbal)⁶⁷

E acho bom os movimentos sociais, tem que se esforçar né, se não, não consegue terra. Eu não tenho nada contra, eles estão fazendo a parte deles e é através deles que está vindo os alimentos que ajuda bastante a gente aqui em casa. Eu acho que eles estão lutando para consegui alguma coisa para eles são muito corajosos. (Família 6, informação Verbal)⁶⁸

Os movimentos sociais lutam pelo direito deles, eu queria ter um sitio, mas não tenho coragem tenho medo que gente houve falar de tanta morte que acontece, passa até na televisão. (Família 7, Informação verbal)⁶⁹

A atuação dos movimentos sociais é legitimada pelos entrevistados, sendo que, a luta pela terra é ancorada na coragem e na esperança de uma vida melhor. O assentamento rural é ligado à produção e ao trabalho. Em algumas falas, o movimento personifica-se em seus líderes.

Os movimentos sociais **ocupam** os lugares né, eu vejo na TV, eles estão errados em **ocupar**, o governo deveria dar um lugar para eles né [...] Os assentamentos ajuda aos sem-terra e a gente com os alimentos (Família 8, Informação Verbal)⁷⁰. (Grifo nosso).

Já me chamaram para participar de Reforma Agrária, mas eu não quis [...] Não sou a favor [...] não acho legal **invadir** terra [...] (Família 9, Informação verbal)⁷¹. (Grifo nosso)

Eu já ouvi falar de reforma agrária, fiz o cadastro para receber terra mas ainda não saiu [...] Sou a favor do movimento, desde que, não tenha dono as terra aí pode **ocupar**, mas **invadir** o que do outro eu sou contra. (Família 10, Informação Verbal)⁷² (Grifo nosso)

⁶⁷ Beneficiado do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁶⁸ Beneficiado do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁶⁹ Beneficiada do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁷⁰ Beneficiada do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁷¹ Beneficiada pelo programa. Trabalho de Campo, junho de 2012.

⁷² Beneficiada pelo programa. Trabalho de Campo, junho de 2012.

No caso dessas três falas acima, a luta pela terra é aceita, mas desde que seja realizada de maneira pacífica. Das vinte e sete entrevistas que realizamos com os beneficiários diretos, é importante ressaltar que, somente nessas duas entrevistas tivemos a Reforma Agrária atrelada à invasão de terras. O segundo entrevistado faz uma pontuação importante, diferenciando a *ocupação* da *invasão*. De acordo com ele, a ocupação é realizada em terras que não tem dono, já a invasão é realizada em terra que tem dono. Na primeira fala, a entrevistada coloca-se contrária a atuação dos movimentos sociais, mas usa a palavra *ocupação* para rotular a manifestação da luta.

Para a maioria dos entrevistados, é desconhecida a origem dos alimentos. Isso fica evidente nas falas, no entanto, as representações sociais da Reforma Agrária estão presentes nos discursos:

Sei que os alimentos vêm da roça, mas não sei da onde [...] os assentamentos são bons eles produzem né. Acho que são muito corajoso o povo do movimento, porque não é fácil fica na estrada sem casa e ter que enfrentar esses fazendeiros. (Família 11, Informação verbal)⁷³

Eu ouvi dizer que estes alimentos que a gente recebe são do Ceasa de Prudente, minhas amigas que pega junto que falou [...] Eu acho bom os movimentos se não lutar, não tem terra [...] Mas tem muita gente que vai pra lá e não produz, aí é complicado. (Família 12, Informação Verbal)⁷⁴

Eu acho que os alimentos vêm do Governo né [...] Eu acho uma coisa boa os assentamentos deveriam ter mais apoio [...] Eu entraria em um movimento, pois acho que eles estão tentando um espaço para eles. (Família 13, Informação Verbal)⁷⁵

Com a maioria das famílias entrevistadas, percebemos que há uma maior possibilidade de diálogo sobre a Reforma Agrária. As mesmas ficaram surpresas ao saber

⁷³ Beneficiada do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁷⁴ Beneficiada do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

⁷⁵ Beneficiado do PAA. Trabalho de Campo. Junho 2012.

que os alimentos vinham do assentamento rural. Notamos uma identificação das famílias que passam necessidades na cidade com as famílias que estão na luta pela terra e nos assentamentos. O reconhecimento das dificuldades faz surgir um sentimento de identificação com a luta diária dessas famílias trabalhadoras urbanas e rurais. Fragmentos de consciência de classe aparecem nesses sujeitos, essa camada do proletariado urbano é a que é atingida pelo movimento social na luta pela reforma agrária, alguns já participaram de movimentos sociais de luta pela terra e outros não foram devido ao medo, ou seja, parte deles é os sem-terras que não foram à luta.

No âmbito em que a Reforma Agrária poderia ter um diálogo efetivo com este grupo de beneficiados, esse diálogo é simplesmente barrado pelas entidades, que fazem com que a informação sobre a origem dos alimentos não se torne acessível às famílias que são beneficiadas. A construção da territorialidade da Reforma Agrária fora do espaço rural é banida por agentes sociais que substituem seu protagonismo social e usurpam desdobramentos da luta pela terra para autopromoção de suas igrejas.

As práticas sociais dos assentamentos rurais (produção de alimentos) têm gerado novas representações sociais. O assentamento passa a ser ancorado no “espaço de produção e trabalho” e os “sem-terras” (assentados) são classificados como trabalhadores rurais. A projeção espacial da política pública na cidade tem possibilitado o reconhecimento dessa prática.

Na maioria das entrevistas com os beneficiários, encontramos a ligação da luta pela terra com a criação dos assentamentos rurais. Neste seguimento de entrevistados, percebemos a identificação de classe social, que se dá com fragmentos de consciência de classe que os beneficiários têm com os assentados e os acampados. Os “sem-terras” são classificados como corajosos e os movimentos sociais são representados por pessoas que lutam legitimamente pelos seus direitos.

4.4 Representação Social do Assentados

O PAA resgata elementos do campesinato e a produção abarca principalmente o trabalho familiar. O camponês possui quatro características essenciais: a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; a agricultura como principal fonte de sobrevivência; a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; e a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 2005). Shanin (2005) aborda a questão do campesinato em uma escala de classe social, pois o campesinato é uma entidade social e histórica, que se reproduz contraditoriamente dentro no modo de produção de produção capitalista.

Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rural familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005, p. 05).

Nos assentamentos rurais, a produção agrega o trabalho familiar e traz um novo arranjo produtivo social, pois são significativas as participações das mulheres no PAA e em toda a estrutura produtiva, desde a plantação até a presidência das associações de produtores. Das cinco associações do município que entregam alimentos para o PAA, a presidência é ocupada por mulheres em três associações. Dialogamos com algumas mulheres dos assentamentos rurais que participam do PAA.

Figura 10. Assentamento Tupanciretan. Entrevistada (à esquerda) e Entrevistadora (à direita)



Foto: Martha E. Silva. Trabalho de Campo, Fevereiro/2013

A foto 10 foi tirada no assentamento Tupanciretan, quando entrevistávamos a assentada que nos mostrava a sua horta.

As mulheres têm desenvolvido um papel de destaque na produção do PAA. Nas duas pontas, produção-consumo do programa, é significativa a presença feminina. A maioria das pessoas que fazem o cadastro para receber a doação dos alimentos são mulheres. Na foto acima, visitamos um lote do assentamento Tupanciretan. Essa assentada entrega alimentos para o PAA e para o PNAE. A assentada conta que o trabalho da horta é desenvolvido por ela e pelo filho de 17 anos e as outras atividades do lote, como a criação de animais e a produção do leite, é realizada pelo marido.

Em visita ao assentamento Primavera, dialogamos com a presidenta da associação Campos Verde.

Figura 11. Assentamento Primavera. Assentada e presidente da Associação Campos Verde no seu lote.



Foto: Martha E. Silva. Trabalho de Campo, Fevereiro/2013

A foto 11 foi tirada no lote da entrevistada que na foto aparece de costas, no meio da plantação. Essa assentada é presidenta da associação Campos Verdes. Ela reativou a associação, que estava parada, para que os assentados pudessem participar do PAA. Seu lote é um dos mais bem equipados e produtivo do assentamento. Vale a pena dizer que, essa assentada é solteira e teve muitas dificuldades de conseguir o lote por ser solteira. O ITESP alegava que a mesma não possuía força de trabalho suficiente para manter o lote. O caso foi para a justiça e a assentada teve o direito ao lote.

No assentamento São Camilo, visitamos o lote da vice-presidenta da associação.

Figura 12. Assentamento São Camilo. Assentada e Vice Presidenta da Associação São Camilo em seu lote.



Foto: Martha E. Silva. Trabalho de Campo, Fevereiro/2013.

A foto 11 retrata a assentada no meio de sua produção em seu lote. Na associação São Camilo, toda a diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro) é composta por mulheres. Percebemos que o PAA potencializa a força política que a mulher não tinha no assentamento. As associações giravam em torno da produção de leite e era assumida pelos homens. O PAA possibilitou que as mulheres atuassem mais ativamente nas decisões políticas e na produção dos lotes, tendo uma maior autonomia.

Em entrevista com os assentados assentadas, dialogamos sobre o PAA e sobre os preconceitos que enfrentam por serem “sem-terras”. Pedimos para que os assentados elencassem as palavras preconceituosas que eles mais ouviram ou ouvem. As palavras mais recorrentes nas falas foram: “*invasores, vagabundos, baderneiros, bagunceiros, desocupados, sem-terra, desordeiros*”.

Em seguida, pedimos que os assentados falassem sobre os conceitos da Reforma Agrária. As palavras mais recorrentes nas falas foram: “*trabalho, produção de alimentos,*

moradia, ocupação, associativismo, terra e luta”, sendo que estes são os principais elementos defendidos pelo movimentos sociais de luta pela terra.

Os preconceitos sobre a Reforma Agrária que os assentados apontam são evidenciados no decorrer deste trabalho, principalmente quando analisamos as representações sociais das entidades consumidoras e das entidades doadoras, em que nas falas aparecem essas palavras. Os conceitos da Reforma Agrária dos assentados aparecem nas falas do beneficiários diretos, que conseguem entender a essência da luta pela terra e do assentamento rural.

Quando dialogamos com os assentados sobre o que é luta pela terra e o que é a representação do campo em suas vidas, nos deparamos com as seguintes falas:

A terra? A terra pra mim representa tudo, é a vida, o trabalho, a casa, sem terra não há vida! E ainda bem que tem o sem-terras para dar vida á terra [risos]. (Assentado 1)⁷⁶.

Tem horas que olho para trás, foi muito dificil chegar, construi tudo isso com muito trabalho, em dia de sol dia de chuva esse sítio que você está vendo, mas se tivesse que fazer tudo de novo, eu faria! Enfrentar e lutar tudo novamente, acampar passar frio, medo de morrer, pra consegui essa terra, não pensaria duas vezes ia pra luta de novo. (Assentado 2)⁷⁷.

Aqui no assentamento nada cai do céu tudo é muito dificil com muito trabalho, mas eu gosto tenho minha terra e sou dona do meu trabalho. (Assentado 3)⁷⁸.

Claro que vale a pena lutar, olha o meu sítio, a minha casa acho que nunca imaginei que um dia teria uma casa minha, a gente trabalha muito, mas vida no sítio é assim mesmo. (Assentada 4)⁷⁹.

⁷⁶ Assentamento Tupanciretan. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

⁷⁷ Assentamento Primavera. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

⁷⁸ Assentamento São Camilo. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

⁷⁹ Assentamento São Camilo. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

O assentamento melhorou muito com o PAA, as mulheres passaram a decidir mais sobre a produção do lote, antes somente comparecia os homens nas reuniões da associação, agora as mulheres vão também tem reunião que tem mais mulheres do que homens. (Assentado 5)⁸⁰.

Antes quando eu não tinha a terra eu era quase escravo, hoje eu sou livre! (Assentado 6)⁸¹.

A terra para os assentados representa a conquista, o trabalho, a vida e a liberdade, resgatando a dignidade dessas pessoas que se lançam as beiras das estradas na luta pelos seus direitos. A luta é ancorada no sonho de uma vida melhor, sonho que aos poucos se torna realidade. É a ideia saindo do plano abstrato e indo para o concreto, objetivando-se. Embora existam dificuldades para a permanência no campo, o assentamento rural constitui-se como uma alternativa para diversas famílias resgatar sua cidadania.

O PAA tem conseguido dinamizar a produção nos assentamentos, tem trazido a mulher para a participação mais efetiva na produção direta do lote e tem reorganizado o associativismo. Embora os alimentos do campo tenham ganhado espaço no ambiente urbano, o assentado produtor não aparece neste processo para todos os beneficiados com essa política.

Isso foi dialogado com dois líderes locais, em que pontuamos o distanciamento dos assentados na entrega do alimentos, gerando a apropriação indevida dos pastores e das entidades nos desdobramentos da luta pela terra. Os líderes entrevistados apontaram que, um dos caminhos para superar isso é fazer um trabalho nas escolas, divulgando o trabalho dos assentados e evidenciando a importância da Reforma Agrária.

As políticas públicas realizadas para o desenvolvimento rural, impelidas pelos movimentos sociais e pelo Estado, têm tido rebatimentos significativos nos campos sociais, econômicos e políticos da Reforma Agrária. A apropriação dessas políticas pelos movimentos sociais de luta pela terra refletem na territorialização da Reforma Agrária. Para Souza (2012), em suas reflexões sobre as políticas públicas, o Estado e os movimentos sociais, o mesmo pontua que:

⁸⁰ Assentamento Primavera. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

⁸¹ Cícero, Assentamento Tupanciretan. Trabalho de campo, Fevereiro/2013.

Estes programas, que emergem da luta e organização social do movimento, identificam uma mudança tática nas relações dos Movimentos Sociais, em particular o MST, com o Governo e com o agronegócio à medida que passam a dar sustentação econômica para a produção de culturas comerciais e que pode subsumir em dominação e alienação. Embora esta aproximação não tenha implicado em redução das formas de luta e nas atividades organizativas dos movimentos, mas se reconhece que a radicalidade de enfrentamento tenha sido pautada pela negociação e a disputa no interior do Estado por projetos políticos de desenvolvimento rural (SOUZA, 2012, p. 25-26).

A não apropriação das políticas públicas pelos movimentos sociais de maneira política faz com que os programas de dinamização da produção no campo não tenham o caráter de uma economia política e sejam apenas uma política desenvolvimentista que não contribui com a luta política pela Reforma Agrária. Souza (2012) aponta para uma importante inquietação neste sentido:

Consideramos que o embate político na disputa pelo Estado que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) travou no âmbito dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS), e mesmo do Ministério da Agricultura, engendrou um conjunto de políticas públicas direcionadas aos assentamentos rurais na perspectiva de sua sustentabilidade econômica e social. Resta saber se essa lógica não tem reforçado os mecanismos de individualização, de isolamento dos sujeitos sociais no campo, reafirmando a produção de mercado e, conseqüentemente, deteriorando elementos políticos e práticas sócio-espaciais que consolidam os assentamentos como territórios da reforma agrária, como territórios camponeses. (SOUZA, 2012, p. 28).

Os assentamento rural é um espaço de construção e realização de sonhos. São expressões contundentes da Reforma Agrária e da necessidade de distribuição de terras. É um espaço político concreto da luta, que pode se desdobrar em acúmulo político e ideológico para a Reforma Agrária. É imprescindível que as políticas públicas, como por exemplo o PAA, sirva de instrumento para a descriminalização da luta pela terra, e essa tarefa cabe aos movimentos sociais e aos que acreditam na construção de um mundo mais humano e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade da Reforma Agrária no espaço rural ocorre com a conquista dos assentamentos, que são frutos da intensa luta pela terra impelida pelos movimentos sociais, principais protagonistas desse processo e que tem o objetivo principal de transformação a sociedade, em uma sociedade justa.

A criação dos assentamentos é pautada na ocupação de terras, que é o principal instrumento de luta para pressionar o poder público. Os assentamentos rurais têm cumprido uma importante tarefa social, que é a preservação e reconstituição da natureza e a produção de alimentos para a cidade, sendo uma das principais bandeiras da Reforma Agrária.

O PAA é uma política pública que evidencia a produção nos assentamentos e espacializa a Reforma Agrária na cidade com a entrega dos alimentos para diversos setores urbanos, potencializando assim, novas possibilidades de representações sociais da Reforma Agrária no ambiente urbano.

A produção de alimentos tem contribuído para que o assentamento cumpra seu papel social e garanta a reprodução da vida camponesa. Houve uma transformação na vida do campo, em que os assentados podem tirar da terra o seu sustento e seu alimento através do trabalho. Além disso, esse trabalho tem ajudado a população periférica urbana com a doação de alimentos. Esses valores que se evidenciam na nova articulação produtiva podem apresentar-se de forma diametralmente oposta a intencionalidade do sujeito beneficiado pela Reforma Agrária no espaço urbano.

O programa tem consolidado-se como uma alternativa produtiva para os assentamentos rurais e para o enfrentamento da insegurança alimentar no espaço urbano. O PAA contribui com a aproximação do Estado no campo, o que por sua vez, coloca novos desafios ao poder público, evidenciando a necessidade de uma série de ações articuladas a questões relativas à segurança alimentar, ao apoio à agricultura familiar, à assistência técnica e à ampliação do acesso a terra.

O PAA tem contribuído para a criação de novos mecanismos para a reprodução camponesa e possibilita transformações nas relações social-econômica dos assentamentos rurais, pois registra novos valores e coloca um nova condição histórica, trazendo o germe do novo e reproduzindo o modo de vida camponês. Essa prática social ressignificou o assentamento, que passa a ter a representação social de um *espaço de trabalho* e de *produção de alimentos*, nos setores urbanos.

Em análise sobre as representações sociais dos sujeitos que compõem o círculo de cooperação do programa, isto é, as entidades consumidoras e as entidades doadoras que são beneficiadas com a doação de alimentos, a luta pela terra é compreendida de maneira fragmentada. O processo é desassociado da luta pela consolidação dos assentamentos rurais.

Embora o assentamento tenha a representação social de um espaço de produção de alimentos e de trabalho, a luta pela terra ainda é criminalizada. A produção de alimentos para os atendidos por essas entidades vira uma mercadoria alienada, pois é desatrelada dos assentamentos rurais e do processo de luta pela terra.

A descriminalização da luta pela terra enfrenta barreiras para a mudança de sua representação social. A primeira barreira são as entidades (consumidoras e doadoras) que omitem a origem dos alimentos aos seu atendidos, impossibilitando a mudança ou a construção de novas representações sociais da Reforma Agrária em outros setores sociais urbanos de maneira efetiva.

Ocorre uma substituição do protagonismo da luta pela Reforma Agrária que se desdobra com o PAA, em que o sujeito da Reforma Agrária é banido do processo e as entidades ocupam este protagonismo social.

Nesse sentido, a representação social da Reforma Agrária aparece no espaço urbano imbricada de preconceitos por determinados segmentos sociais beneficiados pelo programa. Embora tenha-se elementos concretos para uma mudança da representação social da Luta Pela Terra, o processo de mobilização dos trabalhadores sem-terra é associado à bardena e à bagunça. As ocupações de terras são consideradas como algo extremamente prejorativo. Com as ocupações, os sujeitos em luta pela terra são marginalizados e criminalizados, havendo uma deslegitimação da luta pela terra.

As entidades consumidoras carregam fortes elementos criminalizadores da luta pela terra. Embora tenham um rebatimento significativo na sua renda, as entidades consumidoras tem estigmas e preconceitos sobre a luta. As entidades doadoras que repassam os alimentos para as famílias carentes apropriam-se do trabalho dos assentados para estabelecer relações de dominação e clientelismo. O PAA vira uma obra de caridade das igrejas, havendo assim, um desvio de finalidade, pois em alguns casos, a entrega dos alimentos é condicionada à participação das famílias em atividades da igreja. Além disso, há uma omissão sobre a origem dos alimentos.

A relação que foi estabelecida com o PAA e com as famílias que são beneficiadas é uma relação de dependência das famílias com as igrejas. As igrejas, por sua vez, omitem a origem dos alimentos, como se os alimentos fossem fruto somente de suas “obras sociais”. Os assentados que produzem os alimentos não aparecem neste processo e a doação dos produtos agrícolas para as famílias beneficiadas é ancorada nas obras sociais das igrejas e classificada como uma ajuda dos pastores.

A formação da territorialidade da Reforma Agrária no espaço urbano encontra sua primeira barreira nas entidades que se utilizam do programa para sua promoção social e arrebanhamento de fiéis. O PAA reforçou ainda mais o caráter de dominação da igreja, que projeta a figura do “bom-pastor”, defensor e protetor dos pobres, apropriando-se dos desdobramentos da luta dos movimentos sociais de luta pela terra.

Os movimentos sociais de luta pela terra são tidos, nas falas, como desordeiros e violentos. É constantemente negado o processo de luta: a ocupação, a mobilização e as agitações têm como representações sociais a bagunça e a baderna.

Há uma fragmentação do processo de formação do assentamento rural. Ao mesmo tempo em que todos são a favor da criação de assentamentos, não há um entendimento que a luta pela terra faz parte do processo de construção do próprio assentamento.

Quando voltamos à pergunta para o entrevistado, “caso não houvesse a luta pela terra, o governo criaria os assentamentos rurais?”, a maioria dos entrevistados, exceto uma entrevistada, disse que não. A maioria disse que a pressão e a luta são necessárias. Ao mesmo tempo em que a luta é indispensável, ela é deslegitimada. A ideia do processo de Reforma Agrária é totalmente fragmentada, pois a sociedade capitalista não permite a totalidade no entendimento das relações sociais.

A luta pela terra possui um universo diferente para pessoas que estão fora desse processo de transformação, que quebra a ordem vigente e questiona as leis. Alguns acham que se pode optar ou não pela violência e pela “invasão”. A ocupação de terras é a única possibilidade de pressionar o poder público para fazer a Reforma Agrária.

A violência inicia-se muito antes da articulação dos movimentos sociais de luta pela terra. Ela inicia-se com o desemprego, com o subemprego, com a fome, com o analfabetismo, com a falta de hospitais e tantos outros problemas sociais que violentam os trabalhadores cotidianamente. Quando os mesmos decidem dar um basta a essa violência e lançam-se as beiras das estradas com suas lonas pretas e bandeiras vermelhas, ocupando fazendas griladas, tornam-se “violentos”, ainda que essa violência seja iniciada pelos pistoleiros a mando dos grileiros.

A luta pela terra, que é empreitada pelos movimentos sociais, aparece nas falas como a principal causa de conflitos e mortes, e não como um direito dos trabalhadores que reivindicam uma sociedade mais justa. A luta pela terra expõe os conflitos de classe e a concentração de terra no campo. O conflito é colocado a *priori* com a discrepância social e o abismo da a classe trabalhadora e dos meios de produção.

O movimento de luta pela terra é desatrelado da conquista do assentamento. É totalmente desconsiderado que para existir assentamentos rurais é necessário mobilização, manifestação e ocupação. Há uma negação da luta pela terra e uma defesa da propriedade privada. Sendo assim, os atendidos pelas entidades, isto é, os consumidores diretos e as famílias beneficiadas, desconhecem origem dos alimentos, inibindo qualquer formação de valor sobre o assentamento rural ou mudança da representação social.

Contudo, em nossas entrevistas, percebemos uma valorização dos assentamentos rurais. O assentamento rural passar a adquirir a representação social de um “*espaço de produção de alimentos*”, porém, há uma negação da luta pela terra. O processo de formação do assentamento, a ocupação e as manifestações de luta são criminalizados por dois agentes que compõem o círculo de cooperação do PAA (entidade consumidora e entidade doadora).

Nessa esfera, o PAA ocupa uma relação importante entre as entidades religiosas. Em alguns casos, o programa torna-se um instrumento de dominação. Os alimentos são vinculados a obras de caridade estritamente das igrejas, sendo que, o assentamento rural e

o trabalho dos assentados é totalmente desatrelado do PAA. A maioria das famílias desconhece a origem dos alimentos.

Embora a maioria dos beneficiários diretos desconheça a origem dos alimentos, deparamo-nos com representações sociais da Reforma Agrária que vai ao encontro as perspectivas dos movimentos sociais. A luta pela terra é ancorada na coragem dos trabalhadores sem-terra e na justiça. Há um encadeamento linear do processo de luta e da formação dos assentamentos rurais. O reconhecimento de classe dá-se com a identificação de uma vida difícil e de luta entre os beneficiários direto e os assentados/acampados. Isso faz com que elementos da Reforma Agrária (luta, ocupação, assentamento, produção de alimentos) sejam os mesmo para esses sujeitos.

A luta pela terra na região periférica da cidade adquirir representações sociais que não são mediadas pelo PAA. As famílias beneficiadas construíram suas representações sociais da Reforma Agrária, tendo como mediação, a luta dos movimentos sociais na busca por justiça e uma vida com dignidade. Nesse caso, temos fragmentos de consciência de classe, em que há uma identificação social entre os sujeitos (beneficiado/assentados), que legitima a luta pela Reforma Agrária. Essa parcela do proletariado urbano atendida pelo PAA, é a parcela que adere a luta pela terra e a participação nos movimentos sociais, é neste segmento que o movimento social de luta pela terra projeta suas ações de conscientização para agregar mais sujeitos na luta direta pela terra.

As representações sociais (luta, moradia, trabalho, coragem, justiça, diversidade produtiva) dos assentados sobre a Reforma Agrária assemelham-se com as representações sociais das famílias beneficiadas. As representações sociais de deslegitimação da luta pela terra (invasão, baderna, bagunça) são semelhantes entre as das entidade consumidoras e as entidades doadoras. Embora as entidades tenham a mediação do PAA para a construção das representações sociais da Reforma Agrária, ainda permanece preconceitos e estigmas sobre a luta pela terra. Nesta esfera, o PAA media somente a representação social do assentamento como espaço de produção e trabalho.

As políticas públicas destinadas aos assentamentos, assim como o PAA, têm um viés somente desenvolvimentista para o campo. A não apropriação política desses programas pelos movimentos sociais reflete na ausência do movimento no espaço urbano e no abandono da luta política pela Reforma Agrária neste setor. Estabelece uma disputa

pelo Estado para a realização de políticas públicas que seguem somente uma lógica desenvolvimentista.

O PAA tem dinamizado a produção no campo e melhorado a renda dos assentamentos, mas temos a alienação da mercadoria (alimentos), que é desvinculada da luta pela terra e apropriada por outros sujeitos. A “ausência” dos assentados e dos movimentos sociais nas diferentes etapas do PAA possibilitou essa alienação da mercadoria e a omissão do Estado também.

As políticas públicas devem ser geridas integralmente pelo Estado, algo que observamos que não ocorre com o PAA, o Estado somente garante somente a compra da produção do assentamento, se ausenta da intensificação da assistência técnica que com a produção dos lotes agora tem uma demanda maior e da distribuição dos alimentos do PAA, que é terceirizada às entidades sociais que alienam essa mercadoria. Cabe ao Estado atuar de maneira efetiva nas diferentes etapas do PAA e garantir que não ocorra o desvio de finalidade que ocorre com os alimentos.

A produção de alimentos do campo destinada à cidade é um forte elemento para a descriminalização da luta pela terra, pois cria espaços dialógicos, podendo fortalecer a territorialização da Reforma Agrária no espaço urbano. No entanto, o PAA deve ser apropriado como um instrumento político mais efetivo pelos os movimentos sociais de luta pela terra, construindo visibilidade social, política econômica dos sujeitos sociais, e permitindo a territorialização da Reforma Agrária para além de seus territórios gêneses.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R; SILVA M. A. M. **O Averso do trabalho** / (organizadores). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARANTE, M. C. **A Inflexão das Políticas DE Reforma Agrária (No Governo Lula) e a Transformação dos Acampamentos em Território: Estudo de Caso do Acampamento Terra Livre, Resende-RJ.** 2011. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia (Monografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

ARRETCHE, M. T. da Silva. **Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.14, n. 31, p. 44-66,1996. São Paulo. Disponível em:<http://www.anposc.org.br/portal/publicações/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm> Acesso em: 24 de Janeiro, 2012.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Trajetórias de Assentamentos Rurais: Experiências em Balanço.** São Paulo, EDUNESP, Revista Perspectiva Volume 17-18, 1995/96.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. Cadernos Virtual de Turismo, v. 5, nº 3, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93>. Acesso em mar/2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempo/Espaço.** In.: Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 115-122. 260p;

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 09-19. 396 p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Informações sobre o PAA** Disponível em <<http://www.conab.gov.br>>, acessado em 15 de maio de 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

CARVALHO, H. M. **Uma Ressignificação para a Reforma Agrária no Brasil. Texto I – Teses.** In: A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo, vol. 8, p. 127-140, 2013.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro,** Rio de Janeiro, FDE, 1951.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: temas e conceitos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

DELGADO, G. C. *et. al.*. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA)** Texto para discussão nº 1145, Brasília: IPEA, 2005.

DURKHEIM, E. **AS Regras do Método Sociológico**. SÃO PAULO: NACIONAL 1894.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia** [1898-1906-1911] (trad. J.M. de Toledo Camargo). São Paulo: Ícone, 1970.

FABRINI, E. **Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112. 2011.

FERNANDES, B. M. **MST o movimentos dos trabalhadores sem-terra e territorialização em São Paulo** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro**. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003. Link <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>

FARR, R. M. Representações Sociais Teoria e sua História. In: Guareschi P.; JOVCHELOVITCH, S. Textos em Representações Sociais. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

FERRANTE, V. L. S. B. et alii (orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio - Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. “Assentamentos rurais: uma alternativa à geografia da fome”. In: GALEAZZI, M. A. M. **Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas**. Campinas, Mercado das letras, 1996.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas: O Cotidiano dos Jovens Trabalhadores do Tráfico**. Petrópolis: Rio de Janeiro. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ega, 1996.

GALEAZZI, M.A.M. **Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas**. Campinas, Mercado das letras, 1996.

GÓMES, J. R. M. **Desenvolvimento em (Des)Construção Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial**. 2006. 400 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia. UNESP- FCT, Presidente Prudente. 2006.

GONÇAVES, C. W. P.; ALENTEJANO, P. **Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil**. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2010/FLG0566/Porto-Gon%C3%BEalves_e_Alentejano.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2013.

GRAMSCI, A. **O Leitor de Gramsci: textos escolhidos**. Org: COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUANZIROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. M., S, SABBATO, A., BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis. Editora Vozes: 1994

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HESPANHOL, R. A. M. **Mudança das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. 2008.

IASI, L. M. **Ensaio sobre a Consciência Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INCRA – **II PRNA (Plano Nacional de Reforma Agrária)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=386

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1996.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44. Em

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e Espera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Editora Vozes. 2000.

LANE, S.T. M. Usos e Abusos do Conceito de Representação Social. In: SPINK, M.J. **O Conhecimento no Cotidiano: As representações Sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **A cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora: 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão 2006.

LEFEBRE, F; LEFEBVRE; A. M.C. **Pesquisa de Representação Social: um enfoque quali-quantitativo a metodologia do discurso do sujeito coletivo**. Vol. 20. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

LEITE, S. P. **Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol.7, p. 113-133. 1996.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**, S. P., Hucitec, 1998.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Pulo. Editora UNESP, 2004.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, N. P. B. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu Impacto no Processo de Desenvolvimento Socio-produtivo de Famílias Assentadas: Estudo de Caso no Assentamento 17 De Abril - Restinga/SP**. 2011. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia (Monografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno de Segurança Alimentar**. 2006. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>. Acesso em 15 de março 2012.

MARX, K. **Economia Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1963.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Ebook. 1948.

MARX, K.; ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Nead Estudos, caderno 11. Brasília. 2002

MATTEI, L. **Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Antecedentes, Concepção, e Composição geral do Programa**. Cadernos do CEAM (UnB), v. 7, p. 33-44, 2007.

- MULLER, A. L. **A construção de política públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimento**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.
- MARTINS, J. S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e poder: o problema na crise política)**. Petrópolis: Vozes, 1985. 2 ed.
- MARTINS, J. S. **A reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, J. S. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARCUSE, H. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: EDUNESP, 1998.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- MIZUSAKI, M. Y. **Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura**. Dourados: Editora da UFGC, 2009.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MST **O Brasil Precisa de Reforma Agrária: as propostas dos movimentos e as “promessas e compromissos do governo Lula”**. Caderno de Formação nº36. São Paulo, 2005.
- MULLER, A. L. **A construção de política públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimento**. Dissertação. Porto Alegre, 2007.
- NETTO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra Aprende e Ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.
- NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamentos e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. São Paulo: Wageningen Universiteit, 1994.
- NORDER, L. A. C. **A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais de São Paulo**. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. Assentamentos Rurais, Mudança Social e Dinâmica Regional, Rio de Janeiro: Mauad, p. 97-139, 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. **O Programa Fome zero e o Ronco da Cuíca**. Revista Adusp. Vol. 107. P. 20-27. 2003. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/29/r29a3.pdf> . Acesso em 20 fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, A. U. “**A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**”, in *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2006. (p. 63-110).

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

OLIVEIRA, A. U. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. *Revista Agrária*. São Paulo. Vol.12. P.03-311. 2010. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf Acesso em: 15 abril. 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**, 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

PEREIRA, J. M. M. **A Luta Política em Torno da Implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado Durante o Governo Cardoso**. In: *A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo, vol. 8, p. 19-68, 2013.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo, Instituto da Cidadania, outubro de 2001, p.86.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

ROMÃO, L. M. S. **O grito que faz nascer a manhã (ou o amanhã)**. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v5n1/12.pdf>

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. **A Contra Reforma Agrária do Banco Mundial**, 2005. Disponível em: <http://www.social.org.br/artigos/artigo031.htm>

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as ciências** São Paulo: Cortez, 2006.

SAUER, S. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil: sonho que se tornou dívida.** Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 98-126.

SAUER, S; SOUZA, M. R. **Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas.** IN: Ferrante, V.L.B. e Whitaker, D.C.A. (org.) Reforma Agrária e Desenvolvimento – desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. (p.53-87).

SCHERMAN, C. C. **Discursos, Hegemonia e Agronegócio: tensão e luta de classes no contemporâneo.** 2010. 133 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Linguística. UFSC, São Carlos. 2010

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista Nera, ano 8, nº 7, 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432>

SILVA, M. A. M. **A Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial de Trabalho.** Presidente Prudente. Vol. 9. p(63-80). 2008. Disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget/.../04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf Acesso e, 03 jan 2012.

SILVA, M. A. M. **A Errantes do fim do Século.** São Paulo, EdUnesp,1996.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. **Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária.** In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER C. D. (org). **Retratos de Assentamentos.** Araraquara: NUPEDOR, 2009. p. 349-368.

SILVA, M. E. S. **Associativismo em Assentamentos Rurais: Resistência e Acomodação na Reforma Agrária.** 2011. 126 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia (Monografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SILVA, M. E. S. ; BARONE, L. A. ; Souza, J. G. **O (re)desenho produtivo e social dos assentamentos rurais a partir das políticas públicas: o caso do programa de aquisição de alimentos.** Retratos de Assentamentos, v. 1, p. 229-248, 2011.

SOUZA, J. G.; JORGE, W. J. ; GEBARA, J. J. **Migração e reforma agrária: desconstituição e constituição laboral de trabalhadores rurais.** Travessia (São Paulo), São Paulo, v. 41, p. 5-11, 2001.

SOUZA, J.G. **O comportamento do ITR segundo o uso predominante do solo e o valor da produção em regiões do estado de São Paulo.** Informações Econômicas (Impresso), v. 37, p. 24-29, 2007.

SOUZA . J. G. **Questão de Método: a homogeneização do território rural paulista.** Tese (Livre-docência). 2008.161 f. Universidade Estadual Paulista. FCAV. Jaboticabal – São Paulo. 2008.

SOUZA, J. G. **Limites do Território**. Revista Agrária. São Paulo. Vol.10/11. P.99-130. 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/index.htm>
Acesso em: 15 dez. 2011.

SOUZA, J. S. **A questão ambiental na Reforma Agrária: os assentamentos como territórios produtores e protetores de água**. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE JÚNIOR, J.R.P.; SILVA, A.P.S.. (Org.). O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a Reforma Agrária. 1ed.Curitiba-PR: Editora CRV, 2013, v. 1, p. 23-42.

SOUZA, J. G; DIEGUES, V. C. **Por uma desglobalização da produção alimentar - commodização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha**. Revista GEOgraphia. Vol 14. Rio de Janeiro, p. 63-81. 2012.

SPINK, M. J. (org) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. ed.1

SPINK, M. J. **Desvendando Teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In: Guareschi P.; JOVCHELOVITCH, S. Textos em Representações Sociais. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

SPOSITO, M. C. B; WHITAKER A. M. **Cidade e Campo: relações e contradição entre o urbano e o rural**. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2010. 2 ed.

SPOSITO, M. C. B. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, M. C. B; WHITAKER A. M. Cidade e Campo: relações e contradição entre o urbano e o rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. 2 ed.

TFOUNI, L. V.; ROMÃO, L. M. S. **O MST no Discurso Jornalístico: Confronto de Posições de Formações Discursivas**. Cadernos de Estudos Linguísticos. V.46 nº 02. 2004. <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1573>

THOMAZ JÚNIOR, A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil**. Revista Pegada, vol. 7, nº 2, p. 103-122. 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. **"Jogo" de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula**. Revista Pegada, vol. 4, nº 1, p. 05-17. 2003

THOMAZ JÚNIOR, A. **Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas)**. Revista da ANPEGE, v.7, n. 1, p. 307-329. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. [Org.] **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001a. p. 21-56.

WHITAKER, D.C.A . **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. **Reforma Agrária e Meio Ambiente: superando preconceitos contra o rural**. Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara, vol. 12, p. 33-46, 2009.

ZIMMERMANN, S. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Reflexos na Agricultura Familiar Brasileira**. 2007. Boletim do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, nº 10 – out. 2007, p. 1-3.

Sítios da internet consultados:

CONAB, disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em 20 fev 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social, disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 08 mar 2012.

Guia Trabalhista, disponível em: www.guiatrabalhista.com.br. Acesso em 15 mai 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acesso em 12 de mai 2013.

ANEXOS

ANEXO 1.

QUESTIONÁRIO 01. Entidade Consumidora.

1-Entidade:

2-Entrevistado (a):

3-Função:

4-Quantos anos tem a entidade: _____

5- Há quanto tempo a entidade recebe os alimentos: _____

6- Quem são os atendidos pela entidade?

7-Quais são os critérios para a entidade receber os alimentos, como foi o cadastro?

(Antes do PAA e com o PAA)

Produto	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

8-Sabe de qual assentamento que vem os Alimentos? Conhece algum assentamento em Presidente Venceslau?

9-Sabe da Origem do Alimento?

10-Sabe que os alimentos provêm da reforma agrária?

11-O que acha dos movimentos sociais de luta pela terra e dos assentamentos rurais?

12-Antes de receber os alimentos providos da reforma agrária, qual era sua opinião a respeito do sem-terras?

13-Qual a importância da Reforma Agrária no Brasil, você consegue ver alguma?

ANEXO 02

Questionário 02. Entidade Doadora

1-Entidade:

2-Entrevistado (a):

3-Função:

4-Quantos anos tem a entidade:_____

5- Há quanto tempo a entidade recebe os alimentos:_____

6- Quem são os atendidos pela entidade?

7-Quais são os critérios para receber e doar os alimentos?

Produto	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

1-Quantos beneficiários recebem alimentos?

2- Quais são os critérios para receber os alimentos?

3- Com que frequência os beneficiários vem retirar os alimentos?

11-Sabe da origem dos alimentos?

12-Sabe de qual assentamento que vem os Alimentos?

13-Sabe que os alimentos provém da reforma agrária?

14-O que acha dos assentamentos rurais?

15-Antes de receber os alimentos provindos da reforma agrária, qual era sua a respeito do sem-terras?

16-Qual a importância da Reforma Agrária no Brasil, você consegue ver alguma?

17-Consegue fazer a relação entre a Reforma Agrária e o PAA?

19-A entidade anteriormente fazia outro tipo de doação?

21-A entidade fala da origem dos alimentos, sobre assentamento rural para as pessoas que prestam doações.

22-Conhece algum movimento social de luta? Qual?

23- Você entraria em algum movimento de Luta pela terra? O que acha de quem entra?

*Remete a pergunta da luta pela terra.

ANEXO 03.

QUESTIONÁRIO 03. Beneficiário Direto

1-Nome: _____

2-Endereço: _____

3-Que papel exerce dentro da família, é chefe de família?

4-Membros da Família

	Nome	Idade	Escolaridade	Trabalho	Renda	Família	Profissão
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

Benefícios

Nome	Tipo*	Valor	Frequência

*Bolsa Família, Aposentaria, Vale Gás, Renda Cidadã, Cesta básica, Ajuda Familiar, outra ajuda institucional.

Alimento PAA

5-Como ficou sabendo, como fez para participar?

6-Onde retira os alimentos? Houve algum critério para receber os alimentos? Como Foi?

Antes do PAA

Produto	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

Com o PAA

Produto	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

11-Sabe da origem dos alimentos?

12-Sabe de qual assentamento que vem os Alimentos? Conhece algum assentamento em Presidente Venceslau?

13-Sabe que os alimentos provêm da reforma agrária?

14-O que acha dos movimentos sociais de luta pela terra e dos assentamentos rurais?

15-Antes de receber os alimentos providos da reforma agrária, qual era sua a respeito do sem-terras?

16- Qual a importância da Reforma Agrária no Brasil, você consegue ver alguma?

17- Consegue fazer a relação entre a Reforma Agrária e o PAA?

22- Conhece algum movimento social de luta? Qual?

23- Você entraria em algum movimento de Luta pela terra? O que acha de quem entra?

*Remete a pergunta da luta pela terra.

ANEXO 04.

Questionário 04. Escola

1-Escola:

2-Entrevistado(a):

3-Função:

4-Quantos alunos são atendidos pela escola?

5-Quantas refeições os alunos fazem na escola?

6-Em todas as refeições tem algum tipo de legume, verdura ou fruta?

Antes do PAA (alimentação)

Produto ⁸²	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

⁸² Verduras, legumes, frutas.

Com o PAA (alimentação)

Produto ⁸³	Quantidade	Frequência	Valor (R\$)	Qualidade

8-Sabe de qual assentamento que vem os Alimentos? Conhece algum assentamento em Presidente Venceslau?

9-Sabe da Origem do Alimento?

10-Sabe que os alimentos provém da reforma agrária?

11-O que acha dos movimentos sociais de luta pela terra e dos assentamentos rurais?

⁸³ Legumes, verduras, frutas.

12-Antes de receber os alimentos provindos da reforma agrária, qual era sua opinião a respeito do sem-terras?

13-Qual a importância da Reforma Agrária no Brasil, você consegue ver alguma?

14- Qual a importância dos alunos estudarem reforma agrária?

22-Conhece algum movimento social de luta? Qual?

23- Você entraria em algum movimento de Luta pela terra? O que acha de quem entra?

*Remete a pergunta da luta pela terra.

ANEXO 05

Questionário 05. Assentado

1-Entrevistado: _____

2-Assentamento/nº Lote _____

3-É sócio da associação, há quanto tempo? _____

4-Quais são as visões que as pessoas de um modo geral tem da Reforma Agrária?

(palavras que o assentado me falar)

5-Quais são as mudanças que vc percebe no assentamento com a chegada do PAA?

6-Você consegue perceber alguma mudança das pessoas da cidade, com a entrega dos alimentos produzidos por vocês, que são doados?

7- Como você acha da reforma agrária e o que gostaria que as pessoas pensassem sobre a reforma agrária?

Preconceitos	Conceitos
Invasão	Trabalho
Vagabundos	Produção de Alimentos
Desordeiros	Preservação da Natureza
Sem-terra	Moradia
Socialismo	Vida no campo
Comunismo	Socialismo
Pobre	Comunismo
Bêbados	Ocupação
Desocupados	Coletividade

Base de Dados das Famílias Beneficiadas Pelo PAA (Igreja O Brasil Para Cristo e Igreja Resgate Para Vida)

BASE DE DADOS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PAA (IGREJA BRASIL PARA CRISTO E IGREJA RESGATE PARA A VIDA)

Igreja Brasil	Sexo	Idade	Estuda	Escolaridade	Trabalho	Renda (R\$)	Benefício	Valor Benefício (R\$)	Profissão	Frequência (Feira)	Frequência (PAA)
1b	F	45	Não	4ª série	desempregada	0	Bolsa-Família e Cesta (I)	70	doméstica		semanal
2a	F	48	Não	3ª série	do lar	80	Renda Cidadã	80	do lar	não	semanal
2b	M	51	Não	Analfabeto	assalariado	400	Não	0	trabalhador rural		
2c	F	17	Sim	3ª série E.M	estudante	120	Não	0	diarista		
2d	F	11	Sim	5ª série	estudante	0	Não	0	estudante		
2e	F	8	Sim	2ª série	estudante	0	Não	0	estudante		
3a	F	53	Não	8ª série	desempregada	0	Cesta básica (I) e Bolsa Família	120	pescadora	mensal	Semanal
3b	F	17	Sim	2ª série E.M	estudante	0	Ação Jovem	80	estudante		
4a	M	46	Não	4ª série	desempregado	800	não	0	ajudante geral	quinzenal	Semanal
4b	F	37	Não	4ª série	diarista	500	Renda Cidadã	80	doméstica		
4c	M	7	Sim	1ª série	estudante	0	Bolsa -Família	32	estudante		
4d	M	14	Sim	8ª série	estudante	0	Bolsa -Família	32	estudante		
						1300		144			
5a	M	34	Não	8ª série	do lar	0	não	0	do lar	quinzenal	Semanal
5b	F	37	Não	2ª série	assalariado	800	não	0	mecânico		

5c	F	9	Sim	3ª série	estudante	0	não	0	estudante		
5d	M	13	Sim	7ª série	estudante	0	não	0	estudante		
						800		0			
6a	M	56	Não	Analfabeta	pensionista	622	não	0	do Lar	semanal	semanal
6b	M	32	Não	1ª série E.M	desempregada	0	não	0	não		
6c	F	44	Não	Analfabeto	aposentado (invalidez)	622	não	0	não		
						1244					
7a	M	23	Não	1ª série E.M	desempregado	0	não	0	não	semanal	semanal
7b	F	29	Não	2ª série	aposentada por invalidez	622	não	0	não		
7c	F	58	Não	analfabeta	pensionista	622	não	0	do lar		
7d	F	87	Não	analfabeta	aposentada	622	não	0	doméstica		
8a	F	37	Não	6ª série	desempregada	110	bolsa família	134	diarista	mensal	semanal
8b	F	12	Sim	7ª série	estudante	0	não	0	estudante		
8c	F	9	Sim	5ª série	estudante	0	não	0	estudante		
8d	F	30	Não	E.M	assalariada	510	não	0	fraxineira		
8e	F	60	Não	1ª série	aposentada	622	pensão	622	cortadora de cana		
8f	F	40	Não	E.M	assalariada	510	não	0	diarista		
8g	F	14	Sim	1ª série E.M	estudante	0	não	0	estudante		
8h	M	13	Sim	7ª série	estudante	0	não	0	estudante		
						1752		756			

9a	M	60	Não	2ª série	aposentado	622	não		lavrador	semanal	semanal
9b	F	59	Não	4ª série	do lar	0	não		do lar		
						622					
10a	F	60	não	4ª série	pensionista	622	não	0	do lar	mensal	
11a	F	42	não	6ª série	do lar	0	não	0	do lar	mensal	semanal
11b	M	51	não	4ª série	assalariado	622	não	0	ajudante geral		
11c	M	11	Sim	6ª série	estudante	0	não	0	estudante		
12a	F	70	não	analfabeta	pensionista	622	não	0	do lar	Não ia	semanal
12b	F	64	não	analfabeta	desempregada	0	não	0	do lar		
12c	F	30	não	8ª série	assalariada	622	não	0	cuidadora de idoso		
12d	F	6	sim	1ª série	estudante	0	bolsa família	60	estudante		
						1244					
13a	F	44	não	3ª série	do lar	0	não	0	do lar	mensal	semanal
13b	M	43	não	1ª série	aposentado	622	não	0	pedreiro		
13c	M	15	sim	7ª série	estudante	0	bolsa família	102	estudante		

Igreja Resgate											
14a	F	32	não	Técnico	desempregada	0	não	0	Técnica em Enfermagem	quinzenal	semanal
14b	F	62	não	6ª série	aposentada por invalidez	622	não	0	Cozinheira		
14c	M	44	não	analfabeto	desempregado	0	não	0	não (deficiente)		
14d	M	66	não	4ª série	aposentado	622	não	0	Açougueiro		
14e	F	11	sim	6ª série	estudante	0	não	0	estudante		
						1244					
15a	M	51	não	4ª série	assalariado	855	não	0	Soldador	mensal	semanal
15b	F	44	não	4ª série	do lar	0	não	0	do lar		
15c	F	19	sim	3º ano Ensino Superior	estagiaria	300	Bolsa-família + prouni	35	estudante		
15d	F	21	sim	4º ano Ensino Superior	desempregada	0	Bolsa-família + prouni	35	estudante		
						1155					
16a	F	67	não	6ª série	aposentada	780	não	0	costureira	mensal	semanal
16b	F	47	não	2ª série	desempregada	0	não	0	não		
17a	F	36	não	8ª série	desempregada	0	não	0	pedreiro	mensal	semanal
17b	F	39	não	2ª série	assalariada	400	não	0	empregada doméstica		
17c	F	6	sim	1ª série	estudante	0	bolsa família	40	estudante		

						400							
18a	F	34	não	5ª série	desempregada	0	não	0	do lar	mensal	semanal		
18b	M	27	não	4ª série	assalariado	622	bolsa família	70	trabalhador rural				
18c	F	18	sim	1º ano Ensino Superior	estudante	0	pronomi	0	estudante				
						622							
19a	F	47	não	2ª série	desempregada	0	renda cidadã + cesta (I)	80	doméstica	mensal	semanal		
19b	F	23	não	7ª série	desempregada	0	bolsa-família	190					
19c	F	19	sim	2º Ensino Medio	estagiaria	420	não	0	atendente				
19d	M	7	sim	2º ano	estudante	0	não	0	estudante				
19e	M	4	sim	Edu. Infantil	estudante	0	não	0	estudante				
19f	F	3	sim	Edu. Infantil	estudante	0	não	0	estudante				
19g	M	3 meses	não	não	-	420		0					
								270					
20a	M	56	não	4ª série	desempregado	0	cesta (I)	0	Eletricista	mensal	semanal		
20b	M	85	não	analfabeto	aposentado	622	não	0	Trabalhador Rural				
20c	F	44	não	3ª série	do lar	0	não	0	do lar				
						622							
21a	F	58	não	4ª série	pensionista	622	não	0	do Lar	mensal	semanal		
21b	F	20	não	1º ano E.M	desempregada	0	não	0	garçonete				

21c	M	15	sim	1º ano E.M	estudante	0	não	0	estudante				
21d	M	13	sim	6ª série	estudante	0	não	0	estudante				
21e	M	17	sim	8ª série	estudante	0	não	0	estudante				
						622							
22a	F	54	não	analfbeta	do lar	0	não	0	do lar	quinzenal	semanal		
22b	M	74	não	4ª série	aposentado	622	não	0	motorista				
22c	F	35	não	E.M comp.	assalariada	622	bolsa família	134	auxiliar de limpeza				
22d	M	11	sim	6ª série	estudante	0		0	estudante				
22e	M	14	sim	8ª série	estudante	0		0	estudante				
						1244		134					
23a	M	63	não	E.M comp.	aposentado	980	não	0	mecânico	quinzenal	semanal		
23b	F	59	não	4ª série	desempregado	0	não	0	costureira				
23c	M	25	não	E.M comp.	assalariado	622	não	0	atendente				
						1602							
24a	F	69	não	4ª série	aposentada	622	cesta (I)	0	doméstica	mensal	semanal		
24b	M	76	não	analfabeto	aposentado	622	não	0	serralheiro				
24c	F	40	não	analfbeta	desempregada	0	não	0	doméstica				
24d	F	18	não	E.M	desempregada	0	não	0					
24e	M	12	sim	7ª série	estudante	0	não	0	estudante				
24f	F	4	sim	Ed. Infantil	estudante	0	não	0	estudante				
						1244							

25a	F	61	não	2ª série	aposentada	622	não	0	cozinheira	Não ia	semanal
25b	M	34	não	5ª série	autônomo	500	não	0	cozinheira		
						1122					
26a	M	57	não	2ª série	desempregado	0	cesta	0	pedreiro	não ia	semanal
27a	M	31	não	7ª série	desempregada	0	bolsa família	134	doméstica	mensal	semanal
27b	M	22	não	E.M completo	assalariado	800	não		operador industrial		
27c	F	11	sim	6ª série	estudante	0			estudante		
27d	F	10	sim	3ª série	estudante	0			estudante		

Rio Claro, 25 de junho de 2012.

Prezado Senhor,

O Instituto de Geociências e Ciências Exatas pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, realiza, por meio da Mestranda Martha Esthela Silva, pesquisa sobre o efeitos da Política de Aquisição de Alimentos na área Urbana do Município de Presidente Wenceslau. Para tanto solicito a Vossa Excelência que autorize acesso aos seguintes dados para consecução desta pesquisa:

- a) Base de dados cartográficos
- b) Informações e Documentos da Dinâmica Territorial do Município (Plano Diretor e Caracterização Socio-econômica dos Bairros)
- c) Dados Municipais de Assistência Social.

Na expectativa de obtermos colaboração e posteriormente iniciarmos esta administração com a pesquisa realizada, bem como iniciarmos um processo de parceria institucional colocando-nos à disposição para atender possíveis demandas apresentadas pelo município, antecipadamente agradecemos e renovamos nossos protestos de estima e consideração.

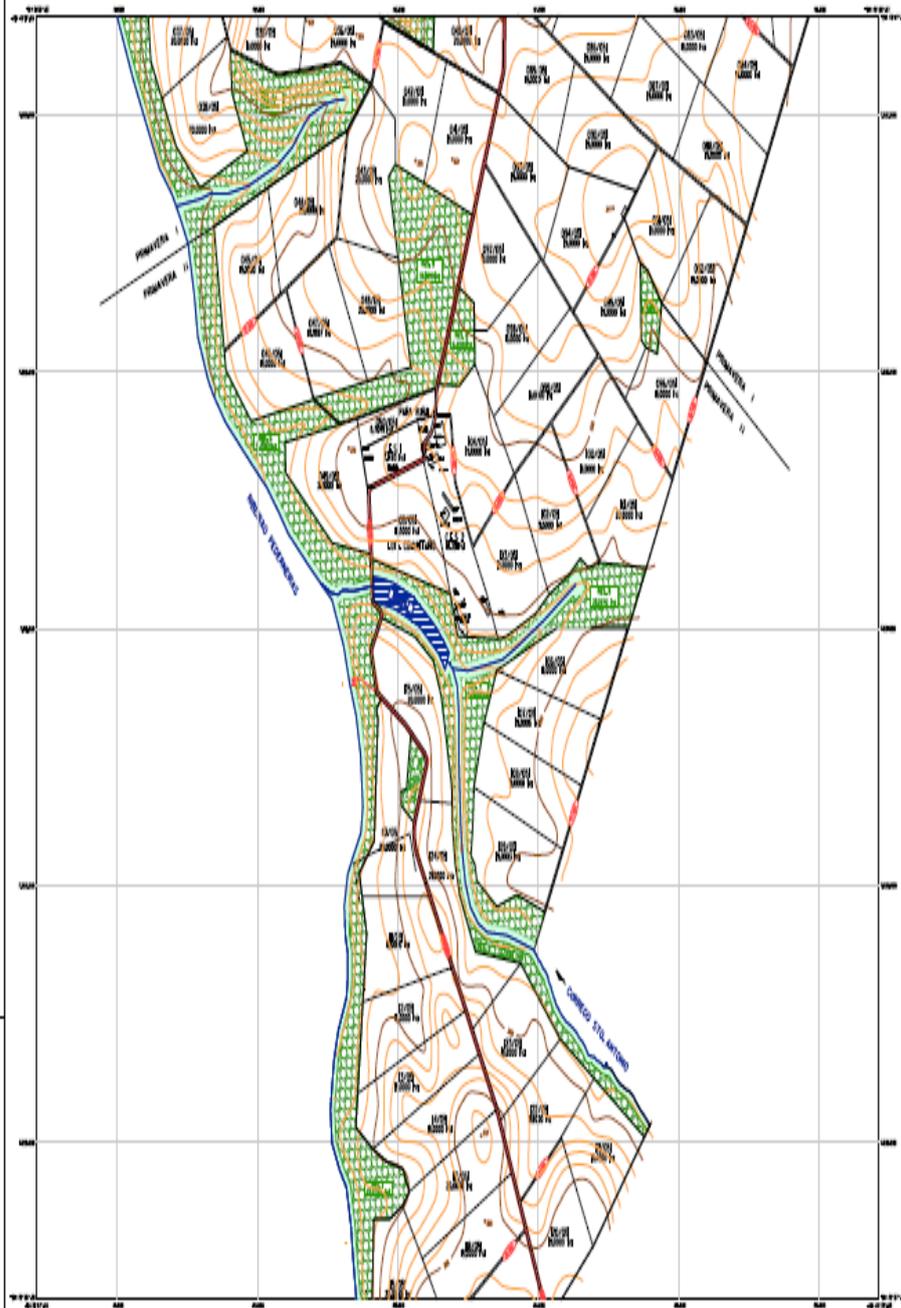
Atenciosamente,

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Senhor
ERNANE CUSTÓDIO ERBELLA
PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE WENCESLAU - SP

C/C SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ASSENTAMENTO PRIMAVERA I E II



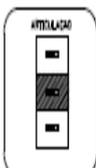
LEITAVENHO TAVAZZINI COSTA &
SOCIOS LTDA

ESCALA 1:10.000

LEGENDA CARTOGRAFICA

---	Limite de lote	1	1:10
---	Limite de lote	2	1:10
---	Limite de lote	3	1:10
---	Limite de lote	4	1:10
---	Limite de lote	5	1:10
---	Limite de lote	6	1:10
---	Limite de lote	7	1:10
---	Limite de lote	8	1:10
---	Limite de lote	9	1:10
---	Limite de lote	10	1:10
---	Limite de lote	11	1:10
---	Limite de lote	12	1:10
---	Limite de lote	13	1:10
---	Limite de lote	14	1:10
---	Limite de lote	15	1:10
---	Limite de lote	16	1:10
---	Limite de lote	17	1:10
---	Limite de lote	18	1:10
---	Limite de lote	19	1:10
---	Limite de lote	20	1:10
---	Limite de lote	21	1:10
---	Limite de lote	22	1:10
---	Limite de lote	23	1:10
---	Limite de lote	24	1:10
---	Limite de lote	25	1:10
---	Limite de lote	26	1:10
---	Limite de lote	27	1:10
---	Limite de lote	28	1:10
---	Limite de lote	29	1:10
---	Limite de lote	30	1:10
---	Limite de lote	31	1:10
---	Limite de lote	32	1:10
---	Limite de lote	33	1:10
---	Limite de lote	34	1:10
---	Limite de lote	35	1:10
---	Limite de lote	36	1:10
---	Limite de lote	37	1:10
---	Limite de lote	38	1:10
---	Limite de lote	39	1:10
---	Limite de lote	40	1:10
---	Limite de lote	41	1:10
---	Limite de lote	42	1:10
---	Limite de lote	43	1:10
---	Limite de lote	44	1:10
---	Limite de lote	45	1:10
---	Limite de lote	46	1:10
---	Limite de lote	47	1:10
---	Limite de lote	48	1:10
---	Limite de lote	49	1:10
---	Limite de lote	50	1:10
---	Limite de lote	51	1:10
---	Limite de lote	52	1:10
---	Limite de lote	53	1:10
---	Limite de lote	54	1:10
---	Limite de lote	55	1:10
---	Limite de lote	56	1:10
---	Limite de lote	57	1:10
---	Limite de lote	58	1:10
---	Limite de lote	59	1:10
---	Limite de lote	60	1:10
---	Limite de lote	61	1:10
---	Limite de lote	62	1:10
---	Limite de lote	63	1:10
---	Limite de lote	64	1:10
---	Limite de lote	65	1:10
---	Limite de lote	66	1:10
---	Limite de lote	67	1:10
---	Limite de lote	68	1:10
---	Limite de lote	69	1:10
---	Limite de lote	70	1:10
---	Limite de lote	71	1:10
---	Limite de lote	72	1:10
---	Limite de lote	73	1:10
---	Limite de lote	74	1:10
---	Limite de lote	75	1:10
---	Limite de lote	76	1:10
---	Limite de lote	77	1:10
---	Limite de lote	78	1:10
---	Limite de lote	79	1:10
---	Limite de lote	80	1:10
---	Limite de lote	81	1:10
---	Limite de lote	82	1:10
---	Limite de lote	83	1:10
---	Limite de lote	84	1:10
---	Limite de lote	85	1:10
---	Limite de lote	86	1:10
---	Limite de lote	87	1:10
---	Limite de lote	88	1:10
---	Limite de lote	89	1:10
---	Limite de lote	90	1:10
---	Limite de lote	91	1:10
---	Limite de lote	92	1:10
---	Limite de lote	93	1:10
---	Limite de lote	94	1:10
---	Limite de lote	95	1:10
---	Limite de lote	96	1:10
---	Limite de lote	97	1:10
---	Limite de lote	98	1:10
---	Limite de lote	99	1:10
---	Limite de lote	100	1:10

QUADRO DE AREAS
VIDE FOLHA I

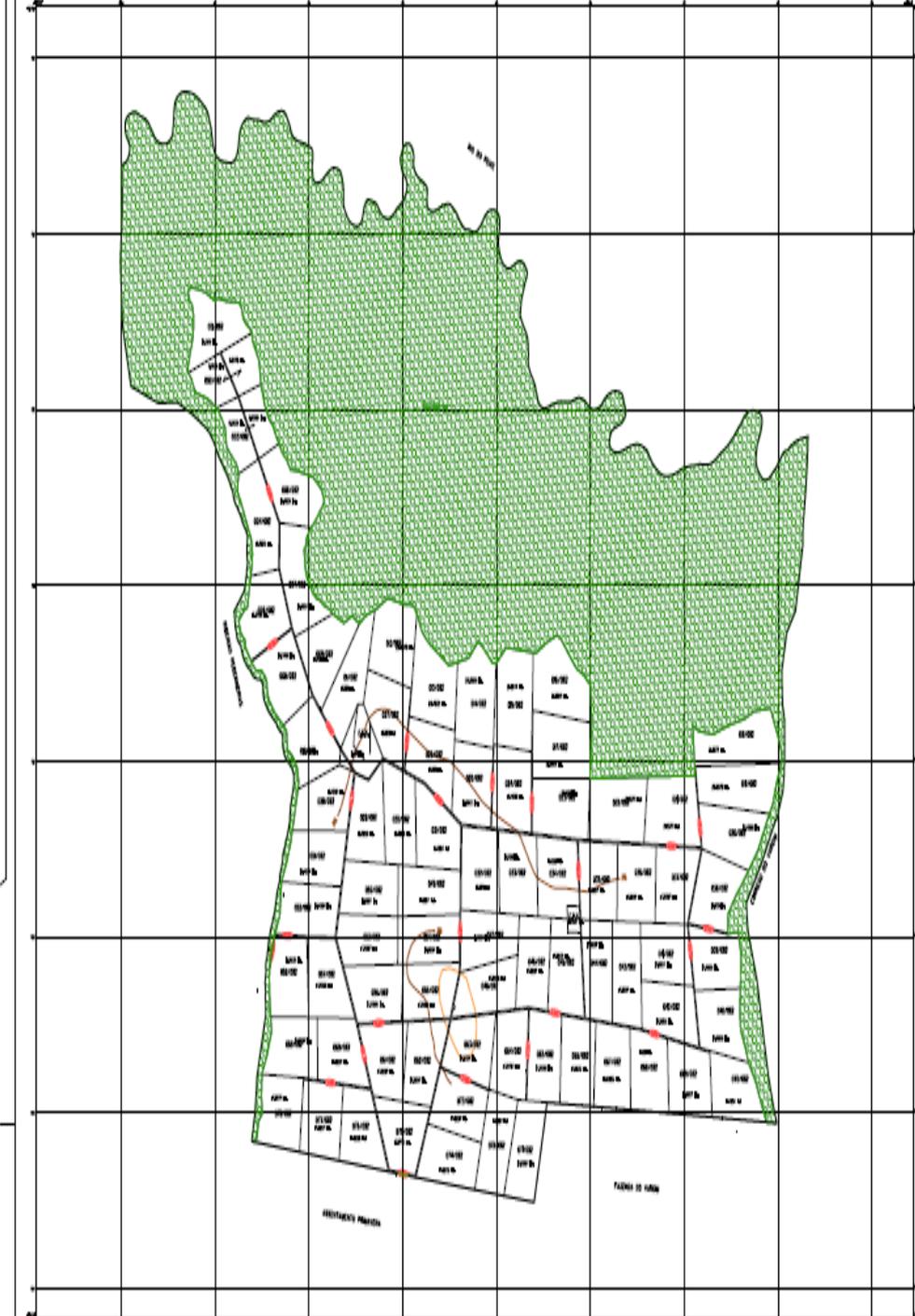


ASSENTAMENTO
PRIMAVERA I E II

PROPOSTA DE PROJETO DE LOTEAMENTO
EM ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

AUTORIZADO														
DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP	REVISOR	DP

ASSENTAMENTO
TUPANCIRETA



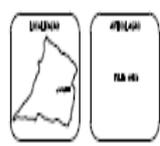
082
 PLANILHA DE LOTES E QUANTIDADE DE ÁREAS
 DO LOTEAMENTO Nº 01
 DO ASSENTAMENTO DE TUPANCIRETA
 MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SP
 FOLHA Nº 01 DE 01

LEGENDA SIMBÓLICA

---	AL. 100m	□	TERRELA
---	AL. 200m	□	AL. 100m
---	AL. 300m	□	AL. 200m
---	AL. 400m	□	AL. 300m
---	AL. 500m	□	AL. 400m
---	AL. 600m	□	AL. 500m
---	AL. 700m	□	AL. 600m
---	AL. 800m	□	AL. 700m
---	AL. 900m	□	AL. 800m
---	AL. 1000m	□	AL. 900m

ÁREA DE LOTES

AL. (m)	Nº DE LOTES	ÁREA (m²)
100	1	10000
200	1	40000
300	1	90000
400	1	160000
500	1	250000
600	1	360000
700	1	490000
800	1	640000
900	1	810000
1000	1	1000000



SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS
 MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SP
 ASSENTAMENTO TUPANCIRETA
 LOTEAMENTO Nº 01
 FOLHA Nº 01 DE 01

ÁREA DE LOTES

AL. (m)	Nº DE LOTES	ÁREA (m²)
100	1	10000
200	1	40000
300	1	90000
400	1	160000
500	1	250000
600	1	360000
700	1	490000
800	1	640000
900	1	810000
1000	1	1000000

